



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ



**Relatório de análise das
CONTAS DE GOVERNO**

**do Estado do Pará
2015**



**Conselheiro Luis da Cunha Teixeira
Relator**

Parecer Prévio



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Processo nº 2016/50520-6

Relatório de análise das
CONTAS DE GOVERNO
do Estado do Pará
2015

CONSELHEIRO LUIS DA CUNHA TEIXEIRA
RELATOR

Belém - Pará
Maio - 2016

FOTOGRAFIA

CAPA

BERLINDA DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - PROCISSÃO DO CÍRIO

Arquivo TCE-PA

Foto: Rodrigo Lima

ESTAÇÃO DAS DOCAS

Arquivo Agência Pará

Foto: Cláudio Santos

ESPAÇO SÃO JOSÉ LIBERTO

Arquivo Agência Pará

Foto: Divulgação

GINÁSIO POLIESPORTIVO DO MANGUEIRÃO

Arquivo Agência Pará

Foto: Antonio Silva

COMPLEXO FELIZ LUSITÂNIA - FORTE DO PRESÉPIO

Arquivo Agência Pará

Foto: Cláudio Santos

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Arquivo TCE-PA

Foto: Rodrigo Lima

CONTRACAPA

THEATRO DA PAZ

Arquivo Agência Pará

Foto: Antonio Silva

CATEDRAL METROPOLITANA DE BELÉM (IGREJA DA SÉ)

Arquivo Agência Pará

Foto: Antonio Silva

CASA DAS ONZE JANELAS

Arquivo Agência Pará

Foto: Eliseu Dias

IGREJA DE SANTO ALEXANDRE (MUSEU DE ARTE SACRA)

Arquivo Agência Pará

Foto: Eliseu Dias

HANGAR - CONVENÇÕES E FEIRAS DA AMAZÔNIA

Arquivo Agência Pará

Foto: Cristino Martins

MANGAL DAS GARÇAS

Arquivo Agência Pará

Foto: Cristino Martins

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Sede Belém - Palácio Serzedello Corrêa

Tv. Quintino Bocaiúva, 1585 - Nazaré

(91) 3210-0555 Cep: 66.035-903

Sede Santarém - Unidade Regional I

Tv. Luiz Barbosa, 962 - Caranazal

(93) 3522-1718 Cep: 68.041-420

Sede Marabá - Unidade Regional II

Av. VP8, Fol. 32, Qd 17, Lote 11 - Nova Marabá

(94) 3323-0799 Cep: 68.540-022



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO PARÁ

PRESIDENTE

Conselheiro Luis da Cunha Teixeira

VICE-PRESIDENTE

Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira

CORREGEDOR

Conselheiro André Teixeira Dias

MEMBROS

Conselheiro Nelson Luiz Teixeira Chaves

(Coordenador de Sistematização e Consolidação de Jurisprudência)

Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Junior

(Coordenador de Tecnologia da Informação)

Conselheiro Odilon Inácio Teixeira

(Ouvidor)

Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes

(Coordenadora de Assistência Social e Presidente do conselho consultivo da Escola de Contas Alberto Veloso)

Conselheiro Substituto Julival Silva Rocha

Conselheira Substituta Milene Dias da Cunha



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA

SECRETÁRIO GERAL

José Arlindo Siqueira da Silva

CHEFA DE GABINETE

Tereza Cristina João

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

José Eduardo Rodrigues Lobão

SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO

Carlos Edilson de Melo Resque

SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Alice Cristina da Costa Loureiro

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Lilian Rose Bitar Tandaya Bendahan

SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Cláudio Moreira Vinagre

SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

Max Ney de Parijós

PROCURADOR

Luiz Roberto dos Reis Junior

SECRETÁRIO DE REPRESENTAÇÃO DA UNIDADE REGIONAL SANTARÉM

Arão de Jesus Rocha

SECRETÁRIO DE REPRESENTAÇÃO DA UNIDADE REGIONAL MARABÁ

Antonio Carlos de Ferreira Meireles Junior

DIRETORA GERAL DA ESCOLA DE CONTAS ALBERTO VELOSO

Maria de Jesus Amaral Damasceno



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO

CONSELHEIRO RELATOR

Luis da Cunha Teixeira

COORDENADOR

Reinaldo dos Santos Valino

MEMBRO

Ana Paula Cruz Maciel

MEMBRO

Sônia Abreu da Silva Elias

GRUPO DE TRABALHO

Ana Amélia Sefer de Figueiredo

Carlos Edilson Melo Resque

Cristina Machado Ramos

Cristina Maria Frazão de Souza

Douglas Gabriel Domingues Junior

Érico Lima Silva

Helena Yuri Saito

Iran Soares dos Santos

Leandro Alberto Alves de Lima

Lilian Rose Bitar Tandaya Bendahan

Lorena Araújo Diniz Barros

Maria do Socorro Lobão da Silva

Paulo Sérgio Batista Ramos

Rafael Larêdo Mendonça

Raquel Serruya Elmescany

Ruth Helena Delgado Bastos

Shayenne Cristine Paes Carrero

APOIO TÉCNICO

Revisão de texto - Clóvis Luz da Silva

Projeto Gráfico e Editoração - Clewerson Castelo Branco de Queiroz

APRESENTAÇÃO

O chefe do Poder Executivo, Excelentíssimo Senhor Simão Robison Oliveira Jatene, em observância ao disposto no art. 135, XIX, da constituição do estado, encaminhou tempestivamente a este Tribunal de Contas, em 04-04-2016, a prestação de contas do exercício de 2015, sob a forma de Balanço Geral do Estado, autuada sob o nº 2016/50520-6.

Cumprido esse mandamento, as contas do governador do estado do Pará consideram-se prestadas à Assembleia Legislativa em razão do que dispõe o art. 94 do Regimento Interno do TCE-PA.



No âmbito das competências deste Tribunal, conferidas pelo art. 116 da Constituição Estadual, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro relator, Luis da Cunha Teixeira, por meio da Portaria nº 30.918, de 31 de março de 2016, designou a formação de comissão e grupo de servidores do TCE-PA, sob a sua presidência, para a elaboração do relatório técnico que subsidiará a emissão do Parecer Prévio das contas de governo referentes ao exercício de 2015.

O Relatório de análise das presentes contas encontra-se estruturado por capítulos que abordam o cenário econômico e social do Pará, a estrutura organizacional do Poder Executivo, os controles internos, as execuções do orçamento e dos programas governamentais, os resultados da gestão, segundo os índices e as demonstrações contábeis, a gestão fiscal, no que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o cumprimento dos limites legais e constitucionais.

No âmbito dos instrumentos de controle da gestão de que dispõe o Poder Executivo, em especial os voltados ao controle da execução de obras públicas, de inadimplentes com o Erário Estadual e de concessão de recursos voluntários, as análises tiveram por finalidade fazer um diagnóstico sobre o assunto e propor melhorias à gestão.

As recomendações ao Poder Executivo, formuladas no exercício anterior, também foram objeto de análise e constituem item específico deste relatório, assim como novas recomendações que foram formuladas em decorrência das análises técnicas realizadas na referida prestação de contas.

Nesse contexto, a presente análise abrange os aspectos consubstanciados no art. 100, § 3º do Regimento Interno desta Corte e proporciona ao cidadão o conhecimento do desempenho do governo estadual na medida em que disponibiliza o relatório técnico no portal do TCE: www.tce.pa.gov.br.

Como valorização e admiração ao estado do Pará, o relatório foi ilustrado com fotos da capital paraense, Belém, em homenagem aos 400 anos de sua existência.

Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

Relator

“A verdadeira felicidade vem da alegria de atos bem feitos, do sabor de criar coisas renovadas.”

(Antoine de Saint-Exupéry)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. CENÁRIO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ	23
1.1. PRODUTO INTERNO BRUTO	23
1.2. BALANÇA COMERCIAL	27
1.3. MERCADO DE TRABALHO	27
1.4. MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL	29
1.4.1. Considerações iniciais	29
1.4.2. Exigências Legais	31
1.4.3. Relatório do Mapa da Exclusão Social 2015	32
1.4.3.1. Expectativa de Vida	33
1.4.3.2. Renda	34
1.4.3.3. Desemprego	36
1.4.3.4. Educação	38
1.4.3.5. Saúde	39
1.4.3.6. Saneamento Básico	41
1.4.3.7. Habitação	44
1.4.3.8. População em situação de risco nas ruas	45
1.4.3.9. Segurança	46
1.4.3.10. Inclusão Digital	50
1.4.4. Considerações Finais	51
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO GOVERNO DO ESTADO	57
2.1. PODER EXECUTIVO	58
2.2. DEMAIS PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO	60
3. CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO	63
3.1. ATUAÇÃO DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO	63
3.2. INSTRUMENTOS DE CONTROLE INTERNO	65
3.2.1. Controle de Obras Públicas	65
3.2.2. Controle de Transferências Voluntárias	71
3.2.3. Controle de Inadimplentes	74
4. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO	79
4.1. PLANO PLURIANUAL (PPA)	79
4.1.1. Estrutura do PPA 2012-2015	80
4.1.2. Monitoramento e Avaliação	83
4.1.2.1. Avaliação dos indicadores e metas dos programas do PPA	83

4.1.2.2. Compatibilidade com a Lei Orçamentária	85
4.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	88
4.2.1. Audiência Pública	88
4.2.2. Estrutura, Conteúdo e Organização da LDO.....	89
4.2.3. Anexo de Metas Fiscais.....	90
4.2.4. Anexo de Riscos Fiscais.....	93
4.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)	94
4.3.1. Audiência Pública	94
4.3.2. Estrutura, conteúdo e organização da LOA	94
4.3.3. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	99
4.3.4. Orçamento de investimento das empresas.....	102
5. EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA	107
5.1. ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.....	107
5.1.1. Atualização do Orçamento	107
5.1.1.1. Abertura de créditos adicionais, acréscimos e reduções	107
5.1.1.2. Limite para abertura de créditos suplementares	108
5.1.2. Receita	109
5.1.2.1. Receita Bruta e Deduções.....	110
5.1.2.2. Receita orçamentária realizada em relação à previsão atualizada.....	111
5.1.2.3. Comparativo da Receita Orçamentária prevista com a atualizada	111
5.1.2.4. Receita por tipo de administração.....	120
5.1.2.5. Receita própria arrecadada.....	120
5.1.2.6. Comportamento da receita própria arrecadada.....	122
5.1.2.7. Comportamento histórico da arrecadação da receita.....	123
5.1.3. Execução da Despesa.....	125
5.1.3.1. Despesa por Função	125
5.1.3.2. Despesa por programa.....	129
5.1.3.3. Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza	138
5.1.3.4. Despesas executadas segundo a destinação de recursos	140
5.1.3.4.1. Despesas custeadas por operações de crédito	145
5.1.3.4.2. Despesas custeadas por transferências de recursos, mediante termo de convênio	150
5.1.3.5. Despesas de exercícios anteriores	152
5.1.3.6. Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	161
5.1.3.7. Contribuições e auxílios aos municípios	164
5.1.3.8. Utilização dos recursos referentes à taxa mineral.....	169
5.2. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	172
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	177
6.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	178
6.2. BALANÇO FINANCEIRO	182

6.3. BALANÇO PATRIMONIAL.....	186
6.3.1. Ativo não Circulante.....	193
6.3.1.1. Imobilizado	193
6.3.1.2. Dívida Ativa.....	195
6.3.1.3. Participação Societária.....	197
6.3.2. Passivo Exigível	200
6.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	201
6.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	203
6.6. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	209
6.7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS CONTROLADAS.....	210
6.7.1. Balanço Patrimonial.....	211
6.7.2. Demonstração do Resultado do Exercício	212
6.7.3. Fluxo de Caixa.....	215
6.7.4. Análise por Coeficiente.....	217
6.8. CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (NBCASP).....	219
7. GESTÃO FISCAL	223
7.1. TRANSPARÊNCIA	223
7.1.1. Divulgação dos Relatórios	223
7.1.2. Audiências Públicas.....	224
7.2. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.....	224
7.3. CUMPRIMENTO DE LIMITES	225
7.3.1. Despesas com Pessoal.....	226
7.3.1.1. Despesas com pessoal consolidado do governo do estado	227
7.3.1.2. Despesas com pessoal do Poder Executivo	228
7.3.2. Dívida Consolidada Líquida	229
7.3.2.1. Dívida Consolidada Líquida Previdenciária.....	230
7.3.3. Garantias e Contragarantias de Valores	231
7.3.4. Operações de Crédito	231
7.3.5. Regra de Ouro.....	232
7.3.6. Despesas da Dívida Pública.....	233
7.4. DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR	233
7.4.1. Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar Consolidados do Governo do Estado	234
7.4.2. Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar do RPPS	236
7.4.3. Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar do Poder Executivo	237
7.5. METAS FISCAIS	239
7.5.1. Resultado Primário.....	239
7.5.2. Resultado Nominal	240
7.6. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	242
7.7. DAS ALIENAÇÕES DE ATIVO E DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS	243

8. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	247
8.1. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.....	247
8.2. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	248
8.3. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS	250
8.4. RECURSOS DESTINADOS ÀS AÇÕES E A SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	250
8.5. DESPESAS COM PUBLICIDADE.....	251
8.6. PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	252
9. MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES ÀS CONTAS DE 2014.....	255
9.1. MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES	255
9.2. RESULTADO DO MONITORAMENTO DAS RECOMEDAÇÕES	266
10. RECOMENDAÇÕES.....	269
11. CONCLUSÕES.....	275
11.1. CENÁRIO SOCIOECONÔMICO	275
11.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO GOVERNO DO ESTADO	276
11.3. CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO.....	277
11.4. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	277
11.5. EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA.....	279
11.6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	283
11.7. GESTÃO FISCAL	287
11.8. LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS	288
11.9. MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES.....	288
12. ANEXOS.....	291
12.1 DOCUMENTOS EMITIDOS	291
12.2 DOCUMENTOS RECEBIDOS	291
12.3. SIGLAS E ABREVIATURAS.....	293
ÍNDICE DE TABELAS	299
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	303
RELATÓRIO DAS CONTAS ANUAIS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ- EXERCÍCIO DE 2015.....	307
PARECER PRÉVIO.....	315
RESOLUÇÃO Nº. 18.820	319



INTRODUÇÃO

MERCADO DE FERRO DO VER-O-PESO

Arquivo Agência Pará

Foto: Carlos Sodré

INTRODUÇÃO

A gestão do Poder Executivo constituiu objeto precípua da presente análise, não obstante tenham sido apresentados alguns dados consolidados dos outros Poderes e órgãos, para fins de contextualização.

A abrangência da fiscalização encontrou limites a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.238-5, que restringiu a aplicação do art. 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o qual determinava que as contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluíam, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, e receberiam parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.

Dentre as principais fontes de consulta e informação que subsidiaram a análise estão o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (Siafem), o Sistema de Gerência de Programas do Estado do Pará (GP Pará), as Portarias e Manuais de contabilidade e de gestão fiscal, emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), bem como o Balanço Geral do Estado (BGE).

A análise se desenvolveu com fundamento nos critérios e princípios consagrados nas Constituições Federal e Estadual, nas Leis Federais nº 4.320/1964 e nº 6.404/1976, Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), Lei Complementar Estadual nº 081/2012 (Lei Orgânica do TCE-PA), e em outros normativos legais vigentes.

Com exceção dos valores nominais expressamente indicados no texto, os demais, referentes a outros exercícios e presentes nas tabelas e gráficos, foram corrigidos monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como parâmetro o exercício de 2015, a fim de evitar distorções provocadas pelo processo inflacionário, as quais poderiam trazer prejuízo às análises.

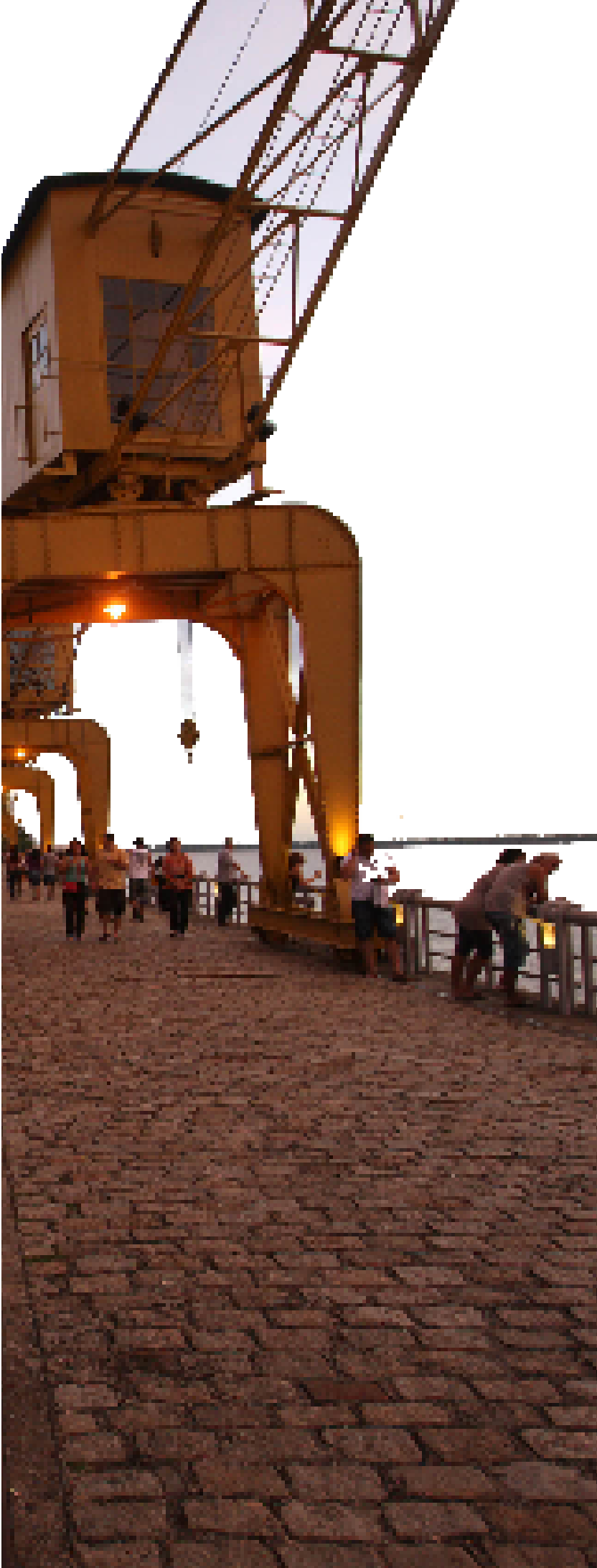
O orçamento das receitas e despesas foi apresentado em valor atualizado, além do valor inicial, já que considera os efeitos das aberturas de crédito, proporcionando outra forma de análise para fins de comparação com a execução.

As receitas e despesas apresentadas no item 5.4 - Execução da Receita e da Despesa - estão informadas pelos valores arrecadados e empenhados, respectivamente, uma vez que são de natureza orçamentária, seguindo-se o que dispõe o art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Ressalta-se que a apreciação das contas anuais do Governador do Estado pelo Tribunal de Contas do Estado, não desobriga os demais administradores e responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração pública estadual, de encaminhar suas respectivas prestações de contas, referentes ao exercício de 2015, ao Tribunal, tendo em vista que o julgamento delas está ordenado na Constituição Estadual, art. 116, inciso II.

1

**CENÁRIO ECONÔMICO
E SOCIAL DO ESTADO
DO PARÁ**



ESTAÇÃO DAS DOCAS

Arquivo Agência Pará

Foto: Cláudio Santos

1. CENÁRIO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ

Em âmbito nacional, o ano de 2015 foi marcado pela retração econômica, com um decréscimo de 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em relação a 2014, totalizando R\$ 5,9 trilhões. O PIB per capita nacional foi da ordem de R\$ 28.876, com queda de 4,6%, em volume, em comparação ao ano anterior, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quanto ao estado do Pará, as principais informações econômicas e sociais estão evidenciadas nas tabelas e gráficos a seguir, extraídas de publicações da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (Fapespa) e do IBGE. Concede-se especial realce aos índices relativos ao PIB, à Balança Comercial e ao Mercado de Trabalho, indicadores clássicos da atividade econômica. Também serão abordadas informações relevantes extraídas do Relatório do Mapa de Exclusão Social, que refletem o diagnóstico da realidade social do estado, de forma regionalizada.

Inicialmente, apresentam-se dados gerais sobre o estado do Pará, como segue:

Tabela 1.1 – Dados Gerais do Estado do Pará – 2015

População Estimada 2015	8.175.113
População em 2010 (Censo)	7.581.051
Área (Km ²)	1.247.954,320
Densidade Demográfica (habitantes/Km ²)	6,07
Quantidade de Municípios	144
Regiões de Integração	Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó, Metropolitana, Rio Caeté Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu

Fonte: IBGE e Fapespa

1.1. PRODUTO INTERNO BRUTO

Nesta análise são adotadas as informações constantes da série Contas Regionais do Brasil 2010-2013, calculada pela Fapespa em parceria com o IBGE, publicada nos sítios eletrônicos www.fapespa.pa.gov.br e www.ibge.gov.br. A defasagem das informações decorre, segundo a Fapespa, da impossibilidade de obtenção, tratamento e consolidação dos dados econômicos necessários à elaboração do PIB estadual de 2015, antes do prazo para encaminhamento do Balanço Geral do Estado (BGE) ao TCE-PA. Desse modo, o estudo do comportamento do PIB do Pará no exercício de 2015 resta prejudicado.

Definidas as limitações temporais da abordagem, passa-se a tratar do PIB do estado do Pará em relação aos cenários nacional, regional e municipal.

O PIB consiste no somatório de todos os bens e serviços produzidos em determinado período (mês, semestre, ano) e região (cidade, região, país), expresso em valores monetários. Ele representa relevante indicador da economia, pois demonstra as oscilações positivas ou negativas da atividade econômica.

No ano de 2013, o PIB brasileiro foi de R\$5,3 trilhões, dos quais 5,5% foram constituídos pela participação dos 7 estados da Região Norte, equivalente a R\$292,3 bilhões.

O PIB paraense foi de R\$120,9 bilhões em 2013, o maior entre os estados nortistas, superando o alcançado em 2012, de R\$106,8 bilhões. Com isso, observa-se o crescimento real (variação em volume da produção bruta paraense) de 2,8%, inferior, contudo, ao observado no ano de 2012, de 3,4%.

Na comparação entre as unidades federativas brasileiras, o PIB do Pará evoluiu da 12ª para a 11ª posição em 2013. Em termos de crescimento real, saltou da 18ª para a 12ª colocação no ranking nacional.

A variação nominal do PIB paraense de 2012 (R\$106,8 bilhões) para 2013 (R\$120,9 bilhões) foi de 13,2%. Esse resultado decorreu do crescimento de 11% dos Impostos líquidos de subsídios e de 13,5% do Valor Adicionado (VA) (medida da contribuição ao PIB pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades). A tabela a seguir demonstra a evolução dos componentes do PIB do estado do Pará, sob a ótica da produção, no período de 2010 a 2013.

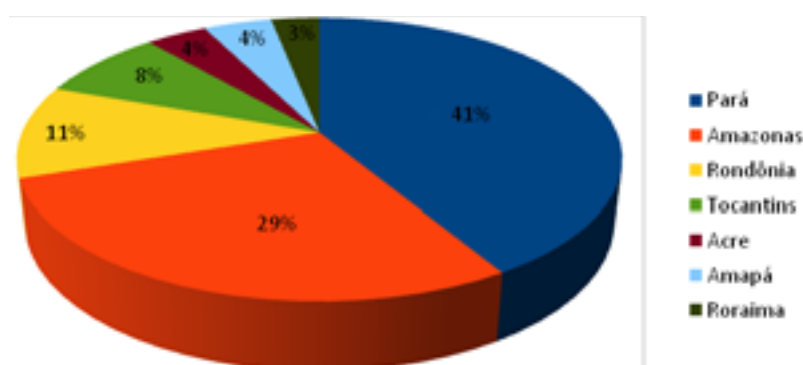
Tabela 1.2 – Composição do PIB do Pará sob a Ótica da Produção 2010-2013

	2010	2011	2012	2013
Produto Interno Bruto (Bilhões – R\$)	82.691	98.740	106.819	120.949
Valor Adicionado	75.528	90.570	97.089	110.153
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios	7.163	8.169	9.730	10.796
Participação (%) no PIB				
Valor Adicionado	91,3	91,7	90,9	91,1
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios	8,7	8,3	90,9	91,1

Fonte: Fapespa

O Pará teve a participação mais significativa na composição do PIB da Região Norte, com 41,4% do total. O gráfico a seguir evidencia o percentual contributivo de cada um dos estados nortistas:

Gráfico 1.1 - Participação dos Estados no PIB Região Norte – 2012-2013



Fonte: IBGE

No ano de 2013, o PIB per capita do Pará alcançou o valor de R\$15.176,19, inferior à média da Região Norte (R\$17.213,30) e nacional (R\$26.445,72), ocupando o 20º lugar geral entre os estados brasileiros.

Com acima, o Pará apresenta o maior PIB na Região Norte, todavia, o PIB per capita paraense é o segundo menor entre as unidades federativas nortistas, superior apenas ao do Acre (R\$14.733,50). Essa aparente discrepância se deve ao aspecto populacional, posto que estado do Pará reúne a maior população residente entre as unidades federativas comparadas. A tabela a seguir demonstra o PIB per capita dos estados integrantes da Região Norte, em 2013.

Tabela 1.3 - PIB per Capita dos Estados da Região Norte - 2013

(Em R\$1,00)

Estados	Produto Interno Bruto per capita	População residente (1 000 hab.) (1)
Pará	15.176,18	7.970
Amazonas	21.873,65	3.808
Rondônia	17.990,69	1.728
Tocantins	16.086,37	1.478
Acre	14.733,50	776
Amapá	17.363,82	735
Roraima	18.495,80	488

Fonte:Fapespa

Setores e Atividades Produtivas do Pará – Crescimento Real, Valores e Participação em 2013.

No tocante ao crescimento real dos setores produtivos do Pará em 2013, o setor agropecuário foi o de maior destaque, com 4%, único a crescer acima do PIB (2,8%). As atividades com maior peso neste setor foram a produção florestal e pesca, pecuária e agricultura, com crescimentos de 7%, 3,5% e 3%, respectivamente.

O setor industrial cresceu 2,1%, observando-se, contudo, decréscimos nas atividades relacionadas à indústria extrativa (0,3%), indústria da transformação (1,6%) e de geração e distribuição de eletricidades e água (4,6%). A exceção deste setor foi a construção civil, com crescimento real de 12,7%, em 2013.

O setor de serviços evoluiu 2,6%, com destaque para as atividades de serviços de informação (12,4%), alojamento e alimentação (5,1%) e atividades imobiliárias (4,9%), intermediação financeira (3,9%), atividades profissionais (3,2%) e transporte e armazenagem (2,9%). A Administração Pública (2,3%) e o comércio (2,1%) não acompanharam o crescimento das demais atividades.

Em 2013, as cinco atividades produtivas que tiveram as maiores participações no Valor Adicionado estadual, da ordem de R\$ 110,1 bilhões, foram a Administração Pública (19,1%), indústria extrativa (17,9%), comércio (11,1%), atividades imobiliárias (8,4%) e agricultura (8,1%), representando 65% do total.

A tabela a seguir demonstra o nível de participação dos setores e atividades produtivas no Valor Adicionado do Pará, em 2013.

Tabela 1.4 - Participação dos Setores Econômicos no Valor Adicionado Estadual 2013

Setores e Atividades Econômicas	Preços Correntes R\$ Milhões	Participação no VA (%)
Valor Adicionado	110.153	
Agropecuária	14.537	13,2
Agricultura, inclusive o apoio e a pós colheita	8.933	8,11
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	3.215	2,92
Produção Florestal e Pesca	2.389	2,17
Indústria	36.525	33,16
Indústria extrativa	19.707	17,89
Indústria de transformação	4.860	4,41
Geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3.322	3,02
Construção	8.637	7,84
Serviços	59.091	53,64
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	12.269	11,14
Transporte, armazenagem e correios	3.252	2,95
Serviços de alojamento e alimentação	2.323	2,11
Serviços de informação	1.107	1
Intermediação financeira, de seguros, e previdência complementar e serviços relacionados	1.802	1,64
Atividades imobiliárias	9.235	8,38
Atividades profissionais, científicas, técnicas, administrativas e serviços complementares	3.782	3,43
Administração, educação e saúde pública, defesa e seguridade social	21.054	19,11
Educação e saúde privada	1.819	1,65
Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços	1.170	1,06
Serviços domésticos	1.278	1,16

Fonte: Fapespa

Em 2013, os dez municípios paraenses com as maiores participações concentram aproximadamente 63% do PIB estadual, os demais 134 municípios somaram apenas 37,1%. A tabela adiante expõe o ranking dos 10 maiores PIB, a preço de mercado corrente, no período de 2012 a 2013.

Tabela 1.5 – Ranking dos municípios com maiores participação no PIB estadual – 2012-2013

Ranking	Municípios	PIB (R\$ mil)	Part. %	Ranking	Municípios	PIB (R\$ mil)	Part. %
1º	Belém	26.614.484	23	1º	Belém	25.772.207	21,3
2º	Parauapebas	18.960.366	17,7	2º	Parauapebas	20.263.415	16,8
3º	Ananindeua	5.436.218	5,1	3º	Ananindeua	5.478.768	4,5
4º	Marabá	4.222.872	4	4º	Marabá	5.210.748	4,3
5º	Santarém	3.146.866	2,9	5º	Canaã dos Carajás	3.694.956	3,1
6º	Canaã dos Carajás	2.963.151	2,8	6º	Tucuruí	3.618.756	3
7º	Tucuruí	2.830.922	2,7	7º	Santarém	3.332.539	2,8
8º	Castanhal	2.456.416	2,3	8º	Altamira	3.067.323	2,5
9º	Barcarena	2.268.106	2,1	9º	Barcarena	2.932.266	2,4
10º	Altamira	2.182.778	2	10º	Castanhal	2.747.753	2,3

Fonte: Fapespa

1.2. BALANÇA COMERCIAL

A balança comercial registra as exportações e as importações de bens e serviços de um país em determinado período, expressas em dólares americanos, cuja diferença resulta em um saldo que, se positivo, configura superávit e, caso, negativo, constitui déficit comercial.

Em 2015, a Balança Comercial brasileira apresentou superávit da ordem de US\$19,7 bilhões, segundo dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por meio do sítio www.mdic.gov.br. Este saldo positivo é oriundo da diferença do total das exportações que alcançaram US\$191,1 bilhões (15,09% inferior em relação a 2014) e do montante das importações que somaram US\$171,4 bilhões (25,18% menor em relação a 2014).

O saldo da Balança Comercial do estado do Pará embora superavitário em 2015, no valor de US\$9,3 bilhões, vem decrescendo desde o ano de 2011, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 1.6 - Balança Comercial do Estado do Pará - 2011-2015

(Em US\$ 1.000 FOB)

Ano	Exportação	Importação	Saldo
2011	18.336.604.195	1.344.901.679	16.991.702.516
2012	14.795.448.748	1.367.662.462	13.427.786.286
2013	15.852.091.025	1.111.198.246	14.740.892.779
2014	14.259.474.775	966.636.297	13.292.838.478
2015	10.272.495.107	945.208.711	9.327.286.396

Fonte: MDIC/Secretaria de Comércio Exterior (Secex)

Em que pese a gradual redução da participação do Pará no comércio exterior, o estado ainda mantém posição de destaque em termos de superávit da balança comercial, sobretudo pelo volume de exportações de minérios. Nesse sentido, segundo dados da Fapespa constantes do Informe Técnico da Balança Comercial de janeiro de 2016 (www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/895.pdf?id=1460473065 – consultado no dia 14-04-2016), o Pará apresentou o terceiro maior saldo positivo (US\$ 577,1 milhões), atrás apenas do Mato Grosso (US\$ 717,8 milhões) e Minas Gerais (US\$ 625,1 milhões).

1.3. MERCADO DE TRABALHO

As informações atinentes ao Mercado de Trabalho do Pará 2015 foram extraídas de Nota Técnica e do Boletim do Trabalho e Renda, ambos elaborados pela Fapespa com base nos dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

No Brasil foram perdidos 1.542.371 empregos celetistas em 2015, representando baixa de 3,74% no estoque de assalariados com carteira assinada do ano anterior. Todas as unidades federativas brasileiras apresentaram saldo negativo. Essa retração resultou da queda de praticamente todos os setores da economia, com destaque para a construção civil (416.959), indústria de transformação (608.878), dos serviços (276.054) e comércio (218.650).

Em 2015, o saldo de empregos no Pará foi reduzido em 37.878, o pior desempenho na Região Norte, a qual perdeu mais de 100 mil postos de trabalho no período. A tabela a seguir expressa numericamente o cenário negativo do Mercado de Trabalho celetista no Brasil, na Região Norte e no estado.

Tabela 1.7 – Saldo de Empregos no Brasil, Região Norte e no Pará – 2015

Unidades Geográficas	Admitidos	Desligados	Saldo	Varição (%) no Estoque
Brasil	17.707.267	19.249.638	(1.542.371)	(3,74)
Região Norte	808.334	908.546	(100.212)	(5,15)
Pará	337.592	375.420	(37.828)	(4,67)

Fonte: Fapespa

O estado do Pará sofreu os influxos da conjuntura nacional e do fim dos ciclos da construção civil, pela conclusão de empreendimentos hidrelétricos e habitacionais, os quais causaram significativos números de desligamentos, com repercussões negativas em diversos outros setores e atividades.

Os setores produtivos mais impactados com a crise econômica e que apresentaram as maiores perdas de vínculos de empregos formais foram da construção civil (25.104), do comércio (3.373) e de serviços (3.014).

A tabela a seguir sintetiza o movimento do Mercado de Trabalho, por setores e atividades produtivas, no período de 2014 a 2015.

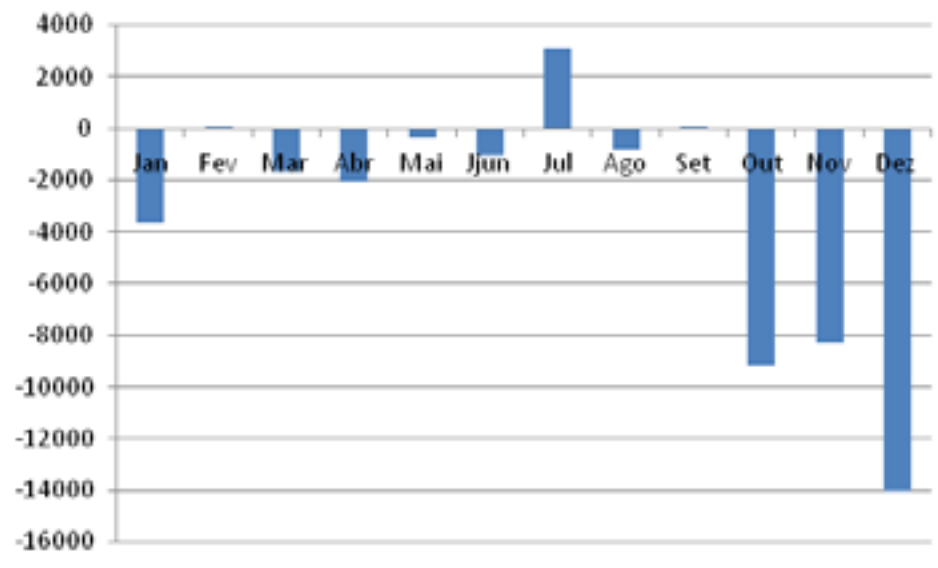
Tabela 1.8 – Movimento do Mercado de Trabalho no Pará, por setores 2014-2015

Estado/Setores	2014			2015		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Pará	416.723	395.649	21.074	337.592	375.420	(37.828)
Administração Pública	3.880	2.971	909	250	497	(247)
Agropecuária	47.558	44.816	2.742	28.802	31.911	(3.109)
Comércio	2.619	2.573	46	91.456	94.829	(3.373)
Construção Civil	115.404	111.623	3.781	77.666	102.770	(25.104)
Extrativa Mineral	103.238	98.868	4.370	3.616	3.115	500
Indústria de Transformação	109.971	101.142	8.829	39.465	42.501	(3.036)
Serviços Industriais de Utilidade Pública	488	319	169	1.618	1.880	(262)
Serviços	33.565	33.337	228	94.720	97.917	(3.197)

Fonte: Fapespa/MTE

Na análise de desempenho do saldo de emprego paraense ao longo dos meses do ano de 2015, observou-se a perda total de 37.828 vínculos de empregos formais, conforme revela o gráfico a seguir:

Gráfico 1.2 - Saldo de Empregos Paraenses de Janeiro a Dezembro - 2015



Fonte: Fapespa/MTE

1.4. MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL

1.4.1. Considerações iniciais

Desde o exercício de 2007, por força da Lei Estadual nº 6.836, de 13 de fevereiro de 2006, o Governador do Pará passou a ter a incumbência de encaminhar, anualmente, ao Poder Legislativo o Mapa da Exclusão Social como elemento obrigatório da Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo.

Nos termos da mencionada lei, o Mapa da Exclusão Social consiste num diagnóstico anual e regionalizado da exclusão social no estado, relativo ao ano de referência da prestação de contas governamental e ao ano imediatamente anterior para fins comparativos. Esse documento é elaborado a partir dos indicadores socioeconômicos definidos na lei, concernentes à expectativa de vida, renda, desemprego, educação, saúde, saneamento básico, habitação, população em situação de risco nas ruas, segurança pública, acréscido do indicador de inclusão digital, proveniente de recomendação deste TCE-PA.

Todavia, com a publicação da Lei Estadual nº 8.327, de 22 de dezembro de 2015, foram introduzidas significativas alterações aos dispositivos da Lei nº 6.836/2006, inclusive quanto ao prazo e a forma de encaminhamento do Mapa de Exclusão Social ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Pela nova lei, o Mapa da Exclusão Social deixa de ser parte integrante da Prestação de Contas anual do Poder Executivo e, em contrapartida, impõe-se ao Chefe do Poder Executivo o dever de encaminhá-lo anualmente ao Poder Legislativo juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) e, no mesmo prazo, ao TCE-PA.

Desse modo, considerando o prazo de encaminhamento do projeto da LOA estadual de até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro, previsto no artigo 35, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o Mapa deverá ser elaborado e encaminhado ao Legislativo e à Corte de Contas até o dia 31 de agosto de cada exercício.

Além da modificação do procedimento de envio, uma das principais repercussões da nova lei diz respeito à desobrigação do Poder Executivo de apresentar o diagnóstico da desigualdade social como parte integrante do Balanço Geral do Estado do Pará (BGE). Com isso, o Parecer Prévio emitido por este TCE-PA sobre as contas de governo não mais exporá a avaliação dos indicadores do Mapa da Exclusão Social e, por consequência, deixará de tecer as recomendações destinadas à conformação do documento aos parâmetros legais.

Segundo a Fapespa, as alterações promovidas pela Lei nº 8.327/2015 tiveram por objetivo solucionar as históricas dificuldades relacionadas à indisponibilidade de informações pelas fontes oficiais, necessárias à elaboração dos indicadores de maneira tempestiva e em consonância com os critérios estabelecidos na Lei nº 6.836/2006.

De fato, a despeito dos esforços dos técnicos do Poder Executivo, a carência de informações contemporâneas aos exercícios das prestações de contas apreciadas, aliada à nem sempre possível desagregação regional dos dados apresentados nos Mapas, fragilizavam a precisão e eficácia do diagnóstico pretendido pela Lei nº 6.836/2006, ensejando sucessivas recomendações deste TCE-PA para a adequação do estudo.

A Lei nº 8.327/2015 trouxe as condições ideais para a elaboração do diagnóstico da realidade social do Estado, de forma regionalizada, referente aos dois últimos anos imediatamente anteriores, para fins de comparação. Para tanto, estabeleceu novos indicadores socioeconômicos e readequou outros cujos dados estarão disponibilizados pelas fontes oficiais em tempo hábil, de modo a permitir a construção do Mapa com o nível de precisão esperado.

Excepcionalmente em relação ao exercício de 2015, dois Mapas da Exclusão Social serão elaborados e encaminhados a este TCE-PA. O primeiro, confeccionado nos moldes da redação original da Lei nº 6.836/2006, constitui parte integrante do BGE 2015 e será analisado nesta oportunidade. O segundo, já sob os influxos da Lei nº 8.327/2015, deverá ser destinado pelo Chefe do Poder Executivo a esta Corte de Contas até 31 de agosto de 2016, por ocasião do encaminhamento do Projeto da LOA ao Poder Legislativo.

A elogiável medida adotada pelo Poder Executivo teve por objetivo evitar a abrupta descontinuidade da importante avaliação da realidade social do estado no âmbito da prestação das contas governamentais, propiciando uma adequada transição entre as metodologias de elaboração do Mapa da Exclusão Social.

Definidas as linhas gerais do novo contexto de desenvolvimento do Mapa, os tópicos a seguir serão destinados à abordagem dos indicadores socioeconômicos constantes do estudo, que será pautada por critérios técnicos e objetivos, contudo, sem o viés de legalidade estrita, visto que o documento não mais representa item obrigatório do BGE, conforme o Artigo 1º da Lei nº 8.327/2015.

1.4.2. Exigências Legais

A Lei nº 6.836/2006, instituidora do Mapa da Exclusão Social, sofreu significativas alterações com a publicação da nova Lei Estadual nº 8.327/2015. Entretanto, foram preservadas as exigências atinentes à elaboração dos instrumentos de planejamento governamental, correlacionadas às metas de incremento dos indicadores sociais previstas no Mapa.

O art. 4º da Lei Estadual nº 6.836/2006 determina que a lei que aprovar o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPA) disporá sobre as metas de melhoria dos indicadores sociais contidos no Mapa da Exclusão Social e sobre a estratégia que será adotada para sua elaboração durante o período em que estiver em vigor.

E, de acordo com o caput do art. 5º do mencionado diploma legal, integrará o Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) o Anexo de Metas Sociais, com as metas de melhoria dos indicadores sociais do Mapa da Exclusão Social a serem atingidas no ano seguinte.

A norma também impõe ao Poder Executivo o dever de discriminar as ações destinadas à realização das metas estipuladas, quantificadas financeira e fisicamente sempre que possível. Somado a essas exigências, o parágrafo único do art. 5º dispõe que o Anexo de Metas Sociais da LOA deverá conter a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

Uma vez descritas as condições estabelecidas pela Lei nº 6.836/2006 quanto à elaboração dos instrumentos de planejamento governamental, passa-se a avaliar o atendimento das mesmas pelo Poder Executivo.

A Lei Estadual nº 7.595, de 28 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado, de 30 de dezembro de 2011, instituiu o PPA relativo ao quadriênio 2012-2015. Posteriormente, a Lei Estadual nº 8.094, de 30 de dezembro de 2014, dispôs sobre revisão deste plano, com reflexos para o exercício de 2015.

Com base na análise do PPA, especialmente do Quadro 2, presente no capítulo dedicado às Metas de Melhoria do Mapa da Exclusão Social – Indicadores Sociais, da Parte 1, reputa-se que houve o cumprimento das disposições do art. 4º da Lei nº 6.836/2006, por meio do estabelecimento das metas de melhoria dos indicadores sociais e da estratégia a ser adotada para sua elaboração ao longo da vigência do plano.

O orçamento anual do estado do Pará do exercício de 2015 foi aprovado pela Lei Estadual nº 8.095, de 30 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 2014.

O projeto da LOA, disponibilizado no sítio oficial www.sepof.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/loa/loa2015/mensagem2015.pdf, trouxe em seu Quadro 9, o Anexo de Metas Sociais, o qual fixou as metas de melhoria dos indicadores do Mapa e descreveu as ações a serem desenvolvidas para realização dessas metas, quantificadas física e financeiramente. Além disso, consta a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior, conforme se observa no Quadro 10. Dessa maneira, depreende-se que houve o atendimento das disposições do caput e do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 6.836/2006.

Em suma, o PPA 2011-2015, aprovado sob a forma da Lei nº 7.595/2011, assim como o projeto da LOA para o exercício de 2015, observaram as condições impostas pela Lei 6.836/2006.

1.4.3. Relatório do Mapa da Exclusão Social 2015

A Lei nº 8.327/2015 desobrigou o Governador do dever de encaminhar o Mapa da Exclusão Social como parte integrante da Prestação de Contas anual do Poder Executivo. A despeito disso, o BGE de 2015 foi submetido à apreciação desta Corte de Contas com o já tradicional estudo sobre a realidade social do estado.

Essa medida, digna de menção, evita uma súbita descontinuidade de importante subsídio à análise das contas de governo pelo TCE/PA. Adicionalmente, permite transparecer o nível de comprometimento dos gestores e técnicos governamentais face ao colossal desafio de reduzir a pobreza e a desigualdade social no estado. Segundo o IBGE, em 2010, o Pará apresentava o dobro de pobreza e de extrema pobreza em comparação à média brasileira, com cerca de 3 milhões de paraenses em situação de vulnerabilidade.

A Fapespa desenvolveu o Mapa da Exclusão Social do exercício de 2015 a partir de informações oriundas de fontes oficiais, especialmente o IBGE, expondo-as sob a forma de indicadores estabelecidos pela redação original da Lei nº 6.836/2006 ou equivalentes, desenvolvendo comentários e avaliações baseados em metodologia comparativa.

Os indicadores descritos no estudo estão organizados em séries anuais correlacionadas a determinados recortes geográficos (Brasil, Região Norte e Pará) ou político-administrativos (Região Metropolitana de Belém e Regiões de Integração), elaborados de acordo com os dados disponíveis ao tempo da confecção do Mapa.

Certas peculiaridades devem ser esclarecidas nesta ocasião a fim de precaver interpretações discrepantes e possibilitar o máximo proveito do estudo como instrumento de avaliação da efetividade das políticas públicas e mecanismo catalisador do controle social.

Dos indicadores avaliados, apenas os atinentes à expectativa de vida, saúde e segurança pública se referem ao ano desta prestação de contas. Os índices correlacionados à renda, desemprego, educação, saneamento básico, habitação, população em situação de risco nas ruas e o de inclusão digital são anteriores a 2015. E, ainda, as desagregações geográficas e os indicadores nem sempre se apresentam na forma estabelecida pela Lei nº 6.836/2006.

Essas impropriedades se devem, sobretudo, à ausência de sincronismo entre o momento da divulgação pelas fontes oficiais das informações necessárias à elaboração do Mapa e a data limite para sua remessa ao TCE/PA, descompasso que inviabiliza o tratamento dos dados mais recentes em tempo hábil.

Por outro lado, a inexistência de dados ou de cobertura na área de abrangência da fonte oficial, também representa fator impeditivo à exposição dos indicadores segundo as Regiões de Integração do Pará, condição ideal prevista em lei.

Ainda que não tenha atingido o nível de perfeição idealizado pelo legislador, o diagnóstico traçado pelo Mapa da Exclusão Social representa poderoso guia para o aprimoramento de políticas públicas e das ações governamentais destinadas a mitigar as vulnerabilidades de significativa parcela da população, além de favorecer os controles político, técnico e social sobre o desempenho do Poder Executivo na área social.

Os tópicos a seguir são dedicados à exposição e avaliação sintética dos indicadores socioeconômicos elaborados pela Fapespa em cumprimento ao art. 3º da Lei nº 6.836/2006, na sua redação original.

1.4.3.1. Expectativa de Vida

Igualmente conhecida como esperança de vida ao nascer, a expectativa de vida estima o número médio de anos que um recém-nascido viveria se os padrões de mortalidade e as variáveis correlatas não se modificassem ao longo da vida. A performance desse indicador espelha o patamar da qualidade de vida em determinada localidade, variando em função de aumentos ou reduções dos níveis de acesso à saúde pública, educação, cultura e lazer, dos índices de violência, criminalidade, saneamento básico, entre outras variáveis.

Em 2015, verificou-se uma discreta redução da expectativa de vida da população paraense de 72,78 anos, em 2014, para 72,75. No mesmo período, entretanto, a média nacional evoluiu de 75,14 para 75,44 anos, de acordo com o IBGE em sua publicação Brasil em Síntese, Projeção da População do Brasil – 2013 (<http://brasil.sintese.ibge.gov.br/populacao/esperancas-de-vida-ao-nascer.html>).

A tabela a seguir demonstra os resultados da expectativa de vida dos indivíduos com menos de 1 ano de idade no Pará e nas Regiões de Integração, nos anos de 2014 e 2015.

Tabela 1.9 - Expectativa de vida dos indivíduos menores de 1 ano de idade no Pará e nas suas Regiões de Integração – 2014 e 2015

Pará/Regiões de Integração	Expectativa de Vida (em anos)	
	2014	2015
Pará	72,78	72,75
Marajó	76,99	76,90
Tocantins	74,41	74,48
Rio Caeté	73,89	74,36
Rio Capim	73,36	73,59
Baixo Amazonas	73,69	73,54
Lago de Tucuruí	73,61	73,43
Araguaia	73,39	73,31
Guamá	72,85	73,11
Tapajós	72,44	72,61
Guajará	71,35	71,29
Xingu	71,53	71,28
Carajás	71,15	71,06

Fonte: Sespa/Fapespa; Elaboração e Cálculo: Fapespa/Seplan

Nota (1) As informações sobre óbitos foram fornecidas pela Sespa e são preliminares;

(2) A população por faixa etária para 2014 e 2015 foi estimada pela Fapespa;

(3) Os dados de população utilizados para construção desse indicador são preliminares e as informações sobre os óbitos ainda são afetadas pelo problema do sub-registro. Por esse motivo, alguns resultados podem não estar em conformidade com outras fontes de informação.

De acordo com a tabela anterior, as maiores taxas de esperança de vida em anos foram observadas nas regiões do Rio Caeté (74,36), Tocantins (74,48) e Marajó (76,90), a única dentre as avaliadas situadas acima da média brasileira. As menores estão situadas nas regiões do Guajará (71,29), Xingu (71,28) e Carajás (71,06).

Os dados evidenciam que das 12 Regiões de Integração do Pará apenas 4 apresentaram pequena evolução nos indicadores de expectativa de vida. Esse cenário sugere a necessidade de intensificação e maior efetividade das ações governamentais destinadas a promover a melhoria da qualidade de vida da população.

1.4.3.2. Renda

O art. 3º da Lei nº 6.836/2006 define os indicadores de renda a serem utilizados na elaboração do Mapa, a saber: PIB per capita ajustado ao custo de vida local, indicadores de concentração de renda e número de pessoas abaixo da linha da pobreza.

O Mapa de 2015 inova ao expor dados sobre o PIB – Ótica da Renda, que consiste em indicador de desempenho econômico e análise estrutural de curto, médio e longo prazo. Esse índice corresponde à remuneração dos empregados (remuneração do trabalho), mais o excedente operacional bruto e rendimento misto bruto (remuneração do capital), somado ao montante dos impostos, líquidos de subsídios sobre a produção e importação.

Em 2013, o PIB do Pará alcançou o montante de R\$120,9 bilhões. Sob a ótica da renda, do total do PIB estadual, em termos de valores a preços do mercado corrente, os trabalhadores ficaram com R\$47,4 bilhões, o capital (empresas e autônomos) com R\$61,7 bilhões, e o estado (impostos) auferiu R\$11,7 bilhões.

O PIB per capita do estado do Pará foi de R\$15.176 em 2013, enquanto na Região Norte atingiu R\$17.213 e no Brasil a média calculada foi de R\$26.446, a preços de mercado corrente para o ano de referência. A tabela a seguir demonstra as variações do PIB per capita observadas nas 12 Regiões de Integração, no período de 2010-2013.

Tabela 1.10 – PIB per capita, a Preços de Mercado Corrente, segundo RI do Pará, 2010-2013

Pará/RI	PIB per capita (R\$)			
	2010	2011	2012	2013
Pará	10.876	12.842	13.708	15.176
Carajás	37.728	49.742	45.969	49.473
Guajará	11.763	13.311	15.389	15.837
Lago de Tucuruí	11.925	12.732	13.015	15.279
Xingu	6.182	8.488	11.582	14.965
Baixo Amazonas	9.663	10.010	10.847	12.794
Araguaia	8.551	10.015	11.623	12.348
Rio Capim	7.827	9.236	9.807	11.308
Tocantins	7.923	8.785	8.567	10.548
Guamá	6.233	7.065	8.417	9.704
Tapajós	7.792	7.870	8.521	9.702
Rio Caeté	4.688	5.423	6.356	7.638
Marajó	3.825	4.410	5.079	5.772

Fonte: Fapespa/IBGE, 2016;
Elaboração: Fapespa, 2016.

Merece destaque positivo o PIB per capita registrado na região de Carajás, o maior do estado com R\$49.473, quase o dobro da média do Brasil (R\$26.446). Em contrapartida, apresentaram indicadores de renda inferiores à metade do índice brasileiro as regiões Baixo Amazonas, Araguaia, Rio Capim, Tocantins, Guamá, Tapajós, Rio Caeté e Marajó. Essa última alcançou apenas R\$5.772, aproximadamente um quinto da média nacional.

O Coeficiente de Gini consiste em uma fórmula desenvolvida para medir o grau de distribuição de um valor, com variações em uma escala de zero (perfeita igualdade) a um (desigualdade máxima). Trata-se de um indicador de concentração de renda em determinado local.

A Fapespa elaborou os cálculos do índice de Gini com base no PIB dos municípios integrantes de cada Região de Integração, apurados no período de 2010 a 2013, disponibilizados pelo IBGE, demonstrados na tabela a seguir.

Tabela 1.11 – Coeficiente de Gini do PIB para o Estado do Pará e Região de Integração, 2010 – 2013

Pará/RI	Coeficiente de Gini			
	2010	2011	2012	2013
Pará	0,742	0,751	0,739	0,738
Carajás	0,818	0,827	0,814	0,807
Guajará	0,675	0,675	0,670	0,668
Guamá	0,597	0,591	0,612	0,591
Xingu	0,428	0,473	0,550	0,563
Lago de Tucuruí	0,574	0,559	0,530	0,549
Baixo Amazonas	0,564	0,586	0,576	0,542
Rio Caeté	0,526	0,527	0,536	0,521
Tapajós	0,485	0,498	0,477	0,465
Rio Capim	0,448	0,475	0,472	0,451
Tocantins	0,497	0,486	0,417	0,416
Araguaia	0,391	0,387	0,406	0,398
Marajó	0,313	0,309	0,312	0,304

Fonte: Fapespa/IBGE, 2016. Elaboração: Fapespa, 2016.

No período analisado, houve discreta descontração da renda no Pará, de 0,742 em 2010 para 0,738 em 2013, contudo, esses dados ainda expressam a forte desigualdade na distribuição da riqueza produzida pelo estado.

As Regiões de Integração que apresentaram os menores índices de concentração em 2013 foram: Marajó (0,304), Araguaia (0,398) e Tocantins (0,416). Por outro lado, Carajás (0,807) permanece como a região de maior índice de desigualdade na distribuição da renda.

Quanto ao indicador de pessoas abaixo da linha de pobreza, o estudo utiliza o conceito de pobreza absoluta para estabelecer esse limite, no qual se fixa um nível mínimo ou suficiente para suprir as necessidades básicas de uma população. Considera-se abaixo da linha de pobreza, em termos de valores, todas as pessoas que vivem em domicílios cuja renda per capita é inferior a ½ salário mínimo de 2004 a preços de 2014, equivalente a R\$220,44.

Os dados desse indicador descritos no Mapa são baseados na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar - Pnad, do IBGE, para os períodos de 2008-2009 e 2011-2014. Os indicadores estão desagregados geograficamente para o Brasil, Região Norte, Pará e Região Metropolitana de Belém, e conforme o sexo e cor/raça da população.

A tabela a seguir expõe os indicadores mais recentes do quantitativo de pessoas consideradas abaixo da linha de pobreza, por grupos de 1.000 indivíduos, no período de 2011-2014.

Tabela 1.12 – Número de Pessoas Abaixo da Linha de Pobreza (em 1.000 pessoas) para o Brasil, Região Norte, Pará e Região Metropolitana, 2011 - 2014

Área Geográfica	Indicador	2011	2012	2013	2014
Brasil	População	195.243	199.689	201.467	203.191
	Pop. Pobre	31.769	27.031	26.828	23.358
	% Pobre	16,30	13,70	13,32	11,50
Região Norte	População	16.499	16.730	17.040	17.285
	Pop. Pobre	4.527	3.981	3.980	3.437
	% Pobre	27,40	23,80	23,36	19,88
Pará	População	7.878	7.987	7.990	8.093
	Pop. Pobre	2.423	2.041	2.026	1.843
	% Pobre	30,80	25,60	25,36	22,77
RM Belém	População	2.158	2.179	2.180	2.198
	Pop. Pobre	344	306	312	267
	% Pobre	15,90	14,00	14,29	12,15

Fonte: IBGE/Pnad,
Elaboração e Cálculo: Fapespa, 2016.

Os dados demonstram uma paulatina redução da população pobre em todas as áreas avaliadas. Em termos nominais, de 2011 para 2014, no Pará houve um decréscimo de 8 p.p, de 30,80% para 22,77%. Isso significa que 580 mil pessoas superaram a linha de pobreza nesse período.

O Mapa indica que de 2013 para 2014, em todas as regiões pesquisadas, observou-se redução de pessoas do sexo masculino na proporção de pessoas pobres; em contrapartida, o percentual de mulheres nessa condição está acima de 50%.

O estudo revela, ainda, que mais de 80% da população abaixo da linha de pobreza na Região Norte e no Pará é da cor/raça preta ou parda. Esse dado sugere o acerto da adoção de ações afirmativas e políticas de cotas visando equilibrar o acesso ao ensino superior, que constitui fator preponderante para a superação das vulnerabilidades sociais.

1.4.3.3. Desemprego

O ano relativo à prestação de contas em apreço foi amplamente desfavorável em termos de mercado de trabalho e criação de empregos, em decorrência do desequilíbrio econômico brasileiro acentuado pela crise política em âmbito federal.

Expressivas reduções foram observadas no período, com decréscimo de 1,5 milhão de empregos celetistas no Brasil. No estado do Pará houve a perda de 100 mil postos em 2015. O mercado de trabalho foi tratado de forma mais detalhada em tópico antecedente, no âmbito da análise do Cenário Sócioeconômico paraense de 2015.

O desemprego é considerado um dos principais fatores da exclusão social, de modo que a Lei n° 6.836/2006 estabeleceu a obrigatoriedade de constar no Mapa o indicador do desemprego, definido como o percentual médio de população economicamente ativa desempregada. Entretanto, a Fapespa afirma que não há nenhuma pesquisa que disponibilize a variável desemprego de forma desagregada para o estado do Pará.

Por essa razão, adota no estudo o índice de Desocupação disponível na Pnad/IBGE, correspondente à parte da População Economicamente Ativa (PEA) que se encontrava desocupada, cuja expressão em percentual é denominada Taxa de Desocupação.

O adequado entendimento da Taxa de Desocupação pressupõe a compreensão do conceito de PEA, que consiste na população ocupada e desocupada, essa última abrangendo o grupo de pessoas desprovidas de trabalho num determinado período, mas dispostas a trabalhar e que tomaram medidas nesse sentido na semana de referência da pesquisa efetuada.

O Mapa disponibilizou as Taxas de Desocupação observadas no Brasil, Região Norte, Pará e Região Metropolitana (2011 a 2014), porém, a tabela a seguir expõe apenas os indicadores referentes ao período de 2012 a 2014.

Tabela 1.13 - Percentual da PEA desocupada (Taxa de Desocupação) no Brasil, Região Norte, Pará e Região Metropolitana de Belém, 2012-2014 (em 1.000 pessoas)

Indicadores	2011				2012				2013			
	BR	RN	PA	RMB	BR	RN	PA	RMB	BR	RN	PA	RMB
PEA	102.463	8.106	3.799	1.072	104.401	8.104	3.798	1.031	06.824	8.466	3.885	1.080
POC ¹	96.100	7.600	3.579	960	96.659	7.513	3.523	902	99.448	7.848	3.602	961
Pop Desocupada	6.363	506	220	111	6.742	591	275	129	7.377	618	283	120
Taxa de Desocupação (%)	6,2	6,2	5,8	10,3	6,5	7,3	7,2	12,3	6,9	7,3	7,3	11,1

Fonte: IBGE/Pnad, 2016; Elaboração: Fapespa, 2016.
(1) População Ocupada

De maneira geral, as regiões avaliadas apresentaram tendência de progressão das Taxas de Desocupação, exceto a Região Metropolitana de Belém, que reduziu essa taxa de 12,3%, em 2013, para 11,1%, em 2014.

A Fapespa formulou desdobramentos das Taxas de Desocupação de acordo com a situação do domicílio da população considerada (urbano ou rural), sexo e raça/cor. No Pará, os índices de desocupação nos anos de 2013 e 2014 foram superiores na área urbana, respectivamente, 9,3% e 9,4%, em comparação aos observados no meio rural, 2,9% e 2,4%, no mesmo período.

As desagregações do indicador de acordo com o gênero demonstram que as taxas de desocupação femininas alcançaram quase o dobro das taxas masculinas, no Brasil, Região Norte, Pará e RMB, tanto em 2013 quanto em 2014. Especificamente no Pará, em 2014, a taxa de desocupação para as mulheres foi de 10,5% e de 5,2% para os homens.

Segundo a Fapespa, esse dado sinaliza que o mercado de trabalho paraense demanda mais por mão de obra masculina, principalmente pela influência das atividades da Construção, Agrícola e de Transportes, Armazenagem e Comunicação, tradicionalmente empregadoras de homens.

De acordo com o estudo, em todos os recortes geográficos analisados os níveis de desocupação entre pretos e pardos são os maiores. Nos anos de 2013 e 2014, o estado do Pará apresentou, respectivamente, taxas de desocupação de 7,1% e 6,8% para brancos (redução) e de 7,3% e 7,5% para pretos e pardos (aumento). Percebe-se, assim, uma acentuação da desigualdade entre os dois grupos.

1.4.3.4. Educação

O ensino constitui fator fundamental para a superação da pobreza e da exclusão social. No que se refere à educação, a Lei Estadual nº 6.836/2006 fixou como indicador a média entre a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula no ensino fundamental, médio e superior.

A taxa de alfabetização consiste no percentual das pessoas acima de 15 anos de idade que sabem ler e escrever, ao menos, um bilhete simples. A taxa combinada de matrícula corresponde à razão entre o número total de pessoas de todas as faixas etárias que frequentam os cursos de ensino fundamental, médio e superior e a população de 6 a 22 anos, equivalente à taxa bruta de matrícula.

A tabela a seguir demonstra os indicadores de educação extraídos do Mapa da Exclusão Social para o Brasil, Região Norte, Pará e Região Metropolitana de Belém, verificados entre os anos de 2011 a 2014.

Tabela 1.14 – Taxa de Alfabetização, Matrícula Combinada e Média entre as taxas, 2011-2014

Área Geográfica	Ano	Taxa de Alfabetização (15 anos ou mais)	Matrícula Combinada	Média entre a Taxa de Alfabetização e a Taxa de matrícula combinada
Brasil	2011	91,42	87,58	1,04
	2012	91,34	86,51	1,06
	2013	91,48	86,82	1,05
	2014	91,73	86,46	1,06
Região Norte	2011	89,82	89,68	1,00
	2012	90,04	88,52	1,02
	2013	90,48	88,12	1,03
	2014	91,03	87,64	1,04
Pará	2011	89,39	87,74	1,02
	2012	89,49	87,84	1,02
	2013	89,95	87,08	1,03
	2014	90,03	85,75	1,05
RMB	2011	96,75	95,38	1,01
	2012	97,08	94,65	1,03
	2013	96,58	88,73	1,09
	2014	96,54	89,68	1,08

Fonte: IBGE/Pnad, 2016;
Elaboração: Fapespa, 2016

As taxas de alfabetização nas áreas geográficas pesquisadas indicam tendências de crescimentos, exceto a Região Metropolitana de Belém, cujo indicador decresceu de 96,58%, em 2013, para 96,54%, em 2014.

O estado do Pará registrou sucessivas evoluções em suas taxas de alfabetização, com 89,39%, em 2011, 89,39%, em 2012, 89,95%, em 2013, e 90,03%, em 2014. Entretanto, o resultado alcançado em 2014 ainda é inferior à taxa média nacional (91,73%) e da Região Norte (91,03%).

Todos os itens geográficos analisados tiveram recuos em suas taxas combinadas de matrículas, acentuando a distorção idade-série, um dos principais problemas do setor educacional. O destaque negativo é direcionado à Região Metropolitana de Belém, detentora de uma taxa combinada de matrícula de 95,38% em 2011, regredindo significativamente para 89,68% em 2014.

Ao longo dos quatro anos avaliados no estudo, houve incremento na média entre a taxa de alfabetização e a taxa de matrícula combinada de todas as desagregações geográficas selecionadas.

A média entre as taxas evoluiu de 1,05 para 1,06 no Brasil, de 1,03 para 1,04 na Região Norte e de 1,03 para 1,05 no Pará, entre 2013 e 2014. Nesse período, apenas a Região Metropolitana registrou pequeno decréscimo de 1,09 para 1,08, porém, cabe ressaltar que essa média era de apenas 1,01 em 2011, indicando um aumento de 0,07 p.p. nos quatro anos avaliados, o maior dentre as áreas pesquisadas.

As taxas de alfabetização segundo o gênero, nos anos de 2013 e 2014, evidenciaram que as mulheres possuíam os melhores índices no Brasil, Região Norte e no Estado do Pará, exceto na RMB, onde a taxa para o sexo masculino supera a feminina.

De acordo com o critério da situação do domicílio, percebe-se que as áreas urbanas reúnem as maiores taxas de alfabetização, superiores a 90% em todas as áreas geográficas avaliadas. No meio rural, as taxas de alfabetização ainda são inferiores em comparação às áreas urbanizadas. A título de ilustração, o Brasil alcançou taxa de alfabetização de 93,56%, em 2013, e 93,70%, em 2014, enquanto no meio rural registrou 79,25% e 79,88%, respectivamente.

Diferentemente dos anos anteriores, o relatório do Mapa da Exclusão Social de 2015 não disponibilizou informações sobre a taxa de alfabetização sob o prisma da raça/cor, perspectiva fundamental para avaliação da extensão da desigualdade social.

Os indicadores de educação previstos na Lei nº 6.836/2006 são de inegável importância e utilidade, contudo, é preciso destacar neste momento de transição que eles não possibilitavam a aferir o nível da qualidade do ensino, primando por informações meramente quantitativas.

Este cenário tende a se modificar pelo advento da Lei nº 8.327/2015, a qual agregou ao Mapa novos indicadores da área de educação, como a taxa de aprovação, reprovação e abandono, incremento de estudantes do ensino superior e distorção idade-série no ensino fundamental e médio. A evolução é evidente e, por certo, trará maior utilidade ao estudo vindouro.

1.4.3.5. Saúde

Os indicadores da área de saúde consistem no número de postos de saúde, de leitos hospitalares e de agentes comunitários de saúde para grupos de habitantes no Pará e na Região de Integração de referência, além da taxa de mortalidade infantil, definidos na Lei Estadual nº 6.836/2006, art. 3º, V.

A Fapespa utiliza dados oficiais do Datasus, do DAB-MS, ambos vinculados ao Ministério da Saúde, do IBGE e da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (Sespa), na composição dos indicadores constantes do Mapa, para o período de 2009 a 2015.

A tabela a seguir consolida os indicadores da área de saúde observados no Estado do Pará e nas 12 Regiões de Integração, em 2014 e 2015.

Tabela 1.15 – Indicadores de Saúde previstos pela Lei 6.836/2006 (2014 – 2015)

Pará/Regiões de Integração	Postos e Centros de Saúde por 10.000 habitantes		Leitos Hospitalares ¹ por 1.000 habitantes		Agentes Comunitários por 1.000 habitantes		Taxa de Mortalidade Infantil**	
	2014	2015*	2014	2015*	2014	2015	2014	2015
Pará	2,44	2,44	2,18	2,08	1,82	1,81	15,76	15,34
Araguaia	2,74	2,73	2,38	2,31	2,26	2,21	15,12	13,61
Baixo Amazonas	3,20	3,12	1,66	1,69	2,33	2,40	16,36	17,60
Carajás	1,97	1,92	1,60	1,57	1,63	1,62	13,00	13,93
Guamá	4,28	4,18	1,81	1,55	2,41	2,38	16,70	12,78
Lago Tucuruí	2,87	2,82	2,01	1,68	1,92	1,85	14,39	15,74
Marajó	3,65	3,62	0,98	1,00	2,45	2,40	16,04	18,93
Guajará	0,83	0,82	3,36	3,29	0,78	0,81	15,81	15,75
Rio Caeté	3,48	3,52	2,29	1,82	2,62	2,57	15,13	12,86
Rio Capim	2,67	2,79	2,03	1,93	2,15	2,20	15,21	16,32
Tapajós	2,45	2,52	2,27	2,30	2,05	1,96	18,43	15,03
Tocantins	2,55	2,58	1,15	1,13	2,04	1,90	15,90	15,01
Xingu	3,26	3,27	1,89	1,98	2,32	2,27	19,29	13,49

Fonte: Datasus, IBGE. Elaboração: Fapespa; Adaptações: TCE-PA.

* No ano de 2015, o mês de referência foi o de dezembro.

** Resultados preliminares;

(1) Leitos hospitalares somam os leitos de internações e leitos de UTI.

O número de postos e centros de saúde para cada grupo de 10.000 habitantes no Estado do Pará (2,44) manteve-se estável de 2014 para 2015. Nas 12 Regiões de Integração analisadas, 5 apresentaram discreto crescimento e 7 apresentam decréscimo neste indicador. Em 2015, Guamá (4,18), Marajó (3,62), Rio Caeté (3,52) e Xingu (3,27) e Baixo Amazonas (3,12) tiveram as maiores proporções. A Região de Integração do Guajará (0,82) indica a menor proporção, com menos de um posto ou centro de saúde para o agrupamento considerado, seguido de Carajás (1,92).

De 2014 para 2015, observou-se redução na proporção de leitos hospitalares por mil habitantes no Pará e em 8 Regiões de Integração. Apenas Tapajós (2,27 para 2,30), Xingu (1,89 para 1,98), Baixo Amazonas (1,66 para 1,69) e Marajó (0,98 para 1,00) registraram pequeno incremento neste indicador. A Região de Integração com o melhor indicador foi Guajará, com 3,29 leitos para cada milhar de indivíduos.

Com exceção de Rio Capim e Marajó, todas as demais Regiões de Integração e o Pará tiveram pequena redução no número de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) por grupos de 1.000 habitantes, no período de 2014 a 2015. As maiores proporções se verificam no Rio Caeté (2,57), Marajó (2,40), Baixo Amazonas (2,40), Xingu (2,27), Araguaia (2,21) e Rio Capim (2,20). As menores, foram localizadas no Guajará (0,81), Carajás (1,62) e no estado do Pará (1,81).

A taxa de mortalidade infantil corresponde à proporção do número de óbitos de menores de 1 ano de idade por mil nascidos vivos, na população residente e no ano considerado. Este indicador estima o risco de morte das crianças em seu primeiro ano de vida e reflete as condições de desenvolvimento socioeconômico e de infraestrut-

tura, a qualidade da saúde materna e infantil, dentre outras variáveis correlacionadas. Cumpre ressaltar que os dados atinentes ao ano de 2015 são preliminares, portanto, sujeitos a modificações posteriores.

Cinco Regiões de Integração tiveram significativos aumentos na taxa de mortalidade no período de 2014 a 2015, sendo elas: Marajó (16,04 para 18,93), Baixo Amazonas (16,36 para 17,60), Rio Capim (15,21 para 16,32), Lago de Tucuruí (14,39 para 15,74) e Carajás (13,00 para 13,93).

Por outro lado, acentuadas reduções na taxa de mortalidade foram constatadas nas seguintes RI: Xingu (19,29 para 13,49), Tapajós (18,43 para 15,03), Guamá (16,70 para 12,78), Rio Caeté (15,13 para 12,86) e Araguaia (15,12 para 13,61) e Tocantins (15,90 para 15,01). Verificou-se decréscimo de modo discreto no estado do Pará (15,76 para 15,34) e Guajará (15,81 para 15,75).

Mesmo com os elevados investimentos, diversidade de programas e intensificação das ações governamentais, considerando, ainda, os avanços verificados no setor, o diagnóstico resultante do Mapa evidencia que muito ainda deve ser feito e melhorado para que a população paraense alcance razoável nível de acesso a serviços de saúde de qualidade.

1.4.3.6. Saneamento Básico

Um dos mais importantes fatores garantidores da qualidade de vida e prosperidade de uma sociedade diz respeito ao saneamento básico. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), investir no aprimoramento da gestão do uso da água e dos serviços de saneamento constitui pressuposto essencial para a redução da pobreza e para o crescimento econômico sustentável.

Segundo a Unesco, a população pobre é diretamente beneficiada pela melhoria dos serviços de água e esgoto, com elevação dos níveis de saúde e menores gastos com doenças, somados ao incremento da produtividade e economia de tempo. A entidade estima que em países em desenvolvimento, a cada dólar investido em saneamento poderá haver um retorno de U\$5 a U\$28.

Para uma melhor compreensão do saneamento básico no âmbito do Mapa da Exclusão Social é preciso definir a abrangência das atividades e dos elementos que lhe são inerentes. Nesse intuito, reporta-se às disposições da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, compreendido como um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Traçadas as linhas gerais de dimensionamento do saneamento básico, observa-se primeiramente que os indicadores constantes do Mapa cobrem apenas uma parcela desse conjunto de serviços. Isso porque a Lei Estadual nº 6.836/2006 limita-se a exigir os percentuais de domicílios com água tratada, coleta e tratamento de esgoto e coleta de lixo, não estipulando indicadores de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e de manejo de resíduos sólidos, que envolve o tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.

Além desse recorte, o Mapa da Exclusão Social apresenta indicadores alternativos aos previstos na Lei nº 6.836/2006, calculados por aproximação. Segundo a Fapespa, a indisponibilidade de fonte oficial de informações torna inviável a elaboração dos índices com as especificações exigidas pela lei.

Como sucedâneo do indicador de domicílios com água tratada, previsto em lei, o Mapa adota, por aproximação, o percentual de unidades abastecidas com água proveniente de rede geral e de sistemas privados de abastecimento com canalização interna, como observado em certos conjuntos habitacionais e condomínios, cada vez mais frequentes.

Em substituição ao indicador de coleta e tratamento de esgoto, o Mapa fornece o percentual de domicílios atendidos por rede coletora de esgoto pluvial (rede geral) ou fossa séptica.

Para o indicador de coleta de lixo, o Mapa apresenta o percentual de domicílios beneficiados com coleta direta de lixo por serviço de limpeza (público ou privado), na localidade do domicílio, ou favorecidos por coleta indireta, entendida como o recolhimento posterior do lixo depositado em caçambas, tanques ou depósitos de serviço ou empresa (pública ou particular), ou ainda outros tipos de coletas não especificados.

Diante das circunstâncias mencionadas, entende-se que o diagnóstico sobre o saneamento básico do estado do Pará deve ser relativizado em termos de amplitude e precisão, ainda que se observe o emprego de técnicas legítimas na elaboração do estudo e os esforços dos técnicos governamentais em aprimorar o Mapa desde a sua instituição.

Contextualizada a análise, esclarece-se que os indicadores do Mapa foram construídos a partir das informações oriundas dos Censos Demográficos e da Pnad do IBGE, relativas ao ano de 2009 e período de 2011 a 2014, com desagregações geográficas para o Brasil, Região Norte, Estado do Pará e Região Metropolitana de Belém.

A tabela a seguir demonstra os indicadores de saneamento básico no ano de 2009 e para o período de 2011 a 2014, segundo as desagregações geográficas disponíveis:

Tabela 1.16 – Percentual de domicílios com abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo para o Brasil, Região Norte, Pará e Região Metropolitana de Belém nos anos de 2009 e 2011 a 2014.

Desagregação Geográfica	Ano	Domicílios com Abastecimento de Água por Rede Geral	Domicílios com Abastecimento de Água com Canalização Interna	Domicílios com Esgotamento Sanitário por Rede Geral e Fossa Séptica	Domicílios com Coleta de Lixo
Brasil	2009	84,29	93,06	77,23	88,45
	2011	84,63	94,23	77,19	88,82
	2012	85,40	94,72	77,78	88,79
	2013	84,98	94,89	76,16	89,35
	2014	85,40	95,45	76,75	89,78
Região Norte	2009	56,75	79,49	53,10	79,05
	2011	55,97	81,98	57,30	75,88
	2012	58,34	85,97	56,07	77,32
	2013	58,25	87,23	54,17	78,53
	2014	60,32	88,36	54,02	79,11
Pará	2009	48,84	71,89	58,39	77,90
	2011	47,99	76,92	52,99	71,50
	2012	51,43	81,26	52,75	73,19
	2013	49,90	84,38	57,33	75,05
	2014	52,52	85,64	50,31	74,78

Desagregação Geográfica	Ano	Domicílios com Abastecimento de Água por Rede Geral	Domicílios com Abastecimento de Água com Canalização Interna	Domicílios com Esgotamento Sanitário por Rede Geral e Fossa Séptica	Domicílios com Coleta de Lixo
RMB	2009	65,64	90,42	88,14	97,06
	2011	69,24	93,92	86,89	97,84
	2012	70,51	97,49	69,17	97,58
	2013	68,90	97,58	82,84	98,40
	2014	72,40	97,05	91,16	97,52

Fonte: IBGE/Pnad, 2016. Elaboração: Fapespa, 2016.

No quesito atinente ao percentual de domicílios com abastecimento de água por rede geral, a Região Norte e o Pará estão muito aquém do indicador obtido pelo Brasil. Enquanto o índice nacional atingiu 85,40%, o regional foi de 60,32% e o estadual 52,52%, em 2014.

Especificamente quanto ao estado do Pará, houve evolução de 3,68 p.p de 2009 a 2014, todavia, de maneira não uniforme, observando-se acréscimos e decréscimos percentuais na comparação ano a ano. Registrou-se 48,84%, em 2009, 47,99%, em 2011, 51,43%, em 2012, 49,90% ,em 2013, e 52,52% em 2014, revelando dificuldades para a manutenção de um progresso contínuo desse relevante indicador.

No que se refere ao percentual de domicílios com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, em 2014, o Brasil registrou 76,65%, a Região Norte 54,02%, a Região Metropolitana de Belém satisfatórios 91,16% e o Pará 50,31%.

Os indicadores anuais do estado do Pará autorizam afirmar que a situação é crítica. De 2009 para 2014 observou-se queda de mais de 8 p.p, significando que apenas a metade dos domicílios paraenses dispõem de serviços de esgotamento sanitário por rede geral ou fossas sépticas. A gravidade é ainda mais acentuada pelo fato de não haver disponibilidade de dados oficiais sobre a destinação do esgoto coletado.

Dentre os serviços integrantes do saneamento básico, a coleta de lixo é o que apresenta a maior cobertura em todas as áreas geográficas avaliadas. Em 2014, o percentual de domicílios servidos com algum tipo de coleta de lixo domiciliar foi de 89,78% no Brasil, 79,11% na Região Norte, 74,78% no estado do Pará e 97,52% na Região Metropolitana de Belém.

De todas as áreas pesquisadas, o Pará foi o único a registrar decréscimos neste indicador, de 77,90%, em 2009, para 74,78% no ano de 2014. Desperta a atenção o fato de o indicador da Região Metropolitana de Belém apontar para a quase totalidade de domicílios com coleta de lixo (97,52%), o que não se observa no estado como um todo. Essa acentuada diferença demonstra que a cobertura é mais ampla na capital, distritos e cidades limítrofes do que nos municípios mais afastados de Belém. Cumpre ressaltar, todavia, que a limpeza urbana é preponderantemente um serviço atribuído aos municípios, dado o interesse local direto.

O desempenho dos indicadores de saneamento básico do estado do Pará demonstra a necessidade de ampliação dos investimentos e dos serviços, sobretudo o de tratamento de água e esgotamento sanitário.

Oportuno mencionar as disposições do artigo 267 da Constituição do Estado do Pará, que considera o saneamento básico como serviço de relevância pública, impondo aos Poderes Públicos Estaduais e Municipais o dever de garantir aos seus cidadãos, no mínimo, sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário,

coleta e tratamento de resíduos sólidos e de drenagem urbana e rural, cabendo-lhes adotar mecanismos institucionais e financeiros para tal fim.

1.4.3.7. Habitação

Para medir o nível de exclusão social sob a ótica da qualidade e quantidade das moradias dos paraenses, a Lei nº 6.836/2006 estabeleceu como indicador o déficit habitacional, medido através do número de pessoas que vivem em loteamentos irregulares, destacando-se as áreas de risco.

Quanto ao indicador de habitação, a Fapespa relata a impossibilidade de identificar esse déficit, dada a inexistência de pesquisas disponíveis que atendam as condições da lei. Em substituição, a Fapespa adotou os dados da Pnad/IBGE de 2014, os quais possibilitaram a verificação de situações de vulnerabilidade e exclusão social junto às moradias existentes no Pará.

Dessa maneira, o Mapa apresenta estimativas sobre o percentual de habitações precárias, coabitação familiar e adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados, que são alguns dos componentes do déficit habitacional. Na elaboração dos cálculos das estimativas é utilizada a metodologia da Fundação João Pinheiro (FJP) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Como pressupostos à compreensão dos indicadores do déficit habitacional descritos no Mapa, apresentam-se as definições de seus componentes. Para o estudo, as habitações precárias consistem no somatório entre os domicílios improvisados e os domicílios rústicos (domicílios sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada).

A Coabitação familiar é definida como o somatório entre os domicílios tipo “cômodo” e o número de famílias conviventes secundárias, com a intenção de constituir domicílio exclusivo. Adensamento excessivo de moradores em moradias alugadas é considerado o total de domicílios tipo apartamento ou casa, alugados, com média de moradores por dormitório superior a três pessoas.

A tabela a seguir expõe os índices estimados para os componentes do déficit habitacional no Brasil, Região Norte, estado do Pará e Região Metropolitana de Belém, em 2009 e no período de 2011 a 2014.

Tabela 1.17 – Estimativa dos Componentes do Déficit Habitacional 2009 - 2014

Itens Geográficos	Ano	Precariedade	Coabitação	Adensamento
Brasil	2009	1,83	4,24	0,90
	2011	1,91	3,10	0,82
	2012	1,38	2,93	0,79
	2013	1,53	2,93	0,83
	2014	1,28	2,86	0,77
Região Norte	2009	4,38	8,07	0,92
	2011	4,82	5,76	1,25
	2012	2,61	5,79	1,36
	2013	3,69	5,91	1,23
	2014	3,07	5,67	1,21

Itens Geográficos	Ano	Precariedade	Coabitação	Adensamento
Pará	2009	3,06	8,02	0,66
	2011	5,60	6,12	0,64
	2012	3,22	5,60	0,90
	2013	3,72	6,08	0,64
	2014	3,16	5,73	0,88
RMB	2009	0,58	10,89	1,23
	2011	1,08	7,44	0,73
	2012	*	6,12	1,09
	2013	0,71	7,16	0,88
	2014	*	7,12	1,15

Fonte: IBGE/Pnad, 2016. Elaboração: Fapespa, 2016.
* Dados não divulgados pela Pnad

De 2009 a 2014 houve redução no percentual de domicílios improvisados e rústicos (precários) no Brasil (1,83% para 1,28%) e na Região Norte (4,38% para 3,07%); porém no Pará foi verificada pequena elevação (3,06% para 3,16%).

No ano de 2011 foram registrados os maiores índices de precariedade de habitação em todas as desagregações geográficas avaliadas, 1,91% para o Brasil, 4,82% na Região Norte, 5,60% no Pará e 0,71% na Região Metropolitana de Belém.

Em todas as áreas pesquisadas, houve redução dos indicadores da coabitação familiar, que compreende a convivência de mais de uma família na mesma unidade domiciliar ou o aluguel de quartos ou cômodos para moradia de outras famílias, representando a insuficiência do estoque habitacional para atender à demanda. No período de 2009 a 2014, o Pará registrou o decréscimo de 8,02% para 5,73% e na Região Metropolitana de Belém de 10,89% para 7,12%.

Observou-se o aumento do percentual de adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados na Região Norte (0,92% para 1,21%) e no Pará (0,66% para 0,88%), entre os anos de 2009 a 2014. No mesmo intervalo, foram verificadas reduções no Brasil (0,90% para 0,77%) e na Região Metropolitana de Belém (1,23% para 1,15%).

As estimativas da Fapespa indicam que o estado do Pará apresenta quase três vezes mais habitações classificadas como precárias e o dobro de coabitação familiar em comparação aos indicadores do Brasil. Esses dados sugerem que o Poder Público deve intervir para assegurar à população paraense a ampliação do acesso à moradia com padrões mínimos de qualidade.

1.4.3.8. População em situação de risco nas ruas

A Lei nº 6.836/2006 determina que seja apresentado no Mapa da Exclusão Social indicador do número de pessoas em situação de risco nas ruas. Todavia, em razão da indisponibilidade de fonte oficial referente a essa variável, a Fapespa utilizou metodologia de aproximação a partir do percentual de domicílios improvisados, os quais apresentam características de vulnerabilidade e de exclusão social.

Para efeito do estudo constante do Mapa, domicílios particulares improvisados são aqueles situados em unidades desprovidas de dependência destinada exclusivamente à moradia, como lojas, salas comerciais, prédios em construção, embarcações, vagão, carroças, tendas, barracas, grutas etc., mas que estiverem servindo de moradia.

A tabela a seguir ilustra os percentuais da população que vive em domicílios improvisados no Brasil, Região Norte, estado do Pará e Região Metropolitana de Belém, observados no período de 2007 a 2014, a partir das informações da Pnad/IBGE.

Tabela 1.18 – Percentual de Pessoas Vivendo em Domicílios Improvisados, 2007-2014

Item Geográfica	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Brasil	0,18	0,15	0,11	0,18	0,12	0,17	0,12
Região Norte	0,30	0,45	0,12	0,42	0,26	0,40	0,23
Pará	0,15	0,06	0,14	0,12	0,28	0,30	-

Fonte: IBGE/Pnad, 2016. Elaboração: Fapespa, 2016.

Quanto aos menores e maiores percentuais desse indicador nas áreas pesquisadas, o Brasil registrou 0,11%, em 2009, e 0,18% nos anos de 2007 e 2011; a Região Norte 0,12%, em 2009, e 0,45%, em 2008, e o Pará 0,06%, em 2008, e 0,30% no ano de 2013.

Ao analisar toda a série histórica, observa-se redução da população vivendo em domicílios improvisados no Brasil e na Região Norte. Contudo, isso não se verificou no estado do Pará, cujo percentual dobrou de 0,15% para 0,30%, de 2007 a 2013, não havendo dados do indicador estadual em 2014.

Considerando que o direito à moradia constitui direito social de todo cidadão brasileiro, nos termos do artigo 6º da Constituição Federal, e que a moradia em domicílios improvisados não condiz com esse direito, pelo contrário, exterioriza elevado nível de exclusão social e vulnerabilidade, incumbe ao Poder Público estadual adotar políticas públicas e ações para reverter a tendência de crescimento desse indicador.

1.4.3.9. Segurança

O número de ocorrências policiais per capita representa o indicador de Segurança previsto pela Lei nº 6.836/2006. As desagregações geográficas desse indicador seguem as mesmas do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (Sieds), integrado por 15 Regiões Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (Risp), conforme a Lei Estadual nº 7.584/2011. Essa regionalização diferenciada visa harmonizar as circunscrições de atuação dos órgãos do Sieds, com o objetivo de aprimorar a articulação territorial nos níveis estratégico, tático e operacional.

O Mapa quantifica o número de registros de Boletins de Ocorrências nas unidades policiais que compõem cada Risp e estabelece uma razão entre esse quantitativo e o respectivo contingente populacional, resultando no indicador de ocorrências per capita para grupos de 100.000 habitantes.

A tabela a seguir ilustra o total de ocorrências policiais registradas e as ocorrências per capita, de acordo com a respectiva Risp, no período de 2013 a 2015.

Tabela 1.19 - Total de registros e ocorrências per capita (para grupos de 100.000 hab.)

RISP	2013		2014		2015	
	Nº de Ocorrências	Nº de Ocorrências per capita	Nº de Ocorrências	Nº de Ocorrências per capita	Nº de Ocorrências	Nº de Ocorrências per capita
Pará	561.147	7.015	575.118	7.120	555.507	6.769
1ª Capital (Belém e Distritos)	228.326	16.013	220.382	15.250	196.545	13.653
2ª Metropolitana	80.572	11.738	82.666	11.882	76.205	10.785
3ª Guamá	43.830	5.535	43.496	5.420	45.086	5.560
4ª Tocantins	29.815	4.263	32.102	4.529	32.008	4.444
5ª Marajó Oriental	4.418	3.138	4.282	3.001	5.451	3.742
6ª Caeté	24.017	3.972	23.532	3.840	23.821	3.871
7ª Capim	10.919	3.412	11.845	3.652	11.708	3.502
8ª Marajó Ocidental	5.453	1.449	7.202	1.889	8.078	2.083
9ª Lago de Tucuruí	17.435	3.842	19.071	4.147	20.235	4.259
10ª Carajás	47.658	6.450	52.512	7.012	52.727	6.876
11ª Xingu	17.051	6.068	20.411	7.168	19.488	6.770
12ª Baixo Amazonas	24.437	3.489	25.656	3.614	28.074	3.949
13ª Araguaia	10.882	4.447	11.850	4.804	13.549	5.390
14ª Alto Xingu	7.865	2.946	9.411	3.478	10.095	3.605
15ª Tapajós	8.529	3.160	10.700	4.403	12.437	4.532

Fonte: Sisp/Siac/IBGE
Elaboração: Sisp/Fapespa

Na comparação entre 2014 e 2015, os indicadores para o estado do Pará foram favoráveis, apresentando redução de 3,41% no número de ocorrências policiais em termos absolutos (575.118 para 555.507) e per capita (7.120 para 6.769). Destaca-se, igualmente, os decréscimos verificados em 5 Risp: Capital (Belém e Distritos), Metropolitana, Tocantins, Capim e Xingu.

Por outro lado, de 2014 para 2015, houve aumento dos números total de ocorrências policiais e per capita em outras 10 Risp: Guamá, Marajó Oriental, Caeté, Marajó Ocidental, Lago de Tucuruí, Carajás, Baixo Amazonas, Araguaia, Alto Xingu e Tapajós.

Embora a Risp do Marajó tenha apresentado a maior variação de crescimento de ocorrências per capita (27,30%), em contrapartida, é a região com o menor número de ocorrências totais em 2015, com 5.451 registros.

O Mapa enriquece o diagnóstico da Segurança Pública estadual, expondo indicadores dos delitos reativos, classificados em crimes contra o patrimônio, contra a pessoa, contra a dignidade sexual e contravenções penais. Para efeito do estudo, a reatividade consiste numa reação tomada frente a uma ação, ou seja, ela ocorre a partir das vias de fato.

As tabelas a seguir fornecem comparativos anuais e as variações percentuais de agrupamentos de crimes reativos na Região Metropolitana de Belém, no interior do estado e na capital, no período de 2013 a 2015.

Tabela 1.20 - Comparativo e variação percentual de Crimes Reativos na RMB (1ª e 2ª Risp)

Região (Risp)	Delitos	2013	2014	2015	Variação %	
					13/14	14/15
1ª e 2ª (RMB)	Contra o patrimônio	144.630	145.659	142.545	0,71	(2,14)
	Contra a pessoa	43.076	41.650	39.181	(3,31)	(5,93)
	Contra a dignidade sexual	1.047	990	864	(5,44)	(12,73)
	Contravenção penal	2.659	2.308	2.143	(13,20)	(7,15)
Total de Indicadores dos crimes reativos		191.412	190.607	184.733	(0,42)	(3,08)

Fonte: Sisp/Siac/IBGE Elaboração: Sisp/Fapespa

De 2014 a 2015, observa-se significativa redução em todos os delitos reativos analisados na Região Metropolitana de Belém (1ª e 2ª Risp), sobretudo quanto aos crimes contra a dignidade sexual (12,73%), contravenções penais (7,15%) e contra a pessoa (5,93%).

Tabela 1.21 – Comparativo e variação percentual de Crimes Reativos no interior (3ª à 15ª Risp)

Região (Risp)	Delitos	2013	2014	2015	Variação %	
					13/14	14/15
3ª à 15ª (Interior)	Contra o patrimônio	90.549	98.868	99.934	9,19	1,08
	Contra a pessoa	31.044	35.960	35.024	15,84	(2,60)
	Contra a dignidade sexual	2.158	2.124	2.017	(1,58)	(5,04)
	Contravenção penal	1.321	1.482	1.565	12,19	5,60
Total de Indicadores dos crimes reativos		125.072	138.434	138.540	10,68	0,08

Fonte: Sisp/Siac/IBGE Elaboração: Sisp/Fapespa

Quanto aos indicadores do interior, de 2013 a 2015 foi registrado crescimento dos crimes contra o patrimônio e das contravenções penais, enquanto que no ano de 2015, em relação a 2014, verificou-se decréscimos nos delitos contra a pessoa (2,60%) e contra a dignidade sexual (5,04%).

Tabela 1.22 – Comparativo e variação percentual de Crimes Reativos no estado do Pará

Região (Risp)	Delitos	2013	2014	2015	Variação %	
					13/14	14/15
Estado do Pará	Contra o patrimônio	235.179	244.527	242.479	3,97	(0,84)
	Contra a pessoa	74.120	77.610	74.205	4,71	(4,39)
	Contra a dignidade sexual	3.205	3.114	2.881	(2,84)	(7,48)
	Contravenção penal	3.980	3.790	3.708	(4,77)	(2,16)
Total de Indicadores dos crimes reativos		316.484	329.041	323.273	3,97	(1,75)

Fonte: Sisp/Siac/IBGE Elaboração: Sisp/Fapespa

Em 2015, o Estado do Pará apresentou redução em todos os crimes reativos avaliados, em relação a 2014, a saber: 0,84% em crimes contra o patrimônio, 4,39% em crimes contra a pessoa, 7,48% em delitos contra a dignidade sexual e 2,16% em contravenções penais.

De modo geral, no ano de 2015 houve uma desaceleração nos índices de delitos reativos no Pará e na Região Metropolitana de Belém, enquanto o interior apresenta tendência de crescimento deste indicador conforme análise dos anos de 2013 a 2015.

O Mapa também apresenta indicadores dos crimes sancionados pela Lei de Entorpecentes e pelo Estatuto do Desarmamento (Lei de Armas), definidos no estudo como crimes proativos. A proatividade consiste no comportamento de antecipação e de responsabilização pelas próprias escolhas e ações frente às situações expostas pelo meio.

As tabelas adiante expõem comparativos anuais e variações percentuais de agrupamentos de crimes proativos na Região Metropolitana de Belém, no interior do estado e no Pará, no período de 2013 a 2015.

Tabela 1.23 - Comparativo e variação percentual de crimes proativos na RMB (1ª e 2ª Risp)

Região (Risp)	Delitos	2013	2014	2015	Variação %	
					13/14	14/15
1ª e 2ª (RMB)	Lei de Entorpecentes	2.166	2.148	2.241	(0,83)	4,33
	Lei de Armas	571	527	522	(7,71)	(0,95)
Total dos Indicadores dos crimes proativos		2.737	2.673	2.763	(2,27)	3,29

Fonte: Sisp/Siac/IBGE Elaboração: Sisp/Fapespa

Os crimes enquadrados na Lei de Entorpecentes cresceram 4,33% na Região Metropolitana de Belém, entre 2014 e 2015. Todavia, quanto aos crimes atinentes à Lei de Armas, houve paulatina redução de 7,71% de 2013 para 2014, e 0,95% de 2014 para 2015.

Tabela 1.24 - Comparativo e variação percentual de crimes proativos no interior (3ª a 15ª Risp)

Região (Risp)	Delitos	2013	2014	2015	Variação %	
					13/14	14/15
3ª à 15ª (Interior)	Lei de Entorpecentes	4.025	4.700	5.197	16,77	10,57
	Lei de Armas	1.599	1.696	1.885	6,07	11,14
Total dos Indicadores dos crimes proativos		5.624	6.396	7.082	13,73	10,73

Fonte: Sisp/Siac/IBGE Elaboração: Sisp/Fapespa

O interior do estado registrou forte tendência de aumento da criminalidade relacionada à Lei de Entorpecentes e Lei de Armas, no período pesquisado. A variação percentual desses delitos proativos foram superiores a 10%, de 2014 para 2015.

Tabela 1.25 – Comparativo e variação percentual de crimes proativos no estado do Pará

Região (Risp)	Delitos	2013	2014	2015	Variação %	
					13/14	14/15
Estado do Pará	Lei de Entorpecentes	6.191	6.848	7.438	10,61	8,62
	Lei de Armas	2.170	2.233	2.407	2,44	8,28
Total dos Indicadores dos crimes proativos		8.361	9.071	9.845	8,49	8,53

Fonte: Sisp/Siac/IBGE Elaboração: Sisp/Fapespa

Conforme a tabela anterior, o Pará também apresenta tendência de crescimento nos indicadores de crimes da Lei de Entorpecentes e da Lei de Armas, registrando apenas em 2015 variações de 8,62% e 8,28%, respectivamente.

O Mapa da Exclusão Social demonstra alguns aspectos positivos quanto aos indicadores de segurança pública do Pará, da Região Metropolitana de Belém e da capital e distritos. Todavia, os dados revelam o incremento da criminalidade no interior do estado. E mais, o tráfico de drogas, delito correlacionado a diversas outras práticas criminosas, tem crescido acentuadamente em todas as áreas pesquisadas.

Em que pesem os gastos de aproximadamente R\$2,3 bilhões no sistema de Segurança, o estudo alerta para a necessidade e urgência da instituição de um sistema nacional que permita a articulação e a integração de ações institucionais, sobretudo para o combate ao tráfico de entorpecentes.

1.4.3.10. Inclusão Digital

Diante da crescente disponibilização de serviços públicos por meio da internet, incumbe ao poder público ampliar o acesso da parcela mais vulnerável da população aos serviços essenciais por meio da rede mundial de computadores, de modo a evitar a exclusão ou restrição de utilidades como marcação de consultas, pesquisas processuais, matrículas na rede de ensino, registro de ocorrências em delegacias entre outros serviços eletrônicos.

Em cumprimento à recomendação do TCE-PA, o Mapa apresenta indicadores de acesso às ferramentas de inclusão digital no âmbito domiciliar, com base nas informações disponíveis na Pnad/IBGE.

A Fapespa esclarece que seria necessária a realização de pesquisa de campo para obter dados mais abrangentes e diversificados sobre a utilização dessas ferramentas tecnológicas, como nas escolas, cyber cafés, trabalho, celular, infocentros etc. Ressalta, ainda, que o nível de acesso à internet por meio da telefonia móvel, mais ampla em comparação à telefonia fixa em decorrência do menor custo, não é coberto pelas pesquisas domiciliares disponíveis.

Na tabela a seguir estão expostos os indicadores de inclusão digital elaborados pela Fapespa para o Brasil, Região Norte, Pará e Região Metropolitana de Belém, referente aos anos de 2007 a 2014.

Tabela 1.26 – Percentual de domicílios particulares permanentes com posse de computador e acesso à internet – Brasil, Norte, Pará e RMB, 2007 – 2014

Ano	Com posse de computador				Acesso à internet			
	Brasil	Norte	Pará	RMB	Brasil	Norte	Pará	RMB
2007	26,5	13,2	10,4	20,1	20,0	8,0	5,9	14,1
2008	31,2	16,7	14	25,6	23,8	10,3	7,9	17,8
2009	34,7	19,6	15,5	28	27,4	12,8	9,9	20,3
2011	42,9	26,8	21,8	39,1	36,6	20,3	16,0	31,5
2012	46,4	30,0	24,8	43,2	40,3	23,3	19,2	36,4
2013	48,9	31,1	25,7	42,9	42,4	23,9	19,9	36,3
2014	48,5	30,1	22,6	37,0	42,1	22,5	16,8	29,8

Fonte: IBGE/Pnad, 2016. Elaboração: Fapespa, 2016

De modo geral, no período de 2007 a 2013, todas as áreas pesquisadas praticamente dobraram seus percentuais de domicílios com posse de computadores e níveis de acesso à internet.

No ano de 2014 houve ruptura no crescimento verificado ao longo de 05 anos, já que naquelas áreas pesquisadas registraram-se decréscimos em seus indicadores. As maiores reduções de domicílios com computadores foram observadas no Pará, de 25,7% para 22,6%, e na Região Metropolitana de Belém, de 42,9% para 37%. As quedas mais acentuadas nos percentuais de domicílios com acesso à internet também foram registradas no Pará, de 19,9% para 16,8%, e na RMB, de 36,3% para 29,8%.

Em comparação aos índices nacionais, o estudo indica a necessidade de ampliação do acesso às ferramentas tecnológicas na Região Norte, no estado do Pará e na Região Metropolitana, de modo a assegurar a inclusão digital da população paraense menos favorecida.

1.4.4. Considerações Finais

Em sua concepção teórico-normativa, o Mapa da Exclusão Social representa um poderoso instrumento multifuncional, servindo a um só tempo como subsídio ao planejamento governamental, ferramenta de avaliação da efetividade das políticas públicas implementadas e meio de controle político, técnico e social. Trata-se de pesquisa sobre a realidade social vocacionada a auxiliar instituições e agentes públicos, sociedade civil organizada, cidadãos e demais atores sociais no longo caminho da inclusão social.

Conhecer a fundo as vulnerabilidades que recaem sobre aproximadamente 3 milhões de paraenses e expô-las de maneira transparente é o passo fundamental para superá-las. Eis a razão de existência do Mapa, servir à causa mais nobre da espécie humana, que é possibilitar a todos os indivíduos acesso a uma vida com padrões mínimos de dignidade e bem-estar.

Todavia, os elevados ideais teóricos do legislador não encontraram tranquila acolhida no mundo concreto. Os indicadores de exclusão social exigidos pela Lei 6.836/2006 para elaboração do Mapa dependiam de informações em relação às quais o Poder Executivo não tinha disponibilidade de fonte, acesso tempestivo ou condições de produzi-las sem pesquisa de campo.

Assim, desde a primeira versão do estudo encaminhado ao TCE-PA, juntamente à prestação de contas anual do Poder Executivo, os indicadores expressavam informações com grande defasagem temporal ou não correspondiam aos estabelecidos pela lei, fragilizando o conhecimento da realidade próxima e frustrando a consecução dos objetivos preconizados pelo legislador ao instituir o Mapa da Exclusão Social.

Por tais razões, muitas recomendações do TCE-PA foram destinadas anualmente ao Poder Executivo, no intuito de equacionar as desconformidades presentes no Mapa, nem sempre acolhidas, sobretudo por impossibilidade fática, jamais por omissão ou má-fé.

Registre-se que nas últimas prestações de contas o Poder Executivo fez consignar nos BGE a intenção de elaborar e encaminhar Projeto de Lei à Assembleia Legislativa propondo modificações da Lei nº 6.836/2006, especialmente quanto aos indicadores nela previstos, de modo a compatibilizá-los com as reais possibilidades de elaboração pelas entidades estaduais competentes.

Ao final do ano passado, foi sancionada a Lei nº 8.327, de 22 de dezembro de 2015, introduzindo alterações nos dispositivos da Lei nº 6.836/2006. Além da adequação dos indicadores de exclusão social, por força da nova lei, o Mapa da Exclusão Social deixou de integrar a Prestação de Contas anual do Poder Executivo, devendo ser encaminhado ao Poder Legislativo e ao TCE-PA por ocasião do envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Essa contextualização histórica foi necessária para chegar-se à seguinte conclusão: o Mapa da Exclusão Social de 2015, objeto de ampla análise e destinatário dessas derradeiras considerações, foi encaminhado a esta Corte de Contas não sob a força de uma imposição legal, inexistente desde a publicação da Lei nº 8.327/2015, mas sim pelo compromisso ético de gestores e servidores do Poder Executivo de evitar abrupta descontinuidade do estudo como subsídio ao exame do BGE. A medida se posta à altura da causa maior em questão, a inclusão social.

Diante das novas circunstâncias normativas, as manifestações finais sobre os indicadores permanecem pautadas por critérios técnicos e objetivos, porém, desprovidas do caráter estritamente legalista de outrora, uma vez que o Mapa deixou de ser item obrigatório do BGE desde dezembro de 2015.

No que se refere aos instrumentos de planejamento governamental, consubstanciados no PPA e na sua lei de revisão com efeitos para o exercício de 2015, assim como no Projeto de Lei Orçamentária para 2015, reputam-se atendidas às condições estabelecidas pela Lei nº 6.836/2006.

Alguns indicadores do estado do Pará merecem destaque em virtude dos resultados favoráveis observados no período avaliado, os quais podem contribuir para a inclusão social, como: crescimento do PIB per capita de 2010 a 2013; redução da taxa de pobreza de 2009 a 2014; pequeno acréscimo na taxa de alfabetização e na média entre a taxa de alfabetização e a taxa de matrícula combinada; diminuição da taxa de mortalidade infantil de 2009 a 2015; elevação do percentual de domicílios abastecidos de água por rede geral (49,90%, em 2013, para 52,52%, em 2014).

Os resultados favoráveis foram alcançados, ainda, nos indicadores: redução do percentual de habitações em situação precária e com coabitação familiar; queda no número de registros de ocorrências policiais e na proporção de ocorrências per capita, de 2014 para 2015; redução do registro de crimes contra a pessoa (4,39%), contra o patrimônio (0,84%), contra a dignidade sexual (7,48%) e de contravenções penais (2,16%), de 2014 para 2015;

Em contrapartida, outros indicadores apresentaram variação negativa no Pará, tornando imprescindível o realce com vistas a conclamar o poder público a promover, direta ou indiretamente melhorias futuras: redução da expectativa de vida do paraense, de 72,78 para 72,75, anos, abaixo da média nacional de 75,44, em 2015; crescimento da taxa de desocupação em 2013 (7,2%) e 2014 (7,3%); redução do número de matrículas combinadas, de 2012 a 2014; estagnação da proporção de centros e postos de saúde (2,44) por grupos de 10.000 habitantes; decréscimos nos índices de leitos hospitalares e agentes de saúde para cada mil habitantes, de 2014 a 2015.

Os indicadores a seguir também alcançaram resultados não satisfatórios: redução no percentual de domicílios com esgotamento sanitário e coleta de lixo, de 2013 a 2014; aumento no percentual de domicílios com adensamento excessivo; elevação do percentual de pessoas em domicílios improvisados de 0,06%, em 2008,

para 0,30% em 2013; crescimento do número absoluto de ocorrências policiais e ocorrências per capita em 10 das 15 Regiões Integradas de Segurança Públicas, situadas o interior do estado; expressivas elevações dos delitos relacionados à Lei de Entorpecentes e Lei de Armas no estado, especialmente no interior; redução no percentual de domicílios com posse de computador e acesso à internet por telefonia fixa.

Nesta última edição do Mapa como parte integrante da Prestação de Contas anual do Chefe do Executivo estadual, o diagnóstico registra avanços e expõe os grandes desafios para inclusão social, cuja superação não é tarefa simples, tampouco breve, mas da qual aproximadamente 3 milhões de paraenses dependem para alcançar e usufruir os direitos fundamentais e sociais previstos na Constituição Federal Brasileira, que visam assegurar padrões elementares de sobrevivência, condizentes com a dignidade humana.

2

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO GOVERNO DO ESTADO



ESPAÇO SÃO JOSÉ LIBERTO

Arquivo Agência Pará

Foto: Divulgação

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO GOVERNO DO ESTADO

No exercício de 2015, a estrutura organizacional do governo do estado do Pará foi modificada pela Lei nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015, que implicou, no âmbito do Poder Executivo, em extinção, fusão, modificações de nomenclaturas, assunções de responsabilidades, ampliação e incorporações de atribuições e criação de diversos órgãos, núcleos e outras unidades.

Ainda em 2015, instituiu-se a Fundação Propaz por meio da Lei nº 8.097/2015, alterou-se a denominação e redefiniram-se as competências da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará (CDI) pela lei nº 8.098/2015, e reestruturou-se a Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (Fapespa) mediante a Lei Complementar nº 098, todas de 1º de janeiro de 2015.

Antecedente a essas modificações, a Lei nº 8.093, de 30 de dezembro de 2014, autorizou a extinção da Companhia Paraense de Turismo (Paratur).

A reestrutura organizacional resultou na extinção 11 (onze) órgãos/entidades, na alteração de denominação de 13 (treze) órgãos/entidades, na absorção de competências de 08 (oito) órgãos/entidades e na criação de 02 (dois) órgãos, como segue:

EXTINÇÃO	LEGISLAÇÃO
01. Núcleo Administrativo Financeiro (NAF)	Lei nº 8.096/2015
02. Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura (Sepaq)	Lei nº 8.096/2015
03. Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda (Seter)	Lei nº 8.096/2015
04. Secretaria de Estado de Obras Públicas (Seop)	Lei nº 8.096/2015
05. Consultoria Geral do Estado (CGE)	Lei nº 8.096/2015
06. Instituto de artes do Pará (IAP)	Lei nº 8.096/2015
07. Fundação Curro Velho (FCV)	Lei nº 8.096/2015
08. Instituto de Desenvolvimento Econômico, social e Ambiental (Idesp)	Lei nº 8.096/2015
09. Loteria do Estado do Pará (Loterpa)	Lei nº 8.096/2015
10. Ação Social Integrada do Palácio do Governo (Asipag)	Lei nº 8.096/2015
11. Companhia Paraense de Turismo (Paratur).	Lei nº 8.093/2015

ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO	LEGISLAÇÃO
01. Secretaria de Estado de Agricultura (Sagri) para Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap)	Lei nº 8.096/2015
02. Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração (Seicom); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme)	Lei nº 8.096/2015
03. Secretaria de Assistência Social (Seas) para Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (Seaster)	Lei nº 8.096/2015
04. Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Seidurb) para Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (Sedop)	Lei nº 8.096/2015
05. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (Sepof) para Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan)	Lei nº 8.096/2015
06. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Sect) para Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica (Sectet)	Lei nº 8.096/2015
07. Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) para Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas)	Lei nº 8.096/2015
08. Escola de Governo do Estado do Pará (EGPA) para Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA)	Lei nº 8.096/2015
09. Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (Ideflor) para Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor Bio)	Lei nº 8.096/2015
10. Fundação Cultural do Pará "Tancredo Neves" (FCPTN) para Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP)	Lei nº 8.096/2015
11. Processamento de Dados do Estado do Pará (Prodepa) para Empresa de Tecnologia da informação e Comunicação do Estado do Pará (Prodepa)	Lei nº 8.096/2015
12. Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (FAPESPA) para Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa)	Lei Complementar nº 098/2015
13. Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará (CDI) para Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (Codec)	Lei nº 8.098/2015

ABSORÇÃO DAS COMPETÊNCIAS	LEGISLAÇÃO
01. Sempa absorvida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap)	Lei nº 8.096/2015
02. Consultoria Geral do Estado (CGE) absorvida pela Procuradoria Geral do Estado (PGE)	Lei nº 8.096/2015
03. Seter absorvida pela Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (Seaster)	Lei nº 8.096/2015
04. Seop absorvida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (Sedop)	Lei nº 8.096/2015
05. Asipag absorvida pelo Núcleo de Articulação e Cidadania (NAC)	Lei nº 8.096/2015
06. Iap absorvida pela Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP)	Lei nº 8.096/2015
07. FCV absorvida pela Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP)	Lei nº 8.096/2015
08. Idesp absorvida pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa)	Lei Complementar nº 098/2015

CRIAÇÃO	LEGISLAÇÃO
01. Núcleo de Articulação e Cidadania (NAC)	Lei nº 8.096/2015
02. Fundação Propaz	Lei nº 8.097/2015

Até 2014, o Governo do Estado do Pará estava composto por 84 órgãos que pertencem ao orçamento fiscal e da seguridade social e 04 sociedades de economia mistas não dependentes, totalizando 88 (oitenta e oito) órgãos no Siafem.

Dos 88 órgãos registrados no Siafem, 41 pertencem à Administração Direta, incluindo todos os Poderes e o Ministério Público, 18 Autarquias, 11 Fundações, 07 Fundos, 04 Sociedades de Economia Mista, 03 Empresas Públicas e 04 Sociedades de Economia Mista não Dependente. Desses órgãos registrados no Siafem, foram extintas, em 2015, 11 órgãos: 05 da Administração Direta, 03 Autarquias, 02 Fundações e 1 Sociedade de Economia Mista, resultando em 77 órgãos.

Atualmente, após a reestruturação organizacional ocorrida no exercício de 2015, o governo do estado do Pará é composto por 73 órgãos que pertencem ao orçamento fiscal e da seguridade social e 04 sociedades de economia mista não dependentes, totalizando 77 órgãos.

2.1. PODER EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
01. Corpo de Bombeiros Militar (CBM)
02. Defensoria Pública (DP)
03. Gabinete do Governador
04. Gabinete do Vice-Governador
05. Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano (NGTM)
06. Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural (NGPR)
07. Núcleo de Gerenciamento do Programa Microcrédito (NGPM)
08. Polícia Civil do Estado do Pará
09. Polícia Militar do Estado do Pará
10. Procuradoria Geral do Estado (PGE)
11. Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
12. Secretaria de Estado de Administração (Sead)
13. Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (Seaster)
14. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica (Sectet)
15. Secretaria de Estado de Comunicação (Secom)
16. Secretaria de Estado de Cultura (Secult)
17. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap)
18. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme)
19. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (Sedop)
20. Secretaria de Estado de Educação (Seduc)
21. Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Seel)
22. Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh)
23. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas)
24. Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan)
25. Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa)
26. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup)
27. Secretaria de Estado de Transportes (Setran)
28. Secretaria de Estado de Turismo (Setur)

AUTARQUIA
01. Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepara)
02. Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará (Arcon)
03. Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves” (CPC)
04. Departamento de Trânsito do Estado do Pará (Detran)
05. Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA)
06. Hospital Ophir Loyola (HOL)
07. Instituto de Assistência aos Servidores do Estado (Iasep)
08. Instituto de Desenvolvimento Florestal da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio)
09. Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Igeprev)
10. Instituto de Metrologia do Pará (Imetropa)
11. Imprensa Oficial do Estado do Pará (IOE)
12. Instituto de Terras do Pará (Iterpa)
13. Junta Comercial do Estado do Pará (Jucepa)
14. Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (Susipe)
15. Universidade do Estado do Pará (Uepa)

FUNDAÇÃO
01. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa)
02. Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa)
03. Fundação Carlos Gomes (FCG)
04. Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP)
05. Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Viana (FHCGV)
06. Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMP)
07. Fundação Paraense de Radiodifusão (Funtelpa)
08. Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (Hemopa)
09. Fundação Propaz

FUNDOS
01. Fundo de Assistência Social da Polícia Militar (FASPM)
02. Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado (FDE)
03. Fundo Estadual de Assistência Social (Feas)
04. Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (Fehis)
05. Fundo Estadual de Saúde (FES)
06. Fundo de Investimento de Segurança Pública (Fisp)
07. Fundo de Saúde dos Servidores Militares (Funsau)

ECONOMIA MISTA
01. Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (Codec)
02. Centrais de Abastecimento do Pará S/A (Ceasa)
03. Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab)

ECONOMIA MISTA NÃO DEPENDENTE
01. Banco do Estado do Pará S/A (Banpará)
02. Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Barcarena (CAZBAR)
03. Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa)
04. Companhia Gás do Pará - Gás do Pará (GAS DO PARÁ)

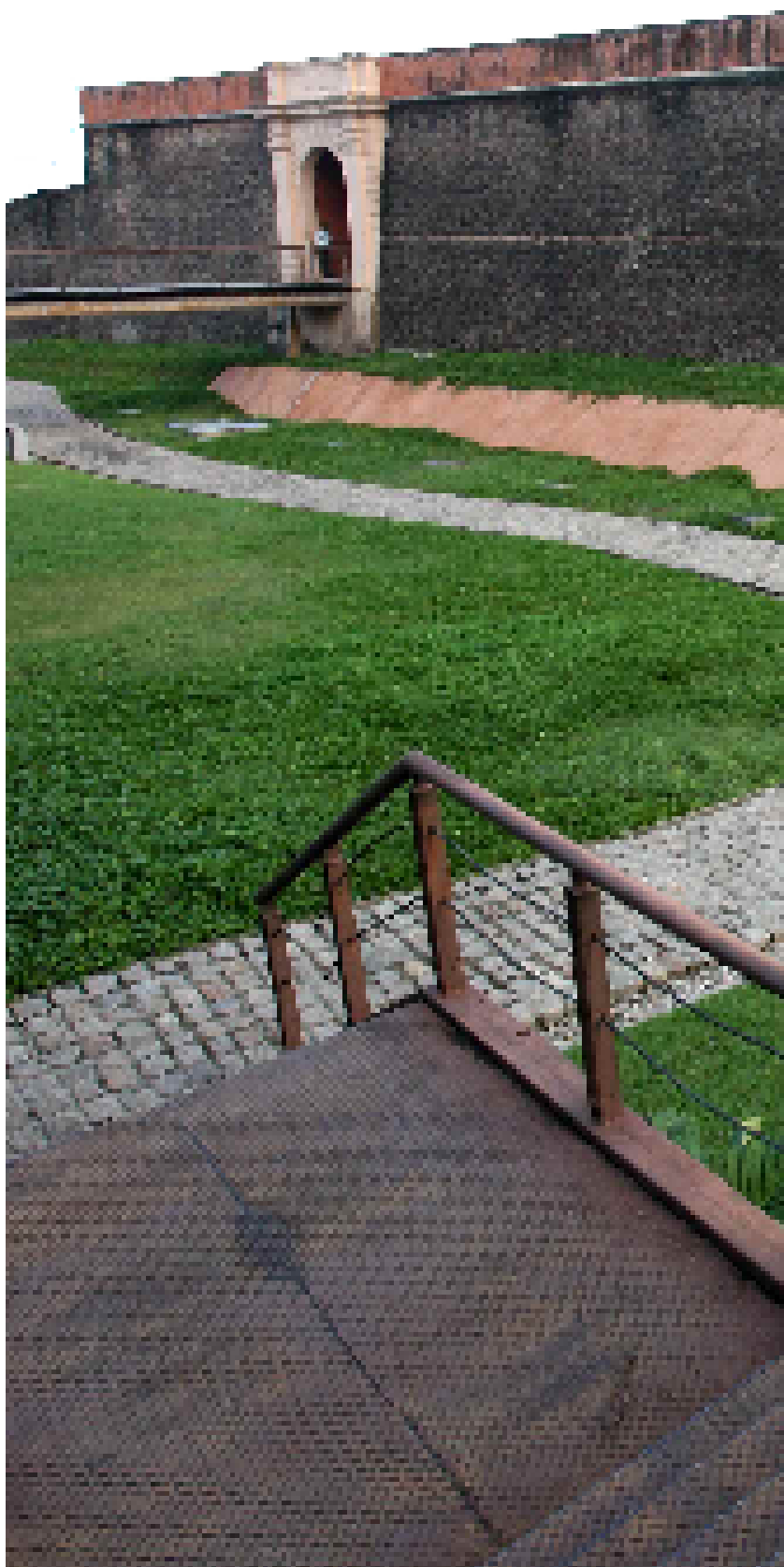
EMPRESA PÚBLICA
01. Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará (CPH)
02. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater)
03. Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará (Prodepa)

2.2. DEMAIS PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO

Poder	Órgão	Tipo
Legislativo	01. Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa)	Administração Direta
	02. Tribunal de Contas do Estado (TCE)	Administração Direta
	03. Tribunal de Contas dos Municípios (TCM)	Administração Direta
	04. Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC-PA)	Administração Direta
	05. Ministério Público de Contas dos Municípios do Pará (MPCM-PA)	Administração Direta
Judiciário	06. Justiça Militar do Estado (JME)	Administração Direta
	07. Tribunal de Justiça do Estado (TJE)	Administração Direta
Ministério Público	08. Ministério Público (MP)	Administração Direta

Unidade Gestora (UG) é uma unidade orçamentária ou administrativa que realiza ato de gestão orçamentária e/ou patrimonial. Em 2015, o governo de estado contou com 128 Unidades Gestoras distribuídas em diversos órgãos.

3



CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

COMPLEXO FELIZ LUSITÂNIA - FORTE DO PRESÉPIO

Arquivo Agência Pará

Foto: Cláudio Santos

3. CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

A eficiência e a eficácia dos controles oportunizam a correção de erros e deficiências e, por isso, contribuem para dotar a administração pública de mecanismos que assegurem não somente o cumprimento de exigências legais, mas também os melhores resultados sociais de que a coletividade necessita.

Nesse contexto, a abordagem da análise do controle interno apresenta-se desenvolvida em dois aspectos distintos:

- a) Coordenação, orientação e avaliação do Sistema de Controle Interno, sob a responsabilidade da Auditoria Geral do Estado (AGE), que atua como órgão central desse Sistema, no âmbito do Poder Executivo;
- b) Processos de trabalho dos órgãos/entidades integrantes do Poder Executivo, com o objetivo de diminuir os riscos e alcançar os objetivos dos órgãos/entidades.

3.1. ATUAÇÃO DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO

A Lei Complementar nº 081/2012, de 26 de abril de 2012, Lei Orgânica do TCE-PA, no Título III – Atividades do Controle Externo, Capítulo I – Apreciação das Contas do Governo do Estado, § 1º do art. 30, disciplina o Relatório Anual do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual como peça componente da Prestação de Contas Anual do Governo do Estado, na forma a seguir:

“Art. 30. Ao Tribunal de Contas do Estado compete, na forma prevista no Regimento Interno, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento.

§1º. A prestação de contas consiste no Balanço Geral do Estado e no **Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo** sobre a execução dos orçamentos e avaliação da situação da gestão administrativa, nos seus aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial.” (Grifou-se).

Em cumprimento às disposições legais, a Auditoria Geral do Estado (AGE) emitiu o Relatório Anual do Sistema de Controle Interno sobre as Contas Anuais do Governo do Estado do Pará, referente ao exercício de 2015, com análises e considerações norteadas nos mandamentos constitucionais e nas obrigações normativas e legais sobre o assunto (páginas 11 a 233, vol. II, do BGE/2015).

O Relatório, além de sua apresentação, histórico, competência, estrutura e considerações finais, compreende os tópicos: Recursos Humanos, Atividades Desenvolvidas, Monitoramento das Recomendações do TCE e Execução Orçamentária e Financeira Consolidada do Poder Executivo Estadual.

Segundo a AGE o Programa de Municipalização, desenvolvido em parceria com as Prefeituras com o objetivo de descentralizar a oferta de cursos para os municípios paraenses, expandiu suas ações, com 6.620 Servidores Públicos municipais capacitados e 22 municípios visitados no referido período.

Analisando as Atividades desenvolvidas, a Auditoria Geral do Estado, Órgão Central do Sistema de Controle Interno, destacou que a Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan) intensificou, durante o exercício de 2015, sua atuação institucional no que tange à Gestão do Sistema GP Pará, consubstanciada no planejamento, monitoramento e avaliação de resultados dos Programas e Ações de Governo para o aperfeiçoamento destes e das Políticas Públicas inerentes.

Das Despesas Realizadas pelo Poder Executivo Estadual, no montante de R\$18,4 bilhões, a AGE analisou o desempenho por Programa/Projeto/Atividade utilizando a Metodologia do Sistema de Controle Preventivo (SI-CONP-MAP). Considerando-se os critérios de materialidade, criticidade e relevância, foram selecionadas 1.115 ações detalhadas do universo de 1.352 constantes no GP Pará, o que corresponde a 82,47% do total de ações, abrangendo o montante de R\$9,2 bilhões, representando 49,97 % do valor total realizado.

Em atenção às ações orientativas, foi instituído o Serviço AGE ORIENTA, que, após solidificação no âmbito do Poder Executivo Estadual, vem consolidando credibilidade junto aos demais Poderes, tendo sido acionado, inclusive, por Órgãos/Entidades que não integram o Poder Executivo Estadual, no exercício de 2015.

Segundo a AGE, o SICONP, desde sua implantação, vem apresentado resultados expressivos que contribuíram para a redução das contratações diretas sem licitações, aumentando a transparência. As Dispensas/Inexigibilidades de Licitação em 2011 caíram para 8,84% do total das despesas governamentais, com apenas 6 meses do início do sistema. No exercício de 2012, a redução foi bem mais significativa: apenas 5,49% do total das despesas foram contratadas por Dispensas/Inexigibilidades de Licitação.

Quanto ao monitoramento e verificação do cumprimento dos limites fiscais de 2015, no âmbito da LRF, a AGE menciona que os dados indicam equilíbrio nas contas públicas e o cumprimento dos limites estabelecidos, no que tange às Despesas Total com Pessoal do Poder Executivo (DTP), que alcançou 47,33% em relação à Receita Corrente Líquida - RCL, abaixo do limite máximo e dentro do limite prudencial de 46,17%, conforme preceitua a LRF.

Em suas ações institucionais e normativas, a AGE, no período de novembro de 2015 a janeiro de 2016, realizou Pesquisa de Avaliação junto aos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual com o objetivo de avaliar o grau de satisfação dos entrevistados com a atuação dos órgãos componentes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual. O resultado aponta que 89,11% dos entrevistados, portanto 9 em cada 10, responderam que consideram “Totalmente” ou “Em Grande Parte” que as atividades realizadas pela AGE agregam valor às atividades institucionais do Órgão/Entidade.

Por fim, a Auditoria Geral do Estado - conforme demonstram os detalhamentos do BGE elencados nos subitens 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4, do Item 1 – Ações de Controle, constantes do Tópico VI – Atividades Desenvolvidas – buscou cumprir sua missão institucional como órgão central do Sistema de Controle Interno, no âmbito do Poder Executivo Estadual, o qual foi concebido à luz da Lei nº 6.176, de 29 de dezembro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei nº 6.275, de 28 de dezembro de 1999, Lei nº 6.832, de 13 de dezembro de 2006 e Lei nº 6.876, de 29 de junho de 2006, realizando para tanto as atividades de fiscalização, controle e avaliação da gestão governamental.

3.2. INSTRUMENTOS DE CONTROLE INTERNO

Para o exame dos controles internos no âmbito do Poder Executivo foram selecionadas as seguintes áreas, com base nos critérios de risco, materialidade e relevância:

- Controle de obras públicas
- Controle de inadimplentes; e
- Controle de transferências voluntárias.

O exame desses controles objetivou avaliar o ambiente de gestão do

Poder Executivo a partir dos dados e informações produzidos, bem como a disponibilidade deles quanto à viabilização do exercício do controle externo e do controle social.

3.2.1. Controle de Obras Públicas

Para a avaliação do ambiente de gestão de obras públicas foram consideradas as normas existentes, notícias e informações oficialmente divulgadas pelo Governo do Estado por intermédio de seus portais na internet (www.pa.gov.br, www.obras.pa.gov.br, www.sedop.pa.gov e www.paraemobras.pa.gov.br) e resposta apresentada pela AGE ao pedido de informações solicitadas por este TCE/PA.

Inicialmente, verificou-se a existência do Decreto nº 406/2012, o qual estabelece como ambiente de gestão para controle das obras públicas, a cargo do Poder Executivo, o Sistema Obras Pará (www.obras.pa.gov.br). Dentre as inovações introduzidas, o decreto estabeleceu:

- a) A obrigação para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo (inclusive Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que executem obras no Estado do Pará), de alimentação do sistema e responsabilidade pela fidedignidade das informações e o seu respectivo registro até o quinto dia útil de cada mês;
- b) A responsabilidade da Secretaria Especial de Estado de Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável (Seinfra) como gestora do sistema e expedição de normas complementares para cumprimento do decreto;
- c) A competência da Empresa de Processamentos de Dados do Estado do Pará (Prodepa) pelo desenvolvimento e manutenção do Sistema;
- d) Que o sistema fosse articulado com os demais sistemas gerenciais da Administração Pública Estadual e, em especial, com o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (Siafem) e com o Sistema de Gestão de Programas do Estado do Pará (GP PARÁ).

Em seguida, partindo de notícia divulgada no Portal do governo do estado, em 02-05-2012, verificou-se que o então Secretário da Seinfra apresentou o Sistema Obras Pará como um novo instrumento de monitoramento, gestão e acompanhamento de todas as obras públicas do governo do estado, mediante site www.obras.pa.gov.br, o gestor teria acesso a informações sobre todas as obras concluídas, atrasadas ou em andamento,

cronograma previsto, valores dos contratos e os municípios beneficiados. Além disso, o sistema também forneceria informações georreferenciadas, permitindo a visualização de todas as obras em um mapa on line.

O processo de compilação das informações seria realizado com a transferência automática de todas as informações do Siafem para o Sistema Obras Pará. Este sistema permitiria a atualização dos dados pelos órgãos envolvidos (alterações de datas, andamento e fotos das obras), assim como a geração de relatórios imediatos sobre as obras cadastradas.

Com a Lei nº 8.096/2015, a Seinfra foi extinta, sem a transferência das atribuições de gestão do Sistema Obras Pará para outro órgão. Desta forma, a descentralização administrativa realizada por intermédio de delegação instituída pelo Decreto nº 406/2012 deixou de produzir efeitos. Como consequência, as atribuições relativas à gestão do Sistema Obras Pará permaneceram sob a responsabilidade Poder Executivo.

Diante dessa constatação, mediante ofício nº 2015/03696 ACG 2015, foram encaminhados questionamentos à AGE, que, de acordo com o ofício AGE-022/2016-GAB, apresentou informações oriundas da Sedop e Seplan, conforme segue:

a) Quanto à existência de órgão ou unidade central que seja responsável pelo controle de todas as obras públicas do Poder Executivo.

A Sedop informou ser a unidade responsável pelo controle e evolução de projetos e obras públicas do poder executivo realizadas com base em recursos definidos no orçamento do órgão, destaques orçamentários; assim como por aqueles oriundos de recursos externos e transferências intergovernamentais. A Seplan afirmou não haver uma unidade central de controle de obras públicas e identificou a Sedop como a principal executora de obras públicas estaduais, não obstante a existência de diversas obras públicas executadas de forma descentralizada por vários órgãos.

b) Quanto ao controle das obras públicas realizado pelo Poder Executivo.

A Sedop informou que realiza o controle e evolução dos seus projetos e obras, mediante planilhas Excel e relatórios de gestão de programas.

c) Sobre o funcionamento do controle das obras via Sistema Obras Pará.

A Sedop informou que esse sistema não teve continuidade como ferramenta de monitoramento e controle de obras do Governo do Estado.

d) Sobre a quantidade de órgãos e entidades que utilizam o Sistema Obras Pará.

A Sedop não forneceu a informação.

e) Sobre a compatibilidade das informações registradas no Sistema Obras Pará com os registros contábeis no Siafem.

A Sedop informou: "Como o sistema Obras Pará nunca foi utilizado, não podemos afirmar a compatibilidade, porém na busca de informações sobre o Sistema, esse é totalmente compatível com o Siafem, pois sua base de dados é proveniente do Siafem".

f) Sobre a existência de controle de obras realizadas pelo Poder Executivo via transferências de recursos, por meio de convênios e outros instrumentos congêneres e a operacionalização.

A Sedop informou que possui controle por meio de planilhas eletrônicas e relatórios sistemáticos gerados do Siafem mediante o Business Objects (BO).

g) Sobre os tipos de relatórios gerados pelos controles instituídos.

A Sedop anexou documentos que foram identificados como:

- Planilha intitulada “Controle de Obras SEDOP 2015”;
- Planilha intitulada “Controle Financeiro”;
- Planilha intitulada “Execução Financeira dos Programas”;
- Relatório intitulado “Gestão de Resultados – janeiro a novembro de 2015”.

Embora o Decreto nº 406/2012 continue em vigor, de acordo com as informações apresentadas pela Sedop, o Sistema Obras Pará nunca foi utilizado como ferramenta de monitoramento e controle de obras do Poder Executivo, portanto, a Sedop não utiliza o referido sistema.

Destaca-se que, com extinção da Seop em decorrência da

Lei nº 8.096/2015, coube à Sedop absorver as competências e servidores outrora pertencentes à Seop, o que de certa forma pode em parte justificar a discrepância entre a notícia então divulgada pela Seinfra e as informações prestadas pela Sedop, mas também revela a fragilidade do ambiente de gestão de obras existente no âmbito do Poder Executivo para lidar com as transformações decorrentes do reordenamento de sua própria estrutura.

Diante da impossibilidade de se avaliar o ambiente de gestão de obras instituído pelo Decreto nº 406/2012, o qual implantou o Sistema Obras Pará, a presente análise considerou o ambiente de gestão atualmente em uso pelo Poder Executivo, conforme descrito nos documentos apresentados.

O exame da planilha intitulada “Controle Financeiro” permite identificar dados relacionados à evolução mensal dos valores empenhados, pagos e saldo de empenho dos programas e projetos a cargo da Sedop, enquanto a planilha intitulada “Execução Financeira dos Programas” traz a evolução mensal dos valores pagos dos programas sob responsabilidade da Sedop agrupados com base nos municípios onde as obras estão localizadas.

A análise desses documentos permite concluir que os mesmos não contêm o nível de detalhamento necessário para subsidiar um ambiente de gestão que vise o controle de obras a cargo do Poder Executivo.

A leitura do relatório da Sedop intitulado “Gestão de Resultados - período de janeiro a novembro de 2015” evidencia que seu conteúdo é dividido em cinco seções. As duas primeiras seções visam, principalmente, a apresentação de resultados obtidos a partir do Sistema de Gestão de Programas do Governo do Estado - GP Pará.

A análise dos trechos do relatório destinados ao acompanhamento e monitoramento de obras revela que um número significativo de ações, identificadas com desempenho insuficiente, receberam ressalvas diversas da

Sedop quanto à discrepância entre o real estado de evolução das ações e o grau de eficiência atribuído pelo Sistema GP Pará, o que evidencia uma dificuldade em conciliar a realidade dos atos praticados com os dados registrados no GP Pará e resulta em suspeitas sobre a confiabilidade das informações por ele produzidas. Contudo, uma avaliação aprofundada desse sistema não será realizada, por não fazer parte do escopo da presente análise.

A terceira seção identificada como “Quadro Geral de Obras” contém um conjunto de gráficos que indicam a distribuição das obras nas categorias mobilidade urbana, obras públicas, saneamento e total. Para cada uma dessas categorias foi elaborado um gráfico próprio, onde os dados são classificados em concluída, em execução, não iniciada, paralisada, rescindida, a licitar e total. A análise conjunta dos gráficos apresentados permite concluir que havia o total de 306 obras no âmbito do Poder Executivo no período analisado.

Na quarta seção “Quadro Geral de Programas”, do qual constam o projeto, a dotação inicial, o valor empenhado, o valor pago e o saldo de empenho, observa-se que os pagamentos atingem R\$172 milhões.

Na última seção, identificada como “Destaques Orçamentários”, na qual constam os pagamentos realizados mensalmente, agregados a partir da unidade/projeto/ação que originou o destaque e lista os valores mensalmente pagos, não trazendo qualquer informação de avaliação e monitoramento das ações, observa-se que os pagamentos totalizaram R\$89,2 milhões.

Na análise do documento restante, a planilha intitulada “Controle Geral de Obras” revela a existência de um conjunto de 358 obras licitadas a partir de 2005, distribuídas geograficamente em 118 municípios paraenses com recursos oriundos de diversas origens, como o tesouro estadual, convênios e financiamentos, com valor total inicial de R\$1,7 bilhão e valor final estimado em R\$1,9 bilhão, dos quais R\$977 milhões já haviam sido pagos.

Contudo, como os totais apurados referem-se a mais de um exercício, não foi possível identificar a que exercício estão vinculados. Somente a partir de informações contidas em outros documentos apresentados fica evidenciado que o total pago no período de janeiro a dezembro de 2015 foi de R\$261,2 milhões, sendo R\$172 milhões (65,83%) oriundos do orçamento da Sedop e R\$89,2 milhões (34,17%) oriundos de destaques orçamentários.

Os valores acima apurados permitem identificar que o total inicial registrado na planilha “Controle Geral de Obras” é 651% superior aos valores pagos pela SEDOP em 2015 divulgados no “Quadro Geral de Programas” e “Destaques Orçamentários”, 727% superior quando considerado o valor final estimado, e 374% no caso do valor pago, o que evidencia clara discrepância entre as informações contidas nos documentos utilizados pelo ambiente de gestão instituído.

A fragilidade e insuficiência no ambiente de gestão das obras públicas a cargo do Poder Executivo tornam-se evidentes a partir da constatação de que a planilha intitulada “Controle Geral de Obras” almeja consolidar informações contidas em centenas de processos administrativos relacionados a obras, os quais estima-se facilmente atingirem um total superior a cem mil páginas, ou quiçá centenas de milhares de páginas.

De acordo com a avaliação dos documentos mencionados, concluiu-se que as informações neles contidas, em conjunto ou isoladamente consideradas, não contêm o mínimo detalhamento necessário, nem utilizam a tecnologia da informação de forma consistente para subsidiar o controle das obras a cargo do Poder Executivo, que envolve significativo volume de recursos.

O controle adotado pela Sedop apresentou-se insuficiente perante a complexidade inerente ao processo de realização de obras públicas, cujos atos se iniciam desde a fase preliminar à licitação e perduram até à fase posterior à contratação, conforme exemplifica o esquema a seguir:

1. FASE PRELIMINAR À LICITAÇÃO

- 1.1. Programa de Necessidades
- 1.2. Escolha do Terreno
- 1.3. Estudo de Viabilidade
 - 1.3.1. Aspecto Técnico
 - 1.3.2. Aspecto Ambiental
 - 1.3.3. Aspecto Social
 - 1.3.4. Aspecto Econômico
- 1.4. Anteprojeto
 - 1.4.1. Elementos Arquitetônicos
 - 1.4.1.1. Plantas Baixas
 - 1.4.1.2. Cortes
 - 1.4.1.3. Fachadas
 - 1.4.2. Elementos Estruturais
 - 1.4.3. Elementos de Instalações em Geral
 - 1.4.4. Padrões de Instalação
 - 1.4.5. Custo Médio

2. FASE INTERNA DA LICITAÇÃO

- 2.1. Projeto Básico
 - 2.1.1. Desenho
 - 2.1.2. Memorial Descritivo
 - 2.1.3. Especificação Técnica
 - 2.1.4. Orçamento
 - 2.1.4.1. Planilha de Custos
 - 2.1.4.2. Memória de Cálculo Analítica dos Quantitativos dos Serviços
 - 2.1.4.3. Composição de Custo Unitário ou Comprovação das Pesquisas de Mercado Realizadas
 - 2.1.4.4. Composição do BDI
 - 2.1.4.5. Composição de Encargos Sociais
 - 2.1.5. Cronograma Físico Financeiro
- 2.2 Projeto Executivo
- 2.3. Recursos Orçamentários
- 2.4. Edital de Licitação

3. FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO

- 3.1. Publicação do Edital de Licitação
- 3.2. Comissão de Licitação
 - 3.2.1. Recebimento das Propostas
 - 3.2.2. Procedimento da Licitação

4. FASE CONTRATUAL

- 4.1. Celebração do Contrato
- 4.2. Execução da Obra
 - 4.3. Gestão e Fiscalização da Obra dos Contratos da Obra
 - 4.3.1. Prazo de Execução dos Contratos de Obra
 - 4.3.2. Prazo de Vigência dos Contratos de Obras
 - 4.3.3. Prorrogação de Contratos de Obras
 - 4.3.4. Paralisação de Obras
 - 4.3.5. Repactuação de Cronogramas
 - 4.3.6. Aditivos Contratuais
 - 4.3.7. Reajustamento
 - 4.3.8. Pagamento de Obras e Serviços de Engenharia
 - 4.3.8.1. Carta da Contratada
 - 4.3.8.2. Memória de Cálculo
 - 4.3.8.3. Planilha de Medição e boletim de Faturamento
 - 4.3.8.4. Certificado de Medição
 - 4.3.8.5. Cronograma Executivo Realizado
 - 4.3.8.6. Quadro Resumo Financeiro
 - 4.3.8.7. Relatório Fotográfico Comentado
 - 4.3.8.8. Cópia do Diário de Obras
 - 4.4. Recebimento da Obra
 - 4.4.1. Provisoriamente
 - 4.4.2. Definitivamente

5. FASE POSTERIOR A CONTRATAÇÃO

- 5.1. Operação
- 5.2. Garantia Quinquenal
- 5.3. Inspeções de Qualidade
- 5.4. Manutenção

A ausência de um ambiente informatizado capaz de coordenar um conjunto tão complexo de atos, pessoas e documentos envolvidos na gestão das obras públicas, o qual permita o registro, acompanhamento e monitoramento, impede que sejam obtidas informações detalhadas e/ou consolidadas que propiciem uma gestão eficiente dos recursos utilizados.

A dificuldade de acesso a informações detalhadas, armazenadas unicamente em documentos em papel, sem uma organização estruturada, torna a gestão ineficiente no combate à prática de irregularidades e desvios, uma vez que estes dificilmente serão identificados e corrigidos de uma forma ágil.

Verifica-se, portanto, que o ambiente de gestão instituído para o controle de obras públicas a cargo do Poder Executivo, preponderantemente manual, não permite a produção de informações com o nível de detalhamento e consolidação que possibilitem o regular exercício do controle externo.

Desta forma, a mencionada indisponibilidade de dados, onera a atuação do Tribunal de Contas na identificação de achados de auditoria, irregularidades e desvios de recursos públicos, uma vez que, para o exercício do controle externo, este órgão precisa obter manualmente as informações necessárias, que deveriam ser fornecidas pelo gestor.

A análise da transparência na divulgação de informações sobre obras públicas, utilizou-se como parâmetro as informações publicadas pelo Poder Executivo em seus portais na internet, www.sedop.pa.gov.br e www.paraemobras.pa.gov.br, acessados em 15-4-2016.

No portal www.sedop.pa.gov.br, identificou-se que, por intermédio de um link, é possível ter acesso a uma planilha contendo o município, a região de integração, descrição, benefício quantidade, benefício parâmetro, status da obra, parceria e investimentos de R\$643,1 milhões.

Verificou-se no portal www.paraemobras.pa.gov.br que o mesmo permite visualizar fotos, previsão de conclusão, valor global, andamento (percentual), secretarias envolvidas, empresas responsáveis, endereço e localização no mapa.

Em ambos os portais, foi observada discrepância entre as informações constantes nos documentos encaminhados pela Sedop e as divulgadas para sociedade, evidenciando grande desatualização dos dados divulgados, assim como a insuficiência de informações que possibilitem controle social.

A análise das informações divulgadas permite afirmar que os portais acessados servem precipuamente como ferramenta para comunicação social das obras realizadas pelo Poder Executivo, não dispondo de informações detalhadas e atualizadas que permitam aos cidadãos acompanhar de forma transparente como os recursos públicos estão sendo utilizados e qual resultado está sendo obtido.

Com base nas informações apresentadas, destacou-se dentre as demais obras, o cenário referente à construção do Centro Oncológico do Hospital Pediátrico Ophir Loyola, cuja concorrência e contrato remontam ao exercício de 2005 e a duração do processo de construção foi superior a 10 anos e 7 meses.

Neste período, o valor inicial de R\$20 milhões foi aditivado em R\$3,8 milhões (19,33%), reajustado em R\$16,4 milhões (82,02%) e teve gastos com equipamentos de R\$5,6 milhões (28,09%), totalizando R\$45,8 milhões (229,45%), percentuais esses calculados sobre o valor original.

Durante todo aquele período, as informações utilizadas pelo ambiente de gestão não contribuíram para evidenciar esta situação claramente no âmbito do Poder Executivo. Enquanto isso, as informações apresentadas anualmente ao órgão de controle também não possibilitaram identificar prontamente o cenário que se descortinava. Da mesma forma, as informações insuficientes e desatualizadas fornecidas para sociedade inviabilizaram o controle social.

Os fatos e as razões que levaram a dilatação do prazo da obra, assim como a motivação dos aditivos, reajustes e gastos com equipamentos, que impactaram no custo final, tudo isso pode ser objeto de avaliação e debate, podendo ser analisado e quantificado. Contudo, as consequências e o custo social decorrentes do cenário não são possíveis de dimensionar, pois o reflexo indireto na sociedade e o impacto direto na vida dos pacientes, que não puderam contar com tão relevante equipamento público, são imensuráveis.

Para impedir a repetição de eventos como o acima descrito, faz-se necessário que o Poder Executivo disponha de um sistema informatizado para gestão integrada das obras públicas, que permita o registro e consolidação das informações e documentos produzidos, desde a fase preliminar à licitação de obras até a fase posterior à conclusão destas. Que as informações ali produzidas estejam disponíveis aos órgãos que exercem a fiscalização e também possam ser prontamente divulgadas para que o controle social seja exercido.

Como os desafios e dificuldades aqui identificadas ultrapassam o âmbito do Poder Executivo, é fundamental que um sistema integrado, voltado à gestão de obras, seja adotado pela administração pública estadual no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Órgãos Constitucionais, a exemplo do Siafem.

A adoção de um sistema integrado de controle de obras públicas permitirá o acesso a informações eletrônicas, que fornecerão subsídios para a gestão pública, para os órgãos fiscalizadores e para o controle social, contribuindo para a melhoria da utilização dos recursos dispendidos em obras públicas, em benefício da sociedade paraense.

3.2.2. Controle de Transferências Voluntárias

Para avaliação do ambiente de gestão de transferências voluntárias foram consideradas as informações prestadas pela Sefa e encaminhadas pela AGE e as oficialmente divulgadas pelo governo do estado no portal www.transparencia.pa.gov.br. Com base nas informações prestadas é possível constatar:

a) Quanto à forma controle das transferências voluntárias de recursos realizadas por meio de convênios e outros instrumentos congêneres.

O Poder Executivo o exerce mediante registros contábeis no Siafem, de acordo com a Nota Técnica nº 001/2013 Sates/Diconv – Sefa;

b) Quanto à existência de um sistema informatizado específico de controle destas transferências e tipos de informações eventualmente registradas.

Verificou-se que não existe sistema informatizado específico para o controle das transferências voluntárias mencionadas.

c) Sobre a existência de um órgão ou unidade central do governo responsável pelo controle das transferências.

Não há Unidade Central do governo do estado ou outro órgão responsável especificamente pelo controle desses recursos.

d) Quanto à compatibilidade das informações sobre a movimentação dos recursos com os registros contábeis no Siafem, em decorrência da inexistência de um sistema informatizado específico.

Segundo a Sefa, não é possível fazer a compatibilidade das informações com os registros no Siafem, a menos que cada órgão ou entidade cedente do Estado efetue as conciliações junto aos seus controles individualmente;

e) Quanto aos tipos de relatórios emitidos pelo controle instituído.

É gerada uma listagem da situação dos convênios e Consulta das restrições por convênios.

f) Sobre a existência de um cadastro, no âmbito do Poder Executivo, dos órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos recebedores de recursos do estado, mediante convênio e outros instrumentos congêneres.

Identificou-se que foram cadastrados na transação (INCTTRANSF); e os dados e informações básicas (CNPJ/CPF, endereço, CEP, domicílio bancário, etc.), na transação (INCCREDOR).

A análise dos documentos apresentados evidencia que informações referentes às transferências voluntárias, como valores, concedente e conveniente, notas de empenho e ordens bancárias, são registradas eletronicamente no Siafem.

A documentação apresentada também evidenciou que o ambiente de gestão instituído para controle das transferências voluntárias restringe-se à utilização de notas de lançamento para efetuar registros contábeis que representam a situação em que a transferência voluntária se encontra, sendo identificadas as seguintes situações:

- a) a liberar, correspondendo ao registro da assinatura;
- b) a comprovar, sinalizando ao recebimento ou utilização;
- c) a aprovar, indicando a entrega da documentação para análise da prestação de contas;
- d) aprovado, representando a confirmação da prestação de contas pelo setor responsável pela análise;
- e) homologado, representando a confirmação da prestação de contas pelo ordenador após análise do setor responsável;
- f) impugnado, indicando que prestação de contas não é aprovada pelo setor responsável ou ordenador;
- g) inadimplente, sinalizando que o beneficiário não fez a entrega da prestação de contas no prazo determinado;

h) cancelado, indicando que o evento não será mais efetivado, e;

i) com restrição, conforme decretos nº 733/2013 e 768/2013, evidenciando que se encontram com restrição e/ou vedação no momento de sua celebração e acompanhamento.

Constatou-se que o ambiente de gestão instituído para controle de transferências voluntárias se baseia no registro de lançamentos contábeis no Siafem. Com isso, as demais informações referentes aos atos praticados pelos concedentes e beneficiários destes recursos, somente podem ser obtidas a partir de controles manuais, efetuados nos processos administrativos correspondentes.

Dessa forma, verificou-se que o sistema atual de controle de transferências voluntárias, exercido mediante registros contábeis, apresenta-se ineficiente, no sentido de fornecer as informações necessárias tanto para a gestão pública, quanto para as atividades de controle.

Identificou-se que os últimos anos foram marcados pela edição de um conjunto de normas que regulamentaram diversos aspectos das transferências voluntárias.

Como a Lei Federal nº 13.019/2014, que instituiu o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, estabelecendo critérios e regramentos mais rigorosos, referentes às etapas de celebração, formalização, execução e prestação de contas, culminando com a eventual identificação de responsabilidade e estipulação de sanções.

O Ato nº 63, de 17 de dezembro de 2012, que institui o atual Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, estabeleceu novas regras quanto à prestação e tomada de contas de auxílios, contribuições ou subvenções concedidas pelo estado.

A Resolução TCEPA nº 18.784/2016, que dispõe sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado do Pará dos processos de Tomada de Contas Especial.

A Resolução TCEPA nº 18.785/2016, que fixa valores para encaminhamento da tomada de contas especial ao Tribunal de Contas do Estado do Pará e para dispensa de instauração.

Constatou-se que o ambiente de gestão não sofreu aperfeiçoamentos para atender aos novos controles e regras estabelecidos pela atual base normativa que disciplina as transferências voluntárias.

Dando continuidade à análise, buscou-se examinar a transparência na divulgação de informações sobre transferências voluntárias tendo como parâmetro as informações divulgadas pelo Poder Executivo no portal www.transparencia.pa.gov.br, acessado em 15-4-2016.

No âmbito do controle social, consta no portal uma área para divulgar informações referentes à celebração de convênios, por município do Estado, inclusive com a divulgação de alguns documentos relativos à formalização do convênio, tais como o termo de convênio, plano de trabalho, cronograma de desembolso, termos aditivos.

Contudo, não foi identificada uniformidade na divulgação dessas informações, pois em vários casos, constam apenas documentos correspondentes ao termo aditivo. Além disso, foram encontradas situações em que referências a documentos que corresponderiam ao termo aditivo de convênios resultaram na exibição apenas do extrato publicado no Diário Oficial do Estado.

Constatou-se também a impossibilidade de obtenção, no portal da transparência, de informações sobre convênios tendo como base o órgão concedente, o que dificulta o acompanhamento e controle da gestão realizada pelas diversas unidades que compõem o Poder Executivo.

Destaca-se que, no portal da transparência, não fica evidente nenhuma informação baseada no controle contábil efetuado pelo Sifem sobre as transferências voluntárias, que identificasse a situação das mesmas, nem referência sobre a data de atualização das informações divulgadas no portal.

Em suma, observou-se que o controle das transferências voluntárias utilizado se apresenta insuficiente, uma vez que não é capaz de fornecer as informações necessárias tanto para a gestão dos recursos repassados, quanto para o controle dos mesmos, além de não ter acompanhado a evolução normativa ocorrida recentemente.

Dessa forma, verificou-se ser imprescindível que o Poder Executivo adote um sistema integrado de controle das transferências voluntárias, que permita o registro e a consolidação das informações e documentos produzidos e o cumprimento das exigências estabelecidas nas normas que regulamentam o tema. As informações produzidas pelo sistema devem ser disponibilizadas aos órgãos fiscalizadores e também amplamente divulgadas para a sociedade.

Como o aperfeiçoamento e uniformização do controle das transferências voluntárias é uma necessidade que ultrapassa o âmbito do Poder Executivo, é recomendável que o sistema adotado seja utilizado pela administração pública estadual, estendendo-se aos Poderes Judiciário e Legislativo, Ministério Público e Órgãos Constitucionais.

3.2.3. Controle de Inadimplentes

A adoção de um cadastro de inadimplentes é uma estratégia que consiste em instituir um rol de pessoas físicas e jurídicas que tenham praticados atos considerados lesivos ao interesse público (estabelecidas em norma), visando evitar que os relacionados participem ou se beneficiem de operações que envolvam a utilização de recursos públicos.

Verifica-se, a título de exemplo, que no Estado do Maranhão são registradas no Cadastro Estadual de Inadimplentes, as pessoas físicas e jurídicas que:

I - sejam responsáveis por obrigações pecuniárias vencidas e não-pagas, há mais de quarenta dias, para com órgãos e entidades da administração pública estadual, direta e indireta;

II - estejam com a inscrição cancelada no Cadastro de Contribuintes do ICMS, da Secretaria de Estado da Fazenda;

III - tenham celebrado convênio, acordo, ajuste, contrato ou instrumento congênere com órgão ou entidade integrante da administração pública estadual e se enquadrem em pelo menos uma das situações seguintes:

a) inadimplência em relação à apresentação da prestação de contas dos recursos recebidos no prazo estabelecido;

- b) a prestação de contas dos recursos recebidos contenha ou demonstre vício insanável;
- c) não-cumprimento, no todo ou em parte, do objeto do convênio, acordo, ajuste, contrato ou instrumento congêneres.

Dessa forma, no Estado do Maranhão, os órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta, são obrigados a consultar o Cadastro Estadual de Inadimplentes como condição para:

- I - realização de operações de crédito, concessão de garantias de qualquer natureza e respectivos aditamentos;
- II - concessão de incentivos fiscais e financeiros;
- III - contratação de serviços e fornecimento de materiais;
- IV - pagamento a fornecedores;
- V - inscrição ou baixa no cadastro de contribuintes do ICMS;
- VI - concessão de regime especial ou credenciamento da natureza tributária;
- VII - restituição de valores recolhidos indevidamente ou em duplicidade;
- VIII - celebração de convênios, acordos, ajustes, contratos ou instrumentos congêneres que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos e respectivos aditamentos.

Esta estratégia utilizada é bastante consagrada por vários entes da federação para impedir que recursos existentes nos cofres públicos sejam destinados a pessoas físicas e jurídicas consideradas inadimplentes.

Dentre os entes que já adotam tal estratégia, identificam-se os estados do Ceará (1995); Paraíba (1995); Espírito Santo (1996); Maranhão (1996); Rio Grande do Sul (1996); Minas Gerais (2003); São Paulo (2008); Sergipe (2009); Amazonas (2013), Paraná (2015), bem como a União (2002).

Para a avaliação do ambiente de gestão de controle de inadimplentes do Poder Executivo, foram consideradas as informações fornecidas pela Sead, PGE e Sefa, apresentadas pela AGE, assim como práticas adotadas pela União e outros estados da federação.

As informações encaminhadas pela AGE, mediante ofício AGE 022/2016 GAB, revelam que apenas a Sead realiza ações visando o controle de inadimplentes, sobre o qual foi possível constatar o seguinte:

- a) Quanto ao funcionamento do controle de inadimplentes junto ao Estado, não foi possível identificar uma resposta;
- b) Quanto à existência de órgão ou unidade central que seja responsável pelo controle de pessoas inadimplentes, não houve resposta;
- c) Sobre quais os tipos de inadimplências são controladas, identificou-se o controle relativo a servidores que recebem recursos e que, por sua natureza, exigem a prestação de contas e o controle relativo a fornecedores sujeitos a sanções e penalidades;

- d) Sobre a existência de sistema de Cadastro Estadual de Inadimplentes, não houve resposta;
- e) Sobre a compatibilidade das informações contidas no controle de inadimplentes com os registros contábeis no SIAFEM, identificou-se que, em se tratando de servidores que não apresentem prestação de contas de valores recebidos e que, por sua natureza, necessitem do requisito, a exemplo do suprimento de fundos, o controle de inadimplentes é feito mediante registro na conta diversos responsáveis do SIAFEM.
- f) Quanto a fornecedores sujeitos a sanções e penalidades, não houve resposta clara sobre a integração com o SIAFEM, visto ter sido destacado o registro de situação do fornecedor no sistema SIMAS e a inclusão dele na relação de fornecedores sancionados que é divulgada no site www.compraspara.pa.gov.br.
- g) Sobre os tipos de relatórios gerados pelos controles instituídos, a SEAD anexou cópias de tela do SIMAS identificadas pelos nomes “Fornecedores por Situação”, “Fornecedores Advertidos”, “Fornecedores Suspensos”, “Fornecedores Inidôneos”, “Fornecedores Multados” e “Fornecedores Impedidos de Licitar”;

De acordo com a análise das informações fornecidas, constatou-se que a forma de controle de inadimplentes adotada pelo Poder Executivo apresenta-se incipiente, pois não impede que pessoas físicas e jurídicas, que seriam consideradas inadimplentes em outros entes federados, participem ou se beneficiem de operações que envolvam a utilização de recursos públicos do estado do Pará.

Ressalta-se que a incipiência do controle identificada decorre da falta de regulamentação sobre a questão no âmbito do Poder Executivo, quanto à implantação de um cadastro de inadimplentes.

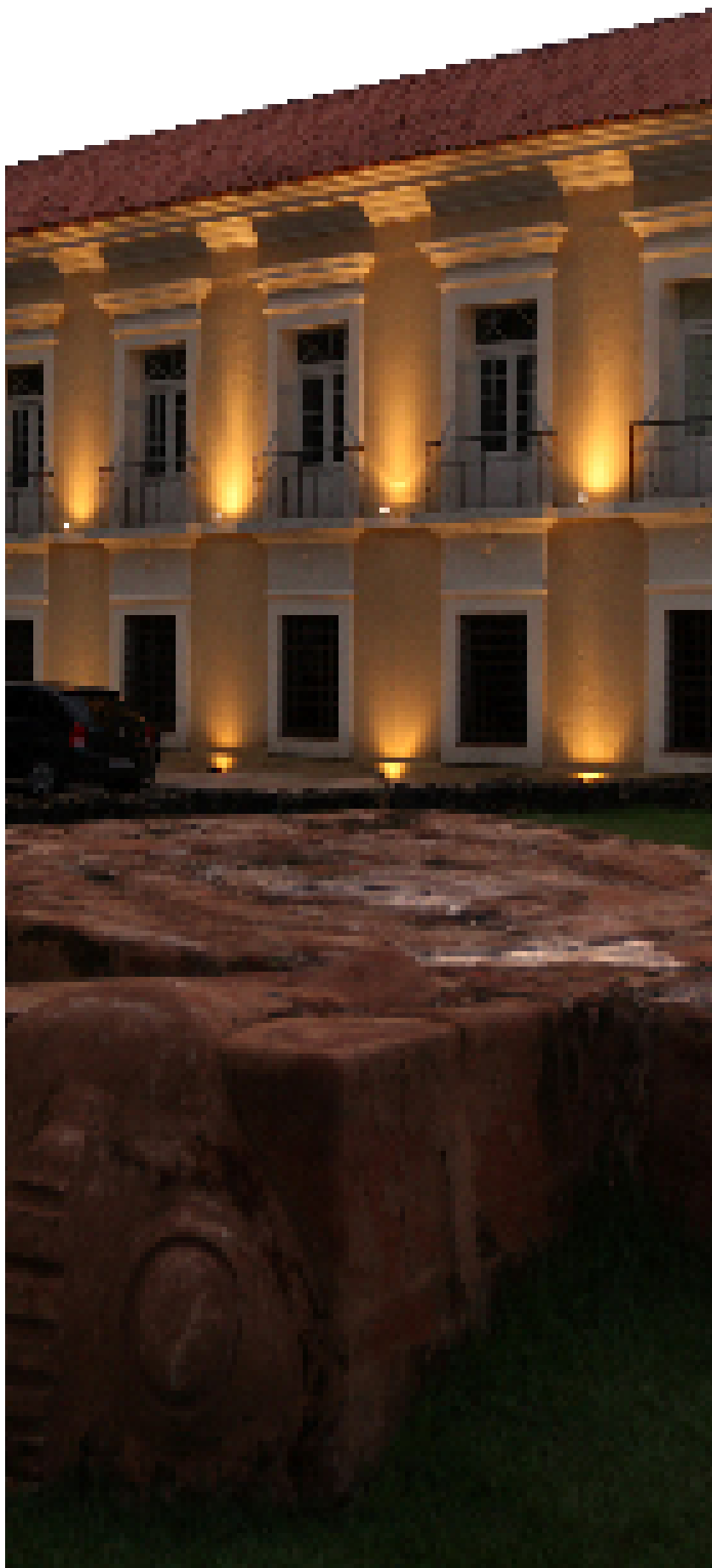
Dando continuidade à análise, buscou-se examinar a transparência na divulgação de informações sobre o controle de inadimplentes tendo como parâmetro as publicações do Poder Executivo em seus portais na internet.

A pesquisa no portal www.compraspara.pa.gov.br, realizada em 04-05-2015, permitiu identificar a divulgação dos fornecedores sancionados.

Contudo, nenhuma informação adicional sobre condições de inadimplência foi coletada do portal www.transparencia.pa.gov.br, o que demonstra a falta de integração entre os resultados obtidos com os controles instituídos e as informações prestadas para a sociedade.

Diante desta realidade, é fundamental a regulamentação a respeito da implantação de um cadastro de inadimplentes estadual, gerido por um sistema integrado, no âmbito de toda a Administração Pública Estadual, incluídos os Poderes Legislativo e Judiciário e Ministério Público, de forma que as informações sejam disponibilizadas aos órgãos fiscalizadores e amplamente divulgadas para a sociedade, contribuindo tanto para a eficiência da gestão pública quanto para a atuação dos controles externo e social.

4



INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

COMPLEXO FELIZ LUSITÂNIA - CASA DAS ONZE JANELAS

Arquivo Agência Pará

Foto: Eliseu Dias

4. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

A elaboração e consolidação dos instrumentos de planejamento devem ocorrer de forma coletiva e compartilhada, envolvendo todos os Poderes constitucionais existentes, e oportunizando a participação da sociedade civil organizada.

A Constituição Federal de 1988, art. 165, e a Constituição Estadual, art. 204, atribuem ao Poder Executivo a responsabilidade pelo sistema de Planejamento e Orçamento, e a iniciativa dos projetos de lei:

- Plano Plurianual (PPA);
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Lei de Orçamento Anual (LOA).

O PPA define as prioridades do Governo para um período de 4 (quatro) anos. O projeto de lei do PPA deve conter, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. O PPA é elaborado pelo governo e encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Pará - Alepa até 31 de agosto do primeiro ano do mandato de cada governador, como determina a Constituição Estadual, e deve ser aprovado até o final da sessão legislativa do referido ano.

De acordo com a Constituição Estadual, a LDO *“compreenderá as metas e prioridades da administração pública estadual, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento”*. A LDO é a lei anterior à lei orçamentária, cujo projeto é elaborado pelo Poder Executivo, a cada ano, e encaminhado até 30 de abril à Alepa, que o apreciará até 30 de junho.

A LOA estabelece todos os programas e ações do governo estadual no exercício. Nenhuma despesa pública pode ser executada sem estar consignada no Orçamento. A Constituição Estadual determina que o projeto de lei seja submetido à apreciação da Alepa até o dia 30 de setembro de cada ano e seja aprovado até o final de cada Legislatura. A Lei Orçamentária estima as receitas e autoriza as despesas do Governo de acordo com a previsão de arrecadação.

Os processos de planejamento e de gestão da despesa pública são concretizados por meio dos referidos instrumentos. A Lei orçamentária anual concretiza o planejado no PPA, obedecendo às metas e prioridades estabelecidas pela LDO, possibilitando a integração entre os instrumentos.

4.1. PLANO PLURIANUAL (PPA)

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento estratégico para o planejamento governamental que norteia as políticas públicas de governo para um período de médio prazo.

O PPA denominado “Pacto pelo Pará” foi estruturado em Programas e instituído por meio da Lei nº 7.595, de 28 de dezembro de 2011, para o quadriênio 2012-2015, e se apresentou como instrumento de mudanças na Administração Pública.

Uma das transformações observadas trata do princípio da transparência e da participação social, dispostos pela LRF, art. 48, parágrafo único, que foram cumpridos pelo governo estadual.

Para formulação do PPA 2012-2015, foram realizadas audiências públicas em todo o território paraense no período de junho a agosto de 2011, além da disponibilização no site www.seplan.pa.gov.br da Secretaria de Planejamento (Seplan), no portal do PPA, link para a população participar da construção do Plano.

As audiências públicas foram realizadas nas 12 (doze) Regiões de Integração: Araguaia (Redenção), Baixo Amazonas (Santarém), Carajás (Marabá), Guarujá (Belém), Guamá (Castanhal), Lago de Tucuruí (Tucuruí), Marajó(Breves), Rio Caeté (Capanema), Rio Capim (Paragominas), Tapajós (Itaituba), Tocantins(Abaetetuba) e Xingu (Altamira).

A revisão do PPA com reflexos para o exercício de 2015, ano de conclusão do ciclo do Plano, ocorreu nos termos da Lei nº 8.094/2014, que altera dispositivos da Lei nº 7.763, de 12 de dezembro de 2013.

4.1.1. Estrutura do PPA 2012-2015

O PPA 2012-2015 compõe-se de dois grandes módulos: Base Estratégica e Programas. A base estratégica do plano é composta pelas diretrizes, objetivos setoriais e estrutura de financiamento.

Para nortear o plano e os orçamentos anuais, foram concebidas cinco diretrizes: Promover a Produção Sustentável; Promover a Inclusão Social; Agregar Valor à Produção por meio do Conhecimento; Fortalecer a Gestão e Governança com Transparência; e Promover a Articulação Político-Institucional e Desconcentração do Governo, além dos 25 objetivos setoriais, permanecendo inalterados, conforme definido na Lei nº 7.595/2011, durante o período de execução do plano.

A estrutura de financiamento do plano “Pacto pelo Pará” estimou a receita em R\$50,9 bilhões para o período 2012-2015, deduzindo as despesas relativas à Dívida Fundada, às Transferências Constitucionais aos Municípios e Precatórios, conforme recomendação metodológica da base legal do Plano, que exclui as despesas as quais não podem ser associadas a bens ou serviços.

Observa-se que durante a execução do plano a receita atualizada totalizou, no período do PPA (2012-2015), o montante de R\$55,9 bilhões.

Para a formulação dos programas do plano foi considerada, também, a dimensão territorial, conforme dispõe a Constituição Federal art. 165, § 1º e Constituição Estadual art. 204, § 1º. A regionalização adotada foi das 12 Regiões de Integração do Estado do Pará, as quais representam espaços com semelhança de ocupação, de nível social e de dinamismo econômico, e cujos municípios mantenham integração entre si, quer física ou econômica.

Nesse contexto, foram definidos 80 programas, sendo 79 finalísticos, dos quais 63 são do Poder Executivo, distribuídos nas políticas públicas setoriais de Proteção e Desenvolvimento Social; Promoção Social; Defesa Social e Segurança Pública; Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção; Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável e Gestão, além de 01 programa de Manutenção da Gestão.

No art. 10 da Lei nº 7.595/2011 que instituiu o PPA 2012-2015, está previsto que cabe ao Poder Executivo avaliar a oportunidade de propor a exclusão, inclusão ou alteração de programas e ações constantes nessa Lei ou alteração de atributos de programas e ações, por meio de Projeto de Lei de Revisão Anual, a ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) até o dia 31 de agosto dos exercícios subsequentes.

Desse modo, o PPA 2012-2015 foi revisado para 2013, pela Lei nº 7.689/2012, para o ano de 2014, nos termos da Lei nº 7.763/2013, e para 2015, pela Lei nº 8.094/2014, todas disponíveis no sítio eletrônico www.seplan.pa.gov.br da Secretaria de Planejamento do Estado do Pará (Seplan), conforme quadro a seguir:

DESCRIMINAÇÃO	Lei nº 7.595/2011	Lei nº 7.689/2012	Lei nº 7.763/2013	Lei nº 8.094/2014
	PPA 2012 - 2015	Revisão exercício 2013	Revisão exercício 2014	Revisão exercício 2015
	Nº PROGRAMAS PPA 2012	Nº PROGRAMAS PPA 2013	Nº PROGRAMAS PPA 2014	Nº PROGRAMAS PPA 2015
FINALÍSTICO	79	80	66	66
Poder Judiciário	7	8	6	6
Poder Legislativo	7	7	7	7
Poder Executivo	63	63	51	51
Proteção e Desenvolvimento Social	15	16	12	12
Promoção Social	7	7	7	7
Defesa Social e Segurança Pública	8	6	5	5
Desenvolvimento Econômico e Incentivo a Produção	7	7	7	7
Infraestrutura e Logística para o Desenv. Sustentável	15	15	11	11
Gestão	11	12	9	9
Ministério Público	1	1	1	1
Defensoria Pública	1	1	1	1
MANUTENÇÃO DA GESTÃO (Todos os Poderes)	1	1	1	1
TOTAL	80	81	67	67

A Revisão do PPA 2012-2015 para o exercício de 2015, nos termos da Lei nº 8.094/2014, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 32.796, de 30/12/2014 está em conformidade com a Lei nº 7.595/2011, art. 10, § 2º, I e II e § 5º, divulgado no sítio eletrônico www.seplan.pa.gov.br da Seplan.

Essa revisão mantém em sua estrutura qualitativa as diretrizes e os objetivos estratégicos estabelecidos pelo Governo, fundamentados no macro objetivo de Redução da Pobreza e da Desigualdade Social, por meio do Desenvolvimento Sustentável.

A revisão realizada em 2014 com reflexo para o ano de 2015 abrangeu somente o Poder Judiciário. As alterações propostas de inclusão e exclusão de ações em programas existentes e de alteração dos atributos de ações em programas existentes referem-se especificamente ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA).

O Poder Executivo e os demais órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os Ministérios Públicos de Contas do Estado e dos Municípios apresentaram atualização apenas das metas físicas e financeiras de seus programas e ações, adequando-as à realidade fiscal e econômica do estado, no âmbito da LOA.

Quanto à realização de Audiência Pública para a revisão do PPA 2012-2015 ano-base 2015, como esta se limitou apenas aos programas e ações do TJPA, as audiências foram realizadas por ocasião da elaboração do orçamento de 2015, pois é por meio do orçamento que metas físicas e financeiras são atualizadas, dessa forma cumpriu-se a exigência estabelecida na LRF.

O PPA 2012-2015, após a revisão para 2015, ficou constituído por 67 programas, sendo 66 finalísticos e 1 de manutenção da gestão. Destaca-se que não houve inclusão, exclusão ou alteração de programas, objetivos e indicadores para nenhum Poder.

Na tabela seguinte é demonstrado o montante de R\$14,7 bilhões destinados ao PPA para o exercício de 2015. A maior parcela de recursos foi destinada aos programas finalísticos, correspondendo a 60,12%, ficando o restante para o programa de manutenção da gestão (39,88%).

Tabela 4.1 - Revisão do PPA 2012-2015 - ano-base 2015, por Poder e Área de Governo

(Em R\$ milhares)

Descriminação	Quantidade de Programa	Quantidade de Ação	Valor	%
Finalístico	66	637	8.843.324	60,12
Poder Judiciário	06	67	336.319	
Poder Legislativo	07	37	349.589	
Poder Executivo	51	500	7.670.939	
Proteção e Desenvolvimento Social	12	96	1.195.489	
Promoção Social	07	89	2.983.132	
Defesa Social e Segurança Pública	05	63	662.640	
Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção	07	91	326.544	
Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável	11	101	1.354.569	
Gestão	09	60	1.148.564	
Ministério Público	01	16	362.890	
Defensoria Pública	01	17	139.537	
Manutenção da Gestão	01	14	5.864.358	39,88
TOTAL	67	651	14.707.682	100

Fonte: Lei nº 8.094/2014 – Revisão do PPA 2012-2015, ano-base 2015.
Nota: Poder Legislativo (TCE, TCM, Alepa e os Ministérios de Contas do Estado e dos Municípios)

Verifica-se que 67 programas do governo constituíram 651 ações. Dessas, 637 pertencem a 66 programas do tipo finalístico e 14 ações pertencem a 1 programa: manutenção da gestão.

O Poder Executivo contemplou 51 programas finalísticos, correspondendo ao conjunto de 500 ações, divididos nas áreas de governo: Proteção e Desenvolvimento Social (12); Promoção Social (07); Defesa Social e Segurança Pública (05); Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção(07); Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável (11) e Gestão (09).

Da comparação do PPA 2012-2015 original com as alterações realizadas, por meio das revisões, verifica-se que, inicialmente, o PPA original foi composto por 80 programas e 785 ações, além de 117 ações da Agenda Mínima de Governo – ações estabelecidas como prioritárias a serem executadas no período de 2011 a 2014.

Na revisão do último ano do PPA, 2015, os Programas e as ações foram reduzidos em 16,25% e 17,07%,

respectivamente. Nesse ano, o governo não estabeleceu as ações prioritárias, portanto, não há número de ações da Agenda Mínima, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 4.2 - Comparativo do PPA 2012-2015 original com a Revisão ano-base 2015.

(Em R\$ milhares)

Descrição	PPA Original (a)	Revisão 2015 (b)	Var. % (b/a)
Programa	80	67	16,25
Ação	785	651	17,07
Agenda Mínima	117	-	-

Fonte: Lei n° 7.595/2011 e Lei n° 8.094/2014.

4.1.2. Monitoramento e Avaliação

A sistematização do processo de monitoramento e avaliação contribui para o fortalecimento do modelo de gestão por resultados, bem como possibilita a melhoria da governança do setor público.

Para a avaliação anual dos programas do PPA, levou-se em consideração a análise das metas físicas das ações de governo e dos indicadores dos programas. As metas físicas são regionalizadas e correspondem aos bens e serviços necessários para atingir o objetivo dos programas.

Os indicadores devem estar associados ao objetivo do programa e mensurar os resultados pretendidos para avaliar a efetividade dos mesmos. Tais instrumentos destacam as realizações do governo e colaboram para a melhoria do diálogo entre governo e sociedade.

O resultado do desempenho dos indicadores e das metas físicas deve oferecer elementos para o aperfeiçoamento contínuo do plano, do orçamento e da gestão.

4.1.2.1. Avaliação dos indicadores e metas dos programas do PPA

A análise do PPA, ano 2015, foi realizada com base na verificação dos resultados mensurados para os indicadores dos programas finalísticos e as metas físicas das ações, por meio do Sistema de Gestão dos Programas do Estado do Pará (GP Pará). A avaliação contempla uma visão quantitativa do atingimento das metas físicas e da aferição dos indicadores com os índices programados.

Observou-se que os 51 programas finalísticos, sob a responsabilidade do Poder Executivo, foram compostos por 130 indicadores e 500 ações com as respectivas metas físicas.

Com relação aos indicadores dos programas do PPA, no exercício de 2015, todos tiveram seus desempenhos mensurados e registrados no sistema GP Pará.

Dos 130 indicadores contidos no PPA, apenas 45 alcançaram o índice da meta programada, equivalente a 35%, de acordo com a tabela seguinte.

Tabela 4.3 Percentual dos Indicadores das metas alcançadas e não alcançadas, por área de governo - 2015

Áreas de Governo	Qtd. de Indicadores Mensurados (a)	Qtd. de Metas alcançadas (b)	% (c)=b/a	Qtd. de Metas não alcançadas (d)	% (e)=d/a
Proteção e Desenvolvimento Social	28	03	11	25	89
Defesa Social e Segurança Pública	15	12	80	03	20
Promoção Social	21	09	43	12	57
Infraestrutura e Logística	27	07	26	20	74
Desenvolvimento Econômico	20	07	35	13	65
Gestão	19	07	37	12	63
Total	130	45	35	85	65

Fonte: Sistema GP Pará

A área de Defesa Social e Segurança Pública foi a única que ultrapassou 50% da meta estabelecida no PPA, pois ao atingir 12 dos 15 indicadores alcançou desempenho de 80%.

Dentre as áreas de governo que ficaram abaixo de 50% do resultado desejado, estão as áreas estruturantes de governo.

A área de Proteção e Desenvolvimento Social alcançou apenas 03 das metas programadas para os 28 indicadores, equivalente a 11%, seguindo-se a área de Infraestrutura e Logística (26%), Desenvolvimento Econômico (35%), Gestão (37%) e Promoção Social (43%), que apresentaram desempenho abaixo do desejado.

Do total de indicadores examinados, 65% não atingiram a meta estabelecida no PPA, ano-base 2015, dos quais a área de Proteção e Desenvolvimento Social apresentou menor índice de desempenho das metas, pois dos 28 indicadores programados 25 não atingiram as metas, equivalentes a 89%.

As áreas de Desenvolvimento Econômico e de Gestão também apresentaram alto índice de não cumprimento de metas, 65% e 63%, respectivamente.

Da análise das 500 ações componentes do PPA, ano 2015, verificou-se que 07 não foram mensuradas: 03 da área de Desenvolvimento Econômico; 03 de Promoção Social e 01 da Defesa e Segurança Pública, totalizando 493 metas físicas com aferição.

Na avaliação dessas ações dos programas finalísticos do Poder Executivo, verificou-se que apenas 177 atingiram a meta física planejada para o exercício de 2015, representando 35% do total. A maioria (316 ações), equivalente a 63%, não alcançou as metas físicas previstas no PPA.

A tabela, a seguir, apresenta os resultados obtidos com relação à aferição das metas dos programas, por área de governo.

Tabela 4.4 - Percentual das metas alcançadas e não alcançadas das ações dos programas do PPA, por área de governo – 2015

Programa	Qtd. de Ações no PPA (a)	Qtd. de Ações Não Mensuradas	Qtd. de Ações Mensuradas	Qtd. de Metas Alcançadas (b)	% (c)=b/a	Metas não Alcançadas (unid.) (d)	% (e)= d/a
PROTECAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	96	-	96	33	34	63	66
DEFESA SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA	63	01	62	27	43	35	56
PROMOÇÃO SOCIAL	89	03	86	31	35	55	62
INFRAESTRUTURA E LOGISTICA	101	-	101	25	25	76	75
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	91	03	88	33	36	55	60
GESTÃO	60	-	60	28	47	32	53
TOTAL	500	07	493	177	35	316	63

Fonte: Sistema GP Pará

As ações da área de Gestão demonstraram o maior desempenho no alcance das metas físicas, pois 28 das 60 metas previstas foram alcançadas no plano, equivalentes a 47%. Observa-se, contudo, que o índice alcançado não chegou a 50%, assim como nas demais aéreas: Defesa Social e Segurança Pública (43%), Desenvolvimento Econômico (36%) e Promoção Social (35%).

Ainda quanto à comparação das metas físicas realizadas com as previstas no PPA, as que tiveram o menor desempenho no alcance das metas foram as referentes às áreas de Infraestrutura e Logística (75%), Proteção e Desenvolvimento Social (66%), Promoção Social (62%), e Desenvolvimento Econômico (60%).

Quanto ao critério da transparência do processo de gestão do PPA 2012-2015, observou-se que foram disponibilizados no sítio eletrônico da Secretaria de Planejamento do Estado do Pará (Seplan), o texto atualizado da Lei e anexos e os Relatórios Anuais de Avaliação dos Programas do PPA. Assim, constatou-se o cumprimento à Lei nº 7.595/2011, arts. 16 e 17, incisos I e II.

Por todo exposto, conclui-se com base nas informações do sistema GP Pará que, das metas físicas planejadas, somente 35% foram alcançadas, quando comparadas às previstas no PPA. Quanto aos indicadores dos programas, o alcance foi de 45%, demonstrando assim um baixo desempenho no atingimento das metas físicas, bem como na aferição dos indicadores previstos no PPA.

4.1.2.2. Compatibilidade com a Lei Orçamentária

Como instrumento principal do planejamento estratégico, o PPA possibilita uma perfeita integração entre o planejamento e o orçamento; conseqüentemente, os programas e ações constantes do plano se compatibilizam com iguais categorias apresentadas na LOA.

Da mesma forma, na elaboração e execução do orçamento anual, a regionalização ali definida é compatível com a do PPA, obedecendo ao que dispõe a LRF, art. 5º.

A Lei nº 7.595/2011, que aprovou o PPA 2012-2015, dispõe no art. 6º que as metas financeiras aprovadas não são limites à programação da despesa na LOA. Logo, a tabela seguinte compara os valores propostos pelo

Poder Executivo nos projetos do PPA 2012-2015, ano-base 2015, com os valores estabelecidos na LOA/2015, dotação inicial.

Tabela 4.5 - Comparativo de valores do PPA 2012-2015, ano-base 2015, e da LOA/2015, por Poder

(Em R\$ milhares)

Discriminação	PPA 2012-2015 Ano-Base 2015	LOA /2015 Dot. Inicial	%
Poder Executivo	12.610.932	11.420.661	90,56
Poder Legislativo	654.617	652.808	99,72
Poder Judiciário	914.171	914.171	100,00
Ministério Público	388.425	388.425	100,00
Defensoria Pública	139.537	139.537	100,00
TOTAL	14.707.682	13.515.603	91,89

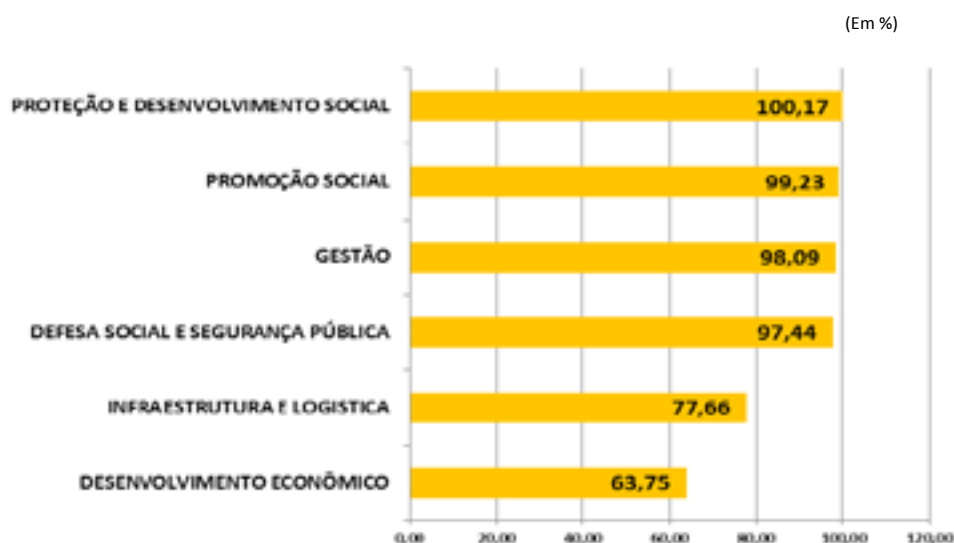
Fonte: Lei nº 7.595/2011 (Plano Plurianual 2012-2015) e Siafem

Os instrumentos de planejamento e de orçamento estão compatíveis quanto aos programas, ações, objetivos e produtos. No entanto, no que se refere aos recursos fixados na dotação inicial apresentados na LOA/2015, estes atingiram 91,89%, do valor programado no PPA para o exercício 2015, o que não constitui improbidade, pois os valores definidos na LOA são atualizados por meio da reestimativa de receita.

No PPA, ano-base 2015, foi estabelecido o montante de R\$14,7 bilhões, enquanto na LOA/2015 foram fixados recursos da ordem de R\$13,5 bilhões. A diferença decorreu dos registros a menor, na LOA/2015, inerentes aos Poderes Executivo e Legislativo, que contabilizaram o equivalente a 90,56% e 99,72% respectivamente, quando comparado aos valores aprovados no PPA.

No Poder Executivo, dentre as 06 (seis) áreas de governo relacionadas no PPA, exercício 2015, Promoção Social (99,23%), Gestão (98,09%), Defesa Social e Segurança Pública (97,44%), Infraestrutura e Logística (77,66%) e Desenvolvimento Econômico (63,75%) foram as que contribuíram para a obtenção do desempenho da compatibilidade entre os valores do PPA e da LOA referentes ao exercício de 2015.

Gráfico 4.1 – Compatibilidade entre PPA 2015 e LOA 2015, por área de governo.



Fonte: Lei nº 7.595/2011 (PPA 2012-2015) e Siafem.

O detalhamento dos programas do Poder Executivo, por área de governo, estabelecidos no PPA/2015 e na LOA/2015, encontra-se na tabela a seguir.

Tabela 4.6 - Comparativo entre o PPA 2012-2015, ano-base 2015, e a LOA/2015, por programa e área de governo do Poder Executivo.

(Em R\$ milhares)

Discriminação	PPA 2012-2015 Exercício 2015	LOA/ 2015 Dot. Inicial	%
PODER EXECUTIVO	12.610.932	11.420.661	90,56
PROGRAMA FINALÍSTICO	7.670.939	7.190.179	93,73
PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.195.489	1.197.539	100,17
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	81.420	81.420	100,00
ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE	40.550	40.550	100,00
GESTÃO ESTADUAL DO SUS	22.060	22.060	100,00
MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE NA SAÚDE	907.771	908.771	100,11
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	21.287	21.287	100,00
PROTEÇÃO SOCIAL NO SUAS E SINASE	88.041	88.041	100,00
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	5.900	5.900	100,00
BOLSA TRABALHO	2.277	2.277	100,00
GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	6.605	7.205	109,08
COMBATE AS DROGAS	2.179	2.579	118,36
IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL E SOCIAL	1.501	1.501	100,00
PACTO PELOS DIREITOS HUMANOS	15.898	15.948	100,31
DEFESA SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA	662.640	645.658	97,44
PRÓ-PAZ - POR UMA CULTURA DE PAZ	14.470	14.470	100,00
SEGURANÇA PELA PAZ	248.843	231.862	93,18
PACTO PELA LIBERDADE	99.757	99.757	100,00
SEGURANÇA NO TRÂNSITO	121.382	121.382	100,00
VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	178.187	178.187	100,00
PROMOÇÃO SOCIAL	2.983.132	2.960.146	99,23
EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE	2.366.935	2.366.935	100,00
UNIVERSIDADE PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARÁ	272.347	272.847	100,18
ESPORTE E LAZER: UM CAMINHO PARA A INCLUSÃO SOCIAL	37.480	37.080	98,93
NOSSA ARTE, NOSSA CULTURA	87.169	64.083	73,52
O PARÁ QUE LÊ	6.807	6.807	100,00
REVITALIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL	34.645	34.645	100,00
VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR DA EDUCAÇÃO	177.749	177.749	100,00
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	1.354.569	1.052.018	77,66
CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO	460.986	467.386	101,39
CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	68.596	68.596	100,00
GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL	14.202	14.202	100,00
HABITAR PARA VIVER MELHOR	161.141	81.141	50,35
INTEGRAÇÃO METROPOLITANA	218.768	218.768	100,00
SANEAMENTO É VIDA	283.933	68.655	24,18
ENERGIA NO PARÁ	3.217	1.145	35,58
OBRAS PÚBLICAS	31.293	31.293	100,00
INCLUSÃO DIGITAL PARA O DESENVOLVIMENTO - NAVEGAPARÁ	23.518	23.518	100,00
TERRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	87.514	75.914	86,74
VALORIZAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE	1.399	1.399	100,00
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	326.544	208.180	63,75

(Em R\$ milhares)

Discriminação	PPA 2012-2015 Exercício 2015	LOA/ 2015 Dot. Inicial	%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGROPECUÁRIA	14.496	14.394	99,30
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA	7.696	8.296	107,80
MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	26.415	27.017	102,28
MUNICÍPIOS VERDES	58.788	53.638	91,24
PARÁ COMPETITIVO	144.309	29.995	20,79
PROG. REDUÇÃO DA POBREZA E GEST. DOS REC. NAT. DO EST. DO PARÁ - PARÁ RURAL	40.722	40.722	100,00
VER-O-PARÁ	34.118	34.118	100,00
GESTÃO	1.148.564	1.126.638	98,09
VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	471.047	448.270	95,16
COMUNICAÇÃO PÚBLICA GOVERNAMENTAL	50.659	50.509	99,70
GESTÃO FAZENDÁRIA	31.836	31.836	100,00
GESTÃO GOVERNAMENTAL	10.629	10.629	100,00
PACTO PELA CIDADANIA	3.351	4.351	129,84
PLANEJAMENTO E GESTÃO INTEGRADA	6.144	6.144	100,00
SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	518.114	518.114	100,00
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	52.665	52.665	100,00
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL	4.119	4.119	100,00
PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO	4.939.993	4.230.482	85,64

Fonte: Lei nº 7.595/2011 (Plano Plurianual 2012-2015) e Siafem.

4.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) está prevista no art. 204, § 3º da Constituição do Estado do Pará de 1989, e compreende as metas e prioridades da administração pública estadual, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orienta a elaboração da lei orçamentária anual, além de dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Em 30-04-2014, o Chefe do Poder Executivo encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, acompanhado da mensagem nº 00018/14-GG, dentro do prazo estabelecido pela Constituição do Estado do Pará.

A LDO do Estado do Pará, com seus anexos de metas e riscos fiscais, foi aprovada pela Lei nº 8.031/2014 e publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 32.696 em 31-07-2014.

4.2.1. Audiência Pública

A fim de atender ao que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), art. 48, parágrafo único, o governo realizou Audiência Pública no dia 16-04-2014 para debate referente à elaboração da LDO/2015. A referida Lei encontra-se disponível no site da Secretaria de Planejamento (Seplan) no endereço eletrônico: <http://www.seplan.pa.gov.br>

4.2.2. Estrutura, Conteúdo e Organização da LDO

A composição da LDO/2015 cumpriu as exigências estabelecidas pela Constituição Estadual, art. 204, § 3º, assim como art. 208, § 1º, II, ao dispor sobre concessão de vantagem, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração de estrutura de carreiras e admissão ou contratação de pessoal a qualquer título pelos órgãos e entidades da administração estadual.

Quanto ao conteúdo da LDO/2015, as prioridades e metas relativas à programação de trabalho dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas para 2015, estão de acordo com o Anexo I - Metas Programáticas da Administração Pública Estadual, que estabelece as prioridades para o orçamento de 2015 a partir das disponibilidades financeiras do governo.

A LDO/2015 atendeu às seguintes exigências legais estabelecidas na LRF, como segue:

EXIGÊNCIAS LEGAIS	LRF	LDO/2015
Dispor sobre equilíbrio entre receitas e despesas.	art. 4º, I, "a"	art. 3º, I
Dispor sobre critérios e forma de limitação de empenho, a serem efetivados nas hipóteses de risco de não-cumprimento das metas fiscais ou de ultrapassagem do limite da dívida consolidada.	art. 4º, I, "b"	art. 41
Dispor sobre normas relativas ao controle de custos.	art. 4º, I, "e"	art. 63
Dispor sobre normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.	art. 4º, I, "e"	arts. 50 e 51
Dispor sobre demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	art. 4º, I, "f"	arts. 21 e 22
Conter Anexo de Metas Fiscais – Metas Anuais	art. 4º, § 1º	Demonstrativo I, anexo II
Conter avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior.	art. 4º, § 2º, I	Demonstrativo II, anexo II
Conter demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores.	Art. 4º, § 2º, II	Demonstrativo III, anexo II
Conter evolução do patrimônio líquido, nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.	art. 4º, § 2º, III	Demonstrativos IV e VIII, anexo II
Conter avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores públicos.	art. 4º, § 2º, IV, "a"	Demonstrativo V, anexo II
Conter demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.	art. 4º, § 2º, inciso V	Demonstrativos VI e VII, anexo II
Conter Anexo de Riscos Fiscais.	art. 4º, § 3º	anexo V
Estabelecer forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, de "Reserva de Contingência".	art. 5º, III	art. 23 § 2º e 3º
Indicar as despesas que, além das constitucionais e legais e das com o serviço da dívida, não devam ser objeto de limitação de empenho e movimentação referidos no art. 9º e no art. 31. § 1º, II.	art. 9º, § 2º	art. 41, II, III, IV e V
Definir os termos sob os quais serão estabelecidos a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, até 30 dias após a publicação da lei orçamentária.	art. 8º, caput	art. 40
Estabelecer conceito de despesa irrelevante, para efeito de sua exclusão do disposto no art. 16, que trata de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação que acarrete aumento de despesa.	art. 16, § 3º	art. 26, parágrafo único
Estabelecer situações nas quais será possível contratar hora-extra, quando a despesa total com pessoal estiver excedendo 95% do limite estabelecido para tal.	art. 22, parágrafo único, V	art. 54, V
Estabelecer, complementarmente à LRF, exigências para a realização de transferências voluntárias.	art. 25, § 1º	art. 20
Estabelecer os termos sob os quais serão incluídos projetos novos na lei orçamentária, respeitando o adequado atendimento dos emendamentos e o atendimento das despesas de conservação do patrimônio público.	art. 45, caput	art. 19

Fonte: LDO2015.

Ainda dentro da estrutura da LDO/2015 e por considerar a Lei como instrumento de equilíbrio Fiscal, outros dispositivos fundamentais podem ser destacados como:

EXIGENCIAS DA LDO	DISPOSITIVOS
Exigência do encaminhamento da proposta orçamentária contendo anexo com a regionalização das dotações orçamentárias.	art. 6º, § 11
Necessidade de realização de plenárias regionais por meio do processo de planejamento estratégico participativo durante o processo de elaboração, aprovação e execução da lei orçamentária.	art. 15, § 6º
Necessidade de divulgação à sociedade, em tempo real, por meio eletrônico de acesso público, das informações, pormenorizadas, da execução orçamentária e financeira.	art. 15, § 1º, I
Definição dos procedimentos para realização das audiências públicas previstas no § 4º do art. 9º da LRF.	art. 15, §§ 4º e 5º
Os limites das propostas orçamentárias, para 2015, dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e dos demais Órgãos Constitucionais Independentes.	art. 17
Restrição à utilização pelo Poder Executivo das receitas provenientes da dívida tributária em despesas de caráter continuado.	art. 18
Obrigação dos órgãos responsáveis por transferências de recursos do Estado para outro ente da Federação de: observar as condições de concessão previstas na LDO, proceder aos registros no Sistema de Execução Orçamentária (SEO) e no Siafem, bem como acompanhar a execução das ações desenvolvidas.	art. 20, § 1º, I, II e III
Obrigação da consignação dos recursos orçamentários destinados ao Plano de Custeio do Regime Estadual de Previdência no Igeprev.	art. 27
Vedação à destinação de recursos para pagamento por serviços a título de consultoria ou assistência técnica a servidores da administração pública, empregados de empresa pública ou de sociedade de economia mista.	art. 30, III
Vedação à utilização de recursos provenientes de contribuições, auxílios e subvenções sociais para o pagamento de pessoal da entidade beneficiada.	art. 30, IV
Vedação à destinação de recursos do orçamento à previdência complementar.	art. 30, V
Vedação à descentralização de crédito orçamentário para atender despesas que não sejam de atribuição do órgão ou entidade concedente ou quando não puderem ser incorporados ao patrimônio do Estado.	art. 31, § 3º
Obrigação dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e dos demais Órgãos Constitucionais Independentes de recolherem, até o trigésimo dia do mês subsequente, à Conta Única do Estado, a diferença do Imposto de Renda - Pessoa Física, retido na fonte, incidente sobre a remuneração de seus servidores e prestadores de serviços.	art. 42
Obrigação do detalhamento das ações (projetos/atividades/operações especiais) do Poder Executivo no Sistema GP Pará no momento do empenhamento das despesas.	art. 44
Autorização para que o Poder Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes abram créditos suplementares com indicação de recursos compensatórios dos próprios órgãos por ato próprio.	art. 47
Obrigação da consignação dos recursos orçamentários destinados ao atendimento das ações e serviços públicos de saúde e para assistência social nos Fundos Estadual de Saúde e de Assistência Social.	art. 48
Obrigação dos órgãos do Poder Executivo em fornecer os dados de execução física das ações de governo, bem como outras informações complementares da execução de cada programa via Sistema GP Pará.	art. 50, § 2º
Obrigação das empresas estaduais integrantes do Orçamento de Investimentos das Empresas encaminharem a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças, quadro demonstrativo sobre a execução das ações, ao final de cada quadrimestre, e relatório contendo os principais resultados alcançados nos programas, ao final do exercício financeiro.	art. 52
Autorização para a realização de concurso público.	art. 56
Obrigatoriedade dos Poderes, Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos constitucionais independentes em publicar, até o vigésimo dia do mês subsequente ao bimestre, a remuneração do pessoal ativo e inativo, na forma de demonstrativo constante na Lei.	art. 57
Regras sobre a inscrição de Restos a Pagar no exercício.	art. 67
Autorização para parcelamento dos débitos de exercícios anteriores.	art. 68

4.2.3. Anexo de Metas Fiscais

As metas fiscais são o elo entre o planejamento e a elaboração do orçamento e sua execução. Os riscos fiscais são possibilidades da ocorrência de eventos que venham impactar negativamente as contas públicas.

A LRF, em seus arts. 4º, §§ 1º e 3º, determina que os Anexos de Metas Fiscais (AMF) e o Anexo de Riscos Fiscais (ARF) devem integrar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) estabelece regras de harmonização a serem observadas, de forma permanente, pela Administração Pública, e define orientações metodológicas, consoante os parâmetros definidos pela LRF para a elaboração dos referidos anexos.

Nesse contexto, o Anexo de Metas Fiscais da LDO/2015 contemplou os 09 (nove) Demonstrativos exigidos pela LRF. Entretanto, apenas 01 (um) Demonstrativo está em conformidade com o que estabelece a lei, como pode se ver no quadro seguinte.

DEMONSTRATIVOS - LDO/2015	SITUAÇÃO	LRF
Metas Anuais	Não conformidade	art. 4º, § 1º
Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior	Não conformidade	art. 4º, § 2º, I
Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores	Não conformidade	art. 4º, § 2º, II
Evolução do Patrimônio Líquido	Não Conformidade	art. 4º, § 2º, III
Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos	Conformidade	art. 4º, § 2º, III
Avaliação da Situação Financeira do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Não Conformidade	art. 4º, §2º, IV
Avaliação da Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Não Conformidade	art. 4º, §2º, IV
Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita	Não conformidade	art. 4º, § 2º, V
Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado	Não conformidade	art. 4º, § 2º, V

A análise dos demonstrativos em desconformidade com a LRF apresenta-se a seguir:

a) Metas Anuais

O referido Demonstrativo das Metas Anuais está em desconformidade com o estabelecido no MDF 5ª edição, por não apresentar a memória e metodologia de cálculo das principais fontes de receita e despesa para Resultados Primário e Nominal e para o Montante da Dívida Pública, além dos valores a preços constantes estarem inconsistentes, em virtude do valor corrente não trazer os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO.

No entanto, o Demonstrativo das Metas Anuais apresentou, segundo o art. 4º, § 1º da LRF, os valores correntes e constantes, relativo às receitas, despesas, Resultados Nominal e Primário e o montante da dívida pública, para o exercício a que se referem a LDO e para os dois seguintes.

A LDO/2015 trouxe as referidas metas, conforme quadro a seguir:

(Em R\$ milhares)

Discriminação	2015	2016	2017
I - Receitas Primárias	19.572.739	20.929.737	22.379.930
II - Despesas Primárias	19.490.683	20.647.069	22.127.617
III - Resultado Primário (I - II)	82.057	282.669	252.313
IV - Resultado Nominal	277.719	(197.178)	(360.071)
V - Dívida Consolidada Líquida	2.084.467	1.887.289	1.527.218

Nota: valores correntes.

b) Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

O demonstrativo apresentou os valores das metas fiscais previstos e realizados, referentes ao ano de 2013, ou seja, 2º ano anterior ao ano de referência da LDO/2015, para os itens de receita, despesa, resultados nominal e primário e o montante da dívida consolidada.

Os valores das metas previstas estão em conformidade quando comparados com a LDO/2013, no entanto na coluna das metas realizadas no item Dívida Consolidada Líquida, o valor de R\$1,2 bilhão corresponde a dívida fiscal líquida, ao passo que deveria ser de R\$1,3 bilhão, referente à dívida consolidada líquida. Sendo assim, esse Demonstrativo está em desconformidade com o que determina o MDF.

c) Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

No Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores observou-se as seguintes inconsistências:

- O demonstrativo deve conter três exercícios anteriores ao ano de referência da LDO, ou seja, 2012, 2013 e 2014. Porém, identificou-se falha ao não apresentar o exercício de 2012;
- Os valores a preços correntes previstos nos exercícios de 2013 e 2014, não guardam conformidade com os valores registrados nas LDO's dos referidos exercícios, consequentemente os valores a preços constantes apresentados também estão em desconformidade;
- Os valores a preços constantes estão inconsistentes, em virtude do valor corrente não trazer os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO, para os três exercícios orçamentários anteriores ao ano de referência da LDO, para o exercício financeiro a que se refere à LDO para os dois exercícios seguintes.

d) Evolução do Patrimônio Líquido

O Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, porém apresentou desconformidade com o MDF 5ª edição quanto à forma. Segundo o manual, as nomenclaturas dos itens do Patrimônio Líquido são: Patrimônio/Capital, Reservas e Resultado Acumulado. Para o item do Regime Previdenciário integram as contas Patrimônio, Reservas e Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Observou-se que o referido Demonstrativo contém valor contábil do Patrimônio Líquido nas contas patrimoniais: Lucros ou Prejuízos Acumulados; Resultado do Exercício e Ajustes do Patrimônio/Capital. Quanto ao valor do Regime Previdenciário, a conta Resultado do Exercício está indevida, o que constata a desconformidade com o que determina o MDF.

e) Avaliação da Situação Financeira do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Nesse Demonstrativo não foram evidenciadas as Receitas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), referentes às receitas intraorçamentárias dos anos 2011, 2012 e 2013. Tal fato evidencia que o Demonstrativo está em desconformidade com o padrão estabelecido pelo MDF 5ª edição da STN.

f) Avaliação da Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

No Demonstrativo da Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores devem constar as projeções de receitas e despesas previdenciárias para o período de pelo menos 75 (setenta e cinco) anos, tendo como ano inicial, o ano anterior ao ano de referência da LDO.

A LDO/2015 apresenta o ano inicial das projeções de receitas e despesas de 2013, ao passo que deveria ser o ano de 2014. Logo, o referido Demonstrativo está em desconformidade, pois não mostra o período de 75 anos para as devidas estimativas.

g) Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

O Demonstrativo Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita foi apresentado na LDO/2015 com inobservância ao art. 14 da LRF e ao Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, em função dos seguintes itens:

- Apresenta a mais as colunas referentes aos anos de 2013 e 2014;
- As modalidades de renúncia de receita foram consideradas as de caráter geral, ao passo que deveriam ser as de concessão de caráter não geral;
- Não evidenciou as medidas a serem tomadas a fim de compensar a renúncia de receita prevista, conforme dispõe o art. 14 da LRF.

h) Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A inobservância registrada nesse Demonstrativo decorreu dos seguintes fatos:

- Na conta Aumento Permanente de Receita foram consideradas as estimativas de receitas que não são provenientes de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, como as receitas patrimoniais, transferências correntes e outras receitas correntes;
- A memória de cálculo não apresentou o detalhamento da conta Novas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC), que constitui o Saldo Utilizado da Margem Bruta, inviabilizando dessa forma a apuração do resultado final de outras despesas correntes.

4.2.4. Anexo de Riscos Fiscais

O Anexo de Riscos Fiscais, como determina a LRF no art. 4º, § 3º, deve compor a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que tem como objetivo avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Desse modo, o Manual de Demonstrativos Fiscais veio estabelecer a forma de apresentação dos riscos fiscais por meio do Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, que deve compor o anexo da LDO. Contudo, verificou-se que o referido Demonstrativo não integrou a LDO/2015, desatendendo ao disposto na LRF.

No anexo V da LDO/2015, os passivos contingentes incluíram os processos judiciais que não se constituem necessariamente riscos fiscais, como os precatórios, os quais devem ser reconhecidos, quantificados e planejados na Lei Orçamentária Anual.

O anexo de Riscos Fiscais deve seguir a orientação da Portaria nº 637, de 18-10-2012 da STN no sentido de que os precatórios não constituem riscos fiscais.

4.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

Em cumprimento ao prazo estabelecido pela Constituição do Estado, art. 204, § 5º, o Poder Executivo enviou, em 30 de setembro de 2014, à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), o projeto da lei orçamentária, referente ao exercício financeiro de 2015, acompanhado da Mensagem do Governador do Estado nº 032/14-GG, a qual fez um diagnóstico sobre a situação do Estado e suas perspectivas.

A LOA/2015, aprovada e promulgada pela Lei nº 8.095, de 30/12/2014, foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 32.796, de 30/12/2014 e se encontra disponível no sítio da Secretaria de Planejamento (Seplan): www.seplan.pa.gov.br.

4.3.1. Audiência Pública

De acordo com o art. 48, parágrafo único, I, da LRF e art. 15, § 1º da LDO/2015, no processo de elaboração e discussão do orçamento estadual, devem ser permitidos canais de diálogo ao debate e à reflexão que fundamentam e priorizam as ações a serem inseridas na Lei Orçamentária Anual.

Dessa forma, no período de 11 a 19 de agosto de 2014, foram realizadas oitavas junto à sociedade civil organizada, por meio de Audiências Públicas que abrangeram todas as Regiões de Integração do Estado do Pará, assim demonstradas:

Tabela 4.7 - Audiências Públicas Realizadas para elaboração da LOA/2015

Data	Município - Sede (Realização da Audiência Pública)	Região de Integração	Ato (edital de convocação)
11/8/2014	Santarém	Regiões do Tapajós, Xingu e Baixo Amazonas.	DOE nº 32.689, de 22/07/2014.
13/8/2014	Belém	Regiões do Rio Capim, Guamá, Marajó, Metropolitana, Caeté e Tocantins.	DOE nº 32.689, de 22/07/2014.
19/8/2014	Marabá	Regiões do Araguaia, Carajás e Lago de Tucuruí.	DOE nº 32.689, de 22/07/2014.

Fonte: Diário Oficial do Estado.

4.3.2. Estrutura, conteúdo e organização da LOA

A LOA/2015 encontra-se em conformidade com as disposições do art. 204, § 10 da Constituição Estadual, uma vez que se compõe dos seguintes orçamentos:

a) Orçamento Fiscal - abrange os Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

b) Orçamento da Seguridade Social - inclui entidades e órgãos das áreas de saúde, previdência e assistência social.

c) Orçamento de Investimento das Empresas.

Do mesmo modo, a LOA/2015, ao não conter dispositivo estranho à previsão da receita e fixação de despesa, atendeu ao que dispõe o § 13 do art. 204 da CE, bem como ao art. 5º, I e II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao apresentar os demonstrativos exigidos.

No exercício de 2015, a Lei Orçamentária Anual, atendendo ao princípio do equilíbrio orçamentário, totalizou recursos na ordem de R\$21,1 bilhões, distribuídos entre o orçamento fiscal e da seguridade social, com R\$20,8 bilhões, e de investimento das empresas sob administração estadual, com R\$266 milhões. A tabela a seguir apresenta os números contidos na LOA.

Tabela 4.8 - Receita e Despesa por tipo de Orçamento - 2015

(Em R\$ milhares)

ORÇAMENTO	RECEITA ESTIMADA (A)	%	DESPESA FIXADA (B)	%	(A-B)
Fiscal	18.293.130 (1)	86,52	14.381.563	68,02	3.911.566
Seguridade Social	2.582.534 (2)	12,22	6.494.101	30,72	(3.911.566)
SUBTOTAL	20.875.664	98,74	20.875.664	98,74	0
Investimento das Empresas	266.175	1,26	266.175	1,26	0
TOTAL	21.141.839	100,00	21.141.839	100,00	0

Fonte: Lei nº 8.095/2014 (LOA/2015)

Nota: (1) Deduzida contribuição de R\$2,4 bilhões ao Fundeb.

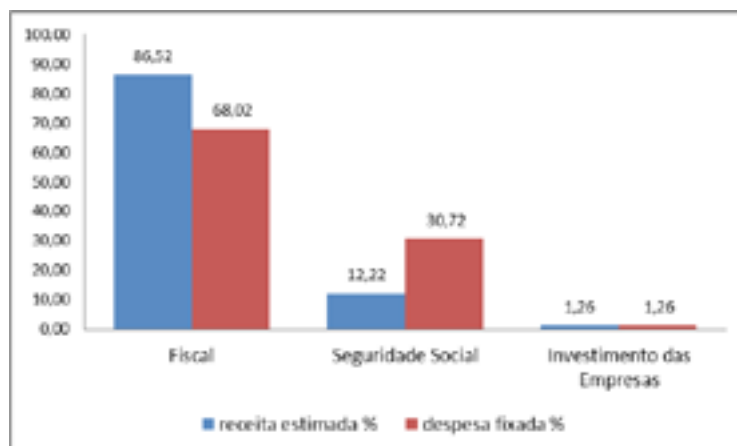
(2) Inclusa no Orçamento da Seguridade Social a Receita Corrente Intraorçamentária R\$678,9 milhões

Do total consignado na Lei Orçamentária Anual, 86,52% são oriundos das receitas do Orçamento Fiscal, enquanto as receitas do Orçamento da Seguridade Social representam 12,22% e as do Orçamento de Investimento das Empresas equivalem a 1,26%.

Por outro lado, a despesa do Orçamento Fiscal foi fixada em 68,02%, e para o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas foram fixadas em 30,22% e 1,26%, respectivamente.

Observa-se que na LOA/2015, o Orçamento Fiscal gerou superávit de R\$3,9 bilhões do montante fixado. Essa parcela serviu de cobertura ao déficit apresentado no Orçamento da Seguridade Social contribuindo, dessa forma, para o equilíbrio orçamentário, conforme demonstra-se no gráfico a seguir:

Gráfico 4.2 - Receita e Despesa por tipo de Orçamento - 2015



Fonte: Lei nº 8.095/2014 (Lei Orçamentária Anual)

A classificação funcional por funções e subfunções, outra vertente da estrutura da LOA/2015, serve como agregador dos gastos do governo e evidencia a programação a partir de grandes áreas de atuação governamental, permitindo identificar qual o nível de gastos por cada função ou subfunção.

A Portaria nº 42/1999, art. 4º, parágrafo único, do então Ministério de Estado do Orçamento e Gestão (MOG) estabelece que ao usar a função 28 - Encargos Especiais deve-se utilizar uma codificação neutra, com relação aos programas correspondentes, do tipo "0000", conforme abaixo especificado:

Art. 4º Nas leis orçamentárias e nos balanços, as ações serão identificadas em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo único. No caso da função "Encargos Especiais", os programas corresponderão a um código vazio, do tipo "0000".

Do mesmo modo, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) determina que a função 28 – Encargos Especiais deve necessariamente estar vinculada à subfunção típica da função 28 (841, 842, 843, 844, 845 e 846), conforme item 4.2.2.2:

"As subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas às quais estão relacionadas na Portaria MOG nº 42/1999. Deve-se adotar como função aquela que é típica ou principal do órgão. Assim, a programação de um órgão, via de regra, é classificada em uma única função, ao passo que a subfunção é escolhida de acordo com a especificidade de cada ação governamental. A exceção à combinação encontra-se na função 28 – Encargos Especiais e suas subfunções típicas que só podem ser utilizadas conjugadas."

Contudo, na elaboração da LOA/2015, constatou-se que a classificação funcional correspondente às Unidades Orçamentárias da Secretaria de Estado de Administração (Sead), Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa), Processamento de Dados do Estado do Pará (Prodepa), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater), Centrais de Abastecimento do Pará S/A (Ceasa) e Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab) apresentaram inconsistências, tendo em vista que os programas de trabalho relativos a Encargos Especiais – Função 28 foram alocadas em programas que não atendem à recomendação da Portaria

nº 42/99, ou seja, não utiliza programa correspondente a código vazio “0000”.

Demonstrativo das inconsistências da função Encargos Especiais com o código do programa - 2015

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTARIA/PROGRAMA DE TRABALHO
Secretaria de Estado de Administração
13102 - Encargos Gerais sob a Supervisão da Secretaria de Estado de Administração
28.331.1297.4608 Pagamento de Obrigações Patronais dos Servidores
Secretaria de Estado da Fazenda
17102 - Encargos Gerais sob a Supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda
28.841.1386.9004 Amortização e Encargos de Financiamento
28.843.1386.9006 Amortização e Encargos de Financiamento
28.844.1386.9007 Amortização e Encargos de Financiamento
28.846.1386.9002 Encargos com Débito com a Previdência
Processamento de Dados do Estado do Pará
55201 - Processamento de Dados do Estado do Pará
28.846.1386.9042 Encargos com Débitos com PIS/CONFINS e outras Contribuições
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
57201 - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
28.846.1386.9042 Encargos com Débitos com PIS/CONFINS e outras Contribuições
Centrais de Abastecimento do Pará S/A
58201 - Centrais de Abastecimento do Pará S/A
28.846.1386.9042 Encargos com Débitos com PIS/CONFINS e outras Contribuições
Companhia de Habitação do Estado do Pará
67201 - Companhia de Habitação do Estado do Pará
28.841.1386.9004 Amortização e Encargos de Financiamento
28.846.1386.9042 Encargos com Débitos com PIS/CONFINS e outras Contribuições

Ao mesmo tempo, observou-se que, nas Unidades Orçamentárias da Sead e do Fundo Estadual de Saúde (FES), a correspondência da Função 28 entre as suas subfunções típicas não obedeceu ao que dispõe a Portaria nº 42/99, conforme demonstrado a seguir.

Demonstrativo das inconsistências da função Encargos Especiais com o Código da Subfunção - 2015

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTARIA/PROGRAMA DE TRABALHO
Secretaria de Estado de Administração
13102 - Encargos Gerais sob a Supervisão da Secretaria de Estado de Administração
28.331.1297.4608 Pagamento de Obrigações Patronais dos Servidores
Fundo Estadual de Saúde
90101 – Fundo Estadual de Saúde
28.331.0000.9045 Contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP SAÚDE

Ainda com relação à classificação funcional, a LOA/2015 apresenta inconsistência na definição da função destinada ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Igeprev) para as despesas relativas aos Encargos com a Previdência Social dos Servidores que, no caso, deve ser utilizada a Função 28, pois as mesmas não são associadas a nenhum bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo.

Constatou-se também que para as ações 9026, 9027, 9028 e 9040 devem ser empregadas as subfunções típicas da Função 28.

Demonstrativo das inconsistências da função Encargos Especiais - 2015

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTARIA/PROGRAMA DE TRABALHO
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
84201 – Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
09.272.0000.9026 Encargos com a previdência Social dos Servidores das diversas áreas
09.272.0000.9027 Encargos com a previdência Social dos Servidores da área Educacional
09.272.0000.9028 Encargos com a previdência Social dos Servidores da área Militar
09.272.0000.9040 Encargos com a Previdência Social dos Servidores da área da Saúde
09.846.0000.9029 Encargos com a previdência Social dos Servidores da ALEPA
09.846.0000.9030 Encargos com a previdência Social dos Servidores do TCE
09.846.0000.9031 Encargos com a previdência Social dos Servidores do TCM
09.846.0000.9033 Encargos com a previdência Social dos Servidores do JME
09.846.0000.9034 Encargos com a previdência Social dos Servidores do MP
09.846.0000.9035 Encargos com a previdência Social dos Servidores do MPC/PA
09.846.0000.9036 Encargos com a previdência Social dos Servidores do MPCM/PA

A Reserva de Contingência compõe a LOA/2015, no Orçamento Fiscal, dentro do limite estabelecido no art. 23, § 2º, da LDO/2015, que corresponde a até 2% da Receita Corrente Líquida (RCL). Entretanto, a codificação utilizada referente ao nível projeto/atividade/operação especial não se encontra em conformidade com o estabelecido pela LDO/2015, art. 23, § 4º, *in verbis*:

Art. 23 (...)

§ 4º. A dotação global denominada Reserva de Contingência, bem como, a Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS serão identificadas nos orçamentos pelos códigos “99.999.9999.9008” e “99.997.9999.9041”, respectivamente, no que se refere às classificações por função e subfunção e estrutura programática.

A Reserva de Contingência constante do orçamento Fiscal apresenta a codificação 99.999.9999.9009, o que demonstra inconsistência ao estabelecido na LDO/2015.

Ainda, em relação à estrutura e organização, verificou-se que a LOA/2015 apresentou os quadros orçamentários consolidados, conforme estabelecido na LDO/2015, em seu art. 13, inciso II, combinado com os incisos do § 1º do mesmo artigo.

A classificação da lei orçamentária por Fonte/Destinação de recursos visa identificar as origens de recursos que irão financiar os gastos públicos. A LOA/2015 apresentou 71 (setenta e um) fontes de recursos, das quais 03 (três), 0101, 0102 e 0103, apresentaram inconsistências entre os valores de receita previstos na LOA e os registrados no Sifem, conforme se demonstra:

Tabela 4.9 - Programação da Receita LOA x Siafem - 2015

(Em R\$ milhares)

COD. FONTE	FONTE DE RECURSO	PREVISÃO DA RECEITA NA LOA	DOTAÇÃO INICIAL SIAFEM	DIFERENÇA
0101	RECURSOS ORDINÁRIOS	11.468.608	11.464.513	(4.095)
0102	EDUCAÇÃO – RECURSOS ORDINÁRIOS	815.320	818.015	2.695
0103	FES – RECURSOS ORDINÁRIOS	1.643.812	1.645.212	1.400
	TOTAL	13.927.740	13.927.740	0,00

Fonte: LOA / Siafem

Observa-se que o registro de valor na fonte 0101 favoreceu as fontes 0102 e 0103, já que a diferença a menor da primeira fonte foi compensada por acréscimos nas outras duas. Desse modo, a receita foi contabilizada pelo seu total previsto. Contudo, ressalta-se que os registros contábeis orçamentários devem ser fidedignos ao orçamento público, que é aprovado pelos representantes da sociedade.

A elaboração da LOA/2015 está compatível com o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 5º, incisos I e II, referente aos demonstrativos de compatibilidade da programação dos orçamentos e os demonstrativos regionalizados das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesa obrigatórias de caráter continuado.

Esses demonstrativos da LOA/2015, no entanto apresentam inconsistências quanto à conformidade do conteúdo pelo que estabelecem a LRF, art. 5º, incisos I e II, e a LDO, art.13, incisos V e X, conforme a seguir demonstrado.

Inconsistências nos Demonstrativos da LOA

DEMONSTRATIVO	INCONSISTÊNCIA
Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com os Objetivos e Metas Fiscais constantes da LDO/2015, Anexo II.	No Demonstrativo I - Metas Anuais apresentadas na LOA/2015, o valor referente ao Resultado Nominal está incompatível com a meta estabelecida na LDO/2015, dessa forma, há necessidade de demonstrar a memória de cálculo do Resultado Nominal e da Dívida Consolidada Líquida.
Regionalizado do Efeito, sobre as Receitas e Despesas, decorrente de Isenções, Anistias, Remissões, Subsídios e Benefícios de Natureza Financeira, Tributária e Creditícia.	No Demonstrativo da Renúncia de Receita não constam os percentuais de incidência por região.
Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado	O cálculo da Margem de Expansão, conforme memória de cálculo apresenta as seguintes inconsistências: - O valor referente à conta Aumento Permanente de Receita, não é proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. As receitas patrimoniais, transferências correntes (voluntárias) e outras receitas correntes compõem indevidamente esse cálculo; - O valor previsto do saldo utilizado na Margem de Expansão não considera somente as novas despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme o estabelecido no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da STN - 6ª edição.

4.3.3. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social contabilizaram na LOA/2015 o valor de R\$20,8 bilhões, sendo R\$18 bilhões de receitas do tesouro estadual, com distribuição para o Orçamento Fiscal, equivalente a

76,19%, e para o Orçamento da Seguridade Social 23,81% do total desta receita. Os recursos oriundos de Outras Fontes representaram 22,30% para o Orçamento Fiscal e 77,70% para o Orçamento da Seguridade Social.

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social estão registrados na LOA/2015 a valores de R\$20,8 bilhões. Destes, R\$18 bilhões são receitas do tesouro estadual (com distribuição de 76,19% para o Orçamento Fiscal e 23,81% para o Orçamento da Seguridade Social) e R\$2,8 bilhões são provenientes de outras fontes (com distribuição de 22,30% para o Orçamento Fiscal e 77,70% para o Orçamento da Seguridade Social).

A fonte de recursos do tesouro estadual foi a que mais financiou os investimentos dos programas de governo constantes da LOA/2015, conforme tabela a seguir.

Tabela 4.10 - Orçamento por Fonte de Recursos- 2015

(Em R\$ milhares)

ORÇAMENTO	TESOURO ESTADUAL	%	OUTRAS FONTES	%	TOTAL
Fiscal	13.750.892	76,19	630.672	22,30	14.381.563
Seguridade Social	4.296.463	23,81	2.197.638	77,70	6.494.101
TOTAL	18.047.355	100	2.828.310	100	20.875.664

Fonte: Lei nº 8.095/2014 (Lei Orçamentária Anual)

Do montante de R\$20,8 bilhões, desconsiderando as receitas de operações de crédito e alienação de bens, o orçamento Fiscal registrou um superávit de R\$3,2 bilhões e o orçamento da Seguridade Social um déficit de R\$3,9 bilhões, conforme tabela a seguir:

Tabela 4.11 - Superávit e Déficit Presumível - 2015

(Em R\$ milhares)

ORÇAMENTO	RECEITA ESTIMADA (A)	OPERAÇÃO DE CRÉDITO (B)	ALIENAÇÃO DE BENS (C)	DESPESA FIXADA (D)	Superávit/Déficit Presumível E= (A-B-C-D)
Fiscal	18.293.130	631.465	14.882	14.381.563	3.265.220
Seguridade Social	2.582.534	67.000	0	6.494.101	(3.978.566)
TOTAL	20.875.664	698.465	14.882	20.875.664	(713.347)

Fonte: Lei nº 8.095/2014 (Lei Orçamentária Anual)

Dessa forma, na apuração dos orçamentos fiscal e da seguridade social, o resultado obtido correspondeu a déficit no montante de R\$713 milhões, indicado na LOA/2015, o que foi financiado pelas fontes de recursos canalizadas por meio de Operações de Crédito na ordem de R\$698 milhões e por Alienação de Bens no montante de R\$14 milhões.

(Em milhares)

Superávit Presumível - Orçamento Fiscal	3.265.220
Déficit presumível- Orçamento Seguridade Social	(3.978.566)
Déficit Presumível	(713.347)

Operações de Crédito	698.465
Alienação de Bens	14.882
Total	713.347

A Receita e Despesa por Natureza foi outra vertente analisada na LOA/2015. Constatou-se que os valores das receitas estimadas para 2015 foram capitaneados, em grande parte, pela Receita Corrente, que representou 91,05% da receita total. Destaque para a Receita Tributária e para as Transferências Correntes, que absorveram do valor total cerca de 46,37% e 32,41%, respectivamente.

No grupo das despesas verificou-se que 84,14% do orçamento foram alocados para as despesas correntes, ressaltando a Despesa de Pessoal e Encargos Sociais (50,10%) e Outras Despesas Correntes (31,98%). As despesas de capital alcançaram 13,45% do total, sendo o grupo de despesa investimentos que apresentou maior representatividade (9,07%), equivalente a R\$1,8 bilhão, conforme tabela a seguir.

Tabela 4.12 - Demonstrativo da Receita e Despesa por Natureza - 2015

(Em R\$ milhares)

NATUREZA	RECEITA ESTIMADA	%	NATUREZA	DESPESA FIXADA	%
Receita Corrente	19.007.015	91,05	Despesas Correntes	17.565.467	84,14
Receita Tributária	9.679.704(1)	46,37	Pessoal e Encargos Sociais	10.458.749	50,10
Receita de Contribuições	1.235.646	5,92	Juros e Encargos da Dívida	430.521	2,06
Receita Patrimonial	376.529	1,80	Outras Despesas Correntes	6.676.197	31,98
Receita Agropecuária	447	0,00	Despesas de Capital	2.808.721	13,45
Receita Industrial	14.867	0,07	Investimentos	1.892.661	9,07
Receita de Serviços	638.628	3,06	Inversões Financeiras	267.550	1,28
Transferências Correntes	6.764.842(1)	32,41	Amortização da Dívida	648.510	3,11
Outras Receitas Correntes	296.352	1,42	Reserva de Contingência	501.476	2,40
Receita de Capital	1.189.742	5,70	Reserva de Contingência	501.476	2,40
Operações de Crédito	698.465	3,35			
Alienação de Bens	14.882	0,07			
Amortização de Empréstimos	12.041	0,06			
Transferências de Capital	464.354	2,22			
Outras Receitas de Capital	0	0,00			
Rec. Corrente Intra-orçamentária	678.908	3,25			
TOTAL	20.875.664	100,00	TOTAL	20.875.664	100,00

Fonte: Lei nº 8.095/2014 (Lei Orçamentária Anual) Nota: (1) Deduzida contribuição ao Fundeb.

No que concerne à classificação da Receita por Categoria Econômica, as receitas intraorçamentárias são oriundas de operações realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social de uma mesma esfera de governo, conforme indica a Portaria nº 338/2006 da STN/SOF.

Na LOA de 2015, observou-se que as especificações relativas às receitas correntes intraorçamentárias do orçamento fiscal não foram computadas, ou seja, não estão identificadas como operações que resultaram de receitas provenientes de serviços prestados, no caso, pela Imprensa Oficial do Estado (Ioepa) e a Empresa Processamento de Dados do Estado do Pará (Prodepa), que deveriam estar registradas na Lei Orçamentária sob o código 7000.00.00 (Receita intraorçamentária), conforme tabela a seguir.

Tabela 4.13. Receita estimada por Categoria Econômica – 2015

(Em R\$ milhares)

RECEITA ESTIMADA	ORÇAMENTO FISCAL	ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
Receita Corrente	17.179.563	1.827.451	19.007.014
Receita de Capital	1.113.566	76.175	1.189.741
Receitas correntes intraorçamentárias	-	678.908	678.908
TOTAL	18.293.129	2.582.534	20.875.663

Fonte: Lei nº 8.095/2014 (Lei Orçamentária Anual)

Quanto às despesas por tipo de Administração Pública, R\$14,9 bilhões foram destinados aos órgãos da administração direta, equivalente a 71,69% do total de recursos.

Desse montante, R\$6,5 bilhões referem-se à despesa de Pessoal e Encargos Sociais, representando 43,55% do orçamento total. As despesas com a manutenção da máquina governamental (outras despesas correntes) atingiram o percentual de 36,38% e para investimentos foram alocados recursos na ordem de R\$1,5 bilhão, que corresponde a 10,43% dos gastos previstos.

No campo da Administração Indireta foram alocados 28,31%, o que importa em R\$5,9 bilhões. Dentre os grupos de despesas os que mais se destacaram foram: Pessoal e Encargos Sociais com 66,68% e Outras Despesas Correntes 20,86% conforme tabela a seguir:

Tabela 4.14 - Demonstrativo do Grupo de Despesa por tipo de Administração - 2015

(Em R\$ milhares)

Grupo de Despesa	Adm. Direta	%	Adm. Indireta	%	TOTAL	%
Despesa Corrente	12.392.347	82,81	5.174.820	87,55	17.567.250	84,15
Pessoal e Encargos Sociais	6.517.469	43,55	3.941.280	66,68	10.458.749	50,10
Juros e encargos da dívida	430.062	2,87	460	0,01	430.522	2,06
Outras despesas correntes	5.444.816	36,38	1.233.080	20,86	6.677.896	31,99
Despesa de Capital	2.465.237	16,47	341.785	5,78	2.807.022	13,45
Investimentos	1.561.514	10,43	329.448	5,57	1.890.962	9,06
Inversões Financeiras	263.325	1,76	4.225	0,07	267.550	1,28
Amortização e refinanciamento da dívida	640.398	4,28	8.112	0,14	648.510	3,11
Reserva de contingência	107.287	0,72	394.189	6,67	501.476	2,40
Reserva de contingência	107.287	0,72	394.189	6,67	501.476	2,40
Total	14.964.871	100,00	5.910.794	100,00	20.875.748	100,00

Fonte: Siafem/2015

4.3.4. Orçamento de investimento das empresas

A LOA, para o exercício de 2015, estimou receita e fixou despesa em R\$266 milhões, destinados ao Orçamento de Investimento das Empresas. Integram esse orçamento as empresas estatais não dependentes em que o Estado detenha a maioria do capital social, direta ou indiretamente, com direito a voto.

O Orçamento de Investimento contempla as empresas: Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), Companhia de Gás do Pará (Gás do Pará), Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportações de Barcarena (Cazbar) e Banco do Estado do Pará S/A (Banpará).

Na análise da LOA/2015, verificou-se que o Orçamento de Investimento está em conformidade com o que estabelece a LDO/2015, no Art.11 e incisos, e no Art. 10, parágrafo único e incisos, que dispõem sobre as receitas, e da fixação dos programas de trabalho, respectivamente.

Além disso, o Orçamento de Investimento obedeceu à LDO/2015, Art. 13, § 2º incisos I, II, III e IV, sobre sua composição, contendo: estrutura de financiamento, por fonte de recursos; consolidação dos investimentos, por função e órgão; consolidação dos investimentos, por programa; e o programa de trabalho, por órgão e fonte de financiamento.

Importante destacar que a Cosanpa concentrou 80,88% do total do Orçamento de Investimento, correspondendo a R\$215 milhões provenientes dos recursos do tesouro, a título de aumento de capital.

Ao Banpará foram orçados R\$44 milhões, o equivalente a 16,84% da composição total. As empresas Cazbar e Gás do Pará tiveram as menores participações no Orçamento de Investimento, com 1,50% e 0,78%, respectivamente.

Tabela 4.15 - Orçamentos de Investimentos por Empresa e Fonte de recursos - 2015

(Em R\$ milhares)

EMPRESA	RECURSOS DO TESOIRO	RECURSOS PRÓPRIOS	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL	%
Cosanpa	215.278	-	-	215.278	80,88
Gás do Pará	529	-	1.544	2.073	0,78
Cazbar	4.000	-	-	4.000	1,50
Banpará	-	44.824	-	44.824	16,84
TOTAL	219.807	44.824	1.544	266.175	100

Fonte: Lei nº 8.095/2014 (Lei Orçamentária Anual)

A Representação gráfica, a seguir, demonstra os valores consolidados do Orçamento de Investimento por empresa e fonte de recursos.

Gráfico 4.3 - Consolidação dos Orçamentos de Investimentos – 2015



Fonte: Lei nº 8.095/2014 (Lei Orçamentária Anual)

5

EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA



THEATRO DA PAZ
Arquivo Agência Pará
Foto: Antonio Silva

5. EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

A análise da execução orçamentária demonstra como os gestores públicos geriram as receitas arrecadadas e as despesas realizadas no exercício financeiro de 2015, aprovadas na LOA/2015, relativas às ações planejadas pelo governo do estado do Pará, em consonância com a LDO e o PPA, cuja finalidade precípua é atender as necessidades e as demandas da sociedade.

A análise da execução orçamentária está dividida pelos tipos de orçamento: Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e Orçamento de Investimento.

5.1. ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

A Lei Orçamentária Anual, aprovada pela Lei nº 8.095, de 30 de dezembro de 2014, estimou a receita e fixou a despesa em R\$20,8 bilhões, compreendendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo previstas receitas de R\$18,2 bilhões e R\$2,5 bilhões, para fazer frente às despesas fixadas nos valores de R\$14,3 bilhões e R\$6,4 bilhões, respectivamente.

5.1.1. Atualização do Orçamento

A previsão de receita constante da LOA teve seu valor atualizado em decorrência dos acréscimos ocorridos pela abertura dos créditos adicionais e cancelamentos de dotação.

Durante o exercício de 2015, sucederam-se alterações orçamentárias, de modo a retificar o orçamento e atender aos gastos insuficientemente orçados ou não previstos, utilizando-se do mecanismo denominado créditos adicionais, que consiste nas atualizações do orçamento inicialmente autorizado.

5.1.1.1. Abertura de créditos adicionais, acréscimos e reduções

Após aprovação do orçamento anual no montante de R\$20,8 bilhões, o governo do estado, durante o exercício de 2015, efetuou abertura de créditos suplementares no valor de R\$4,9 bilhões e cancelamentos de R\$2,5 bilhões, resultando na dotação autorizada final de R\$23,3 bilhões, o que representou acréscimo de dotação na ordem de 11,63%.

As fontes mais significativas para abertura de créditos adicionais foram: anulações de dotação, chegando ao montante de R\$2,5 bilhões (12,18% do orçamento), seguidas do superávit financeiro no valor total de R\$1,4 bilhão (6,92% do orçamento) e do excesso de arrecadação no montante de R\$984,5 milhões (4,72% do orçamento).

O orçamento atualizado do governo do estado, com os acréscimos e reduções decorrentes da abertura de créditos suplementares, encontra-se demonstrado na tabela a seguir, evidenciando os reflexos nos orçamentos dos Poderes Executivo (84,64%), Legislativo (5,82%), Judiciário (6,58%) e do Ministério Público (2,96%).

Tabela 5.1 - Créditos Adicionais, Acréscimos e Reduções dos Poderes e do MP – 2015

(Em R\$ milhares)

Acréscimos e Reduções	Poder Executivo	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Ministério Público	Total	%
DOTAÇÃO INICIAL	18.887.785	667.411	914.171	406.297	20.875.664	100,00
CRÉDITOS ADICIONAIS	4.538.981	111.648	265.759	55.641	4.972.029	23,82
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	4.538.981	111.648	265.759	55.641	4.972.029	23,82
Excesso de Arrecadação	981.088	1.462	2.000	-	984.549	4,72
Superávit Financeiro	1.321.966	39.529	61.745	20.596	1.443.836	6,92
Operação de Crédito	-	-	-	-	-	-
Anulação Total ou Parcial	2.235.926	70.658	202.014	35.045	2.543.643	12,18
CRÉDITOS ESPECIAIS	-	-	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-
Anulação	-	-	-	-	-	-
DOTAÇÃO CANCELADA	(2.231.285)	(69.619)	(205.014)	(37.725)	(2.543.643)	12,18
Canc. Dotação Ini/Suplem.	(2.231.285)	(69.619)	(205.014)	(37.725)	(2.543.643)	12,18
Canc. Dotação Especial	-	-	-	-	-	-
MOVIMENTO DE CRÉDITO	(252.251)	99.277	99.110	53.865	-	-
Destaque Recebido	2.256.068	100.348	99.330	59.932	2.515.678	-
Destaque Concedido	(2.508.319)	(1.071)	(221)	(6.067)	(2.515.678)	-
DOTAÇÃO ATUALIZADA	20.943.230	808.717	1.074.026	478.077	23.304.050	111,63
Dotação Atualizada % por Poder e Órgão	89,87	3,47	4,61	2,05	100,00	-
ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO	2.055.444	141.306	159.855	71.780	2.428.385	11,63
Acréscimo % Poder e Órgão	84,64	5,82	6,58	2,96	100,00	-

Fonte: Siafem 2015.

5.1.1.2. Limite para abertura de créditos suplementares

A LOA, em seu art. 6º, II autorizou o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de 25% do total da despesa fixada nessa lei, ou seja, R\$5,2 bilhões da despesa autorizada para o exercício de 2015, visando atender insuficiências nas dotações orçamentárias consignadas nos grupos de despesas de cada categoria programática, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei, incluindo-se a reserva de contingência.

O governo do estado, durante a execução do orçamento, abriu créditos suplementares no valor de R\$4,9 bilhões que, excluídas as fontes segundo os arts. 6º e 7º da Lei nº 8.095/2014 (R\$2,1 bilhões), perfizeram o montante líquido de R\$2,7 bilhões, correspondendo ao acréscimo de dotação na ordem de 13,30%, observando, portanto, o limite estabelecido de 25%, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 5.2 - Limite de Abertura de Créditos Suplementares - 2015

(Em R\$ milhares)

Composição dos Créditos Suplementares	Valor	%
DOTAÇÃO INICIAL - LOA	20.875.664	100,00
LIMITE LEGAL (LEI nº8.095, art. 6º, II)	5.218.916	25,00
TOTAL BRUTO CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS	4.972.029	23,82

(Em R\$ milhares)

Composição dos Créditos Suplementares	Valor	%
EXCLUSÕES PREVISTAS NA LEI Nº 8.095 (arts.6º e 7º)	2.195.458	10,52
Excesso Arrec FNDE (Art 6º, I, e)	5.401	
Excesso Arrec Fundos Estaduais (Art 6º, I, f)	3.697	
Excesso Arrec Rec Res de Imp Vinc á Educ e Saúd (Art 6º, I, g)	425.346	
Excesso Arrec Rec Vinc p/dest CIDE, Royalties Min, Hídr e Petrol.(Art 6º, I, h.)	9.246	
Dotação p/ Atender Desp c/ Pessoal e Encargos Sociais (Art 6º, III)	114.933	
Autoriz p/ Realocação / Definir Contrapartidas (Art 7º)	192.998	
Superávit Financ Tesouro apurado no BGE exercício anterior (Art 6º, V)	1.181.399	
Superávit Financ não Tesouro apurado no BGE exerc anter (Art 6º, V)	262.437	
TOTAL LÍQUIDO DAS DOTAÇÕES SUPLEMENTARES	2.776.571	13,30

Fonte: Siafem 2015.

5.1.2. Receita

A Receita Pública consiste em todos os ingressos auferidos pelos cofres do Estado destinados ao pagamento das despesas e investimentos públicos.

Receitas Orçamentárias são todas as entradas em dinheiro que, ao ingressarem nos cofres públicos durante o exercício orçamentário, afetam qualitativa ou quantitativamente o patrimônio público. Conforme esse entendimento, tanto é Receita Pública o dinheiro proveniente dos tributos como o oriundo de financiamentos e empréstimos, ou da venda de bens móveis e imóveis, bem como de outras fontes.

Algumas considerações acerca das expressões receita bruta, deduções da receita e receitas intraorçamentárias são oportunas para melhor entendimento desse assunto.

A receita bruta consiste no valor bruto ingresso no erário, derivado de fatos orçamentários. Entretanto, nem todas as receitas ingressadas nos cofres do estado lhe pertencem, ou seja, não serão utilizadas na execução de suas ações governamentais, de tal maneira que suas saídas não constituem despesas orçamentárias, e sim deduções da receita bruta.

No estado do Pará estão inclusas como deduções da receita bruta, a contribuição do estado para a formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), as restituições da receita tributária, bem como o rendimento negativo da aplicação financeira dos recursos do Regime Próprio de Previdência do Servidor (RPPS).

Vale ressaltar que os repasses aos municípios pertinentes às transferências constitucionais e legais são contabilizadas como despesa orçamentária no grupo outras despesas correntes e na modalidade de aplicação 40 (transferências a municípios).

Por conseguinte, após as deduções da receita bruta obtêm-se a receita orçamentária, a qual irá dar cobertura a fixação, e a execução da despesa orçamentária do exercício.

Quanto às receitas intraorçamentárias, referem-se às operações que resultem em despesas de um órgão ou entidade, e receitas para outro, desde que ambos pertençam à mesma esfera de governo e integrem os orçamentos fiscal e da seguridade social. Não consistem, portanto, em entrada de novos recursos nos cofres estaduais.

Dessa forma, as análises a seguir demonstram as receitas auferidas pelo governo do estado, já expurgadas as referidas deduções, comparando-as às correspondentes previsões na LOA, suas composições e evolução nos últimos exercícios.

5.1.2.1. Receita Bruta e Deduções

Conforme anteriormente explicitado, verifica-se que a receita bruta realizada no exercício de 2015 totalizou R\$23,8 bilhões e após deduções, resultou em receita orçamentária no valor de R\$21,2 bilhões. O comportamento da receita bruta arrecadada após as deduções ocorridas no exercício apresentou a seguinte composição:

Tabela 5.3 - Receita Bruta realizada e Deduções – 2015

(Em R\$ milhares)

RECEITA	RECEITA REALIZADA	%
RECEITA BRUTA	23.843.752	100
RECEITAS CORRENTES	22.805.710	95,65
RECEITAS DE CAPITAL	238.951	0,00
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	799.091	3,35
DEDUÇÕES E RESTITUIÇÕES DA RECEITA (-)	(2.627.112)	(11,02)
RESTITUIÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	(354)	0,00
IMP.DE RENDA E PROV.QUAL.NATUREZA-IRRF	(49)	0,00
IMPOSTO S/PROP VEICULOS AUTOMOTORES-IPVA	(12)	0,00
IMP.S/T."C.MORTIS"DOAC.BENS/DIREITOS-ITCD	(34)	0,00
IMP.S/OP.REL.CIRC.DE MERC.PREST.SERV.-ICMS	(258)	0,00
DEDUÇÕES PARA O FUNDEB	(2.492.307)	(10,45)
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	(1.514.512)	(6,35)
DEDUCAO DA REC.DO IPVA PARA FORMACAO-FUNDEB	(48.322)	(0,20)
DEDUCAO DA REC.ITCD PARA FORMACAO DO FUNDEB	(5.690)	(0,02)
DEDUCAO DA REC.DO ICMS PARA FORMACAO-FUNDEB	(1.460.501)	(6,13)
DEDUÇÕES DASTRANSFERÊNCIAS	(977.795)	(4,10)
COTA-PARTE DO FPE	(920.651)	(3,86)
COTA-PARTE DO IPI	(44.380)	(0,19)
TRANSFERENCIA FINAN.- LEI COMPLEM.Nº 87/96.	(12.764)	(0,05)
DEDUÇÕES RECEITA PATRIMONIAL (Rendimentos Negativos de Aplicações Financeiras do RPPS)	(134.452)	(0,56)
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	21.216.640	88,98

Fonte: Siafem 2015.

Do total de R\$23,8 bilhões de recursos ingressos nos cofres estaduais, cerca de R\$2,6 bilhões não foram utilizados pelo estado para o custeio de suas ações governamentais, uma vez que o mesmo constituiu-se nas deduções da receita bruta.

Observa-se que do total das deduções, a parcela mais significativa (R\$2,4 bilhões) foi pertinente à contribuição do estado ao Fundeb, a qual representou 10,45% do montante arrecadado no exercício. As demais deduções no total de R\$134,8 milhões foram referentes às restituições da Receita Tributária (R\$354 mil) e ao rendimento negativo das aplicações financeiras do Regime Próprio de Previdência do Servidor (R\$134,4 milhões).

Após as deduções, obtêm-se a receita orçamentária realizada, composta pelas receitas correntes, receitas de capital e receitas intraorçamentárias, que representam os valores que permanecem no caixa do estado para execução de suas ações fixadas no orçamento. Em 2015 tal receita somou R\$21,2 bilhões, o correspondente a 88,98% da receita bruta realizada, e a sua composição e evolução são objeto da análise dos itens a seguir.

5.1.2.2. Receita orçamentária realizada em relação à previsão atualizada

Para o exercício de 2015, a LOA previu, inicialmente, em R\$20,8 bilhões a arrecadação da receita do Estado do Pará, que, ajustada para maior em R\$2,4 bilhões, resultou em previsão atualizada de R\$23,3 bilhões.

A receita efetivamente realizada totalizou R\$21,2 bilhões, representando 91,04% do montante previsto para o exercício, o que demonstra insuficiência de arrecadação de 8,96%.

O comportamento histórico da receita realizada em relação à previsão atualizada nos três últimos exercícios encontra-se demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 5.4 - Receita Prevista x Realizada - 2013 a 2015

Discriminação	(Em R\$ milhares)		
	2013	2014	2015
Previsão Atualizada	23.365.042	23.728.448	23.304.050
Realizada	20.912.479	22.433.234	21.216.640
(Frustração de Receita)	2.452.564	1.295.214	2.087.410
% (Frustração)	(10,50)	(5,46)	(8,96)

Fonte: Siafem: 2013, 2014 e 2015.

5.1.2.3. Comparativo da Receita Orçamentária prevista com a atualizada

No planejamento do governo, a previsão da receita possui papel preponderante, visto que consiste na estimativa da arrecadação das receitas que custearão as despesas para o desenvolvimento dos programas e ações governamentais, apresentadas na proposta orçamentária anual.

A previsão da receita também é destacada pela LRF, que estabelece como requisito essencial de responsabilidade na gestão fiscal: a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos de competência do ente.

A partir deste tópico do relatório, a receita orçamentária arrecadada passa a ser analisada, desconsideradas as restituições e deduções da receita bruta.

A tabela a seguir apresenta a receita orçamentária prevista, atualizada e arrecadada, bem como a sua composição em nível de categoria econômica e origem.

Tabela 5.5 – Receitas Orçamentárias Previstas e Realizadas por Categoria Econômica e Origem - 2015

(Em R\$ milhares)

DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	REALIZADA (c)	Var. % (b/a)	Var. % (c/b)	A.V %
RECEITA EXCETO A INTRAORÇAMENTÁRIA	20.196.756	22.625.142	20.417.549	12,02	(9,76)	96,23
RECEITAS CORRENTES	19.007.015	21.435.400	20.178.598	12,78	(5,86)	95,11
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.679.704	10.532.819	10.199.316	8,81	(3,17)	48,07
IMPOSTOS	8.989.073	9.842.188	9.583.363	9,49	(2,63)	45,17
IRRF	799.326	799.326	1.035.245	0,00	29,51	4,88
IPVA	386.163	386.163	430.955	0,00	11,60	2,03
ITCD	11.881	11.881	22.410	0,00	88,61	0,11
ICMS	7.791.702	8.644.817	8.094.752	10,95	(6,36)	38,15
TAXAS	690.631	690.631	615.954	0,00	(10,81)	2,90
TAXAS PELO PODER DE POLÍCIA	536.878	536.878	488.320	0,00	(9,04)	2,30
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	153.753	153.753	127.633	0,00	(16,99)	0,60
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.235.646	1.241.646	1.201.802	0,49	(3,21)	5,66
RECEITA PATRIMONIAL	376.529	380.871	598.456	1,15	57,13	2,82
RECEITA AGROPECUÁRIA	447	447	112	0,00	(75,03)	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	14.867	14.867	12.062	0,00	(18,87)	0,06
RECEITA DE SERVIÇOS	638.628	638.628	415.646	0,00	(34,92)	1,96
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.764.842	6.885.935	6.986.877	1,79	1,47	32,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	296.352	1.740.188	764.327	487,20	(56,08)	3,60
RECEITAS DE CAPITAL	1.189.742	1.189.742	238.951	0,00	(79,92)	1,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	698.465	698.465	178.927	0,00	(74,38)	0,84
ALIENAÇÃO DE BENS	14.882	14.882	420	0,00	(97,18)	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	12.041	12.041	7.364	0,00	(38,85)	0,03
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	464.354	464.354	52.240	0,00	(88,75)	0,25
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-			0,00
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	678.908	678.908	799.091	0,00	17,70	3,77
TOTAL	20.875.664	23.304.050	21.216.640	11,63	(8,96)	100,00

Fonte: Siafem 2015.

A receita orçamentária arrecadada, incluídas as receitas intraorçamentárias, alcançou o montante de R\$21,2 bilhões, ou seja, 11,63% acima da inicialmente prevista na LOA e 8,96% inferior à previsão atualizada.

A atualização das receitas apresentou incremento ao valor inicial de 11,63%, ou seja, R\$2,4 bilhões. As receitas correntes contribuíram para esse resultado, com incremento de 12,78%. Dessas, Outras Receitas Correntes foi a origem com maior percentual de atualização, ou seja, 487,20%.

As Receitas Correntes e de Capital apresentaram, em relação às respectivas previsões atualizadas (R\$21,4 bilhões e R\$1,1 bilhão), variação negativa de 5,86% e 79,92%, contrapondo-se às Receitas intraorçamentárias, cuja arrecadação de R\$799,1 milhões, representou variação positiva de 17,70% em relação à sua previsão (R\$678,9 milhões).

Ressalte-se que, as Receitas Intraorçamentárias realizadas referem-se às contribuições patronais dos servidores, dos pensionistas e inativos do Regime próprio de Previdência dos Servidores do estado do Pará.

No estado do Pará, constituem os três maiores grupos de arrecadação por origem, em termos absolutos: Receita Tributária (R\$10,1 bilhões), Transferências Correntes (R\$6,9 bilhões) e Receita de Contribuições (R\$1,2 bilhão), dela, desvinculadas as Receitas Intraorçamentárias, no valor de R\$799,1 milhões. A análise desses grupos encontra-se a seguir.

Receita Tributária

A Receita Tributária, composta por IRRF, IPVA, ITCD, ICMS e Taxas de competência do tesouro estadual, efetuadas as restituições e deduções no valor de R\$1,5 bilhão, destacou-se como a mais relevante origem de receita auferida pelo governo do estado.

Responsável por 48,07% do total da receita realizada no exercício, a Receita Tributária apresentou variação negativa de 3,17% comparada ao total de R\$10,1 bilhões arrecadados nessa origem de receita, cuja previsão atualizada para o período foi de R\$10,5 bilhões.

Tabela 5.6 - Receita Tributária – 2015

(Em R\$ milhares)

RECEITA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	REALIZADA (b)	Variação % b/a	%
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.679.704	10.532.819	10.199.316	(3,17)	100
IMPOSTOS	8.989.073	9.842.188	9.583.363	(2,63)	93,96
IRRF	799.326	799.326	1.035.245	29,51	10,15
IPVA	386.163	386.163	430.955	11,60	4,23
ITCD	11.881	11.881	22.410	88,61	0,22
ICMS	7.791.702	8.644.817	8.094.752	(6,36)	79,37
TAXAS	690.631	690.631	615.954	(10,81)	6,04
TAXAS PELO PODER DE POLÍCIA	536.878	536.878	488.320	(9,04)	4,79
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	153.753	153.753	127.633	(16,99)	1,25

Fonte: Siafem 2015.

Os Impostos de competência do estado arrecadados no exercício totalizaram R\$9,5 bilhões, destacando-se o ICMS, cuja arrecadação montou em R\$8 bilhões, representando 79,37% da Receita Tributária e 38,15% da receita total realizada.

Todavia, comparada a arrecadação com a respectiva previsão atualizada (R\$8,6 bilhões), o ICMS apresentou variação negativa de 6,36%.

Os demais impostos (IRRF, IPVA e ITCD) juntos perfizeram o montante de R\$1,5 bilhão, e representaram, respectivamente, 10,15%, 4,23% e 0,22% da Receita Tributária.

A Receita de Taxas, no montante de R\$615,9 milhões, também ficou aquém da previsão atualizada de R\$690,6 milhões. A taxa de Fiscalização de Recursos Minerários, no valor de R\$413,9 milhões, foi a responsável pela alavancagem dessa espécie de tributo, que, embora tenha apresentado variação negativa de 11,3% em relação à previsão atualizada, respondeu por 67,21% do valor arrecadado (R\$615,9 milhões) nessa espécie de receita.

Por outro lado, as taxas previstas como: Taxa de Fiscalização Distribuição Gratuita de Prêmios e Sorteios (R\$196 mil), Taxa de Serviço de Perícia (R\$305 mil) e Taxa do fundo de Apoio ao Registro Civil (R\$5,6 milhões), não conseguiram ser operacionalizadas (realizadas).

Transferências Correntes

As Transferências Correntes, que representam os repasses recebidos de outras pessoas de direito público ou privado para atender as despesas correntes, totalizaram R\$6,9 bilhões, configurando-se no segundo maior grupo de origem de receita.

A tabela a seguir demonstra as transferências correntes realizadas no exercício de 2015.

Tabela 5.7 – Receita de Transferências Correntes - 2015

(Em R\$ milhares)

Receita	Previsto (a)	Previsão Atualizada (b)	Realizado (c)	Varição % b/a	Varição % c/b	%
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.599.999	6.721.092	6.698.715	1,83	(0,33)	95,88
TRANSFERÊNCIAS DA UNIAO	4.787.572	4.801.574	4.788.926	0,29	(0,26)	68,54
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	11	11	-	0,00	(100,00)	-
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.812.416	1.919.507	1.909.789	5,91	(0,51)	27,33
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-	-	255.298	0,00		3,65
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	164.843	164.843	32.864	5,91	(80,06)	0,47
TRANSF. DE CONV. DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	164.309	164.309	23.231	0,00	(85,86)	0,33
TRANSF. DE CONV. DOS MUNICÍPIOS E SUAS ENTIDADES	-	-	1.089	-		0,02
TRANSF. DE CONV. DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	535	535	8.543	0,00	1.498,24	0,12
TOTAL DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.764.842	6.885.935	6.986.877	1,79	1,47	100,00

Fonte: Siafem 2015.

Com participação relevante de 32,93% do montante das receitas realizadas no exercício, as Transferências Correntes tiveram arrecadação de R\$100,9 milhões superior à sua previsão, equivalente a 1,47%.

Dessa origem de receita, destacou-se a espécie Transferências Intergovernamentais, as quais totalizaram R\$6,6 bilhões, representando 95,88% do valor realizado (R\$6,9 bilhões).

Todavia, comparada a arrecadação com a previsão atualizada (R\$6,7 bilhões), as Transferências Intergovernamentais apresentaram variação negativa de 0,33%.

Ressalta-se que as receitas de Transferências da União integram a referida espécie, no montante de R\$4,7 bilhões, as quais também apresentaram variação negativa (0,26%) em relação à respectiva previsão.

Foram realizadas receitas na espécie Transferências de Instituições Privadas, no montante de R\$255,2 milhões, sem que tenha ocorrido previsão para a mesma. Desse valor, identificou-se R\$250 milhões depositados na conta única no dia 01 de dezembro de 2015, lançados no Siafem como Receitas Tributárias Sem Vinculação - Crédito Tributário (evento 800888), por meio da 2015NL13340. Consta do histórico da mencionada NL que a receita decorre de Termo de Compromisso celebrado entre o Estado do Pará, por intermédio da Setran, e a empresa VALE S.A em 26/11/2015.

Em vista do expressivo montante depositado em única parcela ao final do ano, do registro contábil em evento incompatível com a origem do recurso, bem como da relevância desse montante (R\$250 milhões) que poderia influenciar no resultado das metas impostas pela LRF, o TCE encaminhou o Ofício nº 2016/00770-ACG-2016 à Sefa, com a solicitação de cópia do aludido Termo de Compromisso e detalhamentos acerca do lançamento contábil realizado.

Em resposta, a Sefa enviou o Ofício nº 202/2016/GS/SEFA, de 01 de abril de 2016 (Fls.401 a 405 vol. 4), com cópias do Termo de Compromisso e dos registros dos lançamentos extraídos do Siafem.

Quanto ao aspecto formal, observa-se que o Termo de Compromisso é integrado por considerações preliminares e cinco cláusulas singelas que tratam do objeto, dos compromissos assumidos pelo Estado do Pará, da vigência por um ano, do cumprimento de legislações anticorrupção e do foro eleito. Verifica-se que o documento não foi assinado pelo Governador do Estado, mas pelo Secretário de Estado de Transporte, como intermediário, e que não há identificação ou qualificação dos representantes da VALE S.A signatários do termo, sem informações quanto a testemunhas. Embora presentes inadequações formais, entende-se que não há comprometimento de validade do Termo de Compromisso.

No que se refere ao conteúdo, de acordo com a cláusula primeira, o Termo de Compromisso tem por objeto formalizar o interesse da VALE S.A, de um lado, em contribuir, e do Estado, de outro lado, em receber, o montante equivalente a R\$250 milhões, para compensar financeiramente o Estado pelos investimentos já realizados por este nas rodovias que viabilizaram e viabilizarão o escoamento da produção da VALE S.A e de terceiros, conforme se observa dos excertos do documento:

“CONSIDERANDO

- 1. Que a VALE tem feito investimentos no Pará para o incremento da sua produção;*
- 2. Que o Estado tem interesse contínuo de aprimorar a infraestrutura do Estado de forma a atrair investimentos e desenvolver a economia local por meio da agregação de valor à cadeia produtiva e, em especial, a geração de emprego e renda; e,*
- 3. Os investimentos logísticos de cerca de R\$207.700.000,00 (duzentos e sete milhões e setecentos mil reais) já realizados pelo Estado em estradas no sul do Pará, que a VALE utiliza e, especialmente, a construção de estrada estadual PA 279, com investimentos de cerca de R\$42.300.000,00 (quarenta e dois milhões e trezentos mil reais), doravante denominadas “Rodovias”, que em muito auxiliam e irão auxiliar no escoamento da produção da VALE e de terceiros bem como o desenvolvimento da economia do Estado, resolvem celebrar o seguinte Termo de Compromisso” [...].*

A princípio, a iniciativa da VALE S.A em compensar o Estado do Pará por obras de infraestrutura que lhe beneficiaram, embora infrequente, é interessante sob o aspecto da receita pública e regular do ponto de vista jurídico, desde que não influencie, direta ou indiretamente, a objetividade necessária às decisões governamentais sobre futuros investimentos, nem repercutam sobre eventuais concessões de incentivos ou benefícios de natureza tributária, as quais devem ser pautadas pelo interesse público.

Por outro lado, o Governo cumpre importante papel ao buscar meios de aprimorar a infraestrutura do Pará visando atrair investimentos e desenvolver a economia local, favorecendo a geração de empregos e renda. Entretanto, as informações descritas no item 3 e na cláusula primeira do aludido Termo de Compromisso permitem deduzir uma possível valorização patrimonial de empresa privada e de terceiros em virtude das obras públicas,

sobretudo de imóveis de propriedade dos beneficiários servidos pelas estradas de rodagem construídas, pavimentadas ou melhoradas pelo Governo.

Neste ponto, é importante destacar que o artigo 145, inciso III, da Constituição Federal outorgou à União, aos Estados e aos Municípios competência para instituir contribuições de melhoria decorrentes de obras públicas. No Pará, o artigo 217, inciso III da Constituição do Estado e a Lei nº 5.519, de 29 de dezembro de 1988 normatizam a instituição e cobrança de contribuição de melhoria, cujo fato gerador consiste na valorização imobiliária decorrente da execução de obras públicas.

Teoricamente, o Termo de Compromisso veicula potenciais fatos geradores da contribuição de melhoria que representariam importante fonte de receitas para o Estado, especialmente diante do cenário de crise. E nesta seara, a indisponibilidade de interesse público é o princípio preponderante de modo a afastar a discricionariedade sobre a questão de imposição ou não da obrigação tributária e da constituição do crédito dela decorrente.

Não por acaso, o artigo 11 da LRF dispõe que: “Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação”.

Por outra perspectiva, a imposição da obrigação tributária também evita que o Poder Público fique sob a dependência da voluntariedade de compensações financeiras por beneficiários diretos de obras públicas.

Assim, com fundamento no art. 11 da LRF, uma vez caracterizada a valorização de imóveis em decorrência de obras públicas, deve-se proceder à arrecadação de contribuição de melhoria, conforme normatizado pela Lei Estadual nº 5.519/1988.

Em outro aspecto, pela cláusula segunda do Termo, o Governo assumiu os compromissos de empregar os R\$250 milhões visando à melhoria socioeconômica da sociedade paraense e, ao final da aplicação, encaminhar à VALE S.A relatório das atividades desenvolvidas com a sua utilização. Com base nesses compromissos e nos motivos determinantes manifestados pelo Governo para a celebração do acordo, infere-se que os recursos deverão ser utilizados exclusivamente em investimentos, havendo, portanto, restrição implícita quanto aos usos para custeio de despesas correntes da máquina pública.

Considerando, ainda, que a partir do ingresso dos R\$250 milhões na conta única do Tesouro tais recursos se tornaram do Estado do Pará, há atração da competência fiscalizatória deste TCE-PA quanto ao uso dos mesmos. Dessa forma, deve o Poder Executivo utilizar os recursos de acordo com os compromissos formalmente pactuados com a VALE S.A e em investimentos previstos no PPA, na LDO e LOA vigentes, sem perder de vista a instituição de controle da destinação desses recursos.

As receitas de transferências de convênios totalizaram R\$32,8 milhões, representando decréscimo de 80,06% em relação à previsão atualizada (R\$164,8 milhões).

Cabe ressaltar que, no contexto dessa espécie de receita, integraram as Transferências de Convênios de Instituições Privadas com realização na ordem de R\$8,5 milhões.

Conclui-se que as transferências correntes realizadas em valor superior ao montante previsto, cerca de R\$100,9 milhões, foram alavancadas pela arrecadação de receitas não previstas, como Transferências de Insti-

tuições Privadas (R\$255 milhões) e Transferências de Convênios dos Municípios e suas Entidades (R\$1 milhão). Esse resultado não foi maior, porque foram arrecadados somente 14,14% do total previsto de Transferência de Convênio da União e de Suas Entidades.

Receita de Contribuições

A Receita de Contribuições no montante de R\$1,2 bilhão, decorrente das contribuições do Regime Próprio de Previdência do Servidor (RPPS), no valor de R\$633 milhões, e de Outras Contribuições Sociais, de R\$568,7 milhões, constitui-se no terceiro maior grupo de arrecadação de receita, correspondente a 5,66% do total da receita arrecadada no exercício. No entanto, a Receita de Contribuições apresentou variação negativa de 3,21% em relação ao valor previsto para o exercício.

Quanto ao equilíbrio entre a previsão e arrecadação, a análise pela origem (Receita de Contribuições) revela estabilidade. Todavia, quando analisada em sua composição (espécie e rubrica), verifica-se discrepância entre o valor planejado e o realizado, conforme se observa da tabela a seguir:

Tabela 5.8 – Receita de Contribuições – 2015

(Em R\$ milhares)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	Variação % b/a	AV %
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	707.169	707.169	633.042	(10,48)	52,67
CONTRIBUICAO PATRONAL SERVIDOR ATIVO CIVIL - RPPS	24.783	24.783	9.168	(63,01)	0,76
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL E MILITAR - RPPS	557.713	557.713	543.298	(2,58)	45,21
CONTRIBUIÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS CIVIL E MILITAR- RPPS	124.672	124.672	80.575	(35,37)	6,70
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	528.477	534.477	568.760	6,41	47,33
CONT.P.ASSIST.MED.SERV.VINC.R.PREV.PROP.- PAS	242.576	248.576	542.188	118,12	45,11
CONTR.PATRONAL AO PAS-PLANO A.S.DOS SERVIDOR	262.125	262.125	768	(99,71)	0,06
CONTRIBUICAO PATRONAL AO IPALEP	11.077	11.077	5.780	(47,82)	0,48
CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO, APOSENTADO E PENSIONISTA DO IPALEP	3.526	3.526	6.747	91,34	0,56
CONTRIBUIÇÃO PARA OS FUNDOS DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL DA POLICIA MILITAR	9.173	9.173	13.277	44,74	1,10
TOTAL DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.235.646	1.241.646	1.201.802	(3,21)	100,00

Fonte: Siafem 2015.

A tabela anterior revela variação negativa (10,48%) na arrecadação da receita de Contribuições Previdenciárias (R\$633 milhões), em relação à sua previsão (R\$707 milhões). Posição contrária constata-se na espécie Outras Contribuições sociais no valor de R\$568,7 milhões, cuja previsão foi de R\$534,4 milhões.

Todavia, quando se observa a composição dessas espécies de receita, verifica-se o descompasso entre o planejamento (previsão) e a realização das mesmas, conforme se observa nas rubricas acima demonstradas (Contribuição Patronal do Servidor Ativo Civil do RPPS, Contribuição de Inativos e Pensionistas, Civil e Militar do RPPS, Contribuição ao Plano de Assistência Médica do Servidor Vinculado ao RPPS, Contribuição Patronal ao PAS, Contribuição Patronal ao Ipalep, Contribuição do segurado do Ipalep e Contribuição Para o Fundo de Saúde e Assistência da Polícia Militar).

Considerando que as Receitas de Contribuições são de mensuração presumível, tendo em vista o conhecimento do universo de contribuintes, há, portanto, elementos suficientes para mensurar e prever os valores a serem arrecadados, evitando-se o descompasso detectado.

Instadas as seguintes Entidades para manifestação quanto à discrepância entre a previsão atualizada da receita e à arrecadação, em resposta aos Ofícios nº 2016/01046-ACG-2015, nº 2016/01047-ACG-2015 e nº 2016/01049-ACG-2015 do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE), tem-se que:

1. O Igeprev justificou, mediante o Ofício nº 2016/01046-ACG-2015 – GP/Igeprev, que ratifica as informações do TCE e requer orientação quanto ao procedimento para retificar os valores informados.
2. O Iasep justificou que a divergência apresentada se deu em razão da Contribuição Patronal ao PAS ter sido lançada indevidamente na conta Contribuição Para o Plano de Assistência Médica do Servidor Vinculado ao RPPS, ou seja, não houve a segregação devida das contas, aduzindo-se que referida Entidade informou ter adotado medidas corretivas no que tange à classificação da receita.
3. A Alepa alegou, mediante Ofício nº 125/2016-GP, que as divergências apresentadas se deram em razão das mudanças nos critérios de composição das contribuições, ocorridas com a extinção do Ipalep e criação do Plano de Seguridade Social dos Parlamentares por meio da Lei Complementar nº 092 de 14/01/2014, e do reajuste de 26,35% nos subsídios dos Deputados Estaduais.

Refutam-se as alegações, uma vez que as alterações trazidas pela LC nº 092/2014 deveriam ter sido consideradas por ocasião da atualização da previsão de Receita na LOA/2015, bem como deveria ter sido previsto o reajuste dos subsídios dos Deputados.

Vale ressaltar que, no Orçamento de 2015, já foram consideradas as 03 novas Contribuições decorrentes da criação do Plano de Seguridade Social dos Parlamentares (Contribuição do Segurado, dos Aposentados e Pensionistas, bem como Contribuição Patronal), enquanto que no Siafem ainda foram mantidas as nomenclaturas antigas: Contribuição do Segurado, Contribuição do Aposentado e Pensionista do Ipalep e Contribuição Patronal ao Ipalep.

Receita Patrimonial, Agropecuária, Industrial, Serviços e Outras Receitas Correntes.

Representando 13,33% da Receita Orçamentária realizada, integram ainda a Categoria Econômica Corrente: a Receita Patrimonial (R\$598,4 milhões), Agropecuária (R\$112 mil), Industrial (R\$12 milhões), Serviços (R\$415,6 milhões) e Outras Receitas Correntes (R\$764,3 milhões), que apresentaram variação negativa de 75,03%, 18,87%, 34,92% e 56,08% respectivamente.

Vale ressaltar que Outras Receitas Correntes, inicialmente previstas em R\$296,3 milhões, foram atualizadas em 487%, ou seja, R\$ 1,7 bilhão, sendo arrecadados R\$764,3 milhões, destacando-se no cômputo a espécie Indenizações com variação positiva de 20.306,66%, e Receita de Dívida Ativa (99,56%). Ressalta-se que, contribuiu para o acréscimo da espécie Indenizações e Restituições, a indenização referente ao abaloamento sobre a ponte do Rio Moju, no valor de R\$75 milhões, da mesma forma que a arrecadação da Dívida Ativa ICMS foi responsável pelo aumento de 99,56% da arrecadação da espécie Dívida Ativa.

No que tange à categoria econômica Receitas de Capital, os valores estimados para cada origem de recursos foram frustrados, haja vista que sua realização (R\$238,9 milhões) se deu em valores inferiores aos previstos (R\$1,1 bilhão).

As diferenças entre previsão e realização, por ordem gradativa, iniciando pelas maiores, foram: Alienação de Bens (97,18%), Transferências de Capital (88,75% inferiores a previsão), Operações de Crédito (74,38%) e Amortização de Empréstimos com 38,85% de arrecadação inferior à respectiva previsão.

Tendo em vista que as Operações de Crédito foram responsáveis por 58,71% da arrecadação da categoria econômica capital, as correspondentes receitas foram detalhadas a seguir:

Tabela 5.9 – Receita de Operações de Crédito - 2015

(Em R\$ milhares)

RECEITA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITA REALIZADA (c)	Variação % c/b	AV %
OPERACOES DE CRÉDITO EXTERNAS	289.902	289.902	45.453	(84,32)	25,40
OPERACOES DE CRÉDITO EXTERNA-CONTRATUAIS	289.902	289.902	45.453	(84,32)	25,40
OPER CRED EXTERN P/PROGR DE MODERNIZ ADM PUBL	1.300	1.300	3.730	186,91	2,08
OPER.CRED.EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	166.628	166.628	29.944	(82,03)	16,74
OUTRAS OPER. DE CRÉDITO EXTERNAS-CONTRATUAIS	121.974	121.974	11.780	(90,34)	6,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	408.563	408.563	133.474	(67,33)	74,60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS CONTRATUAIS	408.563	408.563	107.798	(73,62)	60,25
OPER CRED INTERN P/PROGR DE MODERNIZ ADM PUBL	5.500	5.500	-	(100,00)	0,00
OPERAÇÃO DE CRED.INTERNAS PROG.DE SANEAMENTO	93.495	93.495	-	(100,00)	0,00
OPERAÇÕES CRED.INTER.PROG. DE MORADIA POPULAR	25.000	25.000	-	(100,00)	0,00
OPERAÇÕES DE CRED.INTERNAS P/PROG. DE SAÚDE	67.000	67.000	-	100,00	0,00
OUTRAS OPER. DE CRÉDITO INTERNAS-CONTRATUAIS	217.568	217.568	107.798	(50,45)	60,25
OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	25.676	(100,00)	14,35
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	698.465	698.465	178.927	(74,38)	100,00

Fonte: Siafem 2015.

O estado do Pará contraiu empréstimos no valor de R\$178,9 milhões, dos quais 74,60% (R\$133,4 milhões) foram Operações de Crédito Internas e 25,40% (R\$45,4 milhões) decorreram de valores obtidos junto a instituições externas conforme anteriormente demonstrado. Verificou-se que houve déficit de arrecadação dessas receitas, na ordem de 74,38%, o que afetou os programas de governo, conforme os itens 5.1.3.2 (Despesa por Programa) e 5.1.3.4 (Despesas Executadas segundo a Destinação de Recursos).

Assim como as Receitas Correntes, as Receitas de Capital apresentaram arrecadação aquém das respectivas previsões, resultando em déficit de arrecadação de 79,92%, ou seja, R\$950,7 milhões.

Receita Intraorçamentária

Integra o cômputo da Receita Realizada, a Receita Intraorçamentária, no valor de R\$799 milhões, decorrente de operações entre Órgãos. Fundos e Entidades, que foi instituída para evitar dupla contagem nas demonstrações contábeis, registrou variação positiva 17,70%.

5.1.2.4. Receita por tipo de administração

A tabela a seguir demonstra a distribuição da receita realizada por tipo de administração, assim como o seu comportamento em relação à previsão atualizada. Os valores apresentados estão líquidos de deduções e restituições no montante de R\$2,6 bilhões e acrescidos das receitas intraorçamentárias de R\$799 milhões.

Tabela 5.10 – Receita por Tipo de Administração – 2015

(Em R\$ milhares)

Tipo de Administração/Receita	Previsto (a)	Previsão Atualizada (b)	Realizado (c)	Variação % c/b	AV%
RECEITA	20.875.664	23.304.050	21.216.640	(8,96)	100,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	18.061.958	20.221.856	18.353.558	(9,24)	86,51
AUTARQUIAS	2.585.103	2.771.945	2.785.834	0,50	13,13
FUNDAÇÕES	148.458	170.557	34.135	(79,99)	0,16
EMPRESAS PÚBLICAS	39.635	47.652	31.278	(34,36)	0,15
ECONOMIA MISTA	40.509,96	92.038	11.834	(87,14)	0,06

Fonte: Siafem 2015.

Observa-se que do montante de R\$21,2 bilhões de receitas arrecadadas, 86,51% provieram da Administração Direta e 13,49% da Administração Indireta.

Da comparação entre a receita realizada e a previsão atualizada, verifica-se que o maior desempenho, em termo relativo, foi demonstrado pelas Autarquias, que com variação positiva de 0,5%, indica que arrecadou mais do que previu. Em seguida, a Administração Direta apresentou o segundo maior desempenho, embora tenha apresentado variação negativa de 9,24%, indicando ter arrecadado menos do que previu.

As demais componentes da Administração Indireta (Fundações, Empresas Públicas e de Economia Mista), que representaram 0,37% de participação na receita total realizada, tiveram variação negativa de 79,99%, 34,36% e 87,14% respectivamente.

5.1.2.5. Receita própria arrecadada

A receita própria do estado, composta pelo somatório dos ingressos das origens Tributária, Contribuições, Patrimonial, Agropecuária, Industrial, Serviço, Outras Receitas Correntes, Alienação de Bens, Amortização de Empréstimos e Outras Receitas de Capital, totalizou R\$13,9 bilhões, já efetuadas as restituições (R\$353,8 mil) e deduções para o Fundeb (R\$1,5 bilhão) e o rendimento negativo das aplicações financeiras do RPPS no valor R\$134,4 milhões.

Comparado esse total à previsão atualizada, a receita própria demonstrou insuficiência de arrecadação na ordem de 8,24% no final do exercício.

As receitas ingressadas sob esse título estão apresentadas a seguir:

Tabela 5.11 – Receita Própria do Estado – 2015

(Em R\$ milhares)

RECEITA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	REALIZADA (c)	% c/b	AV %
RECEITA EXCETO A INTRAORÇAMENTÁRIA	12.269.095	14.576.388	13.199.504	(9,45)	94,29
RECEITAS CORRENTES	12.242.173	14.549.465	13.191.721	(9,33)	94,24
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.679.704	10.532.819	10.199.316	(3,17)	72,86
IMPOSTOS	8.989.073	9.842.188	9.583.363	(2,63)	68,46
IRRF	799.326	799.326	1.035.245	29,51	7,40
IPVA	386.163	386.163	430.955	11,60	3,08
ITCD	11.881	11.881	22.410	88,61	0,16
ICMS	7.791.702	8.644.817	8.094.752	(6,36)	57,83
TAXAS	690.631	690.631	615.954	(10,81)	4,40
TAXAS PELO PODER DE POLÍCIA	536.878	536.878	488.320	(9,04)	3,49
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	153.753	153.753	127.633	(16,99)	0,91
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.235.646	1.241.646	1.201.802	(3,21)	8,59
RECEITA PATRIMONIAL	376.529	380.871	598.456	57,13	4,28
RECEITA AGROPECUÁRIA	447	447	112	(75,03)	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	14.867	14.867	12.062	(18,87)	0,09
RECEITA DE SERVIÇOS	638.628	638.628	415.646	(34,92)	2,97
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	296.352	1.740.188	764.327	(56,08)	5,46
RECEITAS DE CAPITAL	26.923	26.923	7.783	(71,09)	0,06
ALIENAÇÃO DE BENS	14.882	14.882	420	(97,18)	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	12.041	12.041	7.364	(38,85)	0,05
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	678.908	678.908	799.091	17,70	5,71
TOTAL	12.948.003	15.255.296	13.998.595	(8,24)	100,00

Fonte: Siafem 2015.

Responsável por 72,86% da receita própria do Estado (R\$13,9 bilhões), a Receita Tributária Líquida realizada no valor de R\$10,1 bilhões, composta por Impostos (R\$9,5 bilhões) e Taxas (R\$615,9 milhões), apresentou resultado negativo de 3,17% em relação à respectiva previsão de R\$10,5 bilhões.

A arrecadação líquida do ICMS foi inferior em 6,36% do valor previsto. Com participação de 57,83% do montante arrecadado no exercício (R\$13,9 bilhões), foi considerado o mais importante tributo estadual, representando 79,36% do conjunto das receitas tributárias.

As demais origens: Contribuição, Patrimonial, Agropecuária, Serviços e Outras Receitas Correntes, que constituem o conjunto das Receitas Correntes, foram responsáveis por 22,68% dessa categoria econômica e 21,38% da receita total.

As receitas próprias de Capital perfizeram R\$7,7 milhões, sendo R\$420 mil provenientes de alienação de bens e R\$7,3 milhões provenientes de amortização de empréstimos.

5.1.2.6. Comportamento da receita própria arrecadada

A tabela a seguir demonstra o comportamento da Receita Própria em valores constantes nos exercícios de 2013 a 2015.

Tabela 5.12 - Comportamento da Receita Própria – 2013 a 2015

(Em R\$ milhares)

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2013		2014		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2014/2013	2015/2014
RECEITAS (Exceto Intraorçamentárias) (I)	12.195.996	93,99%	12.685.080	93,56%	13.199.504	94,29%	4,01%	4,06%
RECEITAS CORRENTES	12.172.880	93,81%	12.673.442	93,47%	13.191.721	94,24%	4,11%	4,09%
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.641.330	74,30%	10.445.575	77,04%	10.199.316	72,86%	8,34%	(2,36%)
IMPOSTOS	9.109.092	70,20%	9.852.677	72,67%	9.583.363	68,46%	8,16%	(2,73%)
ICMS	7.833.211	60,37%	8.454.212	62,35%	8.094.752	57,83%	7,93%	(4,25%)
IPVA	862.116	6,64%	942.177	6,95%	1.035.245	7,40%	9,29%	9,88%
IRRF	402.723	3,10%	440.114	3,25%	430.955	3,08%	9,28%	(2,08%)
ITCD	11.042	0,09%	16.174	0,12%	22.410	0,16%	46,48%	38,55%
TAXAS	532.238	4,10%	592.898	4,37%	615.954	4,40%	11,40%	3,89%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.109.057	8,55%	1.267.982	9,35%	1.201.802	8,59%	14,33%	(5,22%)
RECEITA PATRIMONIAL	421.529	3,25%	632.331	4,66%	598.456	4,28%	50,01%	(5,36%)
RECEITA AGROPECUÁRIA	69	0,00%	157	0,00%	112	0,00%	128,58%	(28,91%)
RECEITA INDUSTRIAL	15.256	0,12%	14.974	0,11%	12.062	0,09%	(1,84%)	(19,45%)
RECEITA DE SERVIÇOS	450.435	3,47%	457.324	3,37%	415.646	2,97%	1,53%	(9,11%)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	535.206	4,12%	487.429	3,60%	764.327	5,46%	(8,93%)	56,81%
RECEITAS DE CAPITAL	23.116	0,18%	11.637	0,09%	7.783	0,06%	(49,66%)	(33,12%)
ALIENAÇÃO DE BENS	15.749	0,12%	3.306	0,02%	420	0,00%	(79,01%)	(87,30%)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	6.974	0,05%	7.748	0,06%	7.364	0,05%	11,10%	(4,96%)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	393	0,00%	584	0,00%	-	0,00%	48,56%	(100,00%)
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	780.371	6,01%	873.303	6,44%	799.091	5,71%	11,91%	(8,50%)
Total (I) + (II) = (III)	12.976.367	100,00%	13.558.383	100,00%	13.998.596	100,00%	4,49%	3,25%

Fonte: Siafem 2013, 2014 e 2015.
Nota: Valores atualizados pelo IPCA.

Do montante da receita arrecadada, em 2015, (R\$21,2 bilhões), a Receita Própria realizada totalizou R\$13,9 bilhões, equivalente a 65%.

A tabela demonstra também um consecutivo crescimento anual da receita própria do estado. Em relação ao período 2015-2014, verifica-se no total da receita arrecadada incremento de 3,25%, percentual esse inferior em 1,24 p.p. comparado ao intervalo 2014-2013.

A receita própria realizada, embora tenha apresentado variação positiva no total arrecadado (3,25%), a sua composição por origem apresentou variação negativa em maioria, exceto em Outras Receitas cuja variação foi positiva (56,81%).

A Receita Tributária, principal origem de recursos do Estado, em 2015, registrou arrecadação de R\$10,1 bilhões, valor esse inferior em 2,36%, em relação ao arrecadado em 2014, contrapondo-se à variação positiva de 8,34% no biênio 2014 - 2013.

Como parcela mais expressiva da Receita Tributária, em 2015, os impostos perfizeram o montante de R\$9,5 bilhões, apresentando variação negativa 2,73% em relação ao exercício de 2014, contrariando a variação positiva apresentada no período 2014-2013 (8,16%).

Ainda no contexto da Receita Tributária, apenas o ICMS e o IRRF apresentaram variação negativa de 4,25% e 2,08%, em 2015 comparado a 2014. Em razão da materialidade desses impostos, a variação positiva dos demais tributos (IPVA, ITCD e Taxas) não foi suficiente para alavancar o incremento dessa origem de receita. Fato esse não ocorrido no intervalo 2014-2013, quando todos os tributos tiveram variação positiva.

Das Receitas Correntes, as receitas de Contribuições, Patrimonial, Agropecuária, Industrial e Serviços tiveram variação negativa, com exceção de Outras Receitas Correntes, cuja variação foi positiva em 56,81% em 2015 comparado a 2014.

As Receitas de Capital, constituídas pelas origens Alienação de Bens, Amortização de Empréstimos e Outras Receitas de Capital, demonstraram que os ingressos obtidos em 2015 representam diminuição de 33,12% em relação ao exercício anterior.

No período de 2014-2013, a variação na referida categoria foi positiva em 15,90%, devido ao desempenho positivo na arrecadação apresentada nas origens Amortização de Empréstimos (11,10%) e Outras Receitas de Capital (48,56%).

5.1.2.7. Comportamento histórico da arrecadação da receita

A execução da receita orçamentária e o comparativo com anos anteriores encontram-se demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 5.13 – Evolução da Receita Arrecadada – 2013 a 2015

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	(Em R\$ milhares)							
	2013		2014		2015		Variação 2014/2013	Variação 2015/2014
	Valor	%	Valor	%	Valor	%		
RECEITAS (Exceto Intraorçamentárias) (I)	20.132.108	96,27%	21.559.931	96,11%	20.417.549	96,23%	7,09%	(5,30%)
RECEITAS CORRENTES	19.439.228	92,96%	20.756.868	92,53%	20.178.598	95,11%	6,78%	(2,79%)
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.641.330	46,10%	10.445.575	46,56%	10.152.685	47,85%	8,34%	(2,80%)
IMPOSTOS	9.109.092	43,56%	9.852.677	43,92%	9.583.363	45,17%	8,16%	(2,73%)
ICMS	7.833.211	37,46%	8.454.212	37,69%	8.094.752	38,15%	7,93%	(4,25%)
IPVA	862.116	4,12%	942.177	4,20%	1.035.245	4,88%	9,29%	9,88%
IRRF	402.723	1,93%	440.114	1,96%	430.955	2,03%	9,28%	(2,08%)
ITCD	11.042	0,05%	16.174	0,07%	22.410	0,11%	46,48%	38,55%
TAXAS	532.238	2,55%	592.898	2,64%	615.954	2,90%	11,40%	3,89%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.109.057	5,30%	1.267.982	5,65%	1.201.802	5,66%	14,33%	(5,22%)
RECEITA PATRIMONIAL	421.529	2,02%	632.331	2,82%	598.456	2,82%	50,01%	(5,36%)
RECEITA AGROPECUÁRIA	69	0,00%	157	0,00%	112	0,00%	128,58%	(28,91%)
RECEITA INDUSTRIAL	15.256	0,07%	14.974	0,07%	12.062	0,06%	(1,84%)	(19,45%)
RECEITA DE SERVIÇOS	450.435	2,15%	457.324	2,04%	415.646	1,96%	1,53%	(9,11%)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.266.348	34,75%	7.451.095	33,21%	6.986.877	32,93%	2,54%	(6,23%)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	535.206	2,56%	487.429	2,17%	764.327	3,60%	(8,93%)	56,81%

(Em R\$ milhares)

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2013		2014		2015		Variação	Variação
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2014/2013	2015/2014
RECEITAS DE CAPITAL	692.879	3,31%	803.063	3,58%	238.951	1,13%	15,90%	(70,25%)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	602.883	2,88%	698.119	3,11%	178.927	0,84%	15,80%	(74,37%)
ALIENAÇÃO DE BENS	15.749	0,08%	3.306	0,01%	420	0,00%	(79,01%)	(87,30%)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	6.974	0,03%	7.748	0,03%	7.364	0,03%	11,10%	(4,96%)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	66.881	0,32%	93.306	0,42%	52.240	0,25%	39,51%	(44,01%)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	393	0,00%	584	0,00%	-	0,00%	48,56%	(100,00%)
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	780.371	3,73%	873.303	3,89%	799.091	3,77%	11,91%	(8,50%)
Total (I) + (II) = (III)	20.912.479	100,00%	22.433.234	100,00%	21.216.640	100,00%	7,27%	(5,42%)

Fonte: Siafem 2013, 2014 e 2015.
Nota: Valores atualizados pelo IPCA.

Com base nos dados apresentados, verifica-se que a Receita Orçamentária realizada em 2015 (R\$21,2 bilhões) apresentou variação negativa de 5,42% em relação a 2014 (R\$22,4 bilhões), contrariamente ao ocorrido em 2014 com relação ao exercício de 2013, cuja variação foi positiva em 7,27%.

No que tange à categoria econômica, as Receitas Correntes tiveram o melhor desempenho em 2015 comparado a 2014, mesmo tendo apresentado resultado negativo de 2,79%, já que as Receitas de Capital apresentaram variação negativa 70,25%.

Conforme se observa, o mesmo não ocorreu em 2014 comparado a 2013, tendo em vista que tanto as Receitas Correntes quanto as Receitas de Capital tiveram variação positiva de 6,78% e 15,90%, respectivamente, sendo essa última capitaneada pelas Operações de Crédito em 3,11%.

No que se refere à Receita Tributária, a comparação entre 2015 e 2014 revela o resultado negativo de 2,80%, inverso ao ocorrido em 2014 comparado a 2013, cujo resultado foi positivo em 8,34%.

Quanto às transferências Correntes, pode-se inferir que as mesmas apresentaram resultado negativo de 6,23% quando comparado a 2014; fato contrário ocorre quando a comparação é feita entre 2014 e 2013, cuja variação foi positiva em 2,54%.

As demais origens que compõem as Receitas Correntes representaram, em 2015, 19,22% da Receita Orçamentária realizada. Destas, apresentaram resultados negativos, em comparação a 2014: Receitas de Contribuições (5,22%), Patrimonial (5,36%), Agropecuária (28,91%), Industrial (19,45%) e de Serviços (9,11%) com exceção de Outras Receitas Correntes, que apresentaram variação positiva de 56,81%.

Em relação ao período 2014-2013, observa-se variação positiva nas receitas que compõem a categoria econômica Corrente, excetuando-se Receita Industrial e Outras Receitas Correntes, que apresentaram resultados negativos de 1,84% e 8,93%, respectivamente.

Todas as Receitas da categoria econômica Capital foram realizadas em valores menores que os verificados em 2014, resultando variação negativa de 70,25%, o que demonstrou a dificuldade de operacionalização das origens que constituem essa categoria com relação ao planejado para o exercício de 2015. Sentido oposto se observa no exercício de 2014, comparado a 2013, quando as variações dessas receitas foram positivas, excetuando-se as Alienações, com variação negativa de 79,01%.

As Receitas Intraorçamentárias arrecadadas, em 2015, demonstraram variação negativa de 8,50% comparadas ao exercício de 2014, opondo-se ao valor arrecadado em 2014 comparado a 2013, que apresentou crescimento 11,91%.

5.1.3. Execução da Despesa

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Governo do Estado foram inicialmente fixados na LOA em R\$14,3 bilhões e R\$6,4 bilhões, respectivamente, totalizando R\$20,8 bilhões.

Considerando-se as alterações orçamentárias, mediante créditos adicionais, tanto a receita inicialmente prevista quanto a despesa fixada foram adicionadas em R\$ 2,4 bilhões, incrementando o orçamento inicial em 11,63%. Assim, a dotação autorizada atingiu R\$23,3 bilhões disponíveis para a execução.

As despesas empenhadas totalizaram R\$20,7 bilhões, gerando uma economia orçamentária de R\$2,5 bilhões.

Houve também superávit orçamentário de R\$425,7 milhões, decorrente do confronto da receita arrecadada de R\$21,2 bilhões com a despesa executada de R\$20,7 bilhões.

A seguir, efetua-se a análise da despesa orçamentária sobre diferentes enfoques, com base nos valores empenhados.

5.1.3.1. Despesa por Função

A tabela a seguir apresenta a despesa pública executada por função de governo, segundo os gastos efetuados no exercício pelos Poderes constituídos e pelo Ministério Público, de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais expedido pela STN (6ª Edição - 2015).

Tabela 5.14 - Despesas por Função

(Em R\$ milhares)

Nome da Função	Ministério Público	Poder Executivo	Poder Judiciário	Poder Legislativo	Total Empenhado (A)	Total Fixado (B)	% (A/B)	% em Relação ao Total (III) Executado
Despesas Exceto Intraorçamentárias (I)	431.344	17.791.700	958.663	744.320	19.926.026	22.430.918	88,83	95,84
Funções Sociais	59.932	9.173.613	99.013	94.041	9.426.599	10.434.944	90,34	45,34
Assistência Social	-	997.425	-	-	997.425	1.042.332	95,69	4,80
Cultura	-	128.673	-	-	128.673	157.389	81,75	0,62
Desporto e Lazer	-	55.179	-	-	55.179	64.145	86,02	0,27
Direitos da Cidadania	-	32.904	-	-	32.904	39.500	83,30	0,16
Educação	-	2.967.388	-	-	2.967.388	3.433.673	86,42	14,27
Previdência Social	59.932	2.793.921	99.013	94.041	3.046.907	3.293.310	92,52	14,66
Saúde	-	2.193.545	-	-	2.193.545	2.394.628	91,60	10,55
Trabalho	-	4.579	-	-	4.579	9.966	45,95	0,02
Funções de Infraestrutura	-	1.032.912	-	-	1.032.912	1.588.376	65,03	4,97

(Em R\$ milhares)

Nome da Função	Ministério Público	Poder Executivo	Poder Judiciário	Poder Legislativo	Total Empenhado (A)	Total Fixado (B)	% (A/B)	% em Relação ao Total (III) Executado
Comunicações	-	61.241	-	-	61.241	62.803	97,51	0,29
Energia	-	558	-	-	558	1.000	55,79	0,00
Habituação	-	77.020	-	-	77.020	170.746	45,11	0,37
Saneamento	-	38.305	-	-	38.305	91.513	41,86	0,18
Transporte	-	691.454	-	-	691.454	1.065.505	64,89	3,33
Urbanismo	-	164.334	-	-	164.334	196.809	83,50	0,79
Funções de Produção	-	380.171	-	-	380.171	501.192	75,85	1,83
Agricultura	-	238.017	-	-	238.017	270.413	88,02	1,14
Ciência e Tecnologia	-	44.260	-	-	44.260	85.939	51,50	0,21
Comércio e Serviços	-	40.604	-	-	40.604	64.049	63,39	0,20
Indústria	-	40.456	-	-	40.456	48.841	82,83	0,19
Organização Agrária	-	16.835	-	-	16.835	31.950	52,69	0,08
Funções Típicas de Estado	342.164	2.561.360	859.650	650.279	4.413.452	4.596.613	96,02	21,23
Essencial à Justiça	342.164	436.410	-	15.028	793.602	841.758	94,28	3,82
Judiciária	-	221	859.650	-	859.871	899.838	95,56	4,14
Legislativa	-	-	-	635.250	635.250	651.947	97,44	3,06
Segurança Pública	-	2.124.729	-	-	2.124.729	2.203.071	96,44	10,22
Outros	29.248	4.643.644	-	-	4.672.892	5.309.792	88,01	22,48
Administração	-	760.912	-	-	760.912	822.650	92,50	3,66
Encargos Especiais	29.248	3.806.822	-	-	3.836.070	3.934.086	97,51	18,45
Gestão Ambiental	-	75.910	-	-	75.910	178.934	42,42	0,37
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	374.123	-	-
Despesas Intraorçamentárias (II)	34.211	713.625	75.077	41.938	864.851	873.132	99,05	4,16
Total (III) = (I) + (II)	465.554	18.505.325	1.033.741	786.257	20.790.877	23.304.050	89,22	100,00

Fonte: Siafem 2015.

A execução de despesas no montante de R\$20,7 bilhões representou 89,22% da dotação atualizada do exercício, sendo: R\$873,1 milhões referentes às despesas intraorçamentárias, equivalentes a 4,16% do total executado, R\$19,9 bilhões referentes às demais despesas, representando 95,84% do total da execução.

De acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 338/2006, as operações intraorçamentárias são aquelas que resultam de despesas decorrentes da aquisição de bens e serviços, bem como pagamento de tributos, quando ocorrer entre unidades gestoras da mesma esfera governamental. Ou seja, as despesas intraorçamentárias representam os gastos realizados dentre órgãos, fundos, autarquias, fundações, estatais que integram o governo do estado do Pará. Tais despesas encontram-se destacadas das demais na tabela anterior, conforme orientação da STN, e são objeto de análise específica, ao fim deste item.

Analisando-se as despesas, inicialmente sem considerar as intraorçamentárias, constata-se que dentre as funções realizadas, as de maior materialidade foram: Encargos Especiais (18,45%), Previdência Social (14,66%), Educação (14,27%), Saúde (10,55%) e Segurança Pública (10,22%), que tiveram participação na

ordem de 68,15% da despesa executada. A função com menor materialidade foi Energia, que alcançou 0,003% do total de dispêndios do exercício.

A função Encargos Especiais, totalizada em R\$3,8 bilhões, executou 97,51% de sua dotação autorizada, participando com 18,45% da despesa total empenhada no exercício. Embora essa função configure a maior parcela da despesa total, ela não influencia na execução de políticas públicas do estado, uma vez que se trata de despesa compulsória. Porém, ressalta-se a execução de despesas em subfunção atípica a essa função no montante de R\$59 milhões - Subfunção 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador, contrariando a Portaria nº 42/1999 do Ministério de Orçamento e Gestão, art. 1º, § 2º, combinado com o disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 5ª Ed., que restringem a utilização da função encargos especiais a suas subfunções típicas, tais como: “dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra”.

Observa-se que tal impropriedade ocorreu de igual forma nos exercícios de 2013 e 2014, sendo motivo de observação nas respectivas análises de Contas de Governo.

Analisando-se as funções executadas por áreas de atuação, verifica-se que as Funções Sociais, por agregar funções que atendem aos cidadãos em seus direitos fundamentais, foi a que mais exigiu aporte de recursos, consumindo 45,34% do total da despesa empenhada, tendo sido executados 90,34% de sua dotação autorizada para o exercício.

Por outro lado, as funções de Infraestrutura e de Produção, com dispêndios equivalentes a 4,97% e 1,83%, respectivamente, do total das despesas, constituíram-se nas áreas de menor valor executado em relação ao total de dispêndios.

As funções agregadas na área Típica de Estado configuram-se como prioritárias, tanto pela importância quanto pela essencialidade, e somaram 21,23% da despesa total executada, com realização de 96,02% em relação ao valor autorizado.

A maioria das funções consumiu mais de 70% da dotação autorizada, demonstrando compatibilidade entre execução e planejamento. Porém, ressalta-se que 8 (oito) funções consumiram menos de 70% dos seus valores orçados, quais sejam: Comércio e Serviços (63,39%); Energia (55,79%); Organização Agrária (52,69%); Ciência e Tecnologia (51,50%); Trabalho (45,95%); Habitação (45,11%); Gestão Ambiental (42,42%); e a função Saneamento, de menor compatibilidade entre o valor planejado e o valor executado (46,86%).

Tabela 5.15 - Detalhamento da função Saneamento

(Em R\$ milhares)				
Subfunções / Modalidade de Aplicação	Total Fixado (A)	Total Empenhado (B)	% (B/A)	% em relação ao Total exec.
Normatização e fiscalização	49	-	0,00%	0,00%
Aplicações diretas	49	-	0,00%	0,00%
Saneamento básico rural	1.000	-	0,00%	0,00%
Aplicações diretas	1.000	-	0,00%	0,00%
Saneamento básico urbano	90.464	38.305	42,34%	100,00%
Aplicações diretas	87.100	34.965	40,14%	91,28%
Transferências a Municípios	3.364	3.340	99,30%	8,72%

(Em R\$ milhares)

Subfunções / Modalidade de Aplicação	Total Fixado (A)	Total Empenhado (B)	% (B/A)	% em relação ao Total exec.
Transferências a União	0,1	-	0,00%	0,00%
Total	91.513	38.305	41,86%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

Verifica-se que na função Saneamento não houve execução de despesas em duas subfunções, muito embora houvesse orçamento autorizativo respectivo. São elas: Normatização e fiscalização; e Saneamento básico rural.

Quanto ao Saneamento básico urbano, verificou-se que as quantias planejadas de repasses aos municípios foram transferidas em sua quase totalidade (99,30%). Porém, as aplicações diretas demonstram execução de apenas 40,14% do valor autorizado no orçamento. Tal tema está detalhado no capítulo seguinte, onde se descrevem os programas executados no exercício 2015.

No que concerne às despesas intraorçamentárias, efetuou-se o detalhamento na forma a seguir, conforme orienta a STN.

Tabela 5.16 - Despesas por Função - Detalhamento Despesas Intraorçamentárias

(Em R\$ milhares)

Nome da Função	Ministério Público	Poder Executivo	Poder Judiciário	Poder Legislativo	Total Empenhado (A)	Total Fixado (B)	% (A/B)	% em Relação ao Total (III) Executado
Despesas Exceto Intraorçamentárias (I)	431.344	7.791.700	958.663	744.320	19.926.026	22.329.916	89,23	95,84%
Despesas Intraorçamentárias (II)	34.211	713.625	75.077	41.938	864.851	873.031	99,06	4,16%
Funções Sociais	-	327.396	-	-	327.396	332.727	98,40	1,57%
Assistência Social	-	2.637	-	-	2.637	3.409	77,35	0,01%
Cultura	-	468	-	-	468	507	92,36	0,00%
Desporto e Lazer	-	78	-	-	78	78	99,98	0,00%
Direitos da Cidadania	-	358	-	-	358	410	87,39	0,00%
Educação	-	269.713	-	-	269.713	273.262	98,70	1,30%
Previdência Social	-	1.143	-	-	1.143	1.418	80,57	0,01%
Saúde	-	2.998	-	-	52.998	53.643	98,80	0,25%
Funções de Infraestrutura	-	1.088	-	-	1.088	1.178	92,32	0,01%
Comunicações	-	100	-	-	100	117	85,76	0,00%
Habituação	-	251	-	-	251	325	77,33	0,00%
Transporte	-	648	-	-	648	648	99,97	0,00%
Urbanismo	-	88	-	-	88	88	100,00	0,00%
Funções de Produção	-	3.289	-	-	3.289	4.198	78,35	0,02%
Agricultura	-	1.228	-	-	1.228	1.608	76,34	0,01%
Ciência e Tecnologia	-	308	-	-	308	409	75,34	0,00%
Comércio e Serviços	-	996	-	-	996	1.228	81,11	0,00%
Indústria	-	593	-	-	593	728	81,46	0,00%
Organização Agrária	-	164	-	-	164	225	73,17	0,00%
Funções Típicas de Estado	32.999	25.798	75.077	41.938	175.812	177.354	99,13	0,85%

(Em R\$ milhares)

Nome da Função	Ministério Público	Poder Executivo	Poder Judiciário	Poder Legislativo	Total Empenhado (A)	Total Fixado (B)	% (A/B)	% em Relação ao Total (III) Executado
Essencial à Justiça	32.999	13.715	-	450	47.164	47.306	99,70	0,23%
Judiciária	-	-	75.077	-	75.077	75.079	100,00	0,36%
Legislativa	-	-	-	41.488	41.488	41.898	99,02	0,20%
Segurança Pública	-	12.083	-	-	12.083	13.071	92,44	0,06%
Outros	1.211	356.055	-	-	357.266	357.574	99,91	1,72%
Administração	-	2.309	-	-	2.309	2.388	96,72	0,01%
Encargos Especiais	1.211	353.057	-	-	354.268	354.330	99,98	1,70%
Gestão Ambiental	-	688	-	-	688	856	80,38	0,00%
Total (III) = (I) + (II)	465.554	18.505.325	1.033.741	786.257	20.790.877	23.202.947	89,60	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

Observa-se que, dentre as despesas intraorçamentárias, as de maior materialidade se concentram na função educação e nos encargos especiais.

No que concerne às despesas intraorçamentárias com encargos especiais, observou-se que as realizadas pelo Poder Executivo referem-se em sua totalidade à Subfunção 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador, no montante de R\$353 milhões.

Portanto, verificou-se que, somando-se as despesas intraorçamentárias realizadas nesta função/subfunção, com as demais despesas na mesma classificação, houve uma execução de R\$412 milhões na função Encargos Especiais em subfunção atípica, que, conforme já citado, contraria a Portaria nº 42/1999 do Ministério de Orçamento e Gestão, art. 1º, § 2º, combinado com o disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 5ª Ed.

5.1.3.2. Despesa por programa

Com o objetivo de concretizar os compromissos assumidos junto à sociedade, o governo do estado estabeleceu, por meio do PPA 2012-2015, 80 programas Finalísticos e 01 programa de Manutenção da Gestão. Detalham-se, abaixo, as despesas por Programa, conforme executadas por cada poder:

Tabela 5.17 - Despesas por Programa

(Em R\$ milhares)

PROGRAMAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESA REALIZADA (B)	% (B/A)	% EM RELAÇÃO AO TOTAL EXECUTADO
PODER EXECUTIVO	18.887.785	20.943.230	18.505.325	88,36%	89,01%
Programas Finalísticos	7.313.766	8.760.376	7.087.358	80,90%	34,09%
Manutenção da Gestão	4.246.433	4.967.598	4.904.793	98,74%	23,59%
Ações sem Programa	5.747.173	6.206.524	5.883.153	94,79%	28,30%
Outros Encargos	1.580.414	1.008.731	630.021	62,46%	3,03%
Dívida Pública	1.078.937	634.608	630.021	99,28%	3,03%

(Em R\$ milhares)

PROGRAMAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESA REALIZADA (B)	% (B/A)	% EM RELAÇÃO AO TOTAL EXECUTADO
Reserva	501.476	374.123	-	0,00%	0,00%
PODER LEGISLATIVO	667.411	808.717	786.257	97,22%	3,78%
Programas Finalísticos	349.589	386.762	376.899	97,45%	1,81%
Manutenção da Gestão	303.220	308.075	303.589	98,54%	1,46%
Ações sem Programa	14.603	113.880	105.769	92,88%	0,51%
PODER JUDICIÁRIO	914.171	1.074.026	1.033.741	96,25%	4,97%
Programas Finalísticos	336.319	384.756	353.007	91,75%	1,70%
Manutenção da Gestão	577.852	589.940	581.721	98,61%	2,80%
Ações sem Programa	-	99.330	99.013	99,68%	0,48%
MINISTÉRIO PÚBLICO	406.297	478.077	465.554	97,38%	2,24%
Programas Finalísticos	362.890	368.256	358.318	97,30%	1,72%
Manutenção da Gestão	25.535	18.798	16.845	89,61%	0,08%
Ações sem Programa	17.872	91.023	90.391	99,31%	0,43%
Total	20.875.664	23.304.050	20.790.877	89,22%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

O Poder Executivo concentrou os maiores dispêndios dentre os poderes ao efetuar 89,01% do total das despesas.

A Tabela, a seguir, apresenta o detalhamento da execução dos programas do Poder Executivo, possibilitando identificar os acréscimos orçamentários de cada programa, a compatibilidade entre o planejamento e a execução, bem como as ações priorizadas por esse Poder.

Tabela 5.18 - Programas Finalísticos do Poder Executivo 2015

(Em R\$ milhares)

NOME DO PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (B)	DESPESA REALIZADA (C)	ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (B/A)	EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO (C/B)	% EM RELAÇÃO AO TOTAL EXECUTADO (C)
Assistência Farmacêutica	81.420	85.284	70.195	4,75%	82,31%	0,99%
Atenção Primária de Saúde	40.550	32.076	27.650	(20,90%)	86,20%	0,39%
Bolsa Trabalho	2.277	1.148	433	(49,59%)	37,74%	0,01%
Caminhos para o Desenvolvimento	467.386	856.885	630.742	83,34%	73,61%	8,90%
Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	68.596	62.898	23.629	(8,31%)	37,57%	0,33%
Combate às Drogas	2.579	2.595	2.132	0,65%	82,16%	0,03%
Comunicação Pública Governamental	50.509	48.848	42.886	(3,29%)	87,79%	0,61%
Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária	14.394	20.384	13.018	41,61%	63,86%	0,18%
Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura	8.296	5.818	1.394	(29,87%)	23,96%	0,02%
Educação Pública de Qualidade	2.366.935	2.754.543	2.335.252	16,38%	84,78%	32,95%
Eficiência Operacional	-	221	221	N/A*	100,00%	0,00%
Energia no Pará	1.145	2.043	1.601	78,47%	78,36%	0,02%
Esporte e Lazer: um Caminho para a Inclusão Social	37.080	61.428	51.355	65,66%	83,60%	0,72%
Geração de Trabalho, Emprego e Renda	7.205	8.960	4.287	24,36%	47,85%	0,06%

(Em R\$ milhares)

NOME DO PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (B)	DESPESA REALIZADA (C)	ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (B/A)	EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO (C/B)	% EM RELAÇÃO AO TOTAL EXECUTADO (C)
Gestão Ambiental e Territorial	14.202	29.878	7.978	110,37%	26,70%	0,11%
Gestão Estadual do SUS	22.060	23.517	11.892	6,60%	50,57%	0,17%
Gestão Fazendária	31.836	47.363	42.872	48,77%	90,52%	0,60%
Gestão Governamental	10.629	9.996	9.926	(5,96%)	99,30%	0,14%
Habitatar para Viver Melhor	81.141	135.885	45.177	67,47%	33,25%	0,64%
Igualdade Étnico-Racial e Social	1.501	5.839	318	288,96%	5,44%	0,00%
Inclusão Digital para o Desenvolvimento - Navega Pará	23.518	24.384	12.390	3,68%	50,81%	0,17%
Integração Metropolitana	218.768	294.681	140.468	34,70%	47,67%	1,98%
Média e Alta Complexidade na Saúde	908.771	1.183.562	1.038.219	30,24%	87,72%	14,65%
Modernização da Agricultura Familiar	27.017	33.750	18.436	24,92%	54,63%	0,26%
Municípios Verdes	53.638	83.638	9.153	55,93%	10,94%	0,13%
Nossa Arte, Nossa Cultura	64.083	76.702	63.763	19,69%	83,13%	0,90%
O Pará que Lê	6.807	3.354	2.919	(50,72%)	87,03%	0,04%
Obras Públicas	31.293	27.392	15.149	(12,47%)	55,30%	0,21%
Pacto pela Cidadania	4.351	2.986	2.959	(31,37%)	99,08%	0,04%
Pacto pela Liberdade	99.757	129.847	114.313	30,16%	88,04%	1,61%
Pacto pelos Direitos Humanos	15.948	19.210	11.390	20,46%	59,29%	0,16%
Pará Competitivo	29.995	43.750	35.746	45,86%	81,70%	0,50%
Planejamento e Gestão Integrada	6.144	8.265	5.222	34,52%	63,18%	0,07%
Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Estado do Pará	40.722	39.478	9.215	(3,06%)	23,34%	0,13%
Promoção e Defesa de Direitos	120.367	129.470	121.988	7,56%	94,22%	1,72%
Pro-paz - Por uma Cultura de Paz	14.470	6.932	6.735	(52,09%)	97,16%	0,10%
Proteção Social no SUAS e no SINASE	88.041	65.180	61.659	(25,97%)	94,60%	0,87%
Revitalização, Preservação da Memória e Identidade Cultural	34.645	32.761	17.336	(5,44%)	52,92%	0,24%
Saneamento é Vida	68.655	91.513	38.305	33,29%	41,86%	0,54%
Segurança Alimentar e Nutricional	5.900	13.661	2.666	131,53%	19,52%	0,04%
Segurança no Trânsito	121.382	101.857	88.679	(16,09%)	87,06%	1,25%
Segurança pela Paz	231.862	277.388	220.629	19,64%	79,54%	3,11%
Seguridade Social do Servidor Público Estadual	518.114	561.961	547.137	8,46%	97,36%	7,72%
Tecnologia da Informação e Comunicação	52.665	43.551	39.535	(17,30%)	90,78%	0,56%
Território de Integração Regional	75.914	78.848	53.561	3,87%	67,93%	0,76%
Transparência e Controle Social	4.119	3.941	2.690	(4,34%)	68,27%	0,04%
Universidade Pública para o Desenvolvimento do Estado do Pará	272.847	295.083	268.156	8,15%	90,88%	3,78%
Valorização da Sociobiodiversidade	1.399	2.413	381	72,44%	15,80%	0,01%
Valorização do Servidor da Educação	170.544	171.533	162.093	0,58%	94,50%	2,29%
Valorização do Servidor do Sistema Estadual de Segurança Pública	178.187	188.146	170.809	5,59%	90,78%	2,41%
Valorização do Servidor Público	458.695	470.442	454.304	2,56%	96,57%	6,41%
Ver-o-Pará	34.118	24.509	4.666	(28,16%)	19,04%	0,07%
Vigilância em Saúde	21.287	34.578	23.731	62,44%	68,63%	0,33%
TOTAL	7.313.766	8.760.376	7.087.358	19,78%	80,90%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

*N/A= Não se Aplica, pois a Ação não possui dotação inicial.

Os Programas Finalísticos de maior representatividade em relação ao total executado foram: Educação Pública de Qualidade (32,95%), Média e Alta Complexidade na Saúde (14,65%) e Caminhos para o Desenvolvimento (8,90%), que juntos correspondem a 56,50% do valor executado dos programas finalísticos, representando as prioridades das ações do governo estadual neste exercício.

No que concernem às alterações orçamentárias dos programas finalísticos, verificou-se que os programas foram suplementados em 19,78%, acrescendo ao total da dotação inicial R\$1,4 bilhão. Porém, verificando-se a execução de 80,90% do valor orçado, constata-se uma diferença de R\$1,6 bilhão entre a dotação atualizada e as despesas liquidadas.

Os programas que apresentaram maior acréscimo oriundo de alterações orçamentárias foram: Igualdade Étnico-Racial e Social (288,96%), Segurança Alimentar e Nutricional (131,53%) e Gestão Ambiental e Territorial (110,37%). Observou-se que, mesmo diante deste acréscimo orçamentário, esses programas apresentaram baixo índice de execução, a exemplo do programa Igualdade Étnico-Racial e Social, que executou apenas 5,44% do montante autorizado.

Quanto aos programas que sofreram decréscimos decorrentes das alterações orçamentárias, os mais representativos foram: Pro-paz – Por uma Cultura de Paz (52,09%), O Pará que Lê (50,72%), Bolsa Trabalho (49,59%) e Pacto pela Cidadania (31,37%).

Destaca-se que o programa Bolsa Trabalho, além de ter sua dotação orçamentária reduzida, demonstrou baixo índice de execução (37,74%).

Tal cenário representa um descompasso entre planejamento e execução, uma vez que os objetivos e cumprimento de metas dos programas finalísticos, conforme firmados inicialmente na LOA, podem ser afetados tanto pelas alterações orçamentárias, quanto pela execução aquém do planejado.

Ao analisar os 12 programas com menor desempenho no exercício, verificou-se que estes foram orçados em R\$496,6 milhões, correspondendo a 5,67% do orçamento para os programas finalísticos. Porém, a execução destes programas se deu na ordem de R\$143,3 milhões, equivalentes a 28,85% da dotação autorizada, diminuindo a participação dos mesmos para 2,02% do orçamento executado, como se pode verificar na tabela seguinte.

Tabela 5.19 - Programas Finalísticos de menor desempenho orçamentário - 2015

(Em R\$ milhares)

NOME DO PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (B)	DESPESA REALIZADA (C)	ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (B/A)	EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO (C/B)	% EM RELAÇÃO AO TOTAL EXECUTADO (C)
Igualdade Étnico-Racial e Social	1.501	5.839	318	288,96%	5,44%	0,004%
Municípios Verdes	53.638	83.638	9.153	55,93%	10,94%	0,13%
Valorização da Sociobiodiversidade	1.399	2.413	381	72,44%	15,80%	0,01%
Ver-o-Pará	34.118	24.509	4.666	(28,16%)	19,04%	0,07%
Segurança Alimentar e Nutricional	5.900	13.661	2.666	131,53%	19,52%	0,04%
Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Estado do Pará	40.722	39.478	9.215	(3,06%)	23,34%	0,13%
Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura	8.296	5.818	1.394	(29,87%)	23,96%	0,02%

(Em R\$ milhares)

NOME DO PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (B)	DESPESA REALIZADA (C)	ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (B/A)	EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO (C/B)	% EM RELAÇÃO AO TOTAL EXECUTADO (C)
Gestão Ambiental e Territorial	14.202	29.878	7.978	110,37%	26,70%	0,11%
Habitatar para Viver Melhor	81.141	135.885	45.177	67,47%	33,25%	0,64%
Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	68.596	62.898	23.629	(8,31%)	37,57%	0,33%
Bolsa Trabalho	2.277	1.148	433	(49,59%)	37,74%	0,01%
Saneamento é Vida	68.655	91.513	38.305	33,29%	41,86%	0,54%
PROGRAMAS DE MENOR DESEMPENHO	380.447	496.678	143.316	30,55%	28,85%	2,02%
Demais Programas	6.933.319	8.263.698	6.944.043	19,19%	84,03%	97,98%
TOTAL DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS	7.313.766	8.760.376	7.087.358	19,78%	80,90%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

Dentre esses programas, destacam-se os de maior representatividade quanto à dotação atualizada, como: Habitar para Viver Melhor, previsto em R\$135,8 milhões, Saneamento é Vida, previsto em R\$91,5 milhões, e Municípios Verdes, orçado em R\$83,6 milhões, não obstante tenham sido executados em apenas 33,25%, 41,86% e 10,94%, respectivamente.

Considerando-se que a Função Saneamento, conforme descrito no item Despesa por Função, foi a de menor desempenho dentre as demais, analisam-se a seguir os programas e ações derivados da mesma.

Tabela 5.20 - Saneamento: Programas e Ações

(Em R\$ milhares)

NOME DO PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (B)	DESPESA REALIZADA (C)	ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (B/A)	EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO (C/B)	% EM RELAÇÃO AO TOTAL EXECUTADO (C)
SANEAMENTO E VIDA						
Apoio a serviços públicos de limpeza urbana						
SEDOP	6.615	6.199	-	(6,29%)	0,00%	0,00%
Atendimento aos usuários e/ou agentes de serv.						
ARCON	49	49	-	0,00%	0,00%	0,00%
Regulação, controle e fiscalização do serviço						
ARCON	139	139	113	0,00%	81,15%	0,29%
Elaboração de planos municipais de saneamento						
SEDOP	3.510	3.500	-	(0,28%)	0,00%	0,00%
Realização de obras de saneamento básico em área urbana						
SEDOP	38.605	46.435	20.827	20,28%	44,85%	54,37%
Realização de obras de saneamento básico em área rural						
SEDOP	1.165	1.000	-	(14,16%)	0,00%	0,00%
Macro drenagem da bacia do Tucunduba						
COHAB	-	2.082	2.077	N/A*	99,76%	5,42%
SEDOP	17.820	31.204	14.988	75,11%	48,03%	39,13%

(Em R\$ milhares)

NOME DO PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (B)	DESPESA REALIZADA (C)	ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (B/A)	EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO (C/B)	% EM RELAÇÃO AO TOTAL EXECUTADO (C)
Urbanização de assentamentos precários						
SEDOP	752	904	301	20,24%	33,27%	0,79%
TOTAL GERAL	68.655	91.513	38.305	33,29%	41,86%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

*N/A= Não se Aplica, pois a Ação não possui dotação inicial.

Verifica-se que o Programa Saneamento é Vida, único programa da Função Saneamento, foi composto de 8 ações em 2015, tendo como responsáveis: Sedop, Arcon e Cohab. As ações possuem, de acordo com o PPA 2012-2015, os seguintes objetivos:

- Apoio a Serviços Públicos de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos: Erradicar lixões e botas-fora de resíduos da construção, com sustentabilidade nos investimentos aplicados. Produto: Projeto executado (unid.).
- Atendimento aos Usuários e/ou Agentes de Serviços Regulados de Saneamento Básico: Mediar conflitos decorrentes da ação reguladora e fiscalizadora. Produto: Demanda finalizada (unid.).
- Elaboração de Planos Diretores Municipais de Saneamento Básico: Subsidiar tecnicamente os municípios em ações de investimento em saneamento básico (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos). Produto: Plano elaborado (unid.).
- Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba: Melhorar a qualidade de vida da população que mora nas adjacências do Igarapé do Tucunduba, com ações voltadas à habitação, saneamento e mobilidade. Produto: Obra executada (unid.).
- Realização de Obras de Saneamento Básico em Área Urbana: Ampliar a cobertura de saneamento básico em áreas urbanas. Produto: Microssistema ampliado (unid.).
- Realização de Obras de Saneamento Básico em Área Rural: Ampliar a cobertura de saneamento básico em áreas rurais. Produto: Microssistema ampliado (unid.).
- Regulação dos Serviços de Saneamento Básico: Regular o serviço de saneamento básico, por meio da celebração de convênios com municípios. Produto: Convênio Celebrado (unid.).
- Urbanização de Assentamentos Precários - Bairro Francisco Coelho (Cabelo Seco): Melhorar a qualidade de vida da população residente no Bairro Francisco Coelho (Município de Marabá), com ações voltadas à habitação, água e esgoto. Produto: Obra executada (unid.).

Observa-se na tabela anterior que não foram executadas as ações: Apoio ao Serviço Público de Limpeza Urbana, Atendimento aos Usuários de Serviços de Saneamento, Elaboração de Planos Municipais de Saneamento, e Realização de Obras de Saneamento Básico em Área Rural. Verificou-se que essas ações dependiam majoritariamente da transferência de recursos, oriundas de convênios, para sua realização.

Quanto à Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, verificou-se que a Cohab realizou 99,76% do previsto no orçamento, porém a execução da Sedop alcançou apenas 48,03% do orçado. Em detalhamento das fontes de recursos previstas e utilizadas pela Sedop para a realização dessa ação, observou-se que 74,11% de seu valor orçado dependiam da efetivação de operações de crédito internas para sua concretização.

Em relação à Realização de Obras de Saneamento Básico em Área Urbana, a Sedop realizou apenas 44,85% do previsto. Nota-se que a execução dessa ação dependia da realização de transferências de recursos financeiros, mediante convênios, que representavam 76,42% do seu valor orçado.

A Regulação dos Serviços de Saneamento Básico, sob responsabilidade da Arcon, foi executada em 81,15%, cuja fonte de recursos provém de arrecadação própria dessa administração indireta.

Por fim, a Urbanização de Assentamentos Precários, relacionada ao bairro Francisco Coelho (Cabelo Seco), do município de Marabá, apresentou execução de 33,27% de seu orçamento, sob responsabilidade da Sedop. Novamente, observou-se o baixo percentual de execução, porque essa ação dependia da realização de transferências de recursos oriundos de convênios (55,67% do valor orçado para ação), que efetivamente não se concretizaram.

Diante desse quadro, verifica-se que o estado utilizou, principalmente, previsões de recursos financeiros provenientes de operações de crédito e de transferências de convênios, que não lhes são próprios, para executar o programa Saneamento é Vida, porém não conseguiu operacionalizar as respectivas fontes de recursos, o que explica o baixo índice de execução relacionado à Função Saneamento.

Apresentam-se, a seguir, as ações dos programas do Poder Executivo que foram orçadas, porém não foram executadas.

Tabela 5.21 - Ações não realizadas

(Em R\$ milhares)	
Nome do Programa / Nome da Ação	Dotação Atualizada
Ver-o-Pará	14.326
Implantação de Projetos Turísticos - Prodetur	14.326
Municípios Verdes	13.597
Apoio a Elaboração e Implementação de Planos Municipais De Combate ao Desmatamento	8.891
Desconcentração e Descentralização da Gestão Ambiental	4.706
Programa de Redução da Pobreza e Gestão Dos Recursos Naturais do Estado do Pará	13.300
Estudos e Monitoramento da Pobreza	120
Estudos para Desenvolvimento de Cadeias Produtivas	120
Gestão Ambiental para o Ordenamento Territorial	8.400
Reestruturação da Gestão Fundiária	4.660
Saneamento E Vida	10.748
Apoio a Serviços Públicos de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos	6.199
Elaboração de Planos Municipais de Saneamento	3.500
Realização de Obras de Saneamento Básico em Área Rural	1.000
Atendimento aos usuários e/ou agentes de serviços regulados de Saneamento Básico	49
Nossa Arte, Nossa Cultura	2.222
Implementação da Rede Pontos de Cultura	2.222

(Em R\$ milhares)

Nome do Programa / Nome da Ação	Dotação Atualizada
Geração De Trabalho, Emprego e Renda	835
Operacionalização do Seguro Desemprego	835
Pacto Pela Liberdade	800
Implementação Do Projeto Pintando A Liberdade	800
Educação Pública de Qualidade	370
Implementação de Ações e Práticas Educativas	370
Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura	279
Apoio a Pesquisa e Tecnologia da Pesca e da Aquicultura	50
Implantação de Regionais da Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura	29
Implantação do Sistema Institucional de Informações dos Setores Pesqueiro e Agrícola	200
Seguridade Social do Servidor Público Estadual	249
Acolhimento ao Segurado	249
Pacto pelos Direitos Humanos	200
Implantação de Agências Regionais e Unidades	200
Promoção e Defesa de Direitos	134
Execução do Programa Estadual de Proteção	86
Implantação do Núcleo Especializado em Defesa	48
Ciência, Tecnologia E Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	88
Aplicação da Gestão do Conhecimento para Inovação	88
Habitar para Viver Melhor	60
Implantação do Banco de Terras	60
Tecnologia da Informação e Comunicação	35
Comunicação de Dados	35
Universidade Pública para o Desenvolvimento do Estado do Pará	21
Incentivo a Criação e Produção Científica	21
Inclusão Digital para o Desenvolvimento - Navegapará	21
Ações para Cidadania Digital	21
Valorização do Servidor Público	20
Assistência Médica, Odontológica e Psicossocial	20
Combate às Drogas	0
Implementação de Ações para o Enfrentamento ao Uso de Drogas	0
Valor Total das ações não realizadas	57.305
Valor Total da dotação atualizada de Programas Finalísticos	8.760.376
Representatividade das ações não realizadas, considerando-se o valor orçado	0,65%
Valor Total da execução de Programas Finalísticos	7.087.358
Representatividade das ações não realizadas, considerando-se o valor executado	0,81%

Fonte: Siafem 2015.

As ações com dotações mais significativas foram: Implantação de Projetos Turísticos – Prodetur (R\$14,3 milhões); Apoio à Elaboração e Implementação de Planos Municipais de Combate ao Desmatamento (R\$8,8 milhões); Gestão Ambiental para o Ordenamento Territorial (R\$8,4 milhões); e Apoio aos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos (R\$6,1 milhões).

Observou-se que a ação referente ao Prodetur contava apenas com os recursos provenientes de operações de créditos externas, que não foram concretizadas no exercício.

A ação relativa aos planos municipais de combate ao desmatamento, de forma semelhante, contava exclusivamente com os recursos provenientes de transferências de recursos financeiros, mediante convênio, que não foram realizadas. Já no enfoque do programa Manutenção da Gestão, verificou-se que o programa e suas ações apresentaram razoável compatibilidade em relação ao planejado e ao executado pelo Poder Executivo.

Das ações sem programas, foram realizados gastos mais significativos nas seguintes ações: Encargos com a Previdência Social dos Servidores (46,90%) e Transferências Financeiras aos Municípios (46,80%), os quais representam 93,70% das despesas com ações não relacionadas a programas, conforme segue demonstrado:

Tabela 5.22 - Ações sem Programas

(Em R\$ milhares)

Nome da Ação	Dotação Inicial (A)	Dotação Atualizada (B)	Despesa Realizada (C)	Alterações Orçamentárias Var. (B/A)	Execução do Planejamento (C/B)	% em relação ao total executado (C)
Encargos com a Previdência Social dos Servidores	2.983.477	2.989.822	2.759.254	0,21%	92,29%	46,90%
Transferências Financeiras aos Municípios	2.356.724	2.753.310	2.753.310	16,83%	100,00%	46,80%
Transferências à Companhia de Saneamento do Pará	215.278	237.043	153.626	10,11%	64,81%	2,61%
Contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	91.091	117.028	108.237	28,47%	92,49%	1,84%
Encargos com Pensões Especiais	41.000	47.488	47.488	15,82%	100,00%	0,81%
Encargos com Débitos Precatórios	33.009	29.006	28.644	(12,13%)	98,75%	0,49%
Encargos com Despesas Bancárias, Cartorárias, etc.	32	15.949	15.949	49.740,62%	100,00%	0,27%
Encargos com Acordos Indenizatórios	15.693	10.272	10.258	(34,54%)	99,86%	0,17%
Reembolso à Instituições	5.601	4.967	4.967	(11,31%)	100,00%	0,08%
Encargos com Benefícios	740	872	651	17,86%	74,63%	0,01%
Transferências à Companhia Administradora da ZPE - Barcarena	4.000	400	400	(90,00%)	100,00%	0,01%
Transferências à Companhia De Gás Do Para	529	368	368	(30,28%)	100,00%	0,01%
Total	5.747.173	6.206.524	5.883.153	7,99%	94,79%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

Verifica-se que a ação Transferências à Companhia Administradora da ZPE – Barcarena - sofreu decréscimo orçamentário significativo em sua dotação ao apresentar decréscimo de 90% de seu orçamento inicial.

Ressalta-se, ainda, que a ação Transferências à Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), com execução de 64,81% do valor orçado para o período, demonstrou menor compatibilidade entre planejamento e execução. Verificou-se que essas transferências não ocorreram por dependerem da realização de operações de crédito (24,29% da dotação atualizada) e de transferências de recursos mediante convênios (10,43% da dotação atualizada).

Observa-se, portanto, que o Poder Executivo previu, em montantes significativos, a utilização de recursos financeiros provenientes de operações de crédito ou de transferência, mediante convênios, para a execução de importantes programas de governo. A não concretização da obtenção dessas fontes de recursos prejudicou a realização das respectivas ações.

Quanto às despesas intituladas Outros Encargos, a tabela seguinte permite verificar que o Poder Executivo não utilizou as reservas de contingência no exercício de 2015. Já para as ações relacionadas ao pagamento de juros e encargos da dívida pública, o montante inicialmente previsto de R\$1 bilhão diminuiu para R\$634,6 milhões, representando redução de 41,18% impactada pelos decréscimos orçamentários de 40,74% e 57,92%, respectivamente, das ações Amortização e Encargos de Financiamento e Encargos com Débitos com a Previdência.

Tabela 5.23 - Outros Encargos

(Em R\$ milhares)

Nome da Ação	Dotação Inicial (A)	Dotação Atualizada (B)	Despesa Realizada (C)	Alterações Orçamentárias (B/A)	Execução do Planejamento (C/B)	% em relação ao total executado (C)
Dívida Pública	1.078.937	634.608	630.021	(41,18%)	99,28%	100,00%
Amortização e Encargos de Financiamento	1.039.553	616.080	611.580	(40,74%)	99,27%	97,07%
Encargos com Débitos com a Previdência	36.750	15.465	15.465	(57,92%)	100,00%	2,45%
Encargos com Débitos com PIS/COFINS dentre outros	2.634	3.063	2.975	16,29%	97,13%	0,47%
Reserva	501.476	374.123	-	(25,40%)	0,00%	0,00%
Total	1.580.414	1.008.731	630.021	(36,17%)	62,46%	100,00%

Fonte: SIAFEM 2015.

5.1.3.3. Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza

A classificação da despesa, por categoria econômica e grupo de natureza de despesa, permite identificar o tipo de dispêndio efetuado pelo Governo na execução de seus programas e contribui para dar transparência à sociedade sobre os efeitos econômicos dos gastos públicos, tornando o orçamento um instrumento de análise da atuação da política econômica. Nesse contexto, o orçamento se divide em dois grandes grupos: Contas Correntes e Contas de Capital.

As despesas efetuadas pelo governo do Estado, em valores reais, por categoria econômica e grupo, no período de 2013-2015, encontram-se demonstradas na tabela a seguir:

Tabela 5.24 - Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza - Consolidado

(Em R\$ milhares)

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS	2013		2014		2015		Variação % 2014/2013	Variação % 2015/2014
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
DESPESAS CORRENTES	17.910.803	89,23%	18.966.316	89,24%	18.836.417	90,60%	5,89%	(0,68%)
Pessoal e Encargos Sociais	10.801.575	53,81%	11.379.189	53,54%	11.446.321	55,05%	5,35%	0,59%
Outras Despesas Correntes	6.899.971	34,38%	7.365.853	34,66%	7.162.343	34,45%	6,75%	(2,76%)
Juros e Encargos da Dívida	209.256	1,04%	221.274	1,04%	227.753	1,10%	5,74%	2,93%
DESPESAS DE CAPITAL	2.161.466	10,77%	2.287.124	10,76%	1.954.460	9,40%	5,81%	(14,55%)
Investimentos	1.443.500	7,19%	1.693.057	7,97%	1.359.924	6,54%	17,29%	(19,68%)
Inversões Financeiras	210.386	1,05%	214.109	1,01%	192.194	0,92%	1,77%	(10,24%)
Amortização da Dívida	507.580	2,53%	379.959	1,79%	402.342	1,94%	(25,14%)	5,89%
Total	20.072.268	100,00%	21.253.440	100,00%	20.790.877	100,00%	5,88%	(2,18%)

Fonte: SIAFEM 2015.

Verifica-se que, em 2015, o Estado reduziu suas despesas em 2,18%, comparado a 2014, contrastando com o crescimento de despesas de 5,88% observado no período 2013-2014.

A tabela, a seguir, demonstra as despesas efetuadas pelo Poder Executivo, em valores atualizados pelo IPCA, por categoria econômica e grupo, nos exercícios de 2013 a 2015.

Tabela 5.25 - Despesas por Categoria Econômica e Grupo de Natureza - Poder Executivo – 2013 a 2015

(Em R\$ milhares)

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS	2013		2014		2015		Variação % 2014/2013	Variação % 2015/2014
	VALOR*	%	VALOR*	%	VALOR	%		
DESPESAS CORRENTES	15.796.639	88,23%	16.718.437	88,33%	16.592.554	89,66%	5,84%	(0,75%)
Pessoal e Encargos Sociais	9.061.083	50,61%	9.574.759	50,59%	9.649.331	52,14%	5,67%	0,78%
Outras Despesas Correntes	6.526.300	36,45%	6.922.405	36,58%	6.715.470	36,29%	6,07%	(2,99%)
Juros e Encargos da Dívida	209.256	1,17%	221.274	1,17%	227.753	1,23%	5,74%	2,93%
DESPESAS DE CAPITAL	2.108.289	11,77%	2.208.115	11,67%	1.912.771	10,34%	4,73%	(13,38%)
Investimentos	1.391.335	7,77%	1.614.856	8,53%	1.318.236	7,12%	16,07%	(18,37%)
Inversões Financeiras	209.374	1,17%	213.300	1,13%	192.194	1,04%	1,88%	(9,90%)
Amortização da Dívida	507.580	2,83%	379.959	2,01%	402.342	2,17%	(25,14%)	5,89%
TOTAL	17.904.928	100,00%	18.926.552	100,00%	18.505.325	100,00%	5,71%	(2,23%)

Fonte: Siafem 2015, 2014 e 2013.
*Valor atualizado com base no IPCA.

Verifica-se que no exercício de 2015, as despesas correntes do Poder Executivo somaram R\$16,5 bilhões, enquanto as de capital totalizaram R\$1,9 bilhão, o que corresponde, respectivamente, a 89,66% e 10,34% da execução orçamentária do exercício, permitindo inferir que os maiores gastos desse Poder estão relacionados à manutenção da máquina administrativa e a atividades de prestação de serviços à sociedade.

Observou-se, também, que as despesas do Poder Executivo, em 2014, cresceram 5,71% em relação ao exercício anterior. Porém, no exercício de 2015, apresentou decréscimo de 2,23% em relação a 2014. Tal redução apresentou reflexos nas categorias de despesas correntes e de capital.

Assim, de igual forma, as despesas correntes apresentaram aumento de 5,84% e redução de 0,75% nos períodos de 2013-2014 e 2014-2015, respectivamente.

O grupo Pessoal e Encargos Sociais, no valor de R\$9,6 bilhões, representou em 2015, 52,14% do total despendido no exercício, sendo o maior volume de recursos em relação à despesa executada global. Comparado ao exercício de 2014, esse grupo apresentou acréscimo de 0,78%, variação menor que a ocorrida no período 2013-2014, na ordem de 5,67%, ou seja, tais despesas apresentaram crescimento, porém, menor que o período anterior.

Verificou-se que esse grupo registrou discreta variação no triênio em relação à sua representatividade global, já que oscilou entre 50,61% (2013), 50,59% (2014) e 52,14% (2015). Pode-se dizer, portanto, que os dispêndios com pessoal e encargos, em 2015, consumiram uma fatia maior do orçamento, comparando-se aos exercícios anteriores.

No que se refere à categoria Despesas de Capital, observou-se um decréscimo significativo no período (2015-2014), de 13,38%, em contraponto ao resultado do período anterior (2014-2013), que registrou acréscimo

de 4,73% nessa categoria. Isto demonstra que, comparativamente, o Poder Executivo estadual gastou menos em despesas de capital do que o fez no período anterior.

A maior redução nessa categoria ocorreu no grupo Investimentos, que apresentou decréscimo de 18,37% no período 2015-2014. As inversões financeiras também apresentaram decréscimo, na ordem de 9,90%.

A tabela a seguir apresenta a execução do orçamento do Poder Executivo, segundo as categorias econômicas e grupos de natureza de despesas, evidenciando as alterações orçamentárias e a compatibilidade entre os valores orçados e executados.

Tabela 5.26 - Despesas por Categoria Econômica e Grupo de Natureza do Poder Executivo - 2015

(Em R\$ milhares)

Categoria / Grupo	Dotação Inicial (A)	Dotação Atualizada (B)	Despesa Realizada (C)	Alterações Orçamentárias (B/A)	Execução do Planejamento (C/B)	% em relação ao total executado (C)
DESPESAS CORRENTES	15.682.266	17.387.485	16.592.554	10,87%	95,43%	89,66%
Pessoal e Encargos Sociais	8.984.201	9.904.258	9.649.331	10,24%	97,43%	52,14%
Outras Despesas Correntes	6.267.544	7.252.318	6.715.470	15,71%	92,60%	36,29%
Juros e Encargos da Dívida	430.521	230.908	227.753	(46,37%)	98,63%	1,23%
DESPESAS DE CAPITAL	2.704.043	3.181.622	1.912.771	17,66%	60,12%	10,34%
Investimentos	1.788.083	2.466.619	1.318.236	37,95%	53,44%	7,12%
Inversões Financeiras	267.450	311.229	192.194	16,37%	61,75%	1,04%
Amortização da Dívida	648.510	403.774	402.342	(37,74%)	99,65%	2,17%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	501.476	374.123	-	(25,40%)	0,00%	0,00%
TOTAL DO PODER EXECUTIVO	18.887.785	20.943.230	18.505.325	10,88%	88,36%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

As alterações orçamentárias revelam que as maiores reduções no orçamento ocorreram nos grupos Juros e Encargos da Dívida (46,37%) e Amortização da Dívida (37,74%). De outra banda, esses grupos evidenciaram os maiores percentuais de execução: 98,63% e 99,65%, respectivamente, embora tais despesas estivessem entre as menores participações no total dos gastos do Poder Executivo: 1,23% e 2,17%.

A incompatibilidade entre planejamento e execução foi evidenciada na categoria econômica despesas de capital, que executou apenas 60,12% de seu valor orçado. Essa baixa execução é reflexo de dois grupos dessa categoria: Investimentos, com execução de 53,44% do seu valor previsto, e Inversões Financeiras, com execução de 61,75% de seu orçamento.

Contribuiu para isso, a baixa captação de recursos, mediante celebração de convênios e operações de crédito, que eram fontes de financiamento de alguns programas voltados a investimentos, conforme citado neste relatório, itens 5.1.3.2. e 5.1.3.4.

5.1.3.4. Despesas executadas segundo a destinação de recursos

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Mcas), 6ª edição, válido a partir de 2015, estabelece que a classificação orçamentária por fontes/destinações de recursos "tem como objetivo de identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos". Desta forma, é possível realizar o rastreamento de ingressos de fontes específicas de receita, correlacionando-as com suas respectivas destinações das despesas.

De acordo com o Mcasp tal procedimento atua como integrador entre receita e despesa:

“Para a receita orçamentária, esse código tem a finalidade de indicar a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas orçamentárias. Para a despesa orçamentária, identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados”.

Portanto, utiliza-se o mesmo código para o controle tanto das destinações da receita orçamentária quanto das fontes financiadoras da despesa. Dessa forma, este mecanismo contribui para verificar o atendimento da LRF, art. 8º, parágrafo único, e o art. 50, inciso I da mesma Lei.

Nesse sentido, o Mcasp estabelece a classificação das fontes/destinações:

- Destinação Vinculada – é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma;
- Destinação Ordinária – é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos para atender a quaisquer finalidades.

Considerando-se a classificação estabelecida, bem como a consolidação de receitas e despesas por Poder, verificou-se que os ingressos dos recursos livres de destinação (recursos ordinários) perfizeram R\$13,3 bilhões e as despesas realizadas por essa fonte totalizaram R\$13,6 bilhões, resultando em déficit de R\$290,6 milhões no exercício de 2015.

Quanto aos ingressos de recursos com destinação vinculada, verificaram-se ingressos na ordem de R\$7,9 bilhões e dispêndios no total de R\$7,1 bilhões, caracterizando superávit de R\$716,4 milhões.

Da conjugação do resultado de ambas as fontes, resultou o superávit total de R\$425,7 milhões, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 5.27 - Receitas x Despesas por Fonte de Recursos

(Em R\$ milhares)			
EXECUÇÃO	RECURSOS ORDINÁRIOS	RECURSOS VINCULADOS	TOTAL REALIZADO
RECEITA REALIZADA (I)	13.311.879	7.904.761	21.216.640
- Poder Executivo	13.311.879	7.900.773	21.212.652
- Poder Legislativo	-	3.988	3.988
DESPESA REALIZADA (II)	13.602.551	7.188.326	20.790.877
- Ministério Público	418.795	46.759	465.554
- Poder Executivo	11.640.923	6.864.402	18.505.325
- Poder Judiciário	834.051	199.690	1.033.741
- Poder Legislativo	708.783	77.474	786.257
Superávit / Déficit (III) = (I) - (II)	(290.673)	716.436	425.763

Fonte: Siafem 2015.

Tal situação demonstra que, em 2015, foram gastos mais recursos ordinários do que arrecadados, resultando déficit nesse tipo de recurso, sendo necessário utilizar o superávit acumulado de exercícios anteriores para realizar tal cobertura. Por outro lado, quanto aos recursos vinculados, foram arrecadados mais recursos do que gastos, resultando superávit.

Demonstram-se, a seguir, as dotações orçamentárias por fonte de recurso e sua respectiva execução:

Tabela 5.28 - Despesas por Fonte de Recursos

(Em R\$ milhares)

Tipo de Fonte de Recursos	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (A)	Despesa Realizada (B)	% (B/A)	% em relação ao total executado
RECURSOS ORDINÁRIOS	12.605.214	13.789.725	13.602.551	98,64%	65,43%
Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	11.550.628	12.617.526	12.538.333	99,37%	60,31%
Rec. Próp. Diretamente Arrec. pela Adm. Indireta	1.054.586	1.172.199	1.064.219	90,79%	5,12%
RECURSOS VINCULADOS	8.270.451	9.514.324	7.188.326	75,55%	34,57%
Recursos Destinados à Educação	2.754.343	3.127.026	3.094.918	98,97%	14,89%
Recursos Destinados à Saúde	2.065.326	2.352.273	2.216.760	94,24%	10,66%
Recursos Destinados à Previdência Social – RPPS	1.488.212	1.551.933	953.449	61,44%	4,59%
Royalties (Mineral, Hídrico e Petróleo.)	211.949	235.936	150.771	63,90%	0,73%
Recursos Provenientes de Transferências de Convênios	619.588	918.589	195.329	21,26%	0,94%
Recursos Destinados a Fundos da Adm. Direta e Indireta	220.806	272.042	149.860	55,09%	0,72%
Recursos Destinados a Fundos dos Poderes	141.518	167.427	129.232	77,19%	0,62%
Recursos Destinados a Operações de Crédito	698.465	798.374	219.086	27,44%	1,05%
Outras Destinações de Recursos	70.245	90.724	78.919	86,99%	0,38%
Total	20.875.664	23.304.050	20.790.877	89,22%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

As dotações orçamentárias dos recursos ordinários foram consumidas em 98,64% e as dotações dos recursos vinculados, em 75,55%. Desse modo, observa-se economia orçamentária (diferença entre a dotação atualizada e despesa executada) em ambas as fontes de recursos, destacando-se as fontes vinculadas que apresentaram maior economia (24,45%).

Detalhando-se a arrecadação de receitas e execução de despesas por fonte de recursos, no exercício, tem-se a seguinte tabela:

Tabela 5.29 - Detalhamento Receitas x Despesas por Fonte de Recursos -2015

(Em R\$ milhares)

Fontes de Recursos	Receitas Arrecadadas (A)	Despesas Realizadas (B)	Superávit / Déficit por fonte 2015 (C = A - B)
RECURSOS ORDINÁRIOS	13.311.879	13.602.551	(290.672)
Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	12.195.733	12.538.333	(342.599)
Rec. Próprios Diretamente Arrecadados pela Adm. Indireta	1.116.146	1.064.219	51.927
RECURSOS VINCULADOS	7.904.761	7.188.326	716.435
Recursos Destinados à Educação	3.111.499	3.094.918	16.581
Recursos Destinados à Saúde	2.223.062	2.216.760	6.302
Recursos Destinados à Previdência Social – RPPS	1.694.448	953.449	740.999
Royalties (Mineral, Hídrico e Petróleo)	202.045	150.771	51.274
Recursos Destinados às Transferências de Convênios	188.034	195.329	(7.295)
Recursos Destinados a Fundos da Adm. Direta e Indireta	154.879	149.860	5.019
Recursos Destinados a Fundos dos Poderes	134.742	129.232	5.510
Recursos Provenientes de Operações de Crédito	108.743	219.086	(110.343)
Outras Destinações de Recursos	87.308	78.919	8.389
Total	21.216.640	20.790.877	425.763

Fonte: Siafem 2015.

Quanto aos recursos ordinários, os relacionados à arrecadação própria da administração indireta apresentaram superávit de R\$51,9 milhões enquanto que os recursos do tesouro estadual apresentaram déficit de R\$342,5 milhões, ocasionando resultado deficitário no total de R\$290,6 milhões. Esse resultado foi coberto pelo superávit financeiro acumulado de exercícios anteriores.

Observa-se que, dentre os recursos vinculados, houve superávit relacionado às destinações previstas para a Educação, Saúde, a previdência social e recursos específicos de fundos da administração direta/indireta.

Porém, o déficit ocasionado pela insuficiência de arrecadação em outras fontes vinculadas, como as relacionadas a transferências de convênios e operações de crédito, resultou em redução daquele superávit para o montante de R\$716,4 milhões, demonstrando que, dentre as destinações vinculadas, houve necessidade de utilizar superávit financeiro acumulado de exercícios anteriores para cobertura de fontes deficitárias.

Conclui-se que as previsões orçamentárias em montante muito superior à arrecadação de receitas ocasionou a insuficiência de arrecadação em determinadas fontes de recursos, levando ao consumo do superávit financeiro acumulado de exercícios anteriores e acarretando o déficit orçamentário no exercício, quanto a recursos ordinários e quanto a determinadas fontes vinculadas.

Portanto, o saldo superavitário de R\$425,7 milhões, referente ao exercício 2015, provém, essencialmente, de fontes cujas destinação é vinculada, não sendo, portanto, de livre alocação pelo governo do estado.

O saldo superavitário do exercício de 2015 somado ao saldo superavitário acumulado de períodos anteriores (R\$4,8 bilhões) resultou no saldo acumulado de disponibilidades financeiras de R\$5,3 bilhões, conforme levantamento efetuado por esta Corte. Diverge, contudo, do saldo de superávit financeiro acumulado apresentado no Balanço Geral, no montante de R\$5,2 bilhões.

Verificou-se que o valor apresentado no BGE coincide com o saldo final da conta contábil 821110000 (Disponibilidade Financeira por Destinação de Recursos) no Siafem. Segundo o Mcasp 6ª Edição, essa conta deve ser movimentada de acordo com a arrecadação de receitas e execução de despesas.

A diferença apurada de R\$35 milhões é demonstrada na tabela a seguir:

Tabela 5.30 - Diferenças apuradas entre Superávit Orçamentário x Superávit Financeiro

(Em R\$ milhares)

Receitas (A)	Despesas (B)	Superávit 2015 (C) = (A - B)	Superávit financeiro acumulado até 2014 (D)	Superávit acumulado até 2015 - TCE (E) = (C) + (D)	Disponibilidade líquida de caixa 2015 (82111) (F)	Diferença apurada (G) = (F - E)
21.216.640	20.790.877	425.763	4.874.314	5.300.077	5.264.996	35.080

Fonte: Siafem 2015.

Quanto a essa divergência entre o resultado orçamentário e a demonstração financeira, a Sefa esclareceu que tal diferença é proveniente de registros de ajuste realizados nas seguintes contas contábeis: 364010201 – Incorporação em Demais Obrigações a Curto Prazo, no valor de R\$213,4 mil; 365010201 – Desincorporação em Banco Conta Movimento, no valor de R\$40,7 milhões; e 464010401 – VPA, decorrentes de Cancelamento de Restos a Pagar Processados, no valor credor de R\$5,8 milhões, resultando na diferença de R\$35 milhões apurada.

As Variações Patrimoniais Ativas decorrentes de Cancelamento de Restos a Pagar Processados, no montante de R\$5,8 milhões, representam o reestabelecimento de recursos na disponibilidade líquida, que antes estavam provisionados para pagamento de obrigações. Nota-se que o Mcasp, 6ª Edição, estabelece que, em geral, restos a pagar processados não podem ser cancelados, tendo em vista que o fornecedor de bens/serviços cumpriu com a obrigação de fazer e a Administração não pode descumprir a obrigação de pagar. Tal assunto está detalhado no item 6.4 (Demonstração das Variações Patrimoniais).

Em relação aos registros de incorporação em obrigações (364010201) e desincorporação em contas bancárias (365010201), constatou-se que se trata de registros de operações que não transitaram no Siafem, como, por exemplo, taxas bancárias e execução de convênios federais registrados via Siconv (Sistema de Convênios regidos pelo governo federal). Esses registros são efetuados pela diferença entre os valores identificados no saldo da conta corrente e o saldo da mesma conta registrado no Siafem, conciliando, dessa forma, ambos os saldos.

A Sefa esclarece que tais registros de conciliação são contabilizados diretamente pelos órgãos e entidades estaduais.

Esses últimos procedimentos de ajustes, na essência, tratam de despesas orçamentárias (taxas bancárias e execução de convênio federal) que não foram registradas como tal no Siafem e nem identificados os respectivos programas, ações e categoria de despesa em que ocorreram.

Detalham-se, abaixo, as unidades gestoras responsáveis pelo registro destes ajustes:

(Em R\$ milhares)

INCORPORAÇÃO EM DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	
U.Gs	Saldo final 2015
HEMOPA	116
FCP	64
SEDAP	31
Demais	3
Total	213
DESINCORPORAÇÃO EM BANCO CONTA MOVIMENTO	
U.Gs	Saldo final 2015
SEDAP	11.134
DEFENS. PUBLICA	9.991
SEASTER	5.629
FINANPREV	5.344
SEOP-EXT	2.293
HEMOPA	1.530
UG FINANCEIRA	1.305
FUND.STA.CASA MISER	1.088
Demais	2.391
Total	40.706

Portanto, houve despesas orçamentárias que não foram assim registradas, sendo contabilizadas apenas como ajuste financeiro, indicando subavaliação das despesas orçamentárias.

A Sefa esclareceu que quando os órgãos estaduais lançam um registro equivocado no sistema, com a classificação de IDUSO e Grupo de Fonte indevida para aquela fonte de recursos, os dados não são transportados integralmente para o banco de dados do sistema Business Objects. Portanto, a não identificação dessas fontes de recursos no BO se deve a uma eventual associação indevida (IDUSO / Grupo Fonte) ocorrida no momento do registro contábil promovido pelo Órgão ou Entidade no Siafem, que não bloqueia esses registros equivocados.

Da análise da execução das despesas por fonte de recursos, conclui-se que, no cômputo do superávit orçamentário de R\$425,7 milhões provenientes do saldo positivo dos recursos vinculados, não foram considerados valores que deixaram de ser registrados como despesas orçamentárias no Siafem, uma vez que foram escriturados como ajustes contábeis realizados no exercício financeiro.

5.1.3.4.1. Despesas custeadas por operações de crédito

As operações de crédito, dependendo de sua origem, podem ser classificadas como externas ou internas. As operações de crédito externas são aquelas obtidas junto a instituições financeiras no exterior, enquanto as internas são aquelas oriundas de contratos com instituições financeiras nacionais.

Para fins de controle das destinações de recursos, instituiu-se o mecanismo denominado Destinação de Recursos, no qual os recursos públicos são correlacionados a uma aplicação, desde a previsão da receita até a utilização dos recursos. Esse mecanismo identifica se os recursos são vinculados ou não. Se vinculados, sua finalidade é indicada.

O código de destinação é composto por 10 dígitos, como segue:

1º dígito – Iduso (identificador de uso) - Indica se os recursos se destinam à contrapartida;

2º dígito – Grupo de destinação de recursos – Identifica se os recursos são originários do Tesouro ou de outras fontes, além de informar se foram arrecadados no exercício corrente ou no anterior;

3º e 4º dígitos – Especificação das destinações de recurso - Segrega dois grupos: destinação primária (aquelas não financeiras) e não primárias (aquelas financeiras, representadas em geral por fontes como: operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos). Usa-se o código 30 para as operações de crédito internas e 31 para as operações de crédito externas;

5º ao 10º dígito – Detalhamento das destinações de recursos - É o maior nível de particularização da destinação de recursos (detalhamento por convênio, obrigação, cadastro, contrato, etc.).

Ressalta-se que o governo do estado, para o controle das destinações de recursos, utiliza-se o seguinte mecanismo: no momento da classificação da dotação inicial, o montante fixado para despesas custeadas por operações de crédito é classificado por apenas de 04 dígitos (identificador de uso, grupo e destinação de recursos). O detalhamento das destinações de recursos, portanto, não é realizado na elaboração da proposta orçamentária, utilizando-se um código de detalhamento de 06 dígitos genéricos no Siafem (000000) para totalizar os 10 dígitos da codificação.

Conforme os contratos de financiamento são pactuados, arrecadados e executados, realiza-se o detalhamento da fonte no sistema, e a consequente alteração da destinação de recursos daquele montante específico obtido, passando do detalhamento de fonte genérica para um detalhamento de fonte específico.

As dotações classificadas genericamente ao final do exercício, mas não utilizadas, representam, portanto, o montante de crédito previsto, mas não operacionalizado, o que, por consequência, configura inexecução das respectivas despesas planejadas.

Somente o Poder Executivo utilizou de recursos de operações de crédito como fonte para o custeio de despesas, que se detalham a seguir:

Tabela 5.31 - Despesas Custeadas por Operações de Crédito

(Em R\$ milhares)

Fonte	Dotação Atualizada (A)	% em relação ao total orçado	Despesa Realizada (B)	(B/A)	% em relação ao total executado
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	339.319	42,50%	67.057	19,76%	30,61%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	459.055	57,50%	152.030	33,12%	69,39%
Total	798.374	100,00%	219.086	27,44%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

Observa-se que o orçamento de despesas custeadas por operações de crédito foi composto por 42,50% de operações de crédito externas e 57,50% por internas, perfazendo um total orçado de R\$798,3 milhões em dispêndios utilizando-se desta fonte de recursos.

Porém, houve execução de somente 27,44% do valor orçado, com a realização de despesas no montante de R\$219 milhões. Desse montante, 30,61% foi custeado por operações de crédito externas, e 69,39% por operações de crédito internas.

Detalhando as destinações de recursos, demonstram-se abaixo as despesas que foram custeadas por operações de crédito externas.

Tabela 5.32 - Despesas Custeadas por Operações de Crédito Externas

(Em R\$ milhares)

Código de Destinação (Iduso/Grupo/Destinação/Detailhamento)	Dotação Atualizada (A)	% em relação ao total orçado	Despesa Realizada (B)	(B/A)	% em relação ao total executado
DESPESAS COM RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	289.902	85,44%	19.014	6,56%	28,36%
OPERAÇÕES NÃO DETALHADAS	246.102	72,53%	-	0,00%	0,00%
0131000000 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	246.102	72,53%	-	0,00%	0,00%
OPERAÇÕES DETALHADAS	43.800	12,91%	19.014	43,41%	28,36%
0131002515 PROGEFAP - CONTRATO 2078/OC-BR	3.868	1,14%	3.831	99,05%	5,71%
0131003278 CONTRATO BZ-P20 - EMPRESTIMO JICA.	11.703	3,45%	10.954	93,60%	16,34%
0131004800 BID PACTO PELA EDUCACAO.	28.229	8,32%	4.228	14,98%	6,31%
DESPESAS COM RECURSOS DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	49.417	14,56%	48.043	97,22%	71,64%
OPERAÇÕES NÃO DETALHADAS	521	0,15%	-	0,00%	0,00%
0331000000 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	521	0,15%	-	0,00%	0,00%
OPERAÇÕES DETALHADAS	48.896	14,41%	48.043	98,26%	71,64%

(Em R\$ milhares)

Código de Destinação (Iduso/Grupo/Destinação/Detalhamento)		Dotação Atualizada (A)	% em relação ao total orçado	Despesa Realizada (B)	(B/A)	% em relação ao total executado
0331002103	CONTRATO 7414-BR PROGRAMA PARA RURAL	6.976	2,06%	6.926	99,28%	10,33%
0331002515	PROGEFAP - CONTRATO 2078/OC-BR	660	0,19%	660	99,95%	0,98%
0331004800	BID PACTO PELA EDUCACAO.	41.260	12,16%	40.457	98,05%	60,33%
Total		339.319	100,00%	67.057	19,76%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

Verifica-se que o orçamento para despesas custeadas por operações de crédito externas totalizou R\$339,3 milhões. No entanto, a respectiva execução foi realizada em montante aquém (R\$67 milhões), equivalente a 19,76% de seu total planejado.

Observa-se que não foram operacionalizados 72,68% do total orçado para tal, sendo 72,53% correspondentes a despesas custeadas por recursos que seriam arrecadados no próprio exercício e 0,15% relativos a despesas custeadas por superávit acumulado de exercícios anteriores.

Dentre as despesas que foram operacionalizadas, a de menor execução foi a relativa ao Pacto Pela Educação (R\$4,2 milhões), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), correspondente a apenas 14,98% do orçamento. Esse baixo índice de execução não provém de insuficiência de arrecadação no exercício, uma vez que foram arrecadadas receitas na ordem de R\$31,9 milhões, oriundas do referido financiamento, valor superior ao executado.

Quanto às despesas custeadas por recursos arrecadados em exercícios anteriores, verificou-se haver compatibilidade entre o planejado (R\$49,4 milhões) e o executado (R\$48 milhões). A maior parte dessas despesas (R\$40,4 milhões) foi coberta por recursos advindos do Pacto pela Educação.

Detalham-se, abaixo, os programas que foram afetados pela não operacionalização de crédito externa:

Tabela 5.33 Programas Afetados pela Não Realização de Operações de Crédito Externas

(Em R\$ milhares)

Programas Afetados	Dotação não utilizada (A)	Orçamento total por programa (B)	% Representatividade no orçamento (A/B)
Educação Pública de Qualidade	125.583	2.753.517	4,56%
Gestão Fazendária	137	47.363	0,29%
Inclusão Digital para o Desenvolvimento - NavegaPará	5.500	24.384	22,56%
Integração Metropolitana	58.042	294.681	19,70%
Manutenção da Gestão	5.412	5.884.411	0,09%
Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Estado do Pará	30.184	39.478	76,46%
Universidade Pública para o Desenvolvimento do Estado do Pará	3.500	295.033	1,19%
Valorização do Servidor Público	3.939	638.708	0,62%
Ver-o-Pará	14.326	24.509	58,45%
Total	246.623	10.168.727	2,43%

Fonte: Siafem 2015.

Verificou-se que os programas afetados, considerando o orçamento total (incluindo todas as fontes de recursos), foram compostos por 2,43% de despesas cuja fonte foi oriunda de operações de crédito externas. Porém, alguns programas dependiam majoritariamente deste tipo de recurso, como por exemplo, o Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Estado do Pará, que consignava em seu orçamento o total de R\$39,4 milhões, sendo que dessa quantia, 76,46% deveriam prover de operações de crédito externas, totalizando R\$30,1 milhões desta fonte de recursos, que não foi operacionalizada.

Situação semelhante ocorreu com as despesas correntes do programa Ver-o-Pará, que foram orçadas em R\$24,5 milhões, sendo previsto 58,45% de seu custeio por operações de crédito externas, ou seja, R\$14,3 milhões.

O Poder Executivo também teve despesas custeadas por recursos de operações de crédito internas, como se observa da tabela:

Tabela 5.34 - Despesas Custeadas por Operações de Crédito Internas

(Em R\$ milhares)

Código de Destinação (Iduso/Grupo/Destinação/Detalhamento)	Dotação Atualizada (A)	% em relação ao total orçado	Despesa Realizada (B)	(B/A)	% em relação ao total executado
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE 2015	408.563	89,00%	102.656	25,13%	67,52%
OPERAÇÕES NÃO DETALHADAS	268.966	58,59%	12	0,00%	0,01%
0130000000 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	268.966	58,59%	12	0,00%	0,01%
OPERAÇÕES DETALHADAS	139.597	30,41%	102.644	73,53%	67,52%
DESPESAS COM BAIXO ÍNDICE DE EXECUÇÃO	46.438	10,12%	22.276	47,97%	14,65%
0130002284 LDO 2009, art. 17, § 4º	6.229	1,36%	2.877	46,19%	1,89%
0130003300 CONVENIO 0318919-20/2013	4.459	0,97%	1.223	27,42%	0,80%
0130003303 TAC CAIXA FGTS	8.681	1,89%	3.114	35,87%	2,05%
0130004499 OPERACAO DE CREDITO PROINVESTE	27.068	5,90%	15.062	55,65%	9,91%
DEMAIS DESPESAS	93.159	20,29%	80.368	86,27%	52,86%
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	50.492	11,00%	49.374	97,79%	32,48%
OPERAÇÕES NÃO DETALHADAS	660	0,14%	306	46,34%	0,20%
0330000000 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	660	0,14%	306	46,34%	0,20%
OPERAÇÕES DETALHADAS	49.832	10,86%	49.068	98,47%	32,28%
Total	459.055	100,00%	152.030	33,12%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

Ressalta-se que se identificou registro de execução de despesas em codificação não detalhadas (genéricas), principalmente no que concernem às despesas que utilizam como fonte os recursos de operações de crédito arrecadados em exercícios anteriores, no montante de R\$306 mil.

Deve-se proceder ao devido detalhamento das destinações de recursos quando forem operacionalizadas, para que seja possível verificar a origem e aplicação de recursos desta natureza.

Dentre os programas executados pelos recursos arrecadados por operações de crédito internas, os que apresentaram menor compatibilidade entre o planejamento e a execução foram:

- 2284 – Relativo ao programa “Habitar para Viver Melhor”.
- 3300 - referente ao programa Habitar para Viver Melhor e ao programa Saneamento é Vida;
- 3303 - referente ao programa Habitar para Viver Melhor;
- 4499 – referente a programas Esporte e Lazer; Integração Metropolitana; Pacto pela Liberdade; Revitalização, Preservação da Memória e Identidade Cultural e Segurança pela Paz.

Quanto às despesas cujos recursos referentes a operações de crédito internas foram arrecadados em períodos anteriores, demonstrou-se compatibilidade entre o planejado e o executado.

Os programas afetados pela não operacionalização de operações de crédito internas (deduzidos os valores executados registrados em fonte genérica) estão detalhados a seguir:

Tabela 5.35 - Programas Afetados pela Não Realização de Operações de Crédito Internas

(Em R\$ milhares)

Programas Afetados	Dotação não utilizada (A)	Orçamento total por programa (B)	% Representatividade no orçamento (A/B)
Ações sem Programa / Transferências à Cosanpa	57.588	237.043	24,29%
Caminhos para o Desenvolvimento	67.494	856.885	7,88%
Gestão Fazendária	229	47.363	0,48%
Habitar para Viver Melhor	4.409	135.885	3,24%
Integração Metropolitana	44.543	294.681	15,12%
Manutenção da Gestão	1.263	5.884.411	0,02%
Média e Alta Complexidade na Saúde	54.433	1.183.562	4,60%
Obras Públicas	1.800	27.392	6,57%
Pacto pela Liberdade	2.379	129.847	1,83%
Promoção e Defesa de Direitos	5.200	129.470	4,02%
Revitalização, Preservação da Memória e Identidade Cultural	9.104	32.761	27,79%
Saneamento é Vida	16.079	91.513	17,57%
Ver-o-Pará	4.786	24.509	19,53%
Total	269.308	9.075.321	2,97%

Fonte: Siafem 2015.

Verificou-se que os programas afetados, considerando o orçamento total (incluindo todas as fontes de recursos), foram compostos por 2,97% de despesas cuja fonte foi oriunda de operações de crédito internas que não foram realizadas.

Destacam-se, dentre esses programas, os que possuíam maior representatividade de despesas orçadas com esses recursos: Transferências à Cosanpa (24,29%); Revitalização, Preservação da Memória e Identidade Cultural (27,79%); programa Ver-o-Pará (19,53%); e programa Saneamento é Vida (17,57%), tratado nos itens 5.1.3.1 (Despesa por Função) e 5.1.3.2 (Despesa por Programa) deste relatório. Ressalta-se que tais despesas referem-se exclusivamente à categoria de Despesas de Capital.

Verifica-se, portanto, que alguns programas foram prejudicados pela não operacionalização de operações de crédito previstas no orçamento, uma vez que as respectivas despesas fixadas a este título não foram realizadas.

5.1.3.4.2. Despesas custeadas por transferências de recursos, mediante termo de convênio

As despesas custeadas por transferências de recursos mediante de convênios, assim como as demais, são classificadas de acordo com a sua fonte/destinação de recursos, como forma de verificar a aplicação deste tipo de ingresso no atendimento de suas respectivas finalidades.

O mecanismo utilizado na classificação dessas despesas por fonte/destinação é análogo ao explicitado no item Despesas Custeadas por Operações de Crédito (5.1.3.4.1); portanto, as dotações classificadas em fonte/destinação genérica, mas não executadas ao final do exercício, representam valores previstos, no caso, recursos de convênios, mas não executados.

Ressalta-se que, no que concernem às despesas relativas a convênios, existem dois códigos de fontes de recursos utilizados: Fonte 06, que representa os convênios firmados pelo governo do estado com outras entidades, no qual é repassador dos recursos; e Fonte 60, que representa os dispêndios realizados pelo estado, utilizando recursos provenientes de convênios realizados com outras entidades, onde é o aplicador de recursos.

Analisa-se, a seguir, as transferências de recursos recebidos, a título de convênio, observando a previsão e execução orçamentária, no âmbito do Poder Executivo, com base nas informações apresentadas na tabela seguinte.

Tabela 5.36 - Despesas do Poder Executivo Custeadas por Transferências de Convênios - 2015

(Em R\$ milhares)

Fonte de Recursos	Dotação Atualizada (A)	% em relação ao total orçado	Despesa Realizada (B)	(B/A)	% em relação ao total executado
0106 - Recursos do Tesouro (Exercício Corrente)	528.040	57,78%	40.824	7,73%	21,09%
0260 - Outras fontes de recursos (Exercício Corrente)	88.228	9,65%	9.030	10,24%	4,67%
0306 - Recursos do Tesouro (Exercícios Anteriores)	228.345	24,98%	125.334	54,89%	64,75%
0660 - Outras fontes de recursos (Exercícios Anteriores)	69.341	7,59%	18.366	26,49%	9,49%
Total	913.954	100,00%	193.554	21,18%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

O orçamento do Poder Executivo fixou despesas no montante de R\$913,9 milhões que tiveram como fonte de custeio as transferências de recursos, mediante celebração de convênio. No entanto, executou-se somente R\$193,5 milhões, ou seja, 21,18% do montante orçado.

Verificou-se que, desse montante executado, 85,85% são relativos aos repasses que o governo estadual realizou mediante convênio celebrado com outras entidades, e 14,15% são referentes à aplicação de recursos provenientes de convênios nos quais o Estado é o receptor dos recursos. Ambos apresentaram baixa compatibilidade entre o planejado e o executado, de 21,97% e 17,39%, respectivamente. Isso porque houve frustração na realização de receitas de transferências de recursos, mediante convênio, conforme identificou o presente relatório.

Quanto ao detalhamento das fontes de recursos de transferências, a tabela a seguir apresenta os montantes detalhados ou não, bem como as respectivas despesas realizadas.

Tabela 5.37 - Detalhamento da Fonte Transferências Recebidas, mediante convênio celebrado pelo Poder Executivo – 2015

(Em R\$ milhares)

Transferências Provenientes de Convênios e outros	Dotação Atualizada (A)	% em relação ao total orçado	Despesa Realizada (B)	(B/A)	% em relação ao total executado
TRANSFERÊNCIAS DETALHADAS	62.794	28,62%	171.962	65,44%	88,04%
TRANSFERÊNCIAS NÃO DETALHADAS	651.160	71,38%	21.592	3,32%	11,96%
Total	913.954	100,00%	193.554	21,18%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

A tabela evidencia que não foram detalhadas as transferências de convênios no montante de R\$651,1 milhões, equivalente a 71,38% do orçamento. Tais despesas foram orçadas, porém, uma vez que não foram arrecadadas as receitas para custeá-las, as respectivas fontes não foram detalhadas e tão pouco as despesas executadas.

Das fontes não detalhadas (genéricas), identificou-se registro de execução de despesas no montante de R\$21,5 milhões, equivalente a 11,96% das despesas realizadas nessas fontes.

Cumprе ressaltar que dessas despesas não detalhadas e não executadas, 27,68% referem-se a despesas correntes, enquanto que 72,32% referem-se a despesas de capital.

Já quanto às transferências relativas a convênios cuja fonte foi detalhada, verifica-se uma execução de 65,44% das despesas fixadas em orçamento pelo Poder Executivo.

Detalham-se, abaixo, os programas que foram afetados pela não operacionalização destas transferências de convênios (deduzidos os valores executados registrados em fonte genérica):

Tabela 5.38 - Programas afetados pela não realização de Receitas de Transferências de Convênios

(Em R\$ milhares)

Programas afetados	Dotação não utilizada (A)	Orçamento total por programa (B)	% Representatividade no orçamento (A/B)
Ações sem Programa - Transferências à Cosanpa	24.723	237.043	10,43%
Bolsa Trabalho	715	1.148	62,26%
Caminhos para o Desenvolvimento	64.611	856.885	7,54%
Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável.	21.958	62.898	34,91%
Comunicação Pública Governamental	190	48.848	0,39%
Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária	2.884	20.384	14,15%
Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura	4.301	5.818	73,93%
Educação Pública de Qualidade	211.316	2.753.517	7,67%
Energia no Pará	299	2.043	14,64%
Esporte e Lazer: um caminho para a inclusão social	7.424	61.256	12,12%
Geração de Trabalho, Emprego e Renda.	3.885	8.960	43,36%
Gestão Ambiental e Territorial	72	29.878	0,24%
Gestão Estadual do SUS	25	23.517	0,11%
Habitar para Viver Melhor	45.731	135.885	33,65%
Igualdade Étnico-Racial e Social	5.031	5.703	88,23%
Inclusão Digital para o Desenvolvimento - NavegaPará	4.600	24.384	18,86%
Integração Metropolitana	48.103	294.681	16,32%
Manutenção da Gestão	1.800	4.967.598	0,04%
Média e Alta Complexidade na Saúde	6.842	1.183.562	0,58%

(Em R\$ milhares)

Programas afetados	Dotação não utilizada (A)	Orçamento total por programa (B)	% Representatividade no orçamento (A/B)
Modernização da Agricultura Familiar	12.107	33.750	35,87%
Municípios Verdes	59.466	83.638	71,10%
Nossa Arte, Nossa Cultura	11.056	76.702	14,41%
O Pará que Lê	361	3.354	10,76%
Pacto pela Liberdade	5.589	129.847	4,30%
Pacto pelos Direitos Humanos	4.295	19.210	22,36%
Promoção e Defesa de Direitos	720	129.470	0,56%
Revitalização, Preservação da Identidade e Memória Cultural	178	32.761	0,54%
Saneamento é Vida	34.828	91.513	38,06%
Segurança Alimentar e Nutricional	4.512	13.661	33,03%
Segurança Pela Paz	18.403	277.388	6,63%
Tecnologia da Informação e Comunicação	132	43.551	0,30%
Território de Integração Regional	13.774	78.848	17,47%
Universidade Pública para o Desenvolvimento do Estado do Pará	7.920	295.033	2,68%
Valorização do Servidor da Educação	3	166.643	0,002%
Valorização do Servidor do Sistema Estadual de Segurança Pública	369	188.146	0,20%
Valorização do Servidor Público	971	475.319	0,20%
Ver-o-Pará	373	24.509	1,52%
Total	629.569	12.887.352	4,89%

Fonte: Siafem 2015.

O orçamento dos programas afetados, incluindo-se todas as fontes de recursos, foi previsto em R\$12,8 bilhões, sendo R\$629,5 milhões, cerca de 4,89%, fonte de transferência de convênios que não foram concretizados. Esse percentual deixa de ser irrelevante ao serem identificados programas cujas execuções demandaram significativamente de recursos dessa fonte, como: Igualdade Étnico Racial (88,23%); Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura (73,93%); Municípios Verdes (71,10%); Bolsa Trabalho (62,26%); Geração de Trabalho, Emprego e Renda (43,36%); e o programa Saneamento é Vida (38,06%).

Portanto, o planejamento de importantes programas governamentais a serem executados por fontes de recursos que não sejam próprios do governo, como no caso das transferências de convênios e das operações de crédito, pode gerar frustração na efetivação das ações que afetem diretamente à população, ao não se realizarem as citadas fontes de recursos financiadoras das despesas.

Essa frustração ocorreu na execução dos programas do Poder Executivo, conforme a análise demonstrou.

5.1.3.5. Despesas de exercícios anteriores

A Lei nº 4.320/1964 estabelece no art. 37, que as despesas de exercícios encerrados para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio com dotação suficiente para atendê-las, mas que não tenham sido processadas na época própria, podem ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, reconhecidas como despesas de exercícios anteriores e registradas contabilmente no elemento de despesa denominado DEA.

Também podem ser reconhecidos, nesse elemento de despesa, os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício.

Os poderes apresentaram a seguinte execução de DEA, no último triênio:

Tabela 5.39 - Despesas de Exercícios Anteriores por Poder – 2013 a 2015

(Em R\$ milhares)

PODERES	2013		2014		2015		Variação % 2014/2013	Variação % 2015/2014
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
PODER EXECUTIVO	520.441	82,85%	857.890	90,59%	1.365.717	94,39%	64,84%	59,19%
PODER LEGISLATIVO	18.727	2,98%	14.768	1,56%	8.695	0,60%	(21,14%)	(41,12%)
PODER JUDICIÁRIO	20.004	3,18%	28.568	3,02%	32.752	2,26%	42,81%	14,65%
MINISTÉRIO PÚBLICO	68.986	10,98%	45.731	4,83%	39.723	2,75%	(33,71%)	(13,14%)
TOTAL DAS DEA	628.158	100,00%	946.957	100,00%	1.446.888	100,00%	50,75%	52,79%

Fonte: Siafem 2015, 2014 e 2013.

Nota: Os valores referentes aos exercícios 2013 e 2014 foram atualizados pelo IPCA.

Verifica-se que enquanto o Ministério Público e o Poder Legislativo apresentaram redução de DEA, houve um sucessivo aumento dessa natureza de despesa nos Poderes Executivo e Judiciário.

Faz-se necessário comparar a proporção de DEA perante as demais despesas, para verificar o quanto das despesas liquidadas no exercício de 2015 refere-se às despesas ocorridas em exercícios anteriores:

Tabela 5.40 - Execução Orçamentária de DEA – 2013 a 2015

(Em R\$ milhares)

Composição das Despesas	2013	%	2014	%	2015	%
PODER EXECUTIVO	17.904.928	100,00%	18.926.552	100,00%	18.505.325	100,00%
DEA	520.441	2,91%	857.890	4,53%	1.365.717	7,38%
Demais despesas	17.384.486	97,09%	18.068.662	95,47%	17.139.607	92,62%
PODER LEGISLATIVO	788.902	100,00%	819.665	100,00%	786.257	100,00%
DEA	18.727	2,37%	14.768	1,80%	8.695	1,11%
Demais despesas	770.176	97,63%	804.897	98,20%	777.562	98,89%
PODER JUDICIARIO	947.283	100,00%	1.056.304	100,00%	1.033.741	100,00%
DEA	20.004	2,11%	28.568	2,70%	32.752	3,17%
Demais despesas	927.279	97,89%	1.027.737	97,30%	1.000.989	96,83%
MINISTERIO PUBLICO	431.155	100,00%	450.919	100,00%	465.554	100,00%
DEA	68.986	16,00%	45.731	10,14%	39.723	8,53%
Demais despesas	362.169	84,00%	405.188	89,86%	425.831	91,47%
Total	20.072.268		21.253.440		20.790.877	

Fonte: Siafem 2013, 2014 e 2015.

Nota: Os valores foram atualizados pelo IPCA.

É possível observar que, no Poder Executivo, enquanto as DEA representavam 2,91% das despesas executadas em 2013, em 2014 essa representatividade passou a ser de 4,53%. Em 2015, 7,38% do que foi gasto pelo Poder Executivo referiram-se às despesas de exercícios anteriores, o que demonstra um crescimento expressivo de DEA perante o total de despesas liquidadas.

Esse crescimento também é observado no Poder Judiciário, com a DEA passando de 2,11% em 2013 para 3,17% do total liquidado em 2015.

O Poder Legislativo tem apresentado redução do uso desse tipo de elemento de despesa, que consumiu, em 2015, apenas 1,11% de suas despesas totais.

Ressalta-se que, embora o Ministério Público tenha apresentado redução do montante liquidado em DEA, comparando-se historicamente, essas chegam a representar 8,53% do total de despesas liquidadas por esse Parquet em 2015, e são compostas majoritariamente por dispêndios com Pessoal e Encargos Sociais.

Na tabela, a seguir, apresenta-se o comportamento histórico das despesas reconhecidas como DEA do Poder Executivo, por categoria econômica e grupo de natureza de despesas:

Tabela 5.41 - Despesas de Exercícios Anteriores – Poder Executivo

(Em R\$ milhares)

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	2013		2014		2015		Variação % 2014/2013	Variação % 2015/2014
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
DESPESAS CORRENTES	358.541	68,89%	542.494	63,24%	785.842	57,54%	51,31%	44,86%
Pessoal e Encargos Sociais	42.883	8,24%	127.719	14,89%	192.629	14,10%	197,83%	50,82%
Outras Despesas Correntes	315.658	60,65%	414.719	48,34%	593.213	43,44%	31,38%	43,04%
Juros e Encargos da Dívida	-	0,00%	56	0,01%	-	0,00%	0,00%	(100,00%)
DESPESAS DE CAPITAL	161.900	31,11%	315.396	36,76%	579.875	42,46%	94,81%	83,86%
Investimentos	105.037	20,18%	288.311	33,61%	545.400	39,94%	174,49%	89,17%
Inversões Financeiras	1.063	0,20%	4.100	0,48%	15.961	1,17%	285,73%	289,29%
Amortização da Dívida	55.801	10,72%	22.985	2,68%	18.514	1,36%	(58,81%)	(19,45%)
TOTAL DAS DESPESAS	520.441	100,00%	857.890	100,00%	1.365.717	100,00%	64,84%	59,19%

Fonte: Siafem 2015, 2014 e 2013.

Nota: Os valores referentes aos exercícios 2013 e 2014 foram atualizados pelo IPCA.

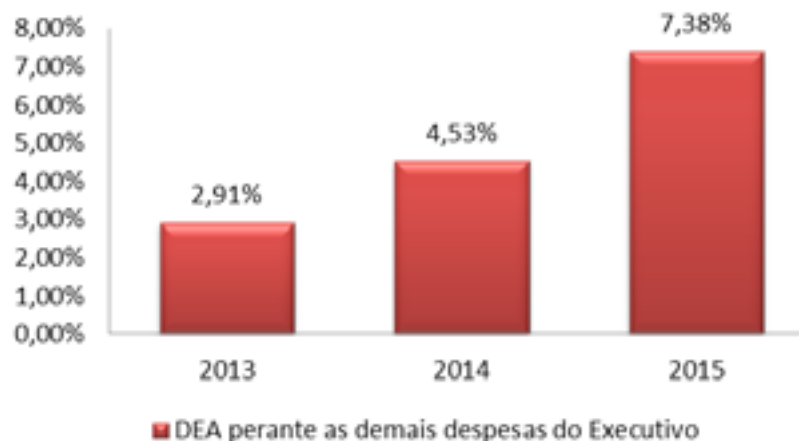
As despesas empenhadas e liquidadas em DEA, no exercício de 2015, sofreram acréscimo na ordem de 59,19% em relação a 2014, o que denota um acréscimo no comprometimento orçamentário do exercício, no montante de R\$507,8 milhões.

Com exceção de Amortização da Dívida, que teve redução (19,45%) em relação ao exercício anterior, todos os demais grupos sofreram acréscimo, destacando-se as despesas de exercícios anteriores com pagamentos de inversões financeiras, com a expressiva variação de 289,29%.

Portanto, considerando o comportamento histórico de tais despesas, verifica-se crescimento de 162,42% de DEA no triênio, ou seja, esse elemento de despesa atingiu, em 2015, mais que o dobro do valor executado nesse elemento em 2013, considerada a atualização monetária dos valores.

Esse crescimento também está representado na execução orçamentária de DEA em relação às demais despesas, que progressivamente consome uma fatia maior do total das despesas executadas, conforme se demonstra a seguir:

Gráfico 5.1 – Evolução de DEA em relação às demais despesas – 2013 a 2015



Fonte: Siafem 2013, 2014 e 2015.

As fixações orçamentárias para o Poder Executivo também podem ser analisadas por esse prisma, observando-se qual a representatividade das DEA no orçamento, conforme segue:

Tabela 5.42 - Composição Orçamentária de DEA do Poder Executivo – 2015

(Em R\$ milhares)

Elemento de Despesa	Dotação Inicial (A)	% LOA	Dotação Atualizada (B)	% do orçamento atualizado total	Despesa Realizada (C)	% do total executado
DEA	318.730	1,69%	1.415.753	6,76%	1.365.717	7,38%
DESPESAS EXCETO DEA	18.569.055	98,31%	19.527.476	93,24%	17.139.607	92,62%
Total	18.887.785	100,00%	20.943.230	100,00%	18.505.325	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

Verifica-se que enquanto na LOA apenas 1,69% das despesas era consignado no elemento de despesa relativo a exercícios anteriores, na atualização do orçamento esse percentual de participação subiu para 6,76%. Na execução, as DEA passaram a representar 7,38% do montante total de despesas liquidadas pelo Poder Executivo.

As fixações orçamentárias de DEA do Poder Executivo, por Categoria e Grupo de Natureza, estão demonstradas na tabela seguinte:

Tabela 5.43 - Fixações Orçamentárias de DEA do Poder Executivo - 2015

(Em R\$ milhares)

Despesas de Exercícios Anteriores por Categoria e Grupo de Natureza	Dotação Inicial (A)	Dotação Atualizada (B)	Despesa Realizada (C)	Alterações Orçamentárias (B/A)	Execução do Planejamento (C/B)	% em relação ao total executado
DESPESAS CORRENTES	98.187	792.810	785.842	707,45%	99,12%	57,54%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.645	195.213	192.629	2.453,47%	98,68%	14,10%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	597.598	593.213	-	99,27%	43,44%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	90.542	-	-	(100,00%)	0,00%	0,00%
DESPESAS DE CAPITAL	220.543	622.943	579.875	182,46%	93,09%	42,46%
INVESTIMENTOS	-	588.380	545.400	-	92,70%	39,94%
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	15.961	15.961	-	100,00%	1,17%

(Em R\$ milhares)

Despesas de Exercícios Anteriores por Categoria e Grupo de Natureza	Dotação Inicial (A)	Dotação Atualizada (B)	Despesa Realizada (C)	Alterações Orçamentárias (B/A)	Execução do Planejamento (C/B)	% em relação ao total executado
AMORTIZACAO E REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	220.543	18.602	18.514	(91,57%)	99,53%	1,36%
Total	318.730	1.415.753	1.365.717	344,19%	96,47%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

Identifica-se que a fixação inicial prevista na LOA para dispêndios dessa natureza estava destinada exclusivamente para pagamento dos grupos Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Amortização e Refinanciamento da Dívida, no montante de R\$318,7 milhões.

Na atualização de dotações, porém, foram anulados os créditos orçamentários para pagamentos fixados a título de juros e encargos da dívida nesse elemento de despesa, bem como reduzidas em 91,57% as dotações para pagamento da amortização e refinanciamento da dívida relativa à DEA.

Não obstante essas anulações, a dotação atualizada para esse elemento apresentou aumento de 344,19%, passando para R\$1,4 bilhão autorizado no orçamento.

Dessa autorização, foram executadas DEA no montante de R\$1,3 bilhão, sendo compostas, principalmente, de pagamentos de outras despesas correntes e de pagamentos relativos a investimentos realizados em exercícios anteriores.

No intuito de verificar a capacidade de pagamento desses dispêndios em sua época própria, fez-se um comparativo entre a disponibilidade líquida de caixa do governo do estado no final do exercício de 2014 e o montante pago em DEA, em 2015, por todos os poderes, observando-se a segregação por fonte/destinação de recursos, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.44 – Disponibilidade Financeira em 2014 e DEA em 2015

(Em R\$ milhares)

Tipo de Fonte de Recursos	Disponibilidade Líquida de Caixa 2014 (A)	DEA 2015 (B)	(A - B)
RECURSOS ORDINÁRIOS	717.724	1.054.492	(336.769)
RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOUREO ESTADUAL	518.548	734.195	(215.647)
REC. PROP. DIRETAMENTE ARREC. PELA ADM. INDIRETA	199.176	320.297	(121.121)
RECURSOS VINCULADOS	4.156.590	392.395	3.764.194
RECURSOS DESTINADOS A EDUCAÇÃO	154.918	117.653	37.265
RECURSOS DESTINADOS A SAÚDE	263.158	123.811	139.346
RECURSOS DESTINADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	2.943.124	1.478	2.941.646
ROYALTIES MINERAL, HÍDRICO E PETRÓLEO	21.244	62.389	(41.145)
RECURSOS PROVENIENTES DE TRANSF. DE CONVÊNIOS E OUTROS	365.504	24.566	340.938
RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DA ADM	147.724	16.655	131.069
RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DOS PODERES	46.673	12.192	34.482
RECUR. DESTINADOS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO	129.176	32.042	97.134
OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	85.069	1.609	83.459
Total	4.874.314	1.446.888	3.427.426

Fonte: Siafem 2015.

Considerando-se que a disponibilidade líquida de caixa do final do exercício 2014 correspondeu a R\$4,8 bilhões, verifica-se um valor em caixa superior ao montante pago em DEA em 2015, de R\$1,4 bilhão. Nota-se que a DEA 2015 correspondeu a 29,68% da disponibilidade de caixa ao final de 2014.

Não obstante esse saldo positivo, a análise foi realizada observando-se a fonte/destinação de recursos, uma vez que nem todos os recursos são de livre alocação.

Constatou-se que o governo do estado não apresentou recursos financeiros suficientes para cobrir os dispêndios com despesas de exercícios anteriores relacionados às fontes de destinações ordinárias, verificando-se diferença negativa de R\$336,7 milhões entre os recursos líquidos em caixa no ano de 2014, e as DEA realizadas em 2015 nessa fonte/destinação de recursos.

Havia, porém, como cobrir as DEA relacionadas às fontes/destinações vinculadas, com uma diferença positiva de R\$3,7 bilhões.

Ressalta-se que as DEA devem ocorrer em caráter de exceção, atendendo aos pré-requisitos previstos na Lei nº 4.320/1964, art. 37. Considerando-se o crescimento significativo desse tipo de dispêndio, observa-se o uso extensivo da norma, uma vez que foi identificada em grande parte das unidades gestoras estaduais e em todas as esferas de Poder.

A seguir, demonstra-se a execução de DEA, por unidade gestora:

Tabela 5.45 - DEA por Unidades Gestoras

(Em R\$ milhares)

Rótulos de Linha	DEA	DESPESAS EXCETO DEA	TOTAL DE DESPESAS	% DEA em relação ao total por UG	% DEA em relação ao total DEA
UGs com maiores representatividades em relação ao total das DEA (8un.) - GRUPO 1	1.107.399	7.478.057	8.585.456	12,90%	76,54%
SETRAN	351.004	196.491	547.495	64,11%	24,26%
IASEP	304.804	233.329	538.133	56,64%	21,07%
SEDOP	123.756	290.355	414.111	29,88%	8,55%
SEDUC	98.926	852.184	951.111	10,40%	6,84%
ENCARGOS SEAD	76.833	567.670	644.503	11,92%	5,31%
SESPA	57.163	1.046.163	1.103.326	5,18%	3,95%
ENCARGOS SEFA	55.188	3.866.034	3.921.222	1,41%	3,81%
MIN.PÚBLICO	39.723	425.831	465.554	8,53%	2,75%
Demais UGs cujas DEA consumiram significativamente seu orçamento próprio (24un.) - GRUPO 2	101.545	351.046	452.591	22,44%	7,02%
ENCARGOS SEPLAN	19	-	19	100,00%	0,00%
FGPM	968	-	968	100,00%	0,07%
NGPR	6.890	2.613	9.503	72,51%	0,48%
NGPM-CREDCIDADÃO	9.648	6.097	15.745	61,27%	0,67%
10 RPS-ALTAMIRA	857	679	1.535	55,79%	0,06%
PARATUR-EXT	283	348	631	44,84%	0,02%
07 RPS-R.DAS ILHAS	248	382	630	39,36%	0,02%
NGTM	27.258	42.711	69.969	38,96%	1,88%
03 RPS-CASTANHAL	337	877	1.214	27,78%	0,02%
SECULT	16.725	58.122	74.847	22,35%	1,16%
09 RPS-SANTAREM	284	1.377	1.661	17,08%	0,02%
SEDAP	9.387	47.466	56.852	16,51%	0,65%

(Em R\$ milhares)

Rótulos de Linha	DEA	DESPESAS EXCETO DEA	TOTAL DE DESPESAS	% DEA em relação ao total por UG	% DEA em relação ao total DEA
08 RPS-BREVES	162	860	1.023	15,86%	0,01%
04 RPS-CAPANEMA	389	2.087	2.476	15,72%	0,03%
SEGUP	9.594	53.028	62.622	15,32%	0,66%
CODEC	953	5.441	6.394	14,91%	0,07%
FUNSAU	786	4.812	5.598	14,04%	0,05%
COHAB	10.752	75.600	86.351	12,45%	0,74%
ASIPAG-EXT.L.8.096	203	1.483	1.685	12,02%	0,01%
CPH - PARA	766	5.661	6.427	11,91%	0,05%
13 RPS-CAMETA	179	1.342	1.521	11,76%	0,01%
HOSP.REG.CONC.ARAGU	1.240	9.465	10.705	11,58%	0,09%
HOSP.REG.TUCURUI	1.353	11.197	12.551	10,78%	0,09%
SECTET	2.265	19.398	21.662	10,45%	0,16%
Demais U.G.s que executaram DEA (76un.) - GRUPO 3	237.943	9.432.262	9.670.206	2,46%	16,45%
U.G.s que não executaram DEA (19un.) - GRUPO 4	-	2.082.624	2.082.624	0,00%	0,00%
Total	1.446.888	19.343.989	20.790.877	6,96%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

A tabela anterior classificou as unidades gestoras em quatro grupos. O primeiro grupo refere-se às unidades gestoras que apresentam maior representatividade em relação ao total liquidado no elemento DEA, ou seja, as que mais contribuíram para o valor total das DEA pagas em 2015.

Dentre essas, destaca-se a Setran, que liquidou despesas de exercícios anteriores no montante de R\$351 milhões, correspondentes a 24,26% do total da DEA no exercício.

Ressalta-se, ainda, que a Setran comprometeu 64,11% do seu orçamento executado com pagamento de DEA, ou seja, mais da metade das despesas liquidadas pelo órgão referem-se a obrigações contraídas em períodos anteriores. Nesse cenário, certamente deixou de executar despesas demandadas no exercício de 2015, porque teve seu orçamento comprometido com despesas de exercícios anteriores.

Em situação semelhante encontra-se o lasep, que liquidou despesas de exercícios anteriores no montante de R\$304,8 milhões, correspondente a 21,07% de DEA total de 2015, bem como apresentou execução de 56,64% de seu orçamento comprometido com esses pagamentos.

A Sedop executou 8,55% das despesas de exercícios anteriores, totalizadas em R\$123,7 milhões, comprometendo 29,88% de sua despesa total.

Conforme dados extraídos do Siafem, no exercício 2014, verificou-se que ocorreram anulações de liquidação no grupo de natureza da despesa investimentos, nos órgãos relacionados no quadro a seguir:

(Em R\$ milhares)

UG	Anulação de Despesa/2014 (A)	UG	DEA - 2015 (B)	% A/B
SEOP	78.527	SEDOP ¹	123.756	95,94%
SEIDURB	40.202			
SETRAN	190.559	SETRAN	351.004	54,29%
Total	309.288		474.760	

Nota¹: A Lei nº 8.096/2015 alterou a denominação da Seidurb para Sedop e extinguiu a Seop transferindo as competências para Sedop.

Observou-se que do montante de R\$351 milhões de DEA executadas pela Setran em 2015, 54,29% referem-se às despesas anuladas em 2014. Quanto à execução de R\$123,7 milhões de DEA, em 2015, pela Sedop, verificou-se que 95,94% corresponderam às despesas anuladas em 2014 pela Seop (63,45%) e Seidurb (32,48).

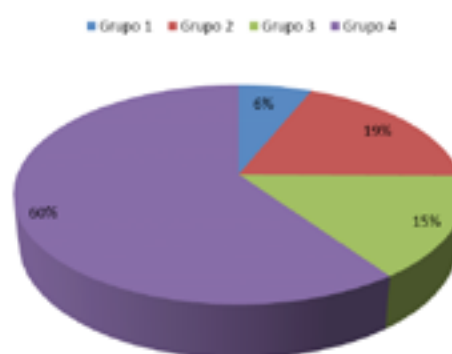
O segundo grupo constante da Tabela 5.45 apresenta unidades gestoras que não apresentam materialidade significativa em relação ao total da DEA liquidado em 2015, que, porém, consumiram parte significativa de seu orçamento executado com este tipo de dispêndio.

Destacam-se, nesse grupo, o Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural (NGPR), que apresentou 72,51% de seu orçamento executado registrado como DEA, bem como o Núcleo de Gerenciamento de Programas de Microcrédito – Credcidadão (NGPM), com execução de 61,27% de seu orçamento comprometido com pagamento de DEA.

O terceiro grupo refere-se às demais unidades gestoras que executaram DEA, porém não apresentam materialidade ou relevância significativa. Ressalta-se que se trata de 76 unidades gestoras, englobando todas as esferas de Poder, que juntas correspondem a 16,45% da DEA executado no exercício, demonstrando-se o uso extensivo desse mecanismo, que deveria ser tratado como exceção, e não regra.

O gráfico, a seguir, demonstra o percentual de DEA executado pelas Unidades Gestoras do Pará agrupadas conforme a Tabela 5.45.

Gráfico 5.2 – DEA por Unidades Gestoras Agrupadas – 2015



Fonte: Siafem 2015.

Verifica-se, portanto, que 7,4% das unidades gestoras são responsáveis pela maior representatividade perante a DEA total, bem como apresentam comprometimento significativo de seus orçamentos executados com essa natureza de despesa (Grupo 1).

Em seguida, 22% das unidades gestoras tiveram fatia significativa de seu orçamento consumido por DEA (Grupo 2).

A maioria, correspondente a 70,3%, não apresenta valores de DEA significativos, e compromete seu orçamento com tais dispêndios com valores menores, mas ainda assim utilizam desse mecanismo (Grupo 3).

E, apenas 15% das unidades gestoras não realizaram despesas como DEA em 2015 (Grupo 4).

Portanto, é possível concluir que 85% das unidades gestoras estaduais têm os seus orçamentos consumidos por DEA.

Em levantamento realizado, identificou-se que 66 unidades gestoras, correspondentes a 51,97% do total de UGs consideradas, não possuíam saldo orçamentário suficiente, em 2014, para cobertura dos dispêndios realizados em 2015 com DEA. Isto significa que, se as despesas tivessem sido apropriadas em época própria, não haveria dotação suficiente para tal.

Quanto a isso, a Secretaria da Fazenda informou, mediante Ofício nº 253/2016 – GS/Sefa, que a maioria das Despesas de Exercícios Anteriores do Governo do Estado do Pará enquadrar-se-ia na hipótese prevista na Lei nº 4.320/64, art. 37, de “compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente”, ainda que não tenha sido empenhada no exercício de origem, sem que haja, portanto, necessidade prévia de saldo orçamentário anterior.

Do argumentado apresentado, ressalta-se que o Decreto nº 93.872/1986, no art. 22, § 2º, dispõe que tais compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício são aqueles criados em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente. Verificou-se que não houve o reconhecimento de compromissos em virtude de obrigação legislativa criada em 2015. Além disso, verifica-se que não cabe o enquadramento desta hipótese no art. 37 da Lei nº 4.320/1996, já que deveria haver, portanto, saldo orçamentário específico, em orçamento próprio, para cada despesa empenhada em DEA.

Além disso, a Sefa informa que nem todas as despesas registradas como DEA, em 2015, competem ao exercício de 2014, existindo registros de despesas de outros exercícios, que só foram pagas em 2015. Deve-se, portanto, considerar os saldos orçamentários disponíveis dos exercícios a que se referem às respectivas despesas.

Como não há registro no Siafem que identifique com precisão o ano de origem das despesas, demonstrando sua competência original, essa verificação resta prejudicada. Portanto, há a necessidade de inclusão de registro específico no Siafem que identifique o ano de origem das despesas, para facilitar o controle deste pré-requisito legal.

Identifica-se, portanto, o nítido crescimento das DEA perante as demais despesas, bem como a baixa compatibilidade entre o planejamento e a execução das mesmas, indicando a maior necessidade de controle deste tipo de gasto. Constata-se a fragilidade na identificação de compromissos financeiros no exercício de competência, uma vez que tais dispêndios majoritariamente não foram registrados como Restos a Pagar, resultando em subavaliação do Passivo.

As unidades gestoras do Estado devem reconhecer a despesa em sua época própria, controlar suas obrigações financeiras, assegurando saldo orçamentário suficiente em seu respectivo programa, ação e elemento

de despesa no exercício correspondente, em respeito ao princípio orçamentário da Universalidade, para então autorizar sua execução pelo fornecedor.

Tal conduta, evita o reconhecimento de despesas em exercício inapropriado e o cometimento de infração ao art. 37 da Lei nº 4.320/1964, ao executar despesas sem que haja saldo orçamentário suficiente para cobri-las, bem como evita o comprometimento significativo dos orçamentos seguintes com tais dispêndios.

5.1.3.6. Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos

A destinação de recursos públicos para o setor privado sem fins lucrativos encontra-se regulamentada pela Lei nº 4.320/1964, art. 16, e pela LRF, art. 26.

No exercício de 2015 foram destinadas às Instituições Privadas sem Fins Lucrativos transferências, em valores nominais, no montante de R\$599,4 milhões, o que representa 2,88% das despesas executadas pelo Estado, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 5.46 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

(Em R\$ milhares)

Poder	Despesa Realizada	AV%
PODER EXECUTIVO	599.413	99,99%
PODER LEGISLATIVO	50	0,01%
PODER JUDICIÁRIO	12	0,002%
Total	599.475	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

O Ministério Público não realizou nenhuma transferência a este título.

De acordo com a tabela, o Poder Executivo é responsável por 99,99% das transferências efetuadas pelo Estado, representando 3,24% do total de suas despesas.

A tabela a seguir identifica os órgãos do Poder Executivo Estadual que efetuaram transferências financeiras a Instituições nos exercícios de 2013 a 2015.

Tabela 5.47 - Transferências do Poder Executivo a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 2013-2015

(Em R\$ milhares)

Sigla Órgão	2013		2014		2015		Variação % 2013/2014	Variação % 2014/2015
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
ADEPARA	163	0,03%	511	0,19%	1.553	0,26%	213,21%	203,92%
AGE	-	0,00%	6	0,00%	5	0,00%	-	(12,02%)
ASIPAG	1.226	0,21%	760	0,29%	-	0,00%	(38,05%)	(100,00%)
COHAB	-	0,00%	27	0,01%	12	0,00%	-	(55,14%)
CREDECIDADA0	5.652	0,97%	-	0,00%	-	0,00%	(100,00%)	-
DETRAN	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-
FAPESPA	3.134	0,54%	6.402	2,41%	301	0,05%	104,30%	(95,30%)
FASPM / FASSM	300	0,05%	-	0,00%	-	0,00%	(100,00%)	-
FCG	46	0,01%	-	0,00%	-	0,00%	(100,00%)	-
FCPTN / FCP	3.707	0,64%	5.033	1,89%	3.222	0,54%	35,77%	(35,98%)

(Em R\$ milhares)

Sigla Órgão	2013		2014		2015		Variação % 2013/2014	Variação % 2014/2015
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
FDE	8.897	1,52%	-	0,00%	-	0,00%	(100,00%)	-
FEAS	4.039	0,69%	4.064	1,53%	4.515	0,75%	0,61%	11,09%
FES	38.553	6,61%	49.242	18,53%	46.708	7,79%	27,73%	(5,15%)
FUNDACAO PROPAZ	-	0,00%	-	0,00%	245	0,04%	-	-
FUNDEFLOR	-	0,00%	-	0,00%	770	0,13%	-	-
IAP	774	0,13%	411	0,15%	-	0,00%	(46,89%)	(100,00%)
IDEFLOR	60	0,01%	-	0,00%	-	0,00%	(100,00%)	-
NGPR	443	0,08%	416	0,16%	-	0,00%	(5,95%)	(100,00%)
PARATUR	142	0,02%	23	0,01%	-	0,00%	(83,95%)	(100,00%)
PGE - FUNPGE	-	0,00%	-	0,00%	36	0,01%	-	-
SEASTER / SEAS	857	0,15%	860	0,32%	2.977	0,50%	0,35%	246,18%
SECTET / SECTI	3.969	0,68%	5.355	2,02%	2.015	0,34%	34,91%	(62,38%)
SECULT	18.724	3,21%	10.762	4,05%	10.070	1,68%	(42,52%)	(6,43%)
SEDAP / SAGRI	4.690	0,80%	12.247	4,61%	5.020	0,84%	161,11%	(59,01%)
SEDEME / SEICOM	4.775	0,82%	3.409	1,28%	3.411	0,57%	(28,60%)	0,06%
SEDOP / SEOP / SEIDURB	2.037	0,35%	1.481	0,56%	623	0,10%	(27,30%)	(57,92%)
SEDUC	1.724	0,30%	1.849	0,70%	1.833	0,31%	7,26%	(0,90%)
SEEL	7.699	1,32%	18.334	6,90%	10.824	1,81%	138,13%	(40,96%)
SEGUP	417	0,07%	-	0,00%	-	0,00%	(100,00%)	-
SEJUDH	3.803	0,65%	2.382	0,90%	2.178	0,36%	(37,37%)	(8,55%)
SEPAQ	90	0,02%	1.171	0,44%	-	0,00%	1200,08%	(100,00%)
SESPA	457.275	78,37%	131.500	49,48%	496.098	82,76%	(71,24%)	277,26%
SETER	1.759	0,30%	1.522	0,57%	-	0,00%	(13,48%)	(100,00%)
SETUR	804	0,14%	1.627	0,61%	1.002	0,17%	102,41%	(38,43%)
SUSIPE	7.759	1,33%	6.008	2,26%	5.996	1,00%	(22,56%)	(0,20%)
UEPA	-	0,00%	347	0,13%	-	0,00%	-	(100,00%)
Total	583.518	100,00%	265.748	100,00%	599.413	100,00%	(54,46%)	125,56%

Fonte: Siafem 2015.

As transferências realizadas, em 2015, às instituições privadas sem fins lucrativos apresentaram acréscimo de 125,56% em relação ao ano anterior, contrastando com o decréscimo sofrido, em 2014, de 54,46%.

A Sespas transferiu o maior volume de recursos (R\$496 milhões), equivalente a 82,76% do total das transferências efetuadas pelo Poder Executivo.

Comparando-se com o exercício de 2014, os órgãos que apresentaram acréscimos no valor transferido foram: Sespas (277,26%), Seaster (246,18%) e Adepará (203,92%), Feas (11,09%) e Sedeme (0,06%). A Fundação Propaz, a Fundeflor e o Funpge não possuem base comparativa de transferências a instituições privadas anteriores. Todas as demais unidades gestoras apresentaram decréscimo nas quantias transferidas.

A tabela a seguir demonstra a evolução da dotação orçamentária (Inicial x Atualizada) no que concerne às transferências às instituições sem fins lucrativos em 2015:

Tabela 5.48 - Transferências a Instituições Privadas 2015

(Em R\$ milhares)

Sigla Órgão	Dotação Inicial (A)	Dotação Atualizada (B)	% alterações orçamentárias (B/A)	Despesa Realizada (C)	% (C/B)	% do total executado (C)
ADEPARA	-	1.553	S/P*	1.553	100,00%	0,26%
AGE	-	5	S/P	5	100,00%	0,00%
ASIPAG	100	-	(100,00%)	-	N/A*	0,00%
COHAB	40	50	26,01%	12	24,55%	0,00%
FAPESPA	700	1.370	95,73%	301	21,95%	0,05%
FASPM	260	260	0,00%	-	0,00%	0,00%
FCG	10	-	(100,00%)	-	N/A	0,00%
FCP	250	3.223	1189,15%	3.222	99,97%	0,54%
FEAS	4.000	4.515	12,87%	4.515	100,00%	0,75%
FES	459.126	52.345	(88,60%)	46.708	89,23%	7,79%
FUNDACAO PROPAZ	-	245	S/P	245	100,00%	0,04%
FUNDEFLO	-	1.219	S/P	770	63,19%	0,13%
IDEFLOR-BIO	1.475	1.861	26,12%	-	0,00%	0,00%
PARATUR-EXT	50	-	(100,00%)	-	N/A	0,00%
PGE - FUNPGE	-	36	S/P	36	100,00%	0,01%
SEASTER	533	3.099	481,60%	2.977	96,05%	0,50%
SECTET	1.173	2.015	71,83%	2.015	100,00%	0,34%
SECULT	3.671	11.697	218,66%	10.070	86,09%	1,68%
SEDAP	2.154	5.765	167,70%	5.020	87,08%	0,84%
SEDEME	3.011	3.411	13,31%	3.411	100,00%	0,57%
SEDOP	-	623	S/P	623	100,00%	0,10%
SEDOC	1.000	1.843	84,32%	1.833	99,43%	0,31%
SEEL	6.860	11.701	70,56%	10.824	92,50%	1,81%
SEJUDH	3.666	4.577	24,87%	2.178	47,59%	0,36%
SEPAQ-EXT	1	-	(100,00%)	-	N/A	0,00%
SESPA	-	496.204	S/P	496.098	99,98%	82,76%
SETER-EXT	15	-	(100,00%)	-	N/A	0,00%
SETUR	-	1.002	S/P	1.002	99,91%	0,17%
SUSIPE	5.699	5.997	5,23%	5.996	99,98%	1,00%
Total	493.792	614.617	24,47%	599.413	97,53%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

S/P: Sem previsão orçamentária na LOA 2015.

*N/A= Não se Aplica, pois os correspondentes Órgãos foram extintos.

O valor previsto na LOA 2015 para transferências a instituições sem fins lucrativos, correspondente a R\$493,7 milhões, foi incrementado por créditos adicionais na ordem de R\$120,8 milhões, equivalente a aumento de 24,47% na dotação, totalizando o montante de R\$614,6 milhões autorizados para transferências a instituições sem fins lucrativos. Dessa dotação atualizada, 97,53% do montante previsto foi executado.

Dentre as unidades gestoras que apresentaram maiores alterações orçamentárias em relação à dotação inicial, estão: FCP (R\$2,9 milhões), Seaster (R\$2,5 milhões), Secult (R\$8 milhões) e Sedap (R\$3,6 milhões).

Verifica-se que as transferências a instituições privadas, realizadas pelo Poder Executivo, foram majoritariamente destinadas a atender a função Saúde, por meio de subvenções sociais e auxílios, o que é compatível com o estabelecido no art. 16 da Lei nº 4.320/64, que dita que as subvenções sociais devem ser relativas à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional.

Ressalta-se que a verificação do cumprimento da totalidade dos requisitos legais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei nº 4.320/64 é efetuada por meio das auditorias programadas realizadas pelas Controladorias de Contas de Gestão (CCG) da Secretaria de Controle Externo (Secex) deste TCE-PA, uma vez que a análise das condições de economicidade necessárias ao cumprimento do art. 16 da Lei nº 4.320/64 depende de verificação in loco. Ademais, o presente relatório não contempla atos de responsabilidade dos ordenadores dos Órgãos executores das transferências a instituições privadas, que constituem objeto de julgamento específico.

5.1.3.7. Contribuições e auxílios aos municípios

Os valores repassados aos municípios são classificados de acordo com a modalidade de aplicação e elemento de despesa, conforme estabelece a Portaria STN nº 163/2001.

A modalidade de aplicação, como o nome sugere, é a forma de aplicação do recurso, por parte do governo estadual. No que compete às transferências aos municípios, podem-se contemplar as seguintes modalidades:

- Transferências a Municípios (40): despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros do estado aos municípios, inclusive para suas entidades da administração indireta;
- Transferências a Municípios Fundo a Fundo (41): despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros do estado aos municípios, de um fundo estadual para um fundo municipal (obedecendo a vinculação específica);
- Execução Orçamentária Delegada a Municípios (43): despesas orçamentárias realizadas mediante a transferência de recursos financeiros ao município, decorrentes de delegação ou descentralização, para execução de ações de responsabilidade exclusiva do delegante (governo estadual).

Portanto, as transferências registradas na modalidade 40 e 41 são repasses financeiros que geram ao município responsabilidade pela aplicação dos recursos recebidos. Quanto às transferências de Execução Orçamentária Delegada a Municípios (43), não obstante a execução seja realizada pelos respectivos municípios, o governo estadual ainda se torna responsável pelas atividades.

Já a classificação quanto ao elemento de despesa, representa a identificação do objeto de gasto. As despesas a título de Transferências a Municípios normalmente desdobradas nos seguintes elementos de despesa:

- Contribuições (41): Despesas orçamentárias às quais não correspondam contraprestação direta em bens e serviços e que não sejam reembolsáveis pelo recebedor, inclusive as destinadas a atender a despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observado o disposto na legislação vigente;
- Auxílios (42): Despesas orçamentárias destinadas a atender despesas de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos, observando, respectivamente, o disposto nos artigos 25 e 26 da LRF;

- Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas (81): Despesas orçamentárias decorrentes da transferência a outras esferas de governo de receitas tributárias de contribuições e de outras receitas vinculadas, prevista na Constituição ou em leis específicas, cuja competência de arrecadação é do órgão transferidor.

Ou seja, as transferências obrigatórias aos municípios, por força da Constituição ou de legislação, devem ser registradas no elemento 81 (Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas), variando o valor de acordo com arrecadação de receitas. As demais transferências são realizadas nos elementos de despesa 41 (Contribuições) e 42 (Auxílios), não limitadas a esses elementos.

Ressalta-se que apenas o Poder Executivo realiza transferências aos municípios, não havendo despesas executadas a esse título pelos demais poderes.

Demonstram-se a seguir os valores transferidos aos municípios, de acordo com sua modalidade de aplicação:

Tabela 5.49 - Transferências a Municípios por Modalidade de Aplicação e Categoria Econômica

(Em R\$ milhares)

Modalidade de Aplicação / Categoria Econômica	Dotação Inicial (A)	Dotação Atualizada (B)	% alterações orçamentárias (B/A)	Despesa Realizada (C)	(C/B)	% em relação ao total executado
40 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	2.560.847	2.849.034	11,25%	2.843.362	99,80%	95,73%
Despesas Correntes	2.511.416	2.798.349	11,43%	2.793.798	99,84%	94,07%
Despesas de Capital	49.432	50.686	2,54%	49.564	97,79%	1,67%
41 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDO A FUNDO	2.100	129.152	6.050,10%	126.373	97,85%	4,25%
Despesas Correntes	2.100	129.152	6.050,10%	126.373	97,85%	4,25%
42 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A MUNICÍPIO	-	1.040	N/A*	316	30,35%	0,01%
Despesas de Capital	-	1.040	N/A*	316	30,35%	0,01%
Total	2.562.947	2.979.227	16,24%	2.970.051	99,69%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

*N/A= Não se Aplica, pois a Ação não possui dotação inicial.

As transferências aos municípios foram realizadas, majoritariamente, pela modalidade 40, que representam 95,73% do total transferido. As transferências realizadas fundo a fundo, a título dos recursos destinados a programas de saúde, representaram 4,25% do total transferido, enquanto que a execução orçamentária delegada representou 0,01% do montante.

O Orçamento inicial foi suplementado em 16,24%, totalizando R\$2,9 bilhões autorizados para a transferência a municípios. Desta autorização, os recursos foram transferidos quase na sua totalidade (99,69%).

Quanto às alterações orçamentárias ocorridas, verifica-se que as transferências fundo a fundo foram suplementadas no montante de R\$127 milhões, o que decorreu de remanejamento por ocasião das alterações orçamentárias que realocou recursos destinados inicialmente para Contribuições na modalidade 40 para a modalidade fundo a fundo (41).

A seguir, detalham-se as despesas correntes realizadas na modalidade 40 (Transferências a Municípios), de acordo com a classificação por elemento de despesa e programa:

Tabela 5.50 - Transferências a Municípios (40) - Despesas Correntes

(Em R\$ milhares)

Elemento de Despesa / Programa	Dotação Inicial (A)	Dotação Atualizada (B)	% alterações orçamentárias (B/A)	Despesa Realizada (C)	(C/B)	% de execução total
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	220	-	(100,00%)	-	0,00%	0,00%
Pacto pela Liberdade	220	-	(100,00%)	-	0,00%	0,00%
41 - CONTRIBUIÇÕES	154.472	45.039	(70,84%)	40.489	89,90%	1,45%
Assistência Farmacêutica	21.029	283	(98,66%)	283	100,00%	0,01%
Atenção Primária de Saúde	33.223	2.316	(93,03%)	2.316	100,00%	0,08%
Combate às Drogas	-	85	N/A*	85	100,00%	0,003%
Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária	273	-	(100,00%)	-	-	0,00%
Educação Pública de Qualidade	45.459	36.257	(20,24%)	34.012	93,81%	1,22%
Esporte e Lazer: Um caminho para a inclusão social	400	-	(100,00%)	-	-	0,00%
Gestão Ambiental e Territorial	1.560	3.228	106,90%	1.668	51,67%	0,06%
Média e Alta Complexidade na Saúde	45.989	1.840	(96,00%)	1.140	61,95%	0,04%
Modernização da Agricultura Familiar	300	-	(100,00%)	-	-	0,00%
Municípios Verdes	-	16	N/A*	-	0,00%	0,00%
Nossa Arte, Nossa Cultura	854	950	11,27%	920	96,84%	0,03%
O Pará que Lê	26	-	(100,00%)	-	-	0,00%
Ver-o-Pará	-	-	N/A*	-	-	0,00%
Vigilância em Saúde	5.359	66	(98,78%)	66	100,00%	0,002%
81 - DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	2.356.724	2.753.310	16,83%	2.753.310	100,00%	98,55%
Ações sem programa / Transferências aos Municípios	2.356.724	2.753.310	16,83%	2.753.310	100,00%	98,55%
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES	2.511.416	2.798.349	11,43%	2.793.798	99,84%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

*N/A= Não se Aplica, pois a Ação não possui dotação inicial.

Observa-se que as transferências a municípios (modalidade 40) foram compostas, majoritariamente da distribuição constitucional ou legal de receitas (elemento 81), que representaram 98,55% das despesas executadas a esse título.

A Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas aos municípios está detalhada no capítulo Limites Legais e Constitucionais (8), item Transferências Constitucionais aos Municípios (8.3), que analisa o valor devido aos municípios, de acordo com a arrecadação estadual, e o efetivamente transferido.

Já as Contribuições (elemento 41), que se referem às transferências discricionárias aos municípios para execução de determinada ação de governo, totalizaram R\$40,4 milhões, representando 1,45% do total dos recursos transferidos em 2015.

Verificou-se alteração orçamentária redutora de 70,84% do orçamento inicial planejado para estas contribuições, em razão, principalmente, do remanejamento dos recursos destinados ao atendimento de programas da saúde, que foram realocados na modalidade fundo a fundo (41).

Outros programas tiveram sua dotação reduzida, como o programa Educação Pública de Qualidade, que sofreu decréscimo de 20,24%, e os programas Esporte e Lazer, Modernização da Agricultura Familiar e O Pará que Lê, cujas dotações foram totalmente anuladas.

Os programas suplementados pelas alterações orçamentárias foram: Combate às Drogas (inicialmente não previsto, autorizado em R\$85 mil); Gestão Ambiental e Territorial (suplementado em R\$1,6 milhão) e o programa Nossa Arte, Nossa Cultura (suplementado em R\$96 mil).

Cumprir ressaltar que a execução dos valores dos programas foi compatível com os seus valores planejados, excetuando-se os programas Gestão Ambiental e Territorial e Média e Alta Complexidade na Saúde, que tiveram execução de 51,67% e 61,95%, respectivamente, de seus valores programados.

Quanto às despesas de capital realizadas na modalidade 40 (Transferências a Municípios), tem-se:

Tabela 5.51 - Transferências a Municípios (40) - Despesas de Capital

(Em R\$ milhares)

Elemento de Despesa / Programa	Dotação Inicial (A)	Dotação Atualizada (B)	% alterações orçamentárias (B/A)	Despesa Realizada (C)	(C/B)	% de execução total
41 - CONTRIBUIÇÕES	-	7.563	N/A*	7.559	99,95%	15,25%
Caminhos para o Desenvolvimento	-	2.476	N/A	2.476	100,00%	4,99%
Educação Pública de Qualidade	-	4.959	N/A	4.959	100,00%	10,00%
Esporte e Lazer: um caminho para a inclusão social	-	125	N/A	125	100,00%	0,25%
Municípios Verdes	-	4	N/A	-	0,00%	0,00%
42 - AUXÍLIOS	48.932	43.122	(11,87%)	42.004	97,41%	84,75%
Caminhos para o Desenvolvimento	-	2.585	N/A	2.585	100,00%	5,22%
Média e Alta Complexidade na Saúde	-	780	N/A	780	100,00%	1,57%
Obras Públicas	-	305	N/A	218	71,31%	0,44%
Proteção Social no SUAS e no SINASE	-	125	N/A	-	0,00%	0,00%
Saneamento é Vida	150	3.364	2142,60%	3.340	99,30%	6,74%
Território de Integração Regional	48.782	35.963	(26,28%)	35.081	97,55%	70,78%
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500	-	(100,00%)	-	0,00%	0,00%
Território de Integração Regional	500	-	(100,00%)	-	0,00%	0,00%
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL	49.432	50.686	2,54%	49.564	97,79%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

*N/A= Não se Aplica, pois a Ação não possui dotação inicial.

O orçamento inicial para transferências a municípios (modalidade 40), a título de despesas de capital, consistiu em R\$49,4 milhões, orçado majoritariamente em Auxílios (elemento 42).

O programa Território de Integração Regional foi o mais significativo do orçamento inicial. As atualizações orçamentárias remanejaram parte desse orçamento para os demais programas, incluindo-se o elemento Contribuições, o que reduziu o orçamento do programa Território de Integração Regional em 26,28%.

Houve suplementação de 2,54% do orçamento inicial, totalizando a dotação autorizada em R\$50,6 milhões. Ressalta-se que os Auxílios previstos para atendimento das transferências aos municípios, referentes ao programa Saneamento é Vida, foram suplementados em R\$3,2 milhões.

Dessa autorização, foram executadas transferências no montante de R\$49,5 milhões, correspondendo a uma execução de 97,79% do planejado.

No que concerne às transferências realizadas na modalidade 41 (fundo a fundo), tem-se:

Tabela 5.52 - Transferências a Municípios Fundo a Fundo (41)

(Em R\$ milhares)

Elemento de Despesa / Programa	Dotação Inicial (A)	Dotação Atualizada (B)	% alterações orçamentárias (B/A)	Despesa Realizada (C)	(C/B)	% de execução total
81- DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	2.100	129.152	6.050,10%	126.373	97,85%	100,00%
Assistência Farmacêutica	-	22.372	N/A*	22.304	99,69%	17,65%
Atenção Primária de Saúde	-	20.998	N/A	20.953	99,78%	16,58%
Combate às Drogas	-	1.195	N/A	1.076	89,99%	0,85%
Média e Alta Complexidade em Saúde	-	75.791	N/A	73.273	96,68%	57,98%
Proteção Social no SUAS e SINASE	2.100	258	(87,71%)	236	91,25%	0,19%
Vigilância em Saúde	-	8.537	N/A	8.532	99,95%	6,75%
TOTAL DE TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO	2.100	129.152	6.050,10%	126.373	97,85%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

*N/A= Não se Aplica, pois a Ação não possui dotação inicial.

Verifica-se que as transferências fundo a fundo são realizadas exclusivamente no elemento de despesa 81 (Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas) e referem-se a repasses aos municípios para financiamento de programas do Sistema Único de Saúde.

Esses repasses não são computados para cálculo do percentual mínimo de aplicação em saúde por serem de valor discricionário, apesar de fundamentadas por determinação legal, conforme abordado no capítulo Limites Legais e Constitucionais (8), item Recursos Destinados a Ações e a Serviços Públicos de Saúde (8.4)

As transferências Fundo a Fundo foram inicialmente fixadas na LOA apenas para o programa Proteção Social no Sistema Único de Assistência Social (Suas) e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), no montante de R\$2,1 milhões. Não houve previsão inicial para os programas de saúde.

Como as dotações orçamentárias a título dos programas de saúde foram remanejadas para esta modalidade de aplicação (41), por serem de natureza fundo a fundo, o orçamento foi suplementado em R\$127 milhões. Portanto, houve falha no planejamento de despesas, uma vez que os repasses foram orçados inicialmente como Contribuições na modalidade 40.

O orçamento inicialmente fixado em R\$2,1 milhões para o programa Proteção Social no Suas e Sinase foi reduzido em 87,71% com a atualização do orçamento.

Da dotação atualizada com transferências a Municípios Fundo a Fundo, foram repassados 97,85%, equivalentes ao montante de R\$126,3 milhões.

Quanto à execução delegada aos municípios, têm-se as seguintes despesas:

Tabela 5.53 - Execução Delegada aos Municípios (42)

(Em R\$ milhares)

Elemento de Despesa / Programa	Dotação Inicial (A)	Dotação Atualizada (B)	% alterações orçamentárias (B/A)	Despesa Realizada (C)	(C/B)	% de execução total
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	-	1.040	N/A*	316	30,35%	100,00%
Habitatar para Viver Melhor	-	1.040	N/A	316	30,35%	100,00%
TOTAL DA EXECUÇÃO DELEGADA AOS MUNICÍPIOS	-	1.040	N/A	316	30,35%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

*N/A= Não se Aplica, pois a Ação não possui dotação inicial.

Constata-se que o governo estadual não fixou, em seu orçamento inicial, valores de execução delegada aos municípios. Com as atualizações orçamentárias, foram autorizadas despesas no montante de R\$1 milhão nessa modalidade, no elemento Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (39), para o programa Habitar para Viver Melhor. Dessa autorização, foram executados R\$316 mil, equivalente a 30,35% do planejado.

Conclui-se que as transferências realizadas aos municípios, em geral, foram compatíveis com os valores fixados no orçamento autorizado, porém a ocorrência de alterações orçamentárias significativas demonstra a necessidade de aperfeiçoar o processo de planejamento inicial, uma vez que essas alterações podem afetar o desempenho de metas dos municípios, que contam com estes ingressos em seu próprio planejamento.

5.1.3.8. Utilização dos recursos referentes à taxa mineral

A Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) foi instituída pela Lei Estadual nº 7.591/2011, e regulamentada pelo Decreto nº 386/2012.

Essa taxa é proveniente do exercício do poder de polícia do Estado sobre a atividade minerária, cujo objetivo é financiar as atividades de planejamento do uso e gestão, registro, controle e fiscalização dos recursos minerais e das respectivas autorizações e concessões minerais, sem prejuízo da defesa do meio ambiente.

De acordo com o estabelecido na Lei Estadual nº 7.591/2011, art. 3º, I, II e III, Parágrafo único, verifica-se que o exercício do poder de polícia é exercido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme) - antiga Seicom - com o apoio operacional dos seguintes órgãos da Administração Estadual: Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) - antiga Sema - e Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica (Sectet) - antiga Secti, observadas as suas respectivas competências legais, conforme demonstrado:

Art. 3º O poder de polícia de que trata o art. 2º será exercido pela Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração - SEICOM para:

I - planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais relativas à utilização de recursos minerais e à gestão e ao desenvolvimento de sistemas de produção, transformação, expansão, distribuição e comércio de bens minerais;

II - registrar, controlar e fiscalizar as autorizações, licenciamentos, permissões e concessões para pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerários;

III - controlar, acompanhar e fiscalizar as atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerários.

Parágrafo único. No exercício das atividades relacionadas no caput, a SEICOM contará com o apoio operacional dos seguintes órgãos da Administração Estadual, observadas as respectivas competências legais:

I - Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA;

II - Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA;

III - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI.

A análise da execução orçamentária dos recursos originados por meio da TFRM identificou receita arrecadada no montante de R\$413,9 milhões, a seguir demonstrada:

(Em R\$ milhares)

Arrecadação de Receitas - TFRM					
Cód. Conta	Nome Conta	Previsto	Previsão Atualizada	Realizado	A Realizar
411219905	TAXA DE FISCALIZACAO DE RECURSOS MINERARIOS	466.729	466.729	413.983	52.747

Verificou-se a execução de despesas no montante de R\$492,6 milhões classificadas nos códigos de detalhamento da fonte de recursos como GEP Sefa Taxa Mineral. Considerando a receita arrecadada de R\$413,9 milhões e despesa realizada de R\$492,6 milhões verificou-se um déficit orçamentário de R\$78,7 milhões no exercício de 2015, sustentado pelo superávit acumulado de exercícios anteriores.

A análise identificou os órgãos executores dos respectivos gastos, conforme se demonstra a seguir:

Tabela 5.54 - Execução de Despesas com recursos da TFRM

(Em R\$ milhares)

ÓRGÃOS EXECUTORES	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (A)	Despesa Realizada (B)	% (B/A)	% Em relação ao total executado
DESPESAS CORRENTES	-	12.977	12.825	98,83%	2,60%
ENCARGOS SEFA	-	4.141	4.141	100,00%	0,84%
SEDEME	-	8.836	8.683	98,28%	1,76%
DESPESAS DE CAPITAL	-	482.028	479.868	99,55%	97,40%
CPH - PARA	-	517	517	100,00%	0,10%
NGTM	-	5.225	5.225	100,00%	1,06%
SECULT	-	2.050	2.049	99,94%	0,42%
SEDOP	-	180.041	178.202	98,98%	36,17%
SEDUC	-	1.775	1.745	98,33%	0,35%
SETRAN	-	291.801	291.801	100,00%	59,23%
SUSIPE	-	330	330	100,00%	0,07%
UEPA	-	289	-	0,00%	0,00%
Total	-	495.004	492.693	99,53%	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

O Órgão responsável por exercer o poder de polícia, de que trata o art. 2º da referida lei, a atual Sedeme, executou despesas correntes no montante de R\$8,6 milhões, o equivalente a 1,76% do total de despesas com esta fonte de recursos. A Sefa executou despesas correntes no montante de R\$4,1 milhões, equivalentes a

0,84% do total da despesa executada com recursos da TFRM no exercício de 2015, ficando o restante, 97,40% a cargo de outros órgãos, aplicado exclusivamente em despesas de capital.

Foi observado que, no exercício 2014, já se havia detectado o uso de 95,69% do produto de arrecadação da Taxa Mineral daquele ano com despesas de capital de outras unidades gestoras que não as relacionadas na norma legal, sendo motivo de observação no respectivo relatório de análise de contas de governo.

Nota-se que as unidades que utilizaram a maior parte dos recursos advindos da Taxa Mineral foram: Setran (59,23%) e Sedop (36,17%), cujas despesas somadas representam 95,40% da despesa total relacionada a essa fonte.

Analisando-se o objeto das despesas realizadas em 2015, observa-se a realização de despesas em várias ações programáticas, demonstrando-se, a seguir, as ações cujo montante de despesa realizado com recursos da TFRM foi mais significativo:

Tabela 5.55 - Ações realizadas com recursos da TFRM

(Em R\$ milhares)

Ações	Despesa Realizada	%
Construção de Rodovias	118.542	24,06%
Construção de Pontes	116.849	23,72%
Implementação do Projeto Asfalto na Cidade	41.512	8,43%
Conservação de Rodovias	34.711	7,05%
Duplicação da Perimetral - Trecho UFPA/Alm. Barroso	25.064	5,09%
Reforma de Unidades Prisionais	23.483	4,77%
Implantação de Alternativas Viárias à Rodovia BR-316 - Avenidas Liberdade e Independência	17.706	3,59%
Implantação de Hospitais de Média e Alta Complexidade	15.919	3,23%
Restauração de Rodovias	13.299	2,70%
Implementação do Centro Integrado da Pessoa com Deficiência	11.795	2,39%
Construção da Praça de Esporte e Lazer do Complexo Esportivo - Estádio Olímpico do Pará	10.363	2,10%
Recuperação de Pontes	6.406	1,30%
Construção de Espaços de Esporte e Lazer	5.434	1,10%
Implantação de Alternativas Viárias à Rodovia BR-316 - Avenida João Paulo II	5.225	1,06%
Demais Ações	46.384	9,41%
Total	492.693	100,00%

Fonte: Siafem 2015.

Verifica-se, portanto, que o produto de arrecadação da Taxa Mineral está classificado como recurso ordinário (fonte 01), e está sendo utilizado para custear despesas de capital em diversas ações governamentais, sem vinculação à aplicação específica.

Ressalta-se que as taxas são tributos vinculados a uma contraprestação do poder público, conforme estabelecido pela Constituição Federal, art. 145, inciso II, c/c o art. 77 do Código Tributário Nacional (CTN). Conforme o CTN, art. 4º, nota-se que a vinculação estipulada é relacionada à espécie tributária, mas não necessariamente ao seu produto de arrecadação. Tal modalidade tributária não obriga, mas orienta o legislador dos diversos entes federados sobre a vinculação da destinação desses recursos, se, e somente se, a atividade estatal custeada tiver

alguma relação com o fato gerador. Quanto a isso, a Lei Estadual nº 7.591/2011 não estipula nenhuma vinculação específica ao produto arrecadado.

A jurisprudência atual dos tribunais superiores pátrios indica a necessidade de haver razoável correspondência das receitas arrecadadas com as taxas e os custos relacionados ao exercício do poder de polícia. Assim, em princípio, os recursos obtidos com as taxas devem ser utilizados para compensar o ônus financeiro sofrido pelo Estado em razão do regular desempenho do poder de polícia sobre determinadas atividades privadas.

Frisa-se que a TFRM instituída no Estado do Pará é alvo de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), sob nº 4.786 no Supremo Tribunal Federal (STF). Considerando que tal análise ainda está sendo discutida pelo Poder Judiciário em suas respectivas instâncias, este Tribunal de Contas limita-se a demonstração das despesas ocorridas no exercício 2015.

Convém relatar que o presente relatório não contempla atos de responsabilidade dos ordenadores dos Órgãos executores das despesas com recursos da TFRM, já que constitui objeto de julgamento específico.

5.2. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

O Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado do Pará, aprovado para o exercício de 2015, estimou as receitas e fixou os dispêndios no montante de R\$266,1 milhões, e abrange os investimentos das sociedades de economia mista em que o estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto e que recebem recursos destinados exclusivamente para aumento de capital refletido na participação acionária.

No Orçamento de Investimento das Empresas, não estão computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Desse orçamento, 82,58% correspondem a R\$219,8 milhões de investimentos destinados para a execução de ações em projetos ou atividades, com recursos de origem do Tesouro Estadual para aumento de capital (fonte Recursos Ordinários – Participação Acionária do Estado); 16,84% equivalem a investimentos no montante de R\$44,8 milhões provenientes da fonte Recursos Próprios – Diretamente Arrecadado pela Administração Indireta – e 0,58% com previsão de Outras Fontes, no total de R\$1,5 milhão, conforme especificação a seguir:

Tabela 5.56 – Orçamento de Investimento das Empresas Controladas – 2015

(Em R\$ milhares)		
Fonte de Financiamento	Valor	%
1. Tesouro	219.807	82,58
2. Recursos Próprios	44.824	16,84
3. Outras Fontes	1.544	0,58
TOTAL	266.175	100,00

Fonte: Orçamento de Investimento das Empresas/2015-SEPOF.

No decorrer do exercício, a programação anual dos dispêndios a serem executados com recursos expressos na LOA, sofreu acréscimos pelos créditos suplementados e reduções com os créditos cancelados, gerando

dotação atualizada no montante de R\$237,8 milhões. Esse total engloba as programações Cosanpa, Gás do Pará e Cazbar, Empresas Controladas do Estado, que atuam, respectivamente, na execução de ações de Saneamento Básico Urbano; do setor da Indústria; Promoção Comercial e Comércio Exterior.

Na tabela, a seguir, demonstra-se o movimento da execução do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas do Governo do Estado, no exercício de 2015, que resultou na despesa empenhada no total de R\$154,3 milhões, bem como apresenta coeficientes que permitem observar, em termos percentuais, a movimentação do Orçamento por empresa no somatório dos gastos e o respectivo desempenho na execução de suas programações.

Tabela 5.57 – Execução do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas - 2015

(Em R\$ milhares)

EMPRESA	PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL TESOUREIRO (A)	CRÉDITO SUPLEMENTADO CANCELADO (B)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)=(A-B)	DESPESA EMPENHADA (D)	COMPOSIÇÃO% A.V
COSANPA	SANEAMENTO É VIDA	215.278	21.764	237.042	153.626	99,50
GÁS DO PARÁ	ENERGIA NO PARÁ	2.073	-1.704	369	369	0,24
CAZBAR	PARÁ COMPETITIVO	4.000	-3.600	400	400	0,26
BANPARÁ	MANUTENÇÃO DA GESTÃO	36.404	-36.404	0	0	-
	PARÁ COMPETITIVO	8.420	-8.420	0	0	-
TOTAL		266.175	-28.364	237.811	154.395	100,00

Fonte: Orçamento de Investimento das Empresas/ Siafem 2015.

No cumprimento da programação orçamentária, foram realizadas transferências de recursos às empresas com objetivo de aumentar a participação do Estado no capital social, através de subscrição de ações.

Os recursos foram registrados na conta 122110106 – Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital, no montante de R\$154,3 milhões, sendo empenhado: à Cosanpa, o total de R\$153,6 milhões; à Companhia de Gás do Pará o valor de R\$369 mil e à Cazbar, o valor de R\$400 mil.

Observou-se que os investimentos no montante de R\$153,6 milhões efetuados no programa Saneamento é Vida, vinculado à Cosanpa, apresentam-se reduzidos em 35,19%, em comparação à dotação atualizada de R\$237 milhões, ou reduzidos em 28,63%, em relação à dotação inicial de R\$215,2 milhões.

O desempenho na execução da programação da Cosanpa representa 99,50% do total das despesas empenhadas. Os recursos originaram-se da fonte do Tesouro Estadual (Recursos Ordinários), Recursos Provenientes de Transferências (Convênios e Outros) e Operação de Crédito.

Com relação à execução da despesa referente ao programa Energia no Pará realizado pela Companhia de Gás do Pará, o valor empenhado de R\$369 mil representa o total da dotação atualizada, porém, referido valor apresenta-se reduzido em 82,20%, se comparado à dotação inicial (R\$2 milhões), haja vista, o cancelamento de créditos no total de R\$1,7 milhão.

Ressalta-se que na composição da dotação inicial da Companhia de Gás do Pará havia previsão de recursos de Outras Fontes no montante de R\$1,5 milhão, entretanto não houve a execução orçamentária do referido recurso, sendo aplicado somente o recurso da fonte de origem do Tesouro Estadual - Recursos Ordinários.

Quanto à realização do Programa Pará Competitivo efetuado pela Cazbar, a despesa empenhada no valor de R\$400 mil atingiu o montante da dotação atualizada, porém, se comparado esse valor à dotação inicial de R\$4 milhões, percebe-se o decréscimo de 90% na execução da despesa.

Destaca-se que a previsão inicial no valor de R\$4 milhões, na fonte recursos de origem do Tesouro Estadual (Recursos Ordinários), foi cancelada, sendo suplementado o valor de R\$400 mil na fonte de Recursos Próprios - Diretamente Arrecadado pela Administração Indireta, repassados pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (Codec), empresa dependente, integrante da Administração Indireta do Estado, detentora de 100% de capital social da Cazbar, sob a qual está vinculada por ser sua subsidiária.

Para os Programas Manutenção da Gestão e Pará Competitivo a serem desenvolvidos pelo Banpará, havia a previsão de R\$44,8 milhões no Orçamento de Investimento de recursos próprios do Banpará, não constando programação com recursos de origem do Tesouro estadual, conseqüentemente, não houve execução orçamentária com recursos do Governo.

6

**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**



HANGAR - CONVENÇÕES E FEIRAS DA AMAZÔNIA

Arquivo Agência Pará

Foto: Cristino Martins

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para Ludícibus (1997), a ciência contábil tem por objetivo evidenciar as informações contábeis, financeiras e patrimoniais de uma entidade, sendo essa evidenciação compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com seus próprios objetivos, apresentando de forma ordenada informações quantitativas e qualitativas, as quais constituirão uma base adequada para conhecimento da sociedade.

No setor público não é diferente, a ciência contábil aplica, no processo gerador de informações, os princípios de contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial das entidades públicas, além das normas específicas como a Lei 4.320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e os manuais técnicos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As demonstrações contábeis do setor público têm como objetivo fornecer informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade pública e suas mudanças em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Com a finalidade de promover a convergência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), desde 2008, publica portarias para que os entes federativos elaborem práticas de absorção do “novo” pensar contábil pelo setor público brasileiro.

Por sua vez, o Conselho Federal de Contabilidade publicou a Resolução CFC nº 1.133/2008 alterada pela Resolução CFC nº 1.268/2009, a qual apresenta as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, aprovando a norma Técnica denominada de NBCT 16.6.

Tendo por base as normas acima supracitadas, a análise deste tópico do Relatório se concentrou nas seguintes Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), cujas publicações são exigidas para o exercício de 2015:

- a. Balanço Orçamentário;
- b. Balanço Financeiro;
- c. Balanço Patrimonial;
- d. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- f. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Por fim, cabe ressaltar que a exigência da padronização, estrutura, definições e publicação das demonstrações ocorre em virtude da evidenciação, análise e consolidação das contas públicas a nível nacional, em consonância com os ditames das regras de convergências e com o PCASP, realizadas por todos os entes da federação, sob a orientação da STN.

6.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Segundo a 6ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) publicado pela STN, válido para todos os entes da federação, o Balanço Orçamentário é uma peça de evidenciação contábil na qual apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde a excesso ou déficit de arrecadação.

Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

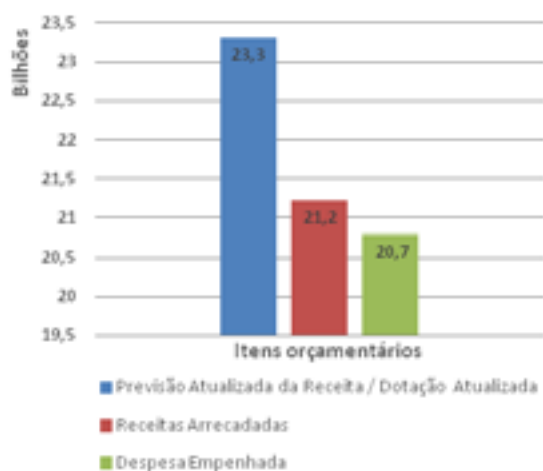
Para a análise contábil do Balanço Orçamentário estadual do exercício de 2015, utilizou-se como parâmetro a padronização das demonstrações contábeis disposta na Parte V da 6ª Edição do MCASP, mais especificamente, quanto às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

Quanto à metodologia de análise, realizou-se o processo de identificação, compilação e especificações de dados apresentados no Balanço Orçamentário. Na sequência foram aplicadas as técnicas de análise das demonstrações financeiras com vistas a avaliar a gestão orçamentária e, por fim, a análise das informações obtidas dentro dos critérios propostos pelo MCASP e pela teoria contábil.

A análise técnica está sustentada nas informações obtidas do Balanço Geral do Estado 2015 (BGE2015) e do Siafem, com o auxílio da ferramenta Business Objects (BO), tendo sido atualizados monetariamente os valores monetários dos exercícios anteriores a 2015, por meio do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), para fins de comparação com o exercício corrente.

A execução orçamentária das receitas e despesas do Estado, no exercício de 2015, está assim representada graficamente:

Gráfico 6.1 – Execução Orçamentária das Receitas e Despesas - 2015



Fonte: Siafem 2015.

As informações referentes às receitas arrecadadas estão apresentadas em seus valores líquidos, desta forma, excluíram-se as deduções das receitas correntes para a formação do Fundeb, restituições e perdas apuradas nas aplicações financeiras do RPPS.

De acordo com o gráfico anterior, constatou-se insuficiência de arrecadação na ordem de R\$2,1 bilhões, já que as receitas não foram arrecadadas conforme a previsão, havendo frustração de 9,01%.

Em se tratando de execução da despesa orçamentária, observou-se uma economia na ordem de R\$2,5 bilhões.

Ressalta-se que a economia orçamentária apenas evidencia a relação entre as despesas empenhadas e a sua dotação atualizada. Ou seja, esse indicador demonstra que o Estado executou 89,22% do total das despesas autorizadas em lei.

O Quociente da Execução da Despesa (QED), a seguir, demonstra, matematicamente, o anteriormente exposto.

$$\text{QED} = \frac{\text{Despesa Empenhada}}{\text{Dotação Atualizada}} = \frac{20,79 \text{ bilhões}}{23,30 \text{ bilhões}} = 0,8922$$

A execução orçamentária da despesa por Poder e Ministério Público Estadual está assim detalhada:

(Em R\$ milhares)

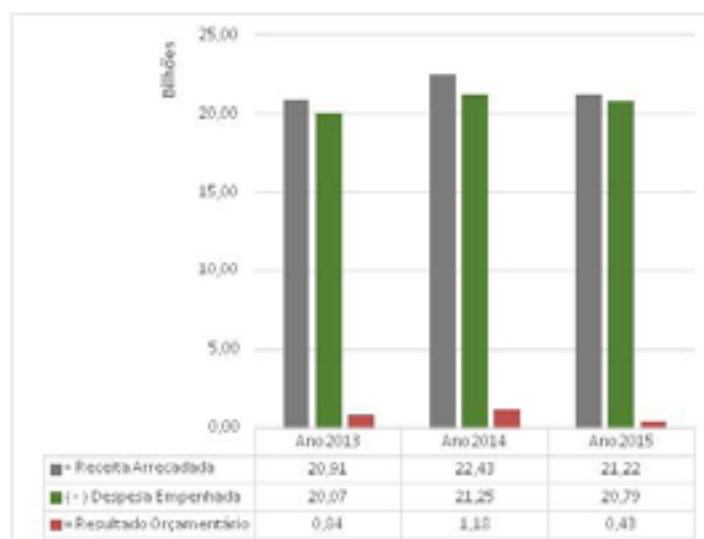
Discriminação	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
+ Dotação Atualizada	20.943.230	808.717	1.074.026	478.077
(-) Despesa Empenhada	18.505.325	786.257	1.033.741	465.554
= Economia Orçamentária	2.437.905	22.460	40.285	12.523

De acordo com o quadro acima, confrontando a dotação atualizada da despesa com a despesa empenhada, fica evidenciado que os três Poderes e o Ministério Público apresentaram economia orçamentária no exercício, ou seja, o valor da despesa executada foi menor que o seu valor previsto. Em termos percentuais, o quadro a seguir demonstra que o Poder Executivo apresentou a maior economia, seguido do Poder judiciário, Poder Legislativo e Ministério Público, nesta ordem:

Economia orçamentária por Poder - 2015	%
PODER EXECUTIVO	11,64
PODER JUDICIARIO	3,75
PODER LEGISLATIVO	2,78
MINISTÉRIO PÚBLICO	2,62

O gráfico seguinte apresenta a série histórica dos Resultados Orçamentários do governo do estado nos exercícios de 2013 a 2015, obtido pelo confronto entre receitas e despesas, observado o disposto na Lei nº 4.320/1964, art. 35, I e II, que dispõe pertencerem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

Gráfico 6.2 - Resultados Orçamentários Consolidados 2013-2015



Fonte: Siafem 2013-2015.

De acordo com o gráfico anterior, nos últimos três exercícios, o governo estadual apresentou resultados orçamentários superavitários, ou seja, as receitas arrecadadas foram maiores que as despesas empenhadas. Não obstante, o resultado orçamentário do ano de 2015 (R\$426 milhões) foi o menor da série histórica apresentada, correspondendo a 36,44% do resultado orçamentário do exercício anterior.

Ratificando o superávit orçamentário encontrado, o Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) do exercício de 2015 apresenta valor positivo em 2,05%:

$$QRO = \frac{\text{Receita arrecadada}}{\text{Despesa empenhada}} = \frac{21.216.640}{20.790.877} = 1,0205$$

O resultado orçamentário consolidado do estado por categoria econômica está assim demonstrado:

(Em R\$ milhares)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	VALOR
Receitas Correntes	20.977.689	
(-) Despesas Correntes	18.836.417	
Superávit do Orçamento Corrente		2.141.272
Receitas de Capital	238.951	
(-) Despesas de Capital	1.954.460	
Déficit do Orçamento de Capital		(1.715.509)
= RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		425.763

Para apuração do resultado apresentado, foi adotada a metodologia do MCASP - 6ª edição, a qual efetua as deduções de receita para totalização das receitas correntes e computa as operações intraorçamentárias para apuração das receitas e despesas correntes.

Quanto às receitas e despesas de capital, seus valores foram obtidos do BGE2015.

Os valores apresentados no demonstrativo anterior possibilitam inferir que, tratando-se do orçamento corrente, houve superávit da ordem de R\$2,1 bilhões. Quanto ao orçamento de capital, devido ao montante da despesa ter sido maior que o da receita, constatou-se déficit de R\$1,7 bilhão.

Dessa forma, nota-se que o resultado orçamentário positivo total de R\$425,7 milhões é proveniente do esforço orçamentário corrente, indicando uma capitalização de recursos, ou seja, a utilização de recursos correntes na formação ou aquisição de bens de capital.

Quanto à análise dos índices da receita própria, foram utilizados o Índice de Receita Própria (IRP) e o Índice de Autossuficiência da Receita Própria (IARP), ambos sugeridos pelo MCASP.

O IRP indica a capacidade de arrecadação do Estado, independente das transferências recebidas a qualquer título e das operações de crédito realizadas. E o IARP demonstra o quanto das despesas orçamentárias do Estado foi custeado por recursos próprios.

É importante frisar que, na análise desses índices, quanto maior o valor encontrado, melhor a situação da proveniência da fonte a qual financia as despesas.

Índice de Receita Própria – IRP

$$\text{IRP} = \frac{\text{Receita Orçamentária – (Transf. + Op. de Créd.)}}{\text{Receita Orçamentária}} \times 100 = \frac{13.020.801}{21.216.640} \times 100 = \mathbf{61,37}$$

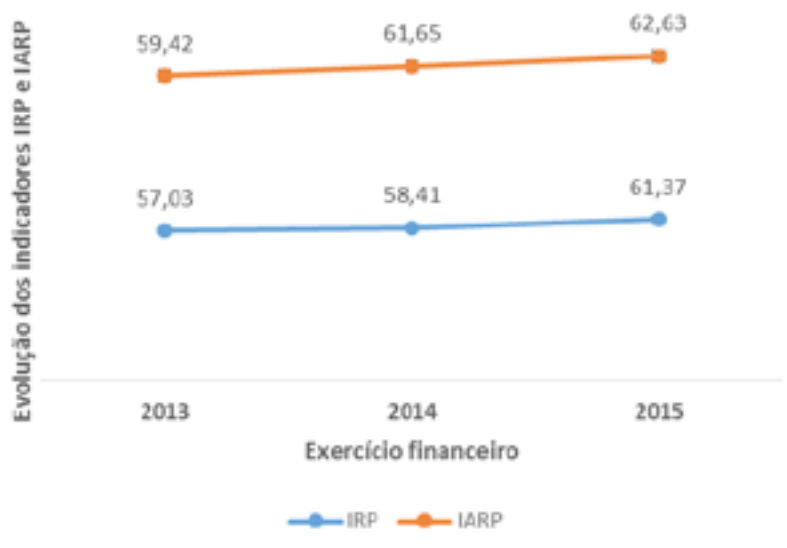
Índice de Autossuficiência da Receita Própria – IARP

$$\text{IARP} = \frac{\text{Receita Orçamentária – (Transf. + Op. de Créd.)}}{\text{Despesa Orçamentária}} \times 100 = \frac{13.020.801}{20.790.877} \times 100 = \mathbf{62,63}$$

Quanto ao IRP, verificou-se que esse atingiu o percentual de 61,37%, demonstrando que a arrecadação estadual por meio de recursos próprios foi superior às transferências recebidas somadas às operações de crédito realizadas. Já o IARP evidenciou que os recursos próprios conseguiram custear 62,63% do total das despesas orçamentárias, ou seja, o estado dependeu de fontes de terceiros (transferências ou operações de créditos) para pagar 37% de suas despesas.

Em complemento à análise, demonstra-se no gráfico, a seguir, o comportamento dos índices IRP e IARP nos exercícios de 2013 a 2015.

Gráfico 6.3 - Evolução do IRP e IARP - 2013-2015



Fonte: Siafem 2013-2015

De acordo com o gráfico anterior, no período analisado, o IRP e o IARP apresentaram evolução, evidenciando o aumento da capacidade de arrecadação do Estado e menor dependência do recebimento por transferências financeiras e operações de crédito.

Entre os anos de 2014 a 2015, a evolução do IRP e do IARP correspondeu, respectivamente, a 2,96 e 0,98 pontos percentuais, e nos exercícios de 2013 a 2014, aumentaram, respectivamente, 1,38 e 2,23 pontos percentuais.

6.2. BALANÇO FINANCEIRO

Segundo a da 6ª edição do MCASP, o Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior, na coluna dos ingressos, e o saldo em espécie para o exercício seguinte, na coluna dos dispêndios.

Nesta seção, é apresentada a análise contábil do Balanço Financeiro estadual do exercício de 2015. Para tanto, utilizou-se como parâmetro as orientações na Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Pú-

blico da 6ª edição do MCASP, que trata da padronização das demonstrações contábeis a serem apresentadas pelos entes na divulgação das contas anuais.

Como metodologia, realizou-se o processo de identificação, compilação e especificações de dados apresentados no Balanço Financeiro. Na sequência foi analisado seu preenchimento e em seguida aplicadas técnicas de análise das demonstrações financeiras com vistas a avaliar a gestão financeira dentro dos critérios propostos pelo MCASP e pela teoria contábil.

Preliminarmente, apresenta-se uma abordagem geral do resultado dos exames realizados nas receitas e despesas orçamentárias e nos ingressos e dispêndios extraorçamentários por meio das informações consolidadas, em seguida, apuração e análise do fluxo de caixa real, das disponibilidades, dos coeficientes financeiros da execução orçamentária e extraorçamentária, e por fim, análise comparativa dos resultados financeiros nos dois últimos exercícios, conforme demonstração a seguir:

Tabela 6.1 – Balanço Financeiro - Consolidado

(Em R\$ milhares)

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2015	ESPECIFICAÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2015
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	22.433.234	21.216.640	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	21.253.440	20.790.877
Ordinária	16.612.566	13.309.968	Ordinária	13.372.767	13.602.551
Vinculada	8.694.078	7.906.672	Vinculada	7.880.673	7.188.326
Transf. Finan. recebidas (II)	22.619.565	21.368.579	Transf. Finan. Concedidas (VII)	22.619.568	21.368.579
Receb. Extraorçamentários (III)	38.877.321	37.804.339	Pag. Extraorçamentários (VIII)	39.652.437	38.402.006
Saldo do exercício anterior (IV)	2.196.213	2.290.415	Saldo p/ o exercício seguinte (IX)	2.600.891	2.118.511
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	86.126.333	82.679.973	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	86.126.333	82.679.973

Fonte: Siafem 2015 e BGE 2015

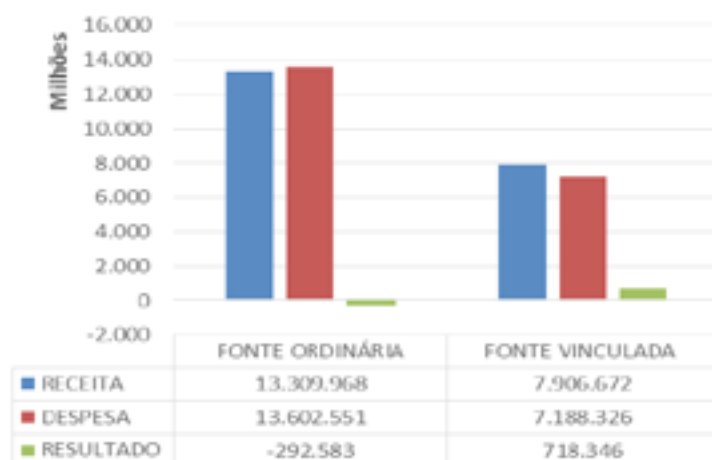
Utilizando-se das informações contidas no Balanço Financeiro anteriormente demonstrado, observou-se movimentação financeira no montante acima de R\$82,6 milhões em 2015, porém abaixo do movimentado em 2014, correspondente a R\$86,1 milhões, atualizados monetariamente.

Verificou-se que no exercício de 2015 as despesas ordinárias superaram em 2% as receitas arrecadadas por fontes ordinárias. Ao passo que os recursos vinculados excederam as despesas vinculadas em 10%, conforme demonstrado no quadro e gráfico a seguir:

(Em R\$ milhares)

RECEITA ORÇAMENTÁRIA (A)	VALOR	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (B)	VALOR	RESULTADO C = A - B
Ordinária	13.309.968	Ordinária	13.602.551	(292.583)
Vinculada	7.906.672	Vinculada	7.188.326	718.346
RESULTADO FINANCEIRO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				425.763

Gráfico 6.4 - Apuração do resultado financeiro do orçamento por fonte



Fonte: Siafem 2015 e BGE 2015

Destaca-se que o resultado financeiro positivo da execução orçamentária se refere exclusivamente aos recursos vinculados, ou seja, os quais possuem finalidades específicas, que devem ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso, conforme artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Desta forma, a sobra financeira de recursos vinculados também deve ser utilizada para atender suas finalidades específicas.

Ainda com base nas informações do Balanço Financeiro foi possível extrair que restaram menos recursos financeiros no cofre público estadual na comparação de 2014 a 2015, alcançando uma redução de mais de 7,5%.

Para a análise do Fluxo de Caixa Real, que visa evidenciar as efetivas movimentações financeiras relacionadas com o resultado financeiro do exercício, desconsiderou-se os valores referentes às transferências financeiras recebidas e concedidas, excluindo-se do montante dos recebimentos orçamentários os valores dos restos a pagar inscritos no exercício. Nos recebimentos extraorçamentários foram subtraídos os valores de receita financeira diferida e os restos a pagar, e nos pagamentos extraorçamentários foi deduzida somente a receita financeira diferida, alcançando o seguinte resultado:

Tabela 6.2 - Fluxo de Caixa Real

(Em R\$ milhares)	
FLUXO DE CAIXA REAL	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	21.216.640
(-) Dispendios Orçamentários Pagos (regime de caixa)	20.692.709
RESULTADO FINANCEIRO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (1)	523.931
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	13.073.997
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	13.769.832
RESULTADO FINANCEIRO DA EXECUÇÃO EXTRAORÇAMENTÁRIO (2)	-695.835
RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (1-2)	-171.904

Fonte: Siafem 2015.

Diante das informações do Fluxo de Caixa Real, observou-se que os ingressos orçamentários recebidos pelo Estado superaram os dispêndios orçamentários efetivamente pagos, no montante de R\$523,9 milhões. Cabe observar que, para esta análise, não foram considerados os valores dos restos a pagar inscritos no exercício. Em contrapartida, os ingressos extraorçamentários não foram suficientes para cobrir os dispêndios extraorçamentários, tendo como consequência, um resultado deficitário de aproximadamente R\$695,8 milhões.

Dessa forma, o Fluxo de Caixa Real apresentou um resultado financeiro do exercício negativo, no valor equivalente a R\$171,9 milhões.

Tratando-se da análise da disponibilidade de recursos em caixa, o demonstrativo a seguir apresenta o resultado financeiro do exercício. O resultado deficitário (negativo) de R\$171,9 milhões somados com os depósitos restituíveis e valores vinculados para o exercício seguinte conjugado com os depósitos restituíveis e valores vinculados do exercício anterior ocasionaram redução de 15% nas disponibilidades de recursos em caixa fechando o exercício financeiro de 2015 em R\$1,9 bilhão.

(Em R\$ milhares)

FLUXO DE CAIXA REAL	VALORES	% A.V
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	2.288.289	1,00
(+) Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados Exer. Anterior	2.126	0,00
(-) Déficit Financeiro do Exercício	171.904	0,80
(-) Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados Exer. Seguinte	167.793	0,70
= Caixa e Equivalentes de Caixa Final	1.950.718	0,85

Do Balanço Financeiro também é possível realizar análises dos quocientes conforme o MCASP. Os coeficientes possíveis são: o que apura o resultado financeiro proveniente da execução orçamentária e o que apura o resultado financeiro proveniente da execução extraorçamentária.

Coeficiente financeiro orçamentário - CFO

$$\text{CFO} = \frac{\text{RECEITA ORÇAMENTÁRIA}}{\text{DESPESA ORÇAMENTÁRIA}} = \frac{21.216.640}{20.790.877} = 1,0205$$

Coeficiente financeiro extraorçamentário - CFE

$$\text{CFE} = \frac{\text{RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS}}{\text{PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS}} = \frac{37.804.339}{38.402.006} = 0,9844$$

Com base no CFO, constatou-se que o estado do Pará, ao alcançar coeficiente de aproximadamente 1,02, obteve ingressos financeiros orçamentários suficientes para suprir os dispêndios financeiros de mesma natureza, ocasionando o superávit financeiro orçamentário anteriormente relatado.

Quanto ao CFE, verificou-se um coeficiente de aproximadamente 0,98, evidenciando que os ingressos financeiros de natureza extraorçamentária foram insuficientes para arcar com os dispêndios correspondentes.

Quanto à evolução do resultado financeiro do estado no último triênio, o quadro a seguir apresenta uma série histórica e horizontal desta evolução, referente aos três últimos exercícios financeiros. Verificou-se que o resultado consolidado do estado no exercício de 2013 foi negativo em aproximadamente R\$97,3 milhões. Em 2014 ocorreu um superávit equivalente a R\$404,6 milhões. Ao se comparar os resultados financeiros do exercício de 2015 com 2013, constata-se uma variação negativa equivalente 76,51%. E na comparação entre 2015 e 2014, notou-se a ocorrência de outra elevada variação negativa equivalente a 142,48%, devido ao resultado financeiro do exercício de 2015.

(Em R\$ milhares)

RESULTADO FINANCEIRO	2013	2014	2015	2015/2013	2015/2014
	VALOR	VALOR	VALOR	% A.H	% A.H
	(97.390)	404.678	(171.904)	(76,51)	(142,48)

6.3. BALANÇO PATRIMONIAL

Segundo o MCASP, 6ª edição, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que podem afetar o patrimônio, por isso são registrados em contas de compensação.

O Balanço Patrimonial é estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, o qual evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública. Complementando esse entendimento, o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução CFC nº 1.437/2013, norteia:

- (a) ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;
- (b) passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;
- (c) patrimônio líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos;

Porém, a Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Considerando as normas acima, a análise realizada no Balanço Patrimonial do Estado, referente ao exercício 2015, teve por objetivos: obter a representatividade percentual dos itens patrimoniais por meio da análise vertical; verificar a variação dos elementos patrimoniais através da análise horizontal e identificar a situação financeira do Estado, por meio da análise por índices da situação financeira.

Como metodologia, realizou-se o processo de identificação, compilação e especificações de dados apresentados no Balanço Patrimonial. Na sequência foram aplicadas as técnicas de análise das demonstrações financeiras com vistas a avaliar a gestão econômico-financeira governamental e, posteriormente, efetuou-se análise de informações obtidas dentro dos critérios propostos pelo MCASP e pela teoria contábil.

A análise técnica está sustentada nas informações obtidas do Balanço Geral do Estado 2015 (BGE2015) e do Siafem, com o auxílio da ferramenta Business Objects (BO), tendo sido atualizados monetariamente os valores monetários dos exercícios anteriores a 2015, por meio do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), para fins de comparação com o exercício sob análise.

O quadro seguinte demonstra, de forma sintética, o Balanço Patrimonial do Estado, exercícios 2014 e 2015:

(Em R\$ Milhares)

ATIVO	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2015	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2015
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalente de caixa	2.600.891	1.950.717	Obrig. Trab. Prev. E ass. A pagar	50.872	92.923
Créditos a curto prazo	122.807	296.566	Empréstimos e financiamento	-	478.942
Demais créd e valores a curto prazo	344.362	575.321	Fornecedores	130.446	48.237
Investimentos apl. Temp. Curto prazo	3.257.486	3.431.658	Obrigações fiscais	9.151	5.817
Estoque	73.014	56.272	Obrig. De repart. a outras Entes	-	21.007
VPD pagas antecipadamente	2	3.558	Provisões	15.586	13.712
			Demais obrigações	277.498	358.197
Total do ativo circulante	6.398.562	6.314.092	Total do passivo circulante	483.552	1.018.835
Ativo não circulante			Passivo não circulante		
Realizável a longo prazo	1.687.021	475.794	Obrig. Trab. Prev. E ass. A pagar	375.608	338.500
Créditos a longo prazo	1.459.088	275.155	Empréstimos e financiamento	3.872.354	3.141.696
Empréstimos e Finan. Concedidos	11.456	10.080	Obrigações fiscais	7.424	6.102
Dívida ativa tributária	10.149.086	9.991.425	Provisões	3.071.610	2.765.545
Dívida ativa não tributária	707.446	782.949	Demais obrigações	79.572	440.344
(-) Ajuste de perd. de créd. a LP	9.408.900	10.509.299			
Demais créditos a longo prazo	202.422	178.194	Total do passivo não circulante	7.406.567	6.692.187
Estoques	25.511	22.445	Total do passivo	7.890.119	7.711.023
Investimentos	1.944.093	1.744.531	Patrimônio líquido		
Imobilizado	8.636.637	8.355.464	Patrimônio social e capital social	8.840.552	117.423
Bens móveis	2.638.397	2.542.976	Reservas de capital	40.889	35.975
(-) Deprec. acum.- bens moveis	-	474.002	Reservas de reavaliação	-	15
Bens imóveis	6.069.426	6.286.501	Reservas de lucros	18	9.025.529
(-) Deprec. acum.- bens imóveis	-	12	Resultados acumulados	1.894.829	-
Intangível	95	84			
Total do ativo não circulante	12.267.846	10.575.872	Total do patrimônio líquido	10.776.288	9.178.942
Total	18.666.408	16.889.965	Total	18.666.408	16.889.965
Ativo financeiro	5.968.783	5.721.361	Passivo financeiro	428.592	456.365
Ativo permanente	12.697.625	11.168.603	Passivo permanente	7.461.527	7.254.658
Total	18.666.408	16.889.965	Total	7.890.119	7.711.023
			Saldo patrimonial	10.776.288	9.178.942

Para verificar a relação percentual entre as principais contas contábeis (e subgrupo de contas) com seus respectivos grupos (Ativo ou Passivo totais), elaborou-se o quadro a seguir:

(Em R\$ milhares)

ATIVO	Exercício 2014	AV%	Exercício 2015	AV%
ATIVO CIRCULANTE	6.398.562	34%	6.314.092	37%
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	12.267.846	66%	10.575.872	63%
TOTAL	18.666.408	100%	16.889.965	100%
PASSIVO CIRCULANTE	483.552	2%	1.018.835	6%
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	7.406.567	40%	6.692.187	40%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.776.288	58%	9.178.942	54%
TOTAL DO PASSIVO E PL	18.666.408	100%	16.889.965	100%

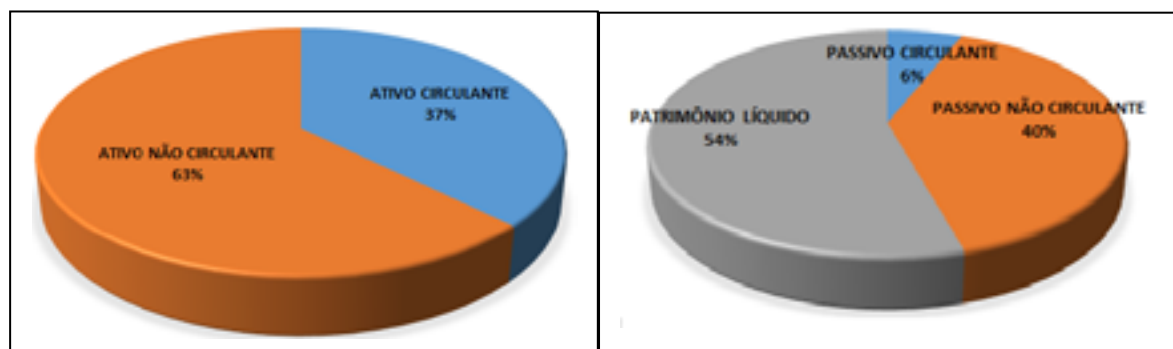
Observa-se que o patrimônio bruto do estado (ativo) estava formado, em sua maior parcela, pelos bens e direitos a longo prazo, como dívida ativa tributária e bens móveis. Quanto às obrigações, 40% delas pertenciam ao subgrupo não circulante.

Ainda sobre o Ativo não circulante, destaca-se que o valor de ajuste de perdas de créditos a longo prazo (ajuste de perdas de dívida ativa tributária a longo prazo) de R\$10,5 bilhões, delineado no quadro inicial deste tópico, demonstra a ineficiência do estado quanto à capacidade de arrecadação de tributos de exercícios anteriores que lhes são devidos, suprimindo assim a expectativa de seus recebimentos.

Quanto às origens de recursos, 54% são próprias (patrimônio líquido) e apenas 6% foram registradas como exigíveis a curto prazo, como as contas de empréstimos e financiamentos.

As informações anteriormente estão assim representadas:

Gráfico 6.5 - Análise vertical dos subgrupos do Ativo e do Passivo



Fonte: Siafem 2014 e 2015/ Business Objects 2014 e 2015.

Quanto à análise vertical comparativa dos anos 2014 e 2015, é possível perceber que os ativos circulantes e não circulantes tiveram queda no exercício de 2015, ocasionando diminuição do ativo total. Também houve queda do patrimônio líquido em 15% e aumento das obrigações a curto prazo em R\$535,2 milhões, os quais serão detalhados adiante, em análise horizontal.

Em relação à evidenciação das contas de maior representatividade, em relação aos seus subgrupos, constatou-se que o imobilizado do estado, em 2015, correspondeu a 79% de todo ativo não circulante e que os empréstimos a curto prazo equivaleram a 47% do total Passivo circulante, conforme quadro abaixo:

(Em R\$ Milhares)

ATIVO	Exercício 2015	AV%
ATIVO CIRCULANTE	6.314.092	100%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.950.717	31%
INVESTIMENTOS APL. TEMP. CURTO PRAZO	3.431.658	54%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.575.872	100%
IMOBILIZADO	8.355.464	79%
TOTAL DO ATIVO	16.889.965	
PASSIVO	Exercício 2015	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	1.018.835	100%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTO	478.942	47%
DEMAIS OBRIGAÇÕES	358.197	35%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.692.187	100%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTO	3.141.696	47%
PROVISÕES	2.765.545	41%
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	7.711.023	

A comparação dos valores dos grupos de contas dos exercícios de 2015 e 2014, permite verificar a variação dos elementos patrimoniais, conforme quadro e representação gráfica a seguir:

(Em R\$ milhares)

ATIVO	2014 (A)	2015 (B)	Var % (B/A)
ATIVO CIRCULANTE	6.398.562	6.314.092	(1,32)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	12.267.846	10.575.872	(13,79)
TOTAL DO ATIVO	18.666.408	16.889.965	(9,52)

Gráfico 6.6 - Análise horizontal dos subgrupos do Ativo



Fonte: Siafem 2014 e 2015.

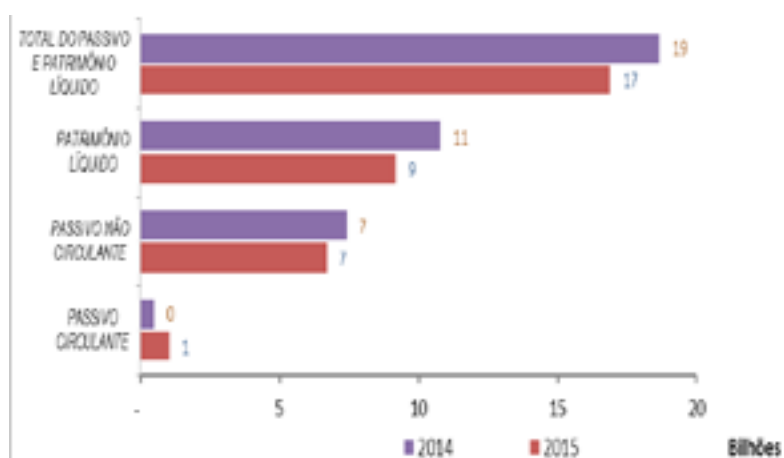
A análise horizontal nos subgrupos do Ativo demonstra que o Ativo Circulante teve diminuição de 1,32%, enquanto que o Ativo Não Circulante reduziu em 13,79%, o que ocasionou diminuição do ativo total do estado de aproximadamente 9,52%.

Em relação ao grupo do Passivo, pode-se observar no quadro seguinte que o subgrupo passivo circulante aumentou aproximadamente 111%, enquanto verificou-se redução percentual nos demais subgrupos, destacando-se o patrimônio líquido estadual que reduziu 14,82%.

(Em R\$ milhares)

PASSIVO	2014 (A)	2015 (B)	Var % (B/A)
PASSIVO CIRCULANTE	483.552	1.018.835	110,70
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	7.406.567	6.692.187	(9,65)
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	7.890.119	7.711.023	(2,27)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.776.288	9.178.942	(14,82)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.666.408	16.889.965	(9,52)

Gráfico 6.7 - Análise horizontal dos subgrupos do Passivo



Fonte: Siafem 2014 e 2015.

A análise por Índice fornece informações que não são identificadas prontamente, considerando os aspectos qualitativos e quantitativos da respectiva demonstração contábil (MARTINS, 2012).

Os índices apresentados têm por fim identificar a situação financeira do estado e estão classificados como: Índices de liquidez, de solvência (grau de solvência) e de estrutura de capitais.

A análise baseou-se nos índices: liquidez imediata, liquidez corrente, liquidez seca, liquidez geral, índice de solvência, endividamento geral, composição do endividamento, calculados conforme metodologia apresentada pela STN.

O quadro abaixo discrimina os quocientes calculados nos anos de 2014 e 2015 e a variação desses ocorridas no interstício temporal em análise.

QUOCIENTES	2014 (A)	2015 (B)	Var. % (B/A)
LIQUIDEZ IMEDIATA	5,38	1,91	(64%)
LIQUIDEZ CORRENTE	13,23	6,20	(53%)
LIQUIDEZ SECA	6,34	2,77	(56%)
LIQUIDEZ GERAL	1,02	0,88	(14%)
ÍNDICE DE SOLVÊNCIA	2,37	1,37	(42%)
ENDIVIDAMENTO GERAL	0,42	0,73	72%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	0,06	0,13	116%

O índice de liquidez imediata relaciona as Disponibilidades do Ativo com o Passivo Circulante, revelando a capacidade financeira da entidade em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo, contando apenas com os recursos disponíveis em caixa ou bancos. Ou seja, como o índice do estado foi de 1,91%, tem-se que o mesmo possuía capacidade de honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo, porém capacidade esta menor do que apresentada no ano anterior.

O índice de liquidez corrente é resultante da relação entre Ativo Circulante e Passivo Circulante. A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). Segundo o balanço patrimonial, os recursos a curto prazo equivaleram a mais de seis vezes as suas dívidas circulantes.

A liquidez seca demonstra quanto a entidade poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer face às suas obrigações de curto prazo. Por esse índice, o estado do Pará possuía disponibilidades capazes de pagar em até duas vezes as obrigações de curto prazo.

A liquidez geral mede a capacidade da entidade em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazos.

Em se tratando de todas as suas obrigações, tanto de curto quanto de longo prazo, o estado do Pará, em 2015, não apresentou capacidade de honrar todos os seus compromissos sem precisar lançar mão de seus bens imobilizados, investimentos e intangíveis.

Quanto ao índice de solvência, verificou-se uma redução de 42%. Entretanto, esse índice demonstrou que o investimento total (ativo) do estado representou 137% do valor das suas dívidas (passivo exigível).

Assim, o total dos ativos apresentou-se suficiente para pagar os compromissos com um saldo de 37%. Isso significa também, que para cada R\$100 (cem reais) de dívidas, o Estado possuía R\$137 (cento e trinta e sete reais) de investimentos (ativos). Ressalta-se que uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro.

O índice endividamento geral demonstra o grau de endividamento da entidade e reflete a sua estrutura de capital. No exercício de 2015, o passivo exigível do Estado representou 73% do ativo total.

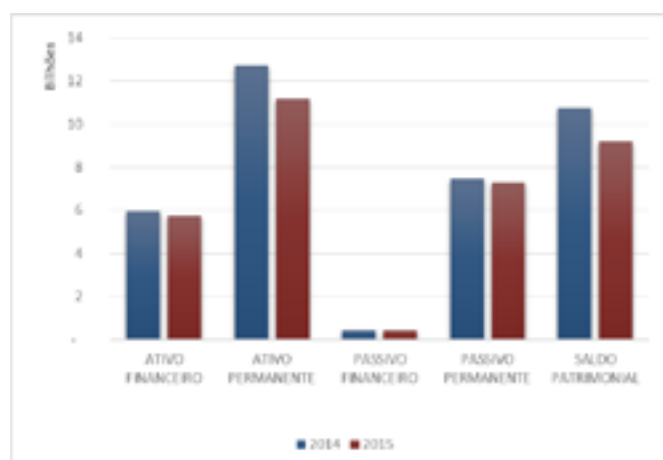
Quanto à composição do endividamento, que representa a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total, o estado demonstrou que a concentração maior das suas dívidas se encontra no longo prazo, visto que 13% das dívidas estão no curto prazo, no entanto, constatou-se, em comparação com exercício anterior, que esse índice dobrou em termos percentuais.

O Balanço Patrimonial, sob a ótica da Lei nº 4.320/1964, confere viés orçamentário. Para análise segundo essa lei, efetuou-se uma análise comparativa de valores entre os anos de 2014 e 2015, bem como se apurou o superávit financeiro, conforme demonstrado no quadro e no gráfico a seguir:

(Em R\$ milhares)

Item	2014 (A)	2015 (B)	Var. % (B/A)
ATIVO FINANCEIRO	5.968.783	5.721.361	(4,15)
ATIVO PERMANENTE	12.697.625	11.168.603	(12,04)
PASSIVO FINANCEIRO	428.592	456.365	6,48
PASSIVO PERMANENTE	7.461.527	7.254.658	(2,77)
SALDO PATRIMONIAL	10.776.288	9.178.942	(14,82)

Gráfico 6.8 - Análise horizontal dos itens patrimoniais sobre a ótica orçamentária



Fonte: Siafem 2014 e 2015.

Conforme o quadro anterior, verificou-se redução do ativo financeiro (4,15%) acompanhado de aumento do passivo financeiro (6,48%). Houve redução significativa do saldo patrimonial (14,82%) e do ativo permanente (12,04%), seguida de uma pequena redução do passivo permanente (2,77%).

Conforme se verifica no demonstrativo a seguir, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício 2015 foi de R\$5,2 bilhões. Se comparado com o exercício de 2014, verifica-se redução de R\$275,1 milhões.

(Em R\$ milhares)

Item	2014	2015
ATIVO FINANCEIRO	5.968.783	5.721.361
PASSIVO FINANCEIRO	428.592	456.365
SUPERÁVIT FINANCEIRO	5.540.191	5.264.996

6.3.1. Ativo não Circulante

Em virtude da relevância de seus saldos finais em relação ao saldo total do ativo, detalhou-se o subgrupo Ativo imobilizado e em seguida a composição da dívida ativa constante no Balanço Patrimonial, conforme segue.

6.3.1.1. Imobilizado

Para tratar da representatividade percentual do subgrupo do imobilizado em relação ao ativo não circulante e ao ativo total, elaborou-se o seguinte quadro:

(Em R\$ milhares)

ATIVO	Exercício 2014	AV%	Exercício 2015	AV%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	12.267.846	100%	10.575.872	100%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.687.021	14%	475.794	4%
INVESTIMENTOS	1.944.093	16%	1.744.531	16%
IMOBILIZADO	8.636.637	70%	8.355.464	79%
INTANGÍVEL	95	0%	84	0%
IMOBILIZADO EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ATIVO	18.666.408	46%	16.889.964,65	49%

Com base no quadro anterior, em relação ao ano de 2015, o imobilizado representou 79% de todo ativo não circulante e 49% do ativo total, constituído em sua maior parcela pelos bens imóveis do estado, como: terrenos, obras em andamento, construções e ampliações. Segundo o BGE 2015, esses bens foram registrados pelos valores nominais atribuídos por ocasião de suas respectivas aquisições ou pelo custo de produção ou de construção.

Quanto ao levantamento dos bens do estado (cadastro, tombamento e distribuição), a portaria conjunta (Sead, Sefa, AGE) n.º 593/2015 foi categórica ao estabelecer que o procedimento fosse efetuado até o encer

ramento do exercício de 2015. Quanto à depreciação contábil dos bens, a referida portaria dispõe que deverá ocorrer a partir do levantamento efetuado, assim, esses registros contábeis deverão estar contidos no Balanço Geral do próximo exercício.

Para tratar da variação dos elementos do ativo não circulante, elaborou-se o quadro abaixo:

(Em R\$ milhares)

ATIVO	2014 (A)	2015 (B)	Var % (B/A)
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.687.021	475.794	(72%)
INVESTIMENTOS	1.944.093	1.744.531	(10%)
IMOBILIZADO	8.636.637	8.355.464	(3%)
BENS MÓVEIS	2.638.397	2.068.974	(22%)
BENS IMÓVEIS	6.069.426	6.286.490	4%
INTANGÍVEL	95	84	(12%)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	12.267.846	10.575.872	(14%)

Com base no quadro anterior, dentre os bens registrados no grupo do Ativo não circulante, apenas a conta bens imóveis aumentou no exercício de 2015, em relação a 2014.

A maior redução ocorreu no grupo Ativo Realizável a Longo Prazo (72%), seguido do subgrupo Bens Móveis (22%).

O índice de imobilização do patrimônio líquido (IPL) ou Grau de imobilização (GI) indica quanto do patrimônio líquido foi investido em bens e direitos permanentes (investimentos, imobilizado, intangível). O Índice de Imobilização dos Recursos Não Correntes (IRNC) evidencia quanto dos recursos não correntes foi aplicado no imobilizado.

O Ativo Permanente do estado correspondeu a R\$10,1 bilhões, enquanto o Patrimônio Líquido correspondeu a R\$9,1 bilhões, conforme quadro a seguir:

(Em R\$ milhares)

ATIVO	2015
INVESTIMENTOS	1.744.531
IMOBILIZADO	8.355.464
INTANGÍVEL	84
ATIVO PERMANENTE	10.100.078
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL	9.178.942
IPL = ATIVO PERMANENTE / PL	1,10

Conforme quadro anterior verificou-se que o estado imobilizou todo o recurso proveniente de seu capital próprio, situação esta que pode acarretar em futuros endividamentos.

A apuração do IRNC encontra-se na forma a seguir:

(Em R\$ milhares)

ATIVO	2015
INVESTIMENTOS	1.744.531
IMOBILIZADO	8.355.464
INTANGÍVEL	84
ATIVO PERMANENTE	10.100.078
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL	9.178.942
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL - PE	6.692.187
IPL = ATIVO PERMANENTE / PL + PE	0,64

Considerando que o Passivo Exigível, a longo prazo, totalizou R\$6,7 bilhões, o IRNC demonstrou que o estado utilizou 64% dos seus recursos próprios somados aos recursos de terceiros de longo prazo para imobilização de seus ativos.

6.3.1.2. Dívida Ativa

A Dívida Ativa Tributária é o crédito que o Estado possui proveniente de obrigações legais relativas a tributos e respectivos adicionais, atualizações monetárias, encargos e multas tributárias. Enquanto que a Dívida Ativa Não Tributária corresponde aos demais créditos da Fazenda Pública.

No exercício em análise, o estoque final da dívida ativa totalizou R\$10,9 bilhões, que foi formado pela composição demonstrada no quadro a seguir:

(Em R\$ milhares)

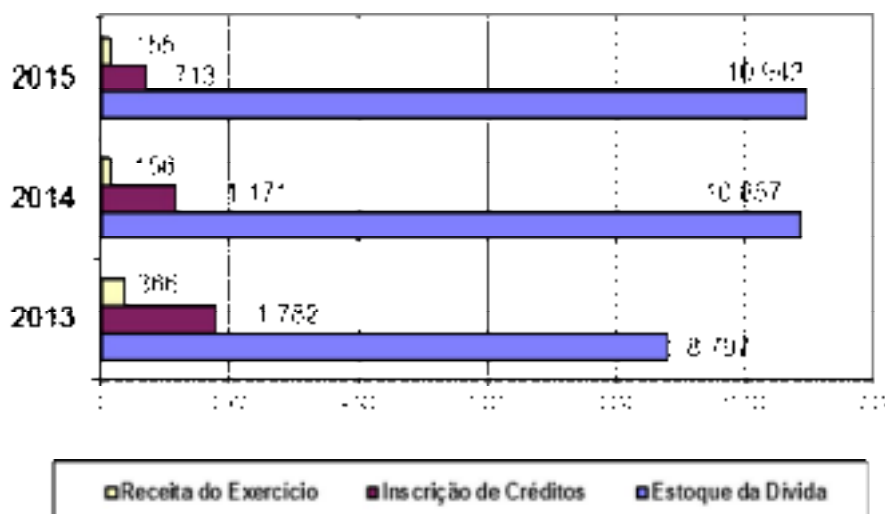
	VALOR	A.V.%
SALDO INICIAL EM 2015	9.551.682	87,29%
(-) RECEITA DO EXERCÍCIO (RECEBIMENTOS)	155.374	1,42%
(+) INSCRIÇÃO DO PERÍODO	713.094	6,52%
(+) CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS+MULTAS	1.236.848	11,30%
(-) CANCELAMENTO E DISPENSAS	404.217	3,69%
SALDO FINAL EM 2015	10.942.033	100%

Desconsiderando o percentual referente ao saldo anterior, equivalente a 87,29% do total, os componentes que mais influenciaram no aumento do estoque da dívida, em 2015, foram a correção monetária (11,30%) e a inscrição no período (6,52%), já os demais componentes ficaram abaixo de 5%.

A seguir, demonstra-se graficamente, em valores atualizados, a série histórica das contas Estoque da Dívida, Receita do Exercício e Inscrição de Créditos, evidenciando a evolução do saldo da dívida ativa nos três últimos exercícios.

Gráfico 6.9 - Evolução do Saldo da Dívida Ativa 2013 a 2015

(Em R\$ bilhões)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2013 a 2015.

Os dados indicam que tem diminuído sucessivamente o montante da inscrição de crédito: 34%, em 2014 comparado a 2013, e 39% em 2015 comparado a 2014. Embora os BGEs de 2014 e 2015 tenham apresentado as principais medidas adotadas para o combate à sonegação e evasão fiscal, esta situação ainda exige reforço das ações por parte do Governo, com o fim de minimizar a atual conjuntura, agregando maior garantia ao Estado.

Observa-se que, ao longo do período 2013-2015, permaneceu a discrepância entre os valores do estoque da dívida e os valores recebidos a cada ano. Em 2015, o recebimento dos créditos equiparou-se com o do exercício de 2014 e a arrecadação da dívida se mostra insuficiente para reduzir o estoque.

Verificou-se que, no ano de 2015, em obediência ao que prevê a legislação específica, o estado registrou no Siafem a provisão para perdas de créditos inscritos em dívida ativa. Entretanto, cabe destacar que do montante do estoque da dívida (R\$10,9 bilhões) o estado registrou, a título de provisão para perdas com dívida ativa, o valor de R\$10,5 bilhões, o que corresponde a 96% do valor do estoque.

Dessa forma, infere-se que as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial não têm sido capazes de recuperar os valores que o estado tem por direito a receber, fato este que não se coaduna com a escassez de receita proveniente da atual conjuntura econômica do estado.

Sobre o expressivo valor da provisão com perdas, a Nota Explicativa nº 5.2.5, contida no BGE 2015, Vol. I, fls. 118, informou que esta provisão foi calculada com base na metodologia prevista na Portaria STN nº 700/2014 – que aprova a Parte II - Procedimentos Contábeis Específicos da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, mantendo-se as metodologias anteriores, considerando a média percentual dos recebimentos passados.

Conclui-se, então, que o elevado valor apurado para perdas é consequência do baixo percentual referente ao recebimento de créditos ao longo dos exercícios passados, conforme já comentado nos itens e parágrafos anteriores.

Ainda com base nos registros do Siafem e informações da Coordenadoria de Controle e Cobrança da Dívida Ativa da Diretoria de Arrecadação e Informação Fazendária junto à Sefa, apresentados no BGE 2015, o montante da dívida ativa correspondeu a R\$10,9 bilhões, sendo distribuído da seguinte forma:

- Dívida Ativa Tributária : R\$10,15 bilhões, representando 93%; e
- Dívida Ativa Não Tributária ... : R\$784,42 milhões, representando 7%.

Considerando que o maior percentual da dívida ativa está concentrado na parcela Tributária, detalhou-se a composição da mesma, como segue:

Tabela 6.3 - Formação da Dívida Ativa Tributária - 2013-2015

(Em R\$ milhares)

ALTERAÇÕES DA DÍVIDA	2013	2014	2015	VARIACÃO %	
				2014/2013	2015/2014
(a) Saldo Anterior	3.991.303	7.664.276	8.929.264	92,02	16,50
Ajuste Exerc. Anteriores	2.479.293	-	-	(100,00)	-
(b) Inscrição	1.641.097	1.145.614	692.395	(30,19)	(39,56)
(c) Correção Monetária	59.739	1.981.318	1.090.773	3216,63	(44,95)
(g) (-) Receita	364.338	154.231	152.881	(57,67)	(0,88)
(h) (-) Cancelamento	7.165	487.891	401.934	6709,01	(17,62)
(i) (-) Reduç.Ord.Judicial	1.823	-	-	(100,00)	-
TOTAL	8.149.362	8.929.264	10.157.617	9,57	13,76

Fonte: Diretoria de Arrecadação e Informação Fazendária - SEFA. BGE 2015.

Com base na tabela anterior, observa-se que, em 2014, a dívida ativa tributária evidenciou um aumento de 9,57% se comparado a 2013 e, em 2015, teve evolução de 13,76% em relação ao ano anterior.

Destaca-se também que o item Correção Monetária apresentou elevada variação percentual no exercício de 2014, em relação a 2013, pelo fato da Sefa ter inserido, neste grupo, o item Juros e Multas, o qual era apresentado à parte nos demonstrativos anteriores.

6.3.1.3. Participação Societária

O BGE-2015 evidencia na conta de Investimentos - Participações Permanentes Consolidadas, o montante de R\$1,7 bilhão de participação do Governo do Estado em Sociedades Controladas, integrantes da Administração Indireta Estadual - Dependentes e não Dependentes; e do Governo Federal, das quais é controlador e titular de direitos de sócio.

As avaliações dos investimentos em Títulos e Valores realizam-se pelos métodos de Equivalência Patrimonial e de Custos, com base no Patrimônio Líquido das empresas investidas.

Os investimentos nas Sociedades de Economia Mista Não Dependentes são avaliados pelo método da Equivalência Patrimonial (MEP), enquanto que os outros investimentos em participações societária são avaliados pelo método de custo de aquisição atualizados até 31-12-2015. No quadro a seguir evidencia-se o resumo da composição desses investimentos:

(Em R\$ milhares)

Particip. Societ. do Estado nas Empresas Controladas - Não Dependentes, avaliadas pelo MEP.	1.740.585
Particip. Societ. do Estado nas Empresas Controladas - Dependentes, avaliadas pelo Método de Custos.	579
Particip. Societ. do Estado nas Empresas Controladas - Governo Federal, avaliadas pelo Método de Custos.	3.367
Total	1.744.531

Constata-se que a participação societária do governo do estado em Empresas Não Dependentes, avaliada pelo método da Equivalência Patrimonial, atingiu o montante de R\$1,74 bilhão, resultando na maior representatividade, pois corresponde a 99,77% do total da participação societária do governo. Comparando-se esse valor ao registrado no exercício de 2014 (R\$1,70 bilhão), percebe-se o crescimento de 2,09% nos investimentos, consoante se evidencia a composição a seguir:

(Em R\$ milhares)

Participação Societária em Empresas Controladas, avaliadas pelo MEP - 2014	1.704.875
(+) Aumento de Capital	154.395
(+) Valorização de Investimento	122.948
(-) Desvalorização de Investimento	241.633
Participação Societária - 2015	1.740.585

O grupo de contas 1.2.2.1.1 - Investimentos, Participações Permanentes - Consolidadas, registra valores referentes à participação permanente do Governo do Estado em Empresas Controladas, na forma de ações ou cotas de capital, bem como, registra a transferência dos valores da participação acionária do Estado no exercício de 2014 a integralizar, movendo-se da conta 122110106 para a conta 122110101 de participações integralizadas.

No Balanço Geral do Estado, às fls. 357, Vol. I, encontra-se demonstrada a Participação Societária do Estado, referente à avaliação dos investimentos pela equivalência patrimonial, mediante a aplicação da percentagem de participação no capital social, sobre o patrimônio líquido de cada Empresa Controlada integrante do Orçamento de Investimento do exercício de 2015, conforme segue:

Tabela 6.4 - Participação Societária do Estado nas Empresas Controladas

(Em R\$ milhares)

Nome	Patrimônio Líquido	Participação do Estado %	Total da Participação sobre o Patrimônio Líquido	Total do Adiantamento para Aumento de Capital	Total
Banco do Estado do Pará	691.762	99,9767	691.601	0,00	691.601
Cia de Saneamento do Pará	870.813	99,9800	870.639	153.626	1.024.265
Cia. de Gás do Pará	439	25,5000	112	369	481
Cia. Adm. da Zona de Process. de Exportações de Barcarena - CAZBAR	23.838	100,0000	23.838	400	24.238
TOTAL	1.586.852		1.586.190	154.395	1.740.585

Fonte: Balanço das Empresas – Balanço Geral do Estado - 2015

Observa-se que a participação societária nas empresas, considerada relevante, conforme dispõe o parágrafo único do art. 247 da Lei 6.404/76, ocorreu com investimentos na Cosanpa, pois, o saldo da participação societária no montante de R\$1 bilhão é superior a 10% do valor de R\$9 bilhões do patrimônio líquido do investidor, e corresponde a 58,85% do saldo total da participação estatal em conjunto, que foi de R\$1,7 bilhão.

Em relação à participação societária do Governo do Estado no Banpará, o montante de R\$691,6 milhões representou acréscimo de 21,53% comparado ao saldo de participação do exercício de 2014, que foi de R\$569,1 milhões, equivalente a 39,73% do saldo total de participação acionária do Estado avaliada pela equivalência patrimonial.

O saldo de R\$23,3 milhões de participação societária do governo do estado na Cazbar registrado no exercício anterior foi ajustado em atendimento à recomendação deste TCE constante da Resolução 18.711 de 25-05-2015, que aprovou o parecer prévio relativo à prestação de contas de governo 2014, conforme registro contábil de ajuste no valor de R\$130 mil, efetuado no Siafem por meio da 2015NL00779, na UG nº 700201 (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará). Referido ajuste procedeu-se em função das divergências constatadas no saldo do Patrimônio Líquido apresentado no BGE/2014 com o saldo do Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial da Cazbar/2014.

Dessa forma, ficou regularizado o saldo de R\$23,4 milhões referente à participação acionária do Estado na Cazbar, no exercício de 2014, o qual, comparado ao valor de 2015 (R\$24,2 milhões), percebe-se o crescimento de 3,42% e a equivalência de 1,39% do valor da participação em conjunto de R\$1,7 bilhão.

Quanto à participação societária do Estado na Companhia de Gás do Pará no montante de R\$481 mil, evidenciou-se crescimento de 154,50%, em comparação ao saldo do exercício anterior (R\$189 mil), e representou 0,03% do saldo total de participação nas Empresas Controladas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

A avaliação de investimentos nas empresas Controladas, efetuada pelo método do custo de aquisição, atualizado no encerramento do exercício de 2015, atingiu o montante de R\$3,9 milhões, conforme resumo a seguir:

(Em R\$ milhares)

Participação Societária em Empresas Controladas, avaliadas pelo Método de Custos - 2015	
Participação Societária do Estado nas Empresas Controladas - Dependentes	579
Participações em Outros Investimentos	3.367
Saldo	3.946

O total dos investimentos avaliados com base no custo corrigido, no montante de R\$3,9 milhões sofreu redução de 29,09%, em relação ao saldo do exercício de 2014 (R\$5,5 milhões), decorrentes da desvalorização nos investimentos realizados nas Empresas Oi S.A e Petróleo Brasileiro S.A (Petrobrás), que constituem o montante da participação em outros investimentos, cujo saldo de R\$3,3 milhões decresceu 32,65%, se comparado ao saldo do exercício anterior (R\$4,9 milhões)

Em relação à Participação Societária do Estado nas Empresas Controladas – Dependentes, percebe-se que o saldo ficou estável, haja vista permanecer o mesmo apresentado no exercício de 2014 (R\$579 mil).

6.3.2. Passivo Exigível

As obrigações do Estado estão evidenciadas nos subgrupos passivo circulante e não circulante do Balanço Patrimonial, que juntos constituem o grupo passivo exigível. Para fins de análise desse grupo, elaborou-se o quadro a seguir, apresentando os itens que compõem os subgrupos passivo circulante e não circulante e suas representatividades em relação ao total do passivo.

(Em R\$ milhares)

PASSIVO	Exercício 2015	AV%
PASSIVO CIRCULANTE	1.018.835	100%
Obrig. Trab. Prev. E ass. A pagar	92.923	9%
Empréstimos e financiamento	478.942	47%
Fornecedores	48.237	5%
Obrigações fiscais	5.817	1%
Obrigações de Repartição a Outros Entes	21.007	2%
Provisões	13.712	1%
Demais obrigações	358.197	35%
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	6.692.187	100%
Obrig. Trab. Prev. E ass. A pagar	338.500	5%
Empréstimos e financiamento	3.141.696	47%
Obrigações fiscais	6.102	0%
Provisões	2.765.545	41%
Demais obrigações	440.344	7%
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	7.711.023	

No que se refere ao passivo circulante, a conta “empréstimos e financiamento” concentrou 47% desse subgrupo e a conta “demais obrigações” correspondeu a 35% do subgrupo mencionado, constituindo-se nas contas de maiores representatividades.

Os itens que compõe a conta “demais obrigações” estão discriminados na nota explicativa 5.2.20 do Balanço Geral do Estado 2015, volume I, fls. 126.

Quanto ao passivo não circulante, as contas que apresentaram maior representatividade foram: “empréstimos e financiamentos”, com 47%, e provisões com 41%.

As provisões do passivo exigível são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de reconhecimento para os passivos. Provisões a curto prazo compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos, com prazo provável em até doze meses.

As provisões a longo prazo compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos, com prazo provável após doze meses da data das demonstrações contábeis. A nota explicativa 5.2.19 do Balanço Geral do Estado 2015, volume I, fls. 124, apresentou a discriminação desta conta por subgrupo do passivo.

Para estudar o comportamento dos itens que constituem o passivo exigível entre os exercícios 2014-2015 elaborou-se o quadro a seguir.

(Em R\$ milhares)

PASSIVO	2014 (A)	2015 (B)	Var.% (B/A)
PASSIVO CIRCULANTE	483.552	1.018.835	111%
Obrig. Trab. Prev. e assist. a pagar	50.872	92.923	83%
Empréstimos e financiamento	0	478.942	-
Fornecedores	130.446	48.237	(63%)
Obrigações fiscais	9.151	5.817	(36%)
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0	21.007	-
Provisões	15.586	13.712	(12%)
Demais obrigações	277.498	358.197	29%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	7.406.567	6.692.187	(10%)
Obrig. Trab. Prev. E ass. A pagar	375.608	338.500	(10%)
Empréstimos e financiamento	3.872.354	3.141.696	(19%)
Obrigações fiscais	7.424	6.102	(18%)
Provisões	3.071.610	2.765.545	(10%)
Demais obrigações	79.572	440.344	453%
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	7.890.119	7.711.023	(2%)

Com base nas informações, verificou-se que o passivo exigível reduziu 2%, enquanto o circulante cresceu 111%, pelo surgimento das contas de “empréstimos e financiamentos”, “obrigações de repartição a outros entes” e dos significativos aumentos de 83% da conta “obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar” e 29% da conta “demais obrigações”.

Por fim, em relação ao passivo não circulante, verificou-se decréscimo de 10% em razão da redução das contas desse subgrupo, com exceção da conta “demais obrigações”, que apresentou aumento de 453%.

Ressalta-se que, ao efetuar-se o registro do montante de R\$440 milhões na conta “demais obrigações”, equivalente a 5,7% do grupo de contas do Passivo Exigível, deixou-se de observar, por analogia, o §2º do art.176 da Lei nº 6.404/1976, que disciplina:

§ 2º do art. 176: Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como “diversas contas” ou “contas-correntes”. (grifou-se)

6.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. Dessa forma, este demonstrativo permite a análise das alterações dos elementos patrimoniais e do desempenho da administração pública.

A DVP do BGE/2015 foi apresentada no modelo sintético, facilitando a visualização dos grandes grupos de variações patrimoniais que compõem o resultado patrimonial, pois esse modelo especifica os grupos de 2º nível de detalhamento do PCASP.

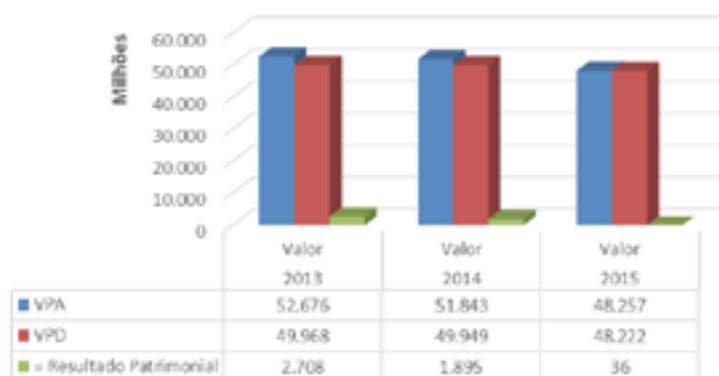
As análises se concentraram nas variações quantitativas do patrimônio, apresentando-se em seguida a evolução do resultado patrimonial do Estado no último triênio, a apuração do quociente de variação patrimonial e o resultado por Poder e Ministério Público.

Como metodologia, realizou-se o processo de identificação, compilação e especificações de dados apresentados na Demonstração das Variações Patrimoniais. Na sequência, foram aplicadas as técnicas de análise das demonstrações financeiras com vistas a atingir o objetivo narrado no parágrafo anterior. Posteriormente, efetuou-se a análise das informações obtidas dentro dos critérios propostos pelo MCASP e pela teoria contábil.

A análise técnica está sustentada nas informações obtidas do Balanço Geral do Estado 2015 (BGE2015) e do Siafem, com o auxílio da ferramenta Business Objects (BO), tendo sido atualizados monetariamente os valores monetários dos exercícios anteriores a 2015, por meio do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), para fins de comparação com o exercício sob análise.

O gráfico a seguir representa a DVP de forma sintética:

Gráfico 6.10 - Demonstração das Variações Patrimoniais Resumida – 2013 a 2015



Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais (Siafem 2015: BALANSINT)

De acordo com a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) do exercício 2015, o resultado patrimonial totalizou aproximadamente R\$36 milhões, evidenciando superávit em razão das variações patrimoniais aumentativas (VPA) serem superiores às diminutivas (VPD), o que proporcionou desempenho positivo quanto às alterações do patrimônio.

Observou-se que aproximadamente R\$6 milhões do montante contabilizado como variações patrimoniais aumentativas equivalem aos cancelamentos de restos a pagar processados, no qual o Ministério Público, Detran e TJE foram responsáveis por quase 50% desta quantia.

Ressalta-se uma obrigação avaliada como processada indica que o credor já cumpriu com suas obrigações, isto é, entregue o material ou prestados os serviços, tendo a contabilidade registrado adequadamente esse passivo. O cancelamento dessa obrigação, que não seja por mero erro contábil ou por prescrição do direito do

credor, demonstrará uma situação patrimonial fictícia no exercício do cancelamento se ainda persistir a obrigação com o credor.

Em uma análise comparativa com o resultado patrimonial apurado nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, verificou-se declínio do superávit patrimonial de 30% em 2014, comparado a 2013, chegando à queda de 98% em 2015, comparado a 2014, de acordo com gráfico a seguir:

Gráfico 6.11 - Resultado Patrimonial Consolidado 2013 – 2015



Fonte: Siafem 2015 e BGE2015.

A análise da DVP também pode ser efetuada por meio do quociente do resultado das variações patrimoniais, o qual consiste na relação entre o total das variações aumentativas e o total das variações diminutivas ocorridas no exercício de 2015:

Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais

$$\text{QRVP} = \frac{\text{Variações Patrimoniais Aumentativas}}{\text{Variações Patrimoniais Diminutivas}} = \frac{48.257 \text{ mi}}{48.222 \text{ mi}} = 1,00074$$

De acordo com o QRVP, as variações patrimoniais aumentativas numericamente equivalem às variações patrimoniais diminutivas, pois o quociente apresenta uma ligeira variação positiva de apenas 0,074%.

6.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

Esse demonstrativo indica a origem de todo o recurso financeiro que adentrou no Caixa, bem como a aplicação desse recurso financeiro em determinado período e, ainda, o Resultado do Fluxo. (Marion - 2007).

Em consonância com as normas técnicas do Conselho Federal de Contabilidade, a DFC pode ser elaborada pelo método direto ou indireto de maneira a evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equiva

lentes, nos seguintes fluxos: (a) das operações; (b) dos investimentos; e (c) dos financiamentos (Resolução CFC nº 1.268/2009).

Ainda de acordo com o normativo supramencionado, os fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos são classificados da seguinte maneira:

“O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.”

A análise contábil da Demonstração dos Fluxos de Caixa estadual do exercício de 2015 baseou-se no Mcasp, Parte V - 6ª, que trata da padronização das demonstrações contábeis a serem apresentadas pelos entes públicos na divulgação das contas anuais.

Como metodologia, realizou-se o processo de identificação, compilação e especificações de dados apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa do BGE 2015. Na sequência, aplicaram-se as técnicas de análise das demonstrações financeiras para avaliar a gestão financeira e, posteriormente, analisaram-se as informações obtidas, conforme os critérios propostos pelo Mcasp e pela teoria contábil.

O Siafem e o Business Objects (BO) foram utilizados como ferramentas de informações. Os valores monetários dos exercícios anteriores a 2015, para efeito de comparação com o corrente exercício, foram atualizados monetariamente por meio do IPCA.

Para fins de análise do fluxo de caixa das atividades operacionais, foram excluídos os saldos dos ingressos e desembolsos intragovernamentais dos demonstrativos consolidados, vez que são valores que transitaram pela mesma esfera de governo e não equivalem em fluxo de caixa para fins de consolidação, conforme orienta o Mcasp - 6ª edição.

Dessa forma, a presente análise não considera os ingressos de transferências intragovernamentais, bem como os desembolsos de transferência intragovernamentais, conforme quadro a seguir:

(Em R\$ milhares)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Exercício 2014	Exercício 2015
Ingressos	63.136.732	59.282.523
Receita derivadas e originária	15.777.729	13.990.812
Transferências correntes recebidas ¹	8.632.776	7.039.117
Outros ingressos operacionais	38.726.227	38.252.594
Desembolsos	61.286.482	57.955.848
Pessoal e outras despesas correntes por função	15.388.989	15.045.036
Juros e encargos da dívida	221.274	227.753
Transferências concedidas ²	6.023.781	3.568.961

(Em R\$ milhares)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Exercício 2014	Exercício 2015
Outros desembolsos operacionais	39.652.437	39.114.098
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	1.850.250	1.326.675

¹Menos o valor correspondente a R\$ 21.368.578.502,54 referente aos ingressos intraorçamentários.

²Menos o valor correspondente a R\$ 21.368.578.502,54 referente aos desembolsos intraorçamentários.

Quanto ao fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, é verificado que os ingressos foram capazes de cobrir os desembolsos, ocasionando, valor positivo de R\$ 1,3 bilhão. Observa-se que, do total dos ingressos, as receitas derivadas e originárias do estado equivaleram à aproximadamente 24%, permanecendo quase o mesmo percentual percebido no ano anterior.

Na comparação entre 2015 com o ano anterior, é observada diminuição de 28,3% no total do fluxo de caixa das atividades operacionais. Sobre os desembolsos financeiros (despesas), verificou-se aumento de 2,9% dos pagamentos referentes a Juros e Encargos da Dívida, enquanto que as Transferências Concedidas, excluídas as intragovernamentais, diminuiram 40,8%.

Por fim, em relação a outros ingressos e outros desembolsos operacionais, a diferença entre eles resultou em déficit equivalente a R\$861,5 milhões, o que ocasionou aumento da dívida flutuante e, por conseguinte, redução do saldo positivo do fluxo de caixa líquido das atividades das operações.

Acerca do fluxo de caixa das atividades de investimento, o qual revela os recursos relacionados aos ativos não circulantes, são apresentados os dados seguintes:

(Em R\$ milhares)

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	Exercício 2014	Exercício 2015
Ingressos	11.054	7.783
Alienação de bens	3.306	420
Amortização de empréstimos	7.748	7.364
Desembolsos	1.774.786	1.448.616
Aquisição de ativo não circulante	1.341.344	756.709
Concessão de empréstimos e financiamentos	10.316	9.174
Outros desembolsos de investimentos	423.127	682.732
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(1.763.733)	(1.440.833)

Do quadro anterior, observou-se discrepância entre o montante de desembolso e o de ingressos de recursos, levando ao resultado negativo de aproximadamente R\$1,4 bilhão. A aquisição de ativo não circulante, no valor de R\$756,7 milhões, foi o maior desembolso que contribuiu para esse resultado.

Em análise comparativa, observou-se que o montante de desembolso (R\$1,4 bilhão) em 2015 foi menor em relação ao ano de 2014 (R\$1,7 bilhão), apresentando redução do resultado do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento em 18,31%.

Quanto ao fluxo de caixa das atividades de financiamento, o qual evidencia os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos, são apresentados os dados seguintes:

(Em R\$ milhares)

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	Exercício 2014	Exercício 2015
Ingressos	698.119	178.927
Operações de crédito	698.119	178.927
Desembolsos	379.959	402.342
Amortização/refinanciamento da dívida	379.959	402.342
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	318.161	(223.414)

Os dados demonstram que, no exercício de 2015, ocorreram desembolsos maiores em R\$223,4 milhões que os ingressos de recursos financeiros. Esses desembolsos são em sua totalidade provenientes de amortização/refinanciamento da dívida do estado pago no exercício em análise.

Em uma análise comparativa, com referência ao exercício anterior (2014), notou-se diminuição de ingressos de recursos por operação de crédito em 74,37% e um aumento de 5,89% dos pagamentos correspondentes a dívidas mobiliárias.

Quanto à geração de caixa final do exercício, que consiste no somatório dos fluxos de caixas líquido das três atividades apresentadas na DFC (operacional, investimento e financiamento), conforme dados da planilha a seguir, observou-se queda de 183,42%, em relação ao exercício anterior, ocasionando valor negativo de aproximadamente R\$337,5 milhões.

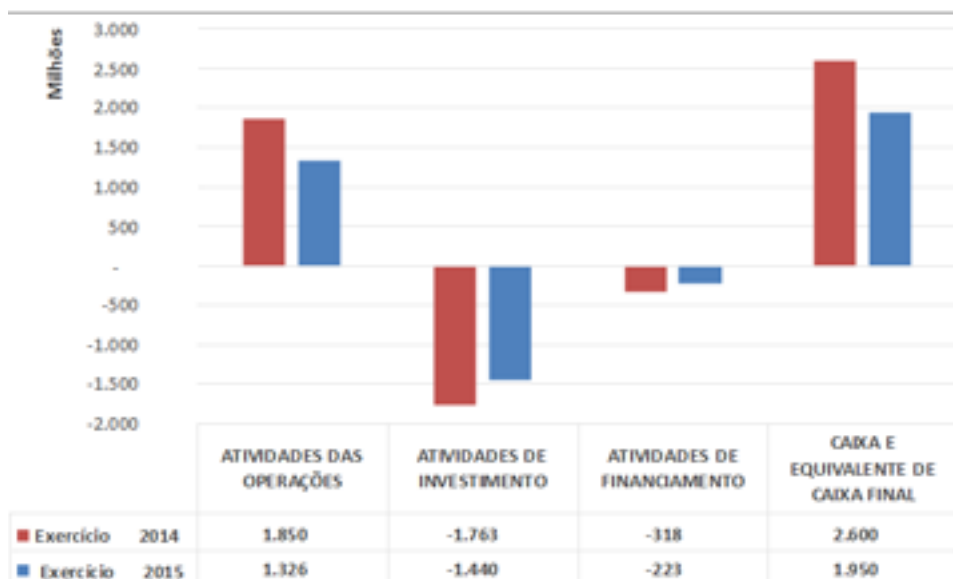
Esse valor negativo não chegou a comprometer a liquidez do Estado, devido o saldo inicial do caixa e equivalente caixa do exercício, proveniente do exercício anterior, ter sido suficiente para arcar com o valor negativo de caixa líquido do exercício de 2015 e ainda sobejar para uma disponibilidade positiva de R\$ 1,9 bilhão.

(Em R\$ milhares)

Apuração do fluxo de caixa do período	2014	2015
Geração líquida de caixa e equivalente de caixa	404.678	(337.572)
Caixa e equivalente de caixa inicial	2.196.213	2.288.289
Caixa e equivalente de caixa final	2.600.891	1.950.717

O gráfico a seguir ilustra a variação dos fluxos de caixa líquido das atividades financeiras do estado nos exercícios de 2014 e 2015.

Gráfico 6.12 - Fluxo de Caixa Líquido por Atividade



Fonte: Siafem 2015 e BGE 2015.

Infer-se do gráfico que a diminuição significativa dos fluxos líquidos de caixa das atividades operacionais e das atividades de investimentos impactaram significativamente na redução do caixa e equivalente de caixa final analisada anteriormente.

Para complementar a análise, foram utilizados quocientes que apuram:

- 1 – o fluxo de caixa líquido das atividades em relação ao resultado patrimonial;
- 2 – a capacidade de amortização de dívida;
- 3 – atividade operacional do Estado.

1 - Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial – QFL

$$\text{QFL} = \frac{\text{FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIV. OPERACIONAIS}}{\text{RESULTADO PATRIMONIAL}} = \frac{1.326.675}{35.517} = 37,3534$$

Com base no QFL é possível visualizar, em termos percentuais, a discrepância entre o fluxo de caixa operacional gerado e o resultado patrimonial do exercício apurado no balanço patrimonial.

No caso em específico, verificou-se que a relação entre Caixa Líquido Gerado nas Operações e o Resultado Patrimonial é de 3.735%, ou seja, o resultado de caixa proveniente das atividades operacionais é 37 (trinta e sete) vezes maior que o resultado patrimonial, inferindo que sua composição é proveniente dos valores financeiros das atividades operacionais.

2 - Quociente da capacidade de amortização de dívida – QCAD

Em relação ao Passivo Total

$$\text{QCAD} = \frac{\text{FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIV. OPERACIONAIS}}{\text{PASSIVO TOTAL}} = \frac{1.326.675}{7.711.023} = \mathbf{0,1720}$$

Em relação ao Passivo Circulante

$$\text{QCAD} = \frac{\text{FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIV. OPERACIONAIS}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} = \frac{1.326.675}{1.018.835} = \mathbf{1,3021}$$

O QCAD demonstra o quanto foi gerado de caixa líquido das atividades operacionais para pagamento das dívidas de curto e longo prazo. Ao se apurar o quociente da capacidade de amortização de dívida, considerando todo o passivo estadual, verificou-se que o fluxo de caixa líquido gerado por meio das atividades operacionais foi capaz de cobrir apenas 17,20% das dívidas totais do estado.

Todavia, ao apurar o QCAD tendo como denominador as dívidas de curto prazo do Estado (passivo circulante), constata-se que o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais foi superior em 30,21%.

3 - Quociente da Atividade Operacional – QAO

$$\text{QAO} = \frac{\text{FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIV. OPERACIONAIS}}{\text{GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA}} = \frac{1.326.675}{(337.572)} = \mathbf{3,9301}$$

O quociente da atividade operacional demonstra a parcela da geração líquida de caixa do Estado atribuída às atividades operacionais. Assim, constatou-se que a geração líquida total de caixa e equivalente de caixa foi quase 4 (quatro) vezes menor que o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

Comparados esses índices com o apurado no exercício anterior, verificou-se uma variação negativa dos mesmos, conforme se visualiza no quadro a seguir:

A comparação entre os índices, a seguir, denota variação negativa em sua maioria, como se observa:

ÍNDICES	Exercício 2014	Exercício 2015	Variação %
QFL =	98%	3.735%	3.638%
QCAD ¹ =	23%	17%	(6%)
QCAD ² =	383%	130%	(305%)
QAO =	457%	(393%)	(850%)

¹ Em relação ao Passivo Total

² Em relação ao Passivo Circulante

Assevera-se que a variação positiva do QFL se deu por conta do resultado patrimonial do exercício ter sido muito menor que o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais do período.

6.6. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) tem por objetivo evidenciar, de forma analítica, os acréscimos e diminuições das contas que compõem o Patrimônio Líquido, complementando assim os demais dados constantes no Balanço Patrimonial e demais demonstrações (Iudicibus -1998)

Segundo a Resolução CFC n.º1.268/09, a DMPL evidencia a movimentação havida em cada componente do Patrimônio Líquido com a divulgação, em separado, dos efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros.

Por meio da DMPL pode-se avaliar a evolução dos itens que compõem o patrimônio líquido, em complemento ao Anexo de Metas Fiscais integrante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, previsto pela LRF, art. 4º, § 2º.

A partir do exercício de 2015, a DMPL tornou-se obrigatória para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação, conforme Parte V da 6ª edição do MCASP.

Para avaliação da evolução dos itens que compuseram o Patrimônio Líquido do Estado, realizou-se o processo de identificação, compilação e especificações de dados apresentados na Demonstração das Variações Patrimoniais. Na sequência foram aplicadas as técnicas de análise das demonstrações financeiras com vistas a atingir o objetivo narrado no parágrafo anterior. Posteriormente foi feita a análise de informações obtidas, seguindo os critérios propostos pelo MCASP e pela teoria contábil.

Tabela 6.5 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – 2015

ESPECIFICAÇÃO	(Em R\$ milhares)					
	Patrimônio Social / Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	TOTAL
Saldo final 2013	7.770.105	35.696	294.481	7.898		7.813.994
Patrimônio Social	7.898	278.987	(278.987)	(7.898)		
Result. do Exercício	1.667.089					1.667.089
Saldo Final 2014 Saldo Inicial 2015	9.445.093	35.975	15			9.481.083
Ajustes de Exer Ant.					(337.658)	(337.658)
Patrimônio Social	(9.327.670)				9.327.670	
Result. do Exercício					35.517	35.517
Saldo Final 2015	117.423	35.975	15		9.025.529	9.178.942

Fonte: Demonstração das Mutações do PL (BGE 2015, Vol. I, fls. 112).

Inicialmente destaca-se que as contas “patrimônio social/capital social”, “reservas de capital”, “reservas de lucro” são contas de utilização específicas das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Cabe ressaltar que a conta “ajustes de exercícios anteriores” foi detalhada pela nota explicativa 5.2.21 do Balanço Geral do Estado, Vol. I, fls. 126. O valor apresentado nessa conta corresponde ao valor líquido da apuração dos valores nas contas de Ajuste de Bens Móveis a débito de R\$345,8 milhões, referentes a Administração Direta e Fundos, Autarquias e Fundações constante do grupo Superávit/Déficit Acumulados pertencentes aos Resultados Acumulados, conjugado com os valores nas contas Ajuste de Bens Móveis a crédito de 8,2 milhões, referentes às Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista do grupo Lucros e Prejuízos Acumulados.

A conta “resultado do exercício” evidenciou o valor de aproximadamente R\$36 milhões, que correspondeu ao superávit patrimonial apurado no exercício em razão das variações patrimoniais aumentativas (VPA) terem superado as variações patrimoniais diminutivas (VPD). Todavia, comparado o patrimônio líquido atual do estado com o do exercício anterior, verificou-se redução de 14,82%, conforme quadro a seguir. Essa redução se deu em virtude da mencionada contabilização da conta “ajustes de exercícios anteriores”, diminuindo, dessa forma, seu grau de solvência.

(Em R\$ milhares)

PASSIVO	Exercício 2014 (A)	Exercício 2015 (B)	Var. % (B/A)
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	7.890.119	7.711.023	(2,27)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.776.288	9.178.942	(14,82)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.666.408	16.889.965	(9,52)

Oportuno informar que os valores do exercício de 2014 foram atualizados monetariamente por meio do Índice de preço ao consumidor amplo (IPCA) para fins de comparação dos exercícios.

6.7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS CONTROLADAS

As Demonstrações Contábeis das Empresas Controladas Não Dependentes, foram elaboradas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (Bacen), do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

O objetivo da Demonstração Contábil Consolidada das Empresas Controladas do Estado é apresentar uma visão econômica integrada das atividades do grupo, com os resultados das operações, bem como a posição patrimonial e financeira da gestão dos recursos públicos estaduais confiados aos responsáveis dessas entidades.

As demonstrações a seguir apresentam a situação patrimonial e financeira das empresas em 31-12-2015 comparativamente ao exercício anterior corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) 2015.

6.7.1. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a Demonstração Contábil que evidencia a situação econômico-financeira das empresas em dado momento estático de referência. A sua análise pode propiciar aos diversos agentes econômicos que se relacionam com a Entidade, a tomada de decisões relevantes, bem como, proporcionar a seus usuários, a visão da aplicação de recurso feita pela empresa (Ativos) e quanto desse recurso será devido a terceiros (Passivo), além de evidenciar o nível de endividamento, a liquidez da empresa e a proporção do capital próprio (Patrimônio Líquido).

Integram o Balanço Patrimonial Consolidado das Empresas Não Dependentes do Estado, as seguintes Empresas:

- Banco do Estado do Pará S/A – Banpará;
- Companhia de Saneamento do Pará – Cosanpa;
- Companhia de Gás do Pará – Gás do Pará;
- Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportações de Barcarena;
- Cazbar, subsidiária da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (Codec).

Na tabela a seguir, apresentam-se os principais grupos de contas do Balanço Patrimonial consolidado, sobre os quais será efetuada análise dos saldos do exercício de 2015 em confronto aos saldos atualizados do exercício de 2014, bem como exibe análises verticais e horizontais como parâmetro comparativo entre os valores.

Tabela 6.6 - Balanço Patrimonial Consolidado Das Empresas Controladas – 2014 e 2015

(Em R\$ milhares)

	2014		2015		2014/2015
	*VALOR	AV (%)	VALOR	AV (%)	% A.H
ATIVO	7.464.630	100,00%	6.850.573	100,00%	(8,23)
Circulante	3.402.652	45,58%	3.049.679	44,52%	(10,37)
Não Circulante	4.061.978	54,42%	3.800.894	55,48%	(6,43)
PASSIVO	7.464.630	100,00%	6.850.573	100,00%	(8,23)
Circulante	4.774.720	63,96%	4.345.772	63,44%	(8,98)
Não Circulante	938.315	12,57%	917.948	13,40%	(2,17)
Patrimônio Líquido	1.751.595	23,47%	1.586.853	23,16%	(9,41)

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado das Empresas Controladas 2014 e 2015.
*Valor Atualizado

O saldo total do Ativo e Passivo no exercício de 2015 foi de R\$6,8 bilhões, registrando decréscimo de 8,23% frente aos R\$7,4 bilhões do exercício anterior, contudo a redução ocorreu por causa da atualização dos valores referentes ao exercício de 2014, que para efeito de análise, foram ajustados pelo índice de inflação medido pelo IPCA 2015.

O Ativo Circulante que apresentou o saldo de R\$3 bilhões em 2015, com representação de 44,52% sobre o total do Ativo, apresentou redução de 10,37%, em relação ao saldo do exercício de 2014 de R\$3,4 bilhões, provocada pela inflação sobre os valores do exercício.

O Banpará e a Companhia de Gás do Pará apresentaram o Ativo Circulante com representação acima de 50% em relação ao total do Ativo. A Cosanpa e a Cazbar representaram o Ativo Circulante com saldo abaixo de 10% do total de seus Ativos.

O valor do Ativo Não Circulante no exercício de 2015 atingiu o montante de R\$3,8 bilhões e corresponde a 55,48% do total do Ativo. Esse saldo apresenta-se reduzido em 6,43%, quando comparado ao saldo do exercício anterior de R\$4 bilhões, devido à inflação do período.

As Sociedades que apresentaram maior representatividade no Ativo Não Circulante em relação ao total dos seus Ativos foram: Cosanpa, que concentra no Intangível e Imobilizado os bens patrimoniais vinculados à operação da Companhia, representando 91,69% dos registros efetuados nesse Grupo; e a Cazbar, que apresenta no Realizável a Longo Prazo os Imóveis para Venda, correspondendo a 98,18% dos lançamentos realizados no Ativo Não Circulante.

O Passivo Circulante demonstra o saldo no exercício de 2015 de R\$4,3 bilhões, e representa 63,44% do montante do Passivo. Esse saldo exprimiu decréscimo de 8,98%, se comparado ao saldo do exercício de 2014 de R\$4,7 bilhões, devendo-se essa redução à inflação ocorrida de um exercício para o outro.

O Passivo Circulante mais expressivo entre as empresas se constata no Balanço Patrimonial do Banpará, que registrou na conta de Depósitos o valor de R\$3,3 bilhões, correspondendo a 80,01% das obrigações para com terceiros registradas nesse grupo.

O saldo de R\$917,9 milhões do Passivo Não Circulante apresentou declínio de 2,17%, quando comparado ao saldo de R\$938,3 milhões do exercício de 2014. A redução sucedeu da aplicação do índice inflacionário sobre o valor do exercício de 2014. O montante registrado no grupo representa 13,40% do total do Passivo, com representação mais elevada na Cosanpa, que contabilizou o saldo de R\$271,7 milhões, referentes a Impostos e Contribuições.

O Patrimônio Líquido (PL) das empresas apresentou o saldo no exercício de 2015 de R\$1,5 bilhão, e equivale a 23,16% do montante do Passivo. Se comparado ao saldo de R\$1,7 bilhão do exercício de 2014, revela uma variação negativa de 9,41%, decorrente da aplicação do índice de inflação sobre o valor do PL em 31.12.2014. A Cosanpa apresentou o PL de maior relevância no Balanço Patrimonial, com saldo de R\$870,8 milhões.

6.7.2. Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) das Empresas Controladas pelo Estado apresenta-se consolidada e tem por objetivo evidenciar a formação do resultado líquido do exercício (lucro ou prejuízo), diante do confronto das receitas, custos e despesas apurados pelo regime de competência em 31-12-2015.

A tabela a seguir evidencia o resultado líquido do exercício de 2015 comparado ao de 2014, bem como os componentes que provocaram a alteração na situação líquida patrimonial das Empresas em determinado período, com valores atualizados pelo IPCA 2015 para efeito de análise.

Tabela 6.7 - Resultado Consolidado do Exercício das Empresas Controladas 2014 e 2015

(Em R\$ milhares)

GRUPOS	31/12/2014		31/12/2015		AH%
	VALOR	AV%	VALOR	AV%	
RECEITAS OPERACIONAIS	1.635.439	100,00	1.619.854	100,00%	(0,95)
OUTRAS RECEITAS	8	0,00	30	0,00	275
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	1.554.167	95,03	1.526.043	94,21	(1,81)
(-) OUTRAS DESPESAS	4.702	0,29	121.982	7,53	2.494,26
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	76.578	4,68	(28.141)	1,74	(136,75)

Fonte: Demonstrativo Consolidado dos Resultados do Exercício das Empresas – 2014 e 2015.

As Receitas Operacionais apresentaram saldo de R\$1,61 bilhão, no exercício de 2015, mas evidenciaram decréscimo de 0,95%, quando comparado ao saldo de R\$1,63 bilhão do exercício de 2014, em razão do efeito da aplicação do índice de inflação sobre o saldo do exercício de 2014.

De outra forma, em 2015, o saldo de Outras Receitas (R\$30 mil) elevou-se em 275% em comparação ao saldo do exercício anterior (R\$8 mil), contudo, não foi expressivo em relação ao saldo das receitas operacionais.

O saldo de R\$1,52 bilhão de Despesas Operacionais apresentou redução de 1,81%, se comparado ao de 2014, no montante de R\$1,55 bilhão, em consequência da correção efetuada pelo índice inflacionário aplicado no saldo do exercício de 2014.

As Despesas Operacionais consumiram 94,21% das Receitas Operacionais no exercício de 2015. Essa representatividade em relação ao saldo das receitas operacionais reduziu em 0,86%, se comparada à representatividade do exercício anterior, que foi de 95,03%.

Por outro lado, as Outras Despesas apresentaram saldo de R\$121,9 milhões, revelando incremento de 2.494,26%, quando comparado com o saldo das outras despesas do exercício anterior (R\$4,7 milhões), porém representam a utilização de 7,53% das Receitas Operacionais apresentadas no exercício de 2015.

O resultado líquido consolidado apurado no exercício de 2015 foi negativo, demonstrando o prejuízo de R\$28,1 milhões, que comparado ao saldo positivo (lucro) do exercício de 2014 (R\$76,5 milhões), revela decréscimo de 136,75%, decorrente do crescimento do prejuízo (155,71%) na Cosanpa, embora o Banpará tenha apresentado lucro e as empresas Gás do Pará e Cazbar tenham seus prejuízos reduzidos no exercício de 2015.

Em comparação ao saldo das receitas operacionais, o prejuízo apurado (R\$28,1 milhões) representa 1,74% das referidas receitas.

Na tabela, a seguir, demonstra-se, por empresa, o resultado econômico e financeiro do exercício de 2015, comparado ao resultado do exercício de 2014, que foi atualizado para efeito de análise pelo índice de inflação.

Tabela 6.8 - Gestão Econômica e Financeira das Empresas Controladas - 2014-2015

(Em R\$ milhares)

Empresas	Resultado do Exercício de 2014	2015					Var. % 2014/2015
	Atualizado/IPCA	Receita Oper Líquida	Outras Receitas	Despesa Operacional	Outras Despesas	Resultado do Exerc.	
Banpará	168.291	1.428.898	-	(1.106.029)	(118.792)	204.077	21,26
Cosanpa	(90.436)	190.933	-	(419.002)	(3.189)	(231.258)	155,71
Gás do Pará	(1.013)	23	-	(937)	0	(914)	(9,77)
Cazbar	(264)	0	30	(75)	(1)	(46)	(82,58)
Total	76.578	1.619.854	30	(1.526.043)	(121.982)	(28.141)	(136,75)

Fonte: Demonstrações Contábeis das Empresas – 2014 e 2015.

No exercício de 2015, o Banpará apresentou lucro líquido de R\$204 milhões. Esse resultado, se comparado ao saldo de 2014 (R\$168,2 milhões), apresenta incremento de 21,26%. O desempenho justifica-se pelo crescimento das receitas operacionais, que tiveram aumento nas receitas de intermediação financeira, decorrido das rendas de operações de crédito que atingiram o montante de R\$1,5 bilhão.

Por outro lado, no exercício de 2015, o saldo das despesas operacionais do Banco, no valor de R\$1,1 bilhão, apresenta acréscimo de 22,50% comparado ao exercício de 2014 (R\$902,8 milhões), justificado pelo aumento das despesas com pessoal, administrativas e tributárias. Da mesma forma, as outras despesas apresentaram aumento de 8,62%, se comparado o saldo do exercício de 2015 (R\$ 118,7 milhões) com o saldo do exercício de 2014 (R\$109,3 milhões), sendo representadas pelas despesas de provisão para imposto de renda e contribuição social.

Em 2015, a Cosanpa apresentou resultado negativo, revelando prejuízo de R\$231,2 milhões. Esse resultado, comparado ao prejuízo de R\$90,4 milhões do exercício anterior, revelou aumento de 155,71% no saldo negativo, decorrente da redução do saldo das outras receitas, referentes à prestação de serviço de água, financeiras, de reversão de provisão constituída e outras, bem como do aumento do saldo das despesas realizadas pela empresa.

A despesa operacional da Cosanpa, no montante de R\$419 milhões, cresceu 4,62% em relação ao saldo de R\$400,4 milhões do exercício de 2014, enquanto que as outras despesas tiveram crescimento de 92,22%, tendo em vista o valor de R\$ R\$3,1 milhões registrado no exercício de 2015 comparado a R\$1,6 milhão registrado no exercício de 2014, referentes à realização do imposto de renda e contribuição social diferido.

O prejuízo de R\$914 mil apresentado pela Companhia de Gás do Pará, no exercício de 2015, sofreu decréscimo de 9,77%, se comparado ao prejuízo de 2014 de R\$1 milhão, entretanto esse decréscimo deriva da aplicação do índice de inflação sobre o valor do prejuízo do exercício de 2014.

A DRE da Cazbar não apresentou saldo de receitas operacionais, tendo em vista que não iniciou suas atividades operacionais, não tendo receitas decorrentes dessas atividades no exercício, apenas rendimentos de aplicação financeira que originam o saldo das outras receitas.

Dessa forma, a Cazbar apresentou prejuízo de R\$46 mil, motivado pela ocorrência de despesas efetuadas na fase de implantação da empresa, que ainda se encontra em fase pré-operacional. Esse prejuízo, comparado

ao prejuízo de R\$264,4 mil, em 2014, diminuiu em 82,58%, em razão da redução das despesas operacionais e aumento no saldo das outras receitas.

6.7.3. Fluxo de Caixa

A Lei nº 11.638/2007 alterou o art. 176 da Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, e determinou a obrigatoriedade de elaboração e publicação da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) para as companhias abertas, ou com patrimônio líquido superior ao valor de R\$2 milhões.

As Sociedades que possuem patrimônio líquido na data do balanço inferior a esse valor, não são obrigadas à elaboração e publicação desse demonstrativo. A DFC tem como função mostrar as movimentações de entradas e saídas de caixa de uma entidade em um determinado período e o resultado desse fluxo.

As Empresas Controladas Não Dependentes aderiram ao processo de convergência com as normas internacionais e adotaram na elaboração das Demonstrações dos Fluxos de Caixa as interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme Resoluções nº 3.604/08 (CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa); Resolução nº 4.007/11 (CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), conforme demonstrações contábeis encaminhadas ao TCE/PA, em atendimento as solicitações efetuadas.

O CPC 03, mediante Resolução nº 3.604/2008, estabelece como objetivo da DFC que as informações dos fluxos de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.

As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários exigem avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da época e do grau de segurança de geração de tais recursos.

O caixa e seus equivalentes compreendem os numerários em espécies e depósitos bancários disponíveis, além de aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez que são prontamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudanças de valor.

Os efeitos periódicos das transações de caixa podem ser evidenciados por três grupos de atividades: operacionais, de investimentos e de financiamentos.

Existem dois métodos de apresentação da DFC que ficam a critério da escolha das empresas: o Método Direto ou o Método Indireto.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa das Empresas Controladas Não Dependentes foram elaboradas:

- Pelo Método Direto - efetuado pela empresa Cazbar, que resume todos os pagamentos e recebimentos decorrentes das atividades operacionais da empresa, devendo apresentar os componentes do fluxo por seus valores brutos.
- Pelo Método Indireto – elaborado pelo Banpará, Cosanpa e Gás do Pará, no qual os recursos oriundos das atividades operacionais são demonstrados com base no lucro ou prejuízo líquido, ajustados pelas operações registradas na Demonstração do Resultado do Exercício.

A seguir apresenta-se o resumo das DFCs das empresas, com o resultado em conjunto dos fluxos das atividades e das disponibilidades de caixa e equivalentes.

Tabela 6.9 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Em R\$ milhares)

FLUXOS DE CAIXA	BANPARÁ	COSANPA	CAZBAR	GÁS DO PARÁ	TOTAL
De Atividades Operacionais	304.501	(77.022)	(47)	(921)	226.511
De Atividades de Investimentos	(27.782)	(72.193)	0	(10)	(99.985)
De Atividades de Financiamentos	(66.260)	150.778	400	1.188	86.106
Aumento/Redução das Disponibilidades	210.459	1.563	353	257	212.632
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	538.831	5.674	2	160	544.667
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	749.290	7.237	355	417	757.299

Fonte: Demonstração dos Fluxos de Caixa das Empresas - 2015.

O caixa líquido das atividades operacionais conjuntas foi positivo, com o saldo de R\$226,5 milhões, decorrente do Fluxo das Atividades Operacionais do Banpará, que apresentou saldo positivo influenciado pelo lucro líquido do exercício e pela variação de ativos e obrigações, pois as demais empresas constituíram saldos negativos, tendo em vista que apresentaram o resultado do exercício com prejuízo, bem como efeito negativo das atividades geradoras de receitas e despesas que entraram na apuração do lucro ou prejuízo do exercício.

O resultado do fluxo de caixa das atividades de Investimento apresentou-se negativo de R\$99,9 milhões, sendo que 72,20% desse saldo se referem ao saldo negativo da Cosanpa, de R\$72,1 milhões, decorrente de aplicação no Ativo Permanente, referente à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotos, e bens de uso geral.

O Banpará contribuiu com 27,79%, na composição do saldo negativo das atividades de investimentos, com o saldo de R\$27,7 milhões, originado da diferença entre as aquisições de imobilizado de uso e aplicação no intangível, e as alienações dos investimentos.

Quanto ao saldo negativo de R\$10 mil no fluxo das atividades de investimentos da Gás do Pará, o mesmo se refere à saída de caixa proveniente de aquisição de ativo imobilizado, e corresponde a 0,01% do total do caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos. A Cazbar não apresentou saldo de caixa líquido no fluxo das atividades de investimentos.

O saldo de caixa líquido resultante das atividades de financiamento foi positivo (R\$86,1 milhões), proveniente da entrada no caixa de adiantamento para futuro aumento de capital da Cosanpa, no montante de R\$150,7 milhões; do aporte de capital da Gás do Pará no valor de R\$1,1 milhão, e do valor repassado para aumento de capital da Cazbar, no total de R\$400 mil, e do saldo negativo de R\$66,2 milhões do Banpará, devido a saída de caixa para pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos pagos.

A variação no saldo das disponibilidades de caixa foi positiva, no valor de R\$212,6 milhões, considerando que o saldo inicial do caixa passou de R\$544,6 milhões para R\$757,2 milhões no fim do período.

6.7.4. Análise por Coeficiente

O desempenho econômico e financeiro das Empresas Controladas pode ser observado por meio de indicadores financeiros na análise de coeficientes ou índices, considerando como fonte de informações as Demonstrações Contábeis do exercício de 2015 e dos dois últimos exercícios, para fins de verificação da evolução desses indicadores, conforme tabela a seguir:

Tabela 6.10 - Coeficientes das Empresas Controladas 2013 – 2015

COEFICIENTES	FÓRMULA	2013	2014	2015
LIQUIDEZ IMEDIATA	$\frac{\text{DISP.}}{\text{PC}}$	0,03	0,04	0,04
LIQUIDEZ CORRENTE	$\frac{\text{AC}}{\text{PC}}$	0,77	0,71	0,70
LIQUIDEZ SECA	$\frac{\text{AC-ESTQ}}{\text{PC}}$	0,77	0,71	0,70
LIQUIDEZ GERAL	$\frac{\text{AC + RLP}}{\text{PC + ELP}}$	1,02	1,02	1,02
PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	$\frac{\text{PC + ELP}}{\text{PASS. TOTAL}}$	0,76	0,77	0,77
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	$\frac{\text{PC}}{\text{PC + ELP}}$	0,85	0,84	0,83
RENTABILIDADE SOBRE O INVESTIMENTO	$\frac{\text{RES. EXERC.}}{\text{PL}}$	0,00	0,04	(0,02)
RENTABILIDADE SOBRE O ATIVO	$\frac{\text{RES. EXERC.}}{\text{AT. TOTAL}}$	0,00	0,01	0,00
MARGEM OPERACIONAL	$\frac{\text{RES. OPER.}}{\text{VENDAS LIQ.}}$	0,20	0,11	0,12
MARGEM LÍQUIDA	$\frac{\text{RES. EXERC.}}{\text{VENDAS LIQ.}}$	0,01	0,11	(0,04)

Fonte: BP Consolidado e DRE das Empresas Controladas – 2013, 2014 e 2015.

O índice de liquidez imediata, no exercício de 2015, sinaliza que para cada R\$1,00 de dívidas a curto prazo as empresas terão condições de liquidar imediatamente apenas R\$0,04. Comparando esse índice com o indicador do exercício de 2014, constata-se que não houve variação, mas, se comparado ao índice de 2013, percebe-se o acréscimo de 33,33% nas condições de liquidez imediata.

Os indicadores de liquidez corrente e de liquidez seca são semelhantes nos três exercícios e demonstram quanto as empresas possuem de ativos circulantes disponíveis para pagar suas obrigações de curto prazo, desconsiderando os seus estoques.

No exercício de 2015, o índice resultante desses indicadores foi de 0,70 e indica que para cada R\$1,00 de obrigações a curto prazo a empresa possui apenas R\$0,70 de ativos circulantes disponíveis, com exclusão dos estoques.

Esses índices se apresentam na série histórica com sucessivas reduções, se comparados aos indicadores de 2014 (0,71) e de 2013 (0,77), sinalizando que o volume de estoques não interfere na liquidez do ativo circulante, bem como revela tendência de decréscimo nos saldos futuros dos ativos.

O coeficiente de liquidez geral manteve-se estável, pois revela o índice de 1,02 nos exercícios da série histórica. Esse índice indica que existe R\$1,02 de direitos e haveres no circulante e no realizável a longo prazo para cada R\$1,00 de dívida, ou seja, existem numerários excedentes de R\$0,02 para dispor na liquidez geral.

No exercício de 2015, as Empresas Controladas evidenciaram o índice de 0,77 de participação de capital de terceiros, indicando que há capital de terceiros na ordem de 77% e capital próprio de 23%. Este índice se mostra semelhante ao índice do exercício de 2014, porém, maior em relação a 2013, que foi de 0,76. Melhor para a empresa seria a redução desse índice, que indicaria maior participação de capital próprio e menor investimento com uso de capital de terceiros.

O indicador de composição do endividamento demonstra quanto a empresa possui de obrigações de curto prazo para cada R\$1,00 de obrigações totais (curto e longo prazo). Na série histórica esse indicador tem sofrido sucessivas reduções. Em 2015, o índice demonstra que as dívidas de curto prazo correspondem a 83% do endividamento total, se comparado aos indicadores dos anos anteriores, a existência das dívidas de curto prazo tem a menor representação no exercício de 2015.

O índice de rentabilidade sobre o investimento relaciona o resultado líquido do exercício com o valor do investimento, ou seja, indica quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$1,00 de capital próprio investido. O exercício de 2015 apresentou o indicador negativo de 0,02, haja vista a empresa não ter apresentado resultado do exercício com lucro, revelando que a empresa sofreu R\$0,02 de prejuízo para cada real investido.

Comparando-se ao índice do exercício de 2014, esse índice sofreu redução de 150%, pois nesse exercício a taxa de rentabilidade sobre o capital próprio foi de 0,04, que corresponde à obtenção de 4% de lucro sobre os investimentos.

Em comparação ao exercício de 2013, a rentabilidade sobre o investimento apresentou o índice 0,00 (zero), revelando que não houve rentabilidade sobre o capital próprio, porém, não indicou percentual de prejuízo, como no exercício de 2015.

A rentabilidade sobre o ativo possibilita identificar quanto à empresa obteve de lucro ou prejuízo em relação aos investimentos totais feitos com capital próprio ou de terceiros. O índice 0,00 (zero), demonstrado no exercício de 2015, revela que não houve rentabilidade sobre a quantidade de utilização dos recursos do ativo total.

Se comparado ao indicador de 2014 (0,01), denota-se um declínio nesse indicador, haja vista a indicação de 1% de lucro sobre o ativo total do exercício. Em relação ao exercício de 2013, o indicador 0,00 mostra que a situação em relação à rentabilidade é a mesma apresentada no exercício de 2015, pois os índices são semelhantes nos dois exercícios.

O coeficiente da margem operacional expressa quanto a empresa obtém de lucro operacional líquido sobre as vendas efetuadas pelas empresas. O índice de 0,12, no exercício de 2015, evidenciou lucro operacional de 12% sobre as vendas realizadas, mostrou-se elevado em 9% em relação ao índice de 0,11 do exercício de 2014. Comparado ao indicador do exercício de 2013 (0,20), indica decréscimo de 40%, tendo em vista que nesse ano o lucro revelado foi de 20% sobre as vendas.

O indicador da margem líquida revela a margem de lucro ou prejuízo em relação ao faturamento das empresas. O índice negativo do exercício de 2015 (0,04) demonstra que a empresa teve R\$0,04 de prejuízo líquido para cada real vendido. Se comparado ao indicador do exercício de 2014 (0,11), denota-se a redução de 136,36%, considerando que o índice desse exercício é positivo e evidencia que a empresa teve R\$0,11 de lucro para cada venda realizada. Da mesma forma, apresenta-se reduzido em relação ao índice do exercício de 2013, que indica o lucro de R\$0,01 para cada R\$1,00 de faturamento realizado.

6.8. CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (NBCASP)

O processo de convergências é a adoção de regras e procedimentos contábeis sob uma mesma base conceitual visando à comparabilidade da situação econômico-financeira das entidades do setor público, nacionais e/ou internacionais.

Para isso o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) conjuntamente com a STN, entidades responsáveis pela articulação e o desenvolvimento de ações no sentido de promover essa convergência, desde 2007 publicam normativos de orientação técnicas aos entes federativos com fito de elaborarem práticas de absorção do “novo” pensar contábil ao setor público brasileiro.

Salienta-se que a principal mudança constatada neste “novo” pensar está no enfoque contábil, ou seja, passando do foco no controle orçamentário, para uma visão patrimonial com a adoção do regime de competência para as receitas e despesas públicas.

Desta forma, tendo em vista um trabalho em conjunto com todos os entes federativos, a STN instituiu três grupos de trabalho: o Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis (GTCON); Grupo Técnico de Padronização de Relatórios (GTREL); e Grupo Técnico de Sistematização de Informações Contábeis e Fiscais (GTSIS).

Esses grupos de estudos e resoluções são compostos por técnicos de diversos órgãos de todo país, inclusive deste Tribunal de Contas, que sempre se manteve presente nas reuniões e deliberações técnicas, que ocorrem em Brasília-DF.

No final do ano de 2013, foi publicada pela STN a Portaria nº 634, que estabeleceu regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis com vistas à consolidação das contas públicas nacionais, estabelecendo como limite o ano de 2015 para consolidações das contas dos entes da Federação de 2014.

O estado do Pará, com a adoção integral do Plano de Contas único e das novas regras para elaboração das demonstrações contábeis do setor público, conseguiu fazer parte dos 13 primeiros estados a concluir esses procedimentos.

A Portaria nº 634/2013 estabeleceu ainda um capítulo específico para a informação de custos no qual ressalta os prazos para a implantação desse sistema. A Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000

tornaram obrigatória a sua adoção desde a edição dos referidos diplomas legais. Porém, o estado do Pará ainda não concluiu estudo para implantação dos procedimentos de registros de custos.

No ano de 2015, a STN, visando dar continuidade no processo de convergência às NBCASP, em especial aos procedimentos patrimoniais, publicou a Portaria nº 548/2015, que dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual.

Pela supracitada portaria, procedimentos como reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas, seriam publicados em 2016; o de reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas, seriam publicados em 2020. E o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições, em 2021. Além de outros procedimentos que também tornar-se-ão obrigatórios em 2021.

No âmbito estadual, cumprindo seu papel pedagógico de orientar os órgãos jurisdicionados ao bom procedimento contábil, o TCE-PA, mediante Resolução nº 18.269/2012, exigiu cronograma de implantação das práticas às regras e procedimentos previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) dos Poderes.

Além disto, em 2015, este Tribunal ofereceu aos seus jurisdicionados, por meio de sua Escola de Contas Alberto Veloso (ECAV), diversos cursos voltados às novas normas contábeis. Ainda, no mesmo ano, o TCE-PA instalou a Comissão Técnica de estudos e acompanhamentos das novas normas de contabilidade aplicada ao setor público (GT-TCE-PA) com o objetivo de acompanhar as implantações das novas regras pelo Estado do Pará.

7

GESTÃO FISCAL



COMPLEXO FELIZ LUSITÂNIA - IGREJA DE SANTO ALEXANDRE (MUSEU DE ARTE SACRA)

Arquivo Agência Pará

Foto: Eliseu Dias

7. GESTÃO FISCAL

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com o propósito de assegurar a consecução das metas fiscais, bem como dar transparência dos gastos públicos, pressuposto da “gestão fiscal responsável”.

Neste capítulo será evidenciada a situação do governo do estado e do Poder Executivo em relação aos aspectos inerentes à LRF, verificando a transparência, o cumprimento de diversos limites definidos em lei, a disponibilidade de caixa, os restos a pagar, bem como o atingimento das metas de resultado entre receitas e despesas.

7.1. TRANSPARÊNCIA

A LRF no art. 1º, § 1º, define que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada e transparente. Desse modo, a transparência é fundamental para o agente público ter responsabilidade na gestão fiscal.

O objetivo da transparência é garantir a todos os cidadãos o acesso às informações que demonstram as ações a serem praticadas, as em andamento e as executadas em períodos anteriores pelos governantes, quando prevê ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos e realização de audiências públicas, dos planos, diretrizes orçamentárias, orçamentos, relatórios periódicos da execução orçamentária e da gestão fiscal, bem como, das prestações de contas e pareceres prévios emitidos pelos tribunais de contas.

Nesse contexto, em 2009, foi criada a chamada Lei da Transparência (LC nº 131, de 27 de maio de 2009) alterando a redação da LRF no que se refere à ampliação da transparência a ser observada pelos entes da Federação. A referida lei trouxe inovações no sentido de assegurar a transparência mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre as execuções orçamentária e financeira em meios eletrônicos de acesso público.

7.1.1. Divulgação dos Relatórios

a) Publicação do Relatório

O RGF e o RREO foram publicados pelo Poder Executivo dentro do prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre e de cada bimestre, respectivamente, de acordo com os arts. 52 e 55, § 2º da LRF e o art. 165, § 3º da Constituição Federal, conforme demonstrado:

PERÍODO	PRAZO DA PUBLICAÇÃO	DATA DA PUBLICAÇÃO
1º QUADRIMESTRE/2015	30-05-2015	29-05-2015
2º QUADRIMESTRE/2015	30-09-2015	24-09-2015
3º QUADRIMESTRE/2015	30-01-2016	29-01-2016
CONSOLIDADO	01-03-2016	05-02-2016

PERÍODO	PRAZO DA PUBLICAÇÃO	DATA DA PUBLICAÇÃO	PERÍODO	PRAZO DA PUBLICAÇÃO	DATA DA PUBLICAÇÃO
1º BIM/2015	30-03-2015	30-03-2015	4º BIM/2015	30-09-2015	24-09-2015
2º BIM/2015	30-05-2015	29-05-2015	5º BIM/2015	30-11-2015	30-11-2015
3º BIM/2015	30-07-2015	30-07-2015	6º BIM/2015	30-01-2016	29-01-2016

b) Divulgação por meio eletrônico

Todos os relatórios exigidos pela LRF (Gestão Fiscal e Resumido de Execução Orçamentária) do Poder Executivo foram divulgados pela Secretaria de Estado da Fazenda – Sefa, atendendo aos princípios da transparência e publicidade, em seu sítio eletrônico (www.sefa.pa.gov.br).

7.1.2. Audiências Públicas

A LRF, art. 9º, § 4º, determina que, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição Federal ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

A LDO (Lei nº 8.031, de 23-07-2014), art. 15, § 5º, expressa que para realização da audiência pública, o Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa os relatórios de avaliação do cumprimento das metas fiscais, com justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas, bem como apresentar os relatórios quadrimestrais constantes na LRF, até 3 (três) dias antes da audiência.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa comunicou, por meio de ofícios a este Tribunal de Contas, o agendamento das audiências públicas em conjunto com o Poder Executivo, na Alepa, conforme detalhado a seguir, cumprindo assim ao disposto na LRF.

OFÍCIO Nº	DATA AUDIÊNCIA	REFERENCIA
08/2015-CFFO/ALEPA	17-05-2015	1º QUADRIMESTRE/2015
012/2015-CFFO/ALEPA	30-09-2015	2º QUADRIMESTRE/2015
003/2016-CFFO/ALEPA	24-02-2016	3º QUADRIMESTRE/2015

7.2. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Conforme preceitua a LRF, art. 2º, IV, a Receita Corrente Líquida (RCL) corresponde ao somatório das receitas tributárias de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as parcelas entregues aos municípios por força constitucional, a contribuição dos servidores para o custeio do sistema de previdência e assistência social, e as receitas provenientes da compensação financeira entre os diversos sistemas de previdência.

A RCL é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onzes anteriores, excluídas as duplicidades, e serve de parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação da receita orçamentária e das garantias do ente da Federação.

Ressalta-se quanto à Receita Patrimonial que o valor demonstrado está líquido das deduções para perdas em aplicações financeiras do Regime Próprio de Previdência Social no valor de R\$134,4 milhões.

Em 2015, a RCL do Estado do Pará totalizou R\$16,7 bilhões, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 7.1 - Receita Corrente Líquida - 2015

(Em R\$ milhares)	
ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
RECEITAS CORRENTES (I)	22.670.905
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.713.828
ICMS	9.555.253
IPVA	479.277
OUTRAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS	1.679.299
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	1.201.802
RECEITA PATRIMONIAL	598.456
RECEITA AGROPECUÁRIA	112
RECEITA INDUSTRIAL	12.062
RECEITA DE SERVIÇOS	415.646
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.964.672
COTA-PARTE DO FPE	4.603.255
TRANSFERÊNCIA DA LC 87/1996	63.819
TRANSFERÊNCIA DA LC 61/1989	295.867
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	1.909.789
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.091.942
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	764.327
DEDUÇÕES (II)	5.881.003
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	2.753.310
CONTRIBUIÇÃO AO PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR	633.042
COMPENSAÇÃO FINANC. ENTRE REGIMES PREVIDÊNCIA	2.345
DEDUÇÕES DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	2.492.307
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	16.789.902

Fonte: Siafem 2015.

7.3. CUMPRIMENTO DE LIMITES

A obrigatoriedade da elaboração e publicação quadrimestral, inclusive em meio eletrônico, dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) sob a responsabilidade dos titulares dos Poderes e órgãos está estabelecida nos arts. 54 e 55 da LRF.

Assim, dispõe o art. 55 da LRF que o RGF deve conter demonstrativos com informações relativas à despesa com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e contragarantias de valores e operações de crédito, acrescidos, no último quadrimestre, dos demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro e das inscrições em Restos a Pagar.

Apresenta-se, então, a análise quanto à verificação do cumprimento dos limites instituídos pela LRF, por meio dos relatórios de gestão fiscal do 3º quadrimestre/2015, que abrange o período de janeiro a dezembro de 2015, seguindo as orientações contidas na 6ª edição do MDF, através da Portaria nº 553 de 22 de setembro de 2014 da STN e da Resolução nº 17.659 de 24-03-2009 deste TCE-PA,

Para avaliação do cálculo do cumprimento de limites estabelecidos pela LRF, foram considerados os valores registrados no Siafem, por meio do extrator de dados Business Objects (BO), bem como os relatórios disponibilizados em sítios eletrônicos oficiais.

7.3.1. Despesas com Pessoal

A Constituição Federal, no art. 169, estabelece que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Para a despesa total com pessoal dos estados, a LRF no art.19, II, estabeleceu o limite máximo de 60% da Receita Corrente Líquida. A repartição desse limite global não poderá, por sua vez, exceder os percentuais por Poder/Órgão definidos pelo art. 20, II, da LRF, conforme demonstrado a seguir.

ESPECIFICAÇÃO	LIMITES %
PODER EXECUTIVO	48,60
PODER LEGISLATIVO	3,40
PODER JUDICIÁRIO	6,00
MINISTÉRIO PÚBLICO	2,00

A LRF estabeleceu a forma de cálculo dos limites máximos e em seu art. 59, § 2º atribuiu competência aos Tribunais de Contas para verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão referido no art. 20. Portanto, conforme Resolução TCE/PA nº 17.793/2009, os percentuais para despesas com pessoal estão assim estabelecidos.

ESPECIFICAÇÃO	LIMITES %
PODER EXECUTIVO	48,60
PODER LEGISLATIVO	3,40
ALEPA - Assembleia Legislativa do Estado	1,56
TCE - Tribunal de Contas do Estado	0,96
TCM - Tribunal de Contas dos Municípios	0,60
MPC - Ministério Público de Contas do Estado	0,20
MPCM - Ministério Público de Contas dos Municípios	0,08
PODER JUDICIÁRIO	6,00
TJE – Tribunal de Justiça do Estado	5,92
JME – Justiça Militar do Estado	0,08
MINISTÉRIO PÚBLICO	2,00

A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, inativos e os pensionistas, com quaisquer espécies remuneratórias, acrescidas, ainda, o montante com contratos de terceirização de mão-de-obra em substituição a servidores e empregados públicos.

Dessas despesas, segundo a LRF, art. 19, § 1º, são deduzidas, aquelas decorrentes de indenização por demissão e incentivos à demissão voluntária; decorrentes de decisão judicial e despesas de exercícios anteriores; bem como, as despesas com inativos e pensionistas custeadas com recursos de fundos vinculados a tais despesas.

Ressalta-se que é considerada apenas a despesa líquida com pessoal, ou seja, existem despesas que, embora configurem gastos com pessoal, não são consideradas para fins de apuração dos referidos percentuais, conforme legislação vigente.

Na apuração do limite de gastos com pessoal, o TCE-PA não considera a parcela dos vencimentos correspondente à retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), proveniente da folha de pagamento dos servidores, deduzindo-a do cômputo de gastos com pessoal, por força da Resolução TCE-PA nº 16.769/2003.

7.3.1.1. Despesas com pessoal consolidado do governo do estado

A despesa com pessoal consolidada do governo do estado, apurada pelo TCE/PA, correspondeu a 50,15% da RCL, situando-se dentro do limite estabelecido na LRF, conforme tabela a seguir:

Tabela 7.2 - Despesa com Pessoal Consolidado do Governo do Estado - 2015

(Em R\$ milhares)

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESA REALIZADA
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.421.371
Pessoal Ativo	8.285.030
Pessoal Inativo e Pensionista	3.163.647
Outras despesas de pessoal (LRF, art. 18, § 1º)	2.227
(-) I. Renda (Resolução TCEPA nº 16.769/2003)	1.029.533
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (LRF, art. 19, § 1º) (II)	2.001.369
(-) Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	5.785
(-) Decorrentes da Decisão Judicial	107.440
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	193.696
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.694.448
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - DTP (III)=(I-II)	8.420.002
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.789.902
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100	50,15%
Limite MÁXIMO (LRF, art. 20, incisos I, II e III)	60,00
Limite PRUDENCIAL, (LRF, art. 22, § único)	57,00
Limite ALERTA (LRF art.59 inc. II §1º)	54,00

Fonte: Siafem 2015.

Ressalta-se que o Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal, apurado pelo governo do estado e publicado em 05-02-2016, no DOE n° 33.064, apresentou limite de gastos com pessoal de 56,28% da RCL, diferente do apurado pelo TCE (50,15%) devido a não adoção da Resolução TCE n° 16.769/2003.

7.3.1.2. Despesas com pessoal do Poder Executivo

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo tem seu limite máximo de 48,60% da RCL, fixado na LRF nos arts. 19, II, e 20, II, "c", § 4°.

Todavia, a autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública do Estado do Pará foi assegurada com a Lei Complementar n° 54, de 07-02-2006, em seu art. 4°, combinado com a Emenda Constitucional n° 45/2004. Porém, quanto à apuração de limites da LRF, o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, 6ª edição, orienta que os dados referentes às defensorias públicas estaduais devem estar contemplados nos demonstrativos do RGF do Poder Executivo Estadual, por não possuir limite estabelecido na LRF.

Diante do exposto, o Poder Executivo ao efetuar gastos com pessoal no exercício de 2015, no montante de R\$7,2 bilhões, equivalente a 42,65% da RCL, observou o limite Legal (48,60%), sem extrapolar o limite Prudencial (46,17%) e o limite de Alerta (43,74%), conforme demonstrado a seguir.

Tabela 7.3 - Despesa Com Pessoal Poder Executivo - 2015

(Em R\$ milhares)	
DESPESAS COM PESSOAL	DESPESA REALIZADA
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.825.662
Pessoal Ativo	6.787.694
Pessoal Inativo e Pensionista	2.822.524
Outras despesas de pessoal (LRF, art. 18, § 1º)	2.158
(-) I. Renda (Resolução TCEPA n° 16.769/2003)	786.713
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (LRF, art. 19, § 1º) (II)	1.665.347
(-) Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	208
(-) Decorrentes da Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	107.440
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	131.111
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.426.588
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - DTP (III)=(I-II)	7.160.316
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.789.902
% DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100	42,65
Limite MÁXIMO (LRF, art. 20, incisos I, II e III)	48,60
Limite PRUDENCIAL, (LRF, art. 22, § único)	46,17
Limite ALERTA (LRF, art. 59, §1º, inc. II)	43,74

Fonte: Siafem 2015.

Ressalta-se que o demonstrativo das despesas com pessoal publicado pelo Poder Executivo, segundo DOE de 04-02-2015, apresenta limite de gastos com pessoal de 47,33% da RCL, diferente, portanto, do apurado pelo TCE (42,65%) devido a não adoção da Resolução TCE n° 16.769/2003.

7.3.2. Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada (DC) ou Fundada (DF), de acordo com a LRF, art. 29, é o montante das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 meses, apurada sem duplicidade. Devem ser incluídos nesse montante os precatórios judiciais que foram emitidos a partir do ano de 2000 e que não foram pagos.

A Resolução nº 40/2001, alterada pela Resolução nº 05/2002, ambas do Senado Federal, estabeleceu os limites de endividamento e definiu que a dívida consolidada líquida corresponde à dívida pública consolidada, deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros líquidos dos Restos a Pagar Processados. Ainda no art. 3º, inc. I, a mesma resolução estabeleceu que a dívida consolidada dos estados não poderá exceder a duas vezes a receita corrente líquida.

Na composição do valor do Ativo Disponível e Restos a Pagar Processados, não estão inclusos os respectivos valores pertencentes ao Regime Previdenciário do governo do estado, sendo estes evidenciados e destacados separadamente, conforme orienta a 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais da STN. Essa evidenciação se faz necessária em função da composição e das peculiaridades do patrimônio do RPPS.

Verifica-se, com base no Siafem 2015, que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) do governo do estado do Pará, no exercício de 2015, atingiu o montante de R\$2 bilhões, correspondendo a 12,04% da RCL, encontrando-se abaixo do limite de 200% estabelecido pelo Senado Federal.

Na tabela a seguir, demonstra-se o cálculo detalhado DCL.

Tabela 7.4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida 2015

(Em R\$ milhares)	
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	3.777.692
Dívida Contratual (=IV)	3.777.692
Interna	2.969.313
Externa	808.379
Outras Dívidas	-
DEDUÇÕES (II)	1.756.752
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.671.629
Demais Haveres Financeiros	182.773
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	97.650
DÍV. CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL (III) = (I-II)	2.020.940
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	16.789.902
% DC SOBRE A RCL (I / RCL)	22,50%
% DCL SOBRE A RCL (III / RCL)	12,04%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (200%)	33.579.803
LIMITE DE ALERTA (180,00%)	30.221.823
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	3.777.692
DÍVIDA DO PPP (V)	-

(Em R\$ milhares)

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	157.054
De Tributos	4.912
De Contribuições Sociais	151.607
Previdenciárias	151.070
Demais Contribuições Sociais	536
Do FGTS	534
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	3.620.638
Interna	2.812.259
Externa	808.379
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
DEPÓSITOS	265.760

Fonte: Siafem 2015.

7.3.2.1. Dívida Consolidada Líquida Previdenciária

A dívida consolidada líquida do Regime Próprio de Previdência Social será demonstrada separadamente conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional:

Tabela 7.5 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do RPPS 2015

(Em R\$ milhares)

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	2.765.545
Passivo Atuarial	2.765.545
DEDUÇÕES (X)	3.797.267
Disponibilidade de Caixa Bruta	279.088
Investimentos	3.518.697
Demais Haveres Financeiros	
(-) Restos a Pagar Processados	517
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-
DÍV. CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	(1.031.722)

Fonte: Siafem 2015

Destaca-se que o Passivo Atuarial, constante na tabela anterior, compõe-se dos valores dos compromissos do Fundo Previdenciário do Estado com Servidores Ativos, com Aposentados e com Pensões, deduzido o valor atual das receitas de contribuições dos segurados e empregadores. Esse passivo é determinado por processo matemático-actuarial, no qual se pressupõem os valores de benefícios a pagar para os servidores ou beneficiários até o final de suas vidas.

O Regime Previdenciário apurou situação favorável no exercício de 2015, pois demonstrou possuir disponibilidade financeira (R\$3,7 bilhões) em patamares superiores aos de suas obrigações (R\$2,7 bilhões).

7.3.3. Garantias e Contragarantias de Valores

Para a realização de operações de crédito, a Resolução nº 43/2001 do Senado Federal dispõe no art. 9º que o saldo total das garantias concedidas não pode ultrapassar o limite de 22% da Receita Corrente Líquida (RCL), e no art. 18, I, exige que sejam oferecidas contragarantias em valor igual ou superior ao da garantia concedida.

O Demonstrativo informa os valores das garantias concedidas pelo ente nos termos da LRF. Conforme se verifica na tabela a seguir, observa-se o cumprimento do limite das garantias concedidas em relação à RCL, assim como são informadas as contragarantias recebidas. Os valores referem-se ao saldo do exercício anterior e aos saldos de cada quadrimestre do exercício de referência.

O total de garantias concedidas pelo estado em 2015 foi de R\$148,2 milhões, correspondendo a 0,88% da RCL apurada para o período, ficando, portanto, abaixo do limite de 22% estabelecido pela Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Tabela 7.6 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores – 2015

(Em R\$ milhares)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015
EXTERNAS (I)	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-
Outras Garantias nos Termos da LRF	-
INTERNAS (II)	148.242
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	148.242
Outras Garantias nos Termos da LRF	-
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I-II)	148.242
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	0,88
% DO TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	16.789.902
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (22%)	3.693.778
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art.59 da LRF) – 19,8%	3.324.400
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	-
TOTAL DAS CONTRAGARANTIA RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-

Fonte: Siafem – 2015

7.3.4. Operações de Crédito

A operação de crédito foi definida na LRF como sendo o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de

valores provenientes de venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

A Resolução do Senado Federal nº 43/01 estabelece que o montante global das operações de créditos interna e externa, realizadas em um exercício financeiro pelos estados, não poderá ser superior a 16% da RCL.

Verificou-se que, em 2015, o estado do Pará realizou operações de crédito no montante de R\$178,9 milhões, equivalente a 1,07% da RCL apurada no período, portanto, abaixo do limite máximo permitido (16%), conforme Demonstrativo das Operações de Crédito, parte integrante do RGF, que é publicado ao final de cada quadrimestre.

Tabela 7.7 - Demonstrativo das Operações de Crédito 2015

(Em R\$ milhares)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO NO EXERCÍCIO DE 2015	
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	178.927	
Contratual	178.927	
Interna	133.474	
Abertura de Crédito	133.474	
Externa	45.453	
Abertura de Crédito	45.453	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.789.902	-
OPERAÇÕES VEDADAS	-	-
Do Período de Referência (III)	-	-
De Períodos Anteriores ao de Referência	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)=(Ia+III)	178.927	1,07
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.686.384	16,00
LIMITE DE ALERTA (Inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	2.417.746	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.175.293	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + II a)	178.927	1,07

Fonte: Siafem 2015

7.3.5. Regra de Ouro

A Constituição Federal de 1988, no art.167, II, estabeleceu a Regra de Ouro e a LRF, no art. 32, § 3º, também reforça ao dispor que o produto das operações de crédito não pode ultrapassar o montante das despesas de capital, a fim de conter o excesso de operações de crédito que endividavam os entes públicos.

O governo do estado do Pará, no exercício de 2015, contratou operações de crédito no montante de R\$178,9 milhões e efetuou despesas de capital no total de R\$2 bilhões, observando a chamada Regra de Ouro.

Tabela 7.8 – Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital - 2015

(Em R\$ milhares)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	178.927
- Operação de Crédito Interna	133.474
- Operação de Crédito Externa	45.453
DESPESAS DE CAPITAL (II)	1.954.459
- Investimentos	1.359.924
- Inversões Financeiras	192.193
- Amortização da Dívida	402.342
RESULTADO DO CUMPRIMENTO DA REGRA DE OURO (III)= (I - II)	(1.775.532)

Fonte: Siafem 2015.

7.3.6. Despesas da Dívida Pública

O governo do estado, no exercício de 2015, realizou R\$630 milhões em despesa da dívida, detalhado no quadro a seguir, comprometendo 3,75% da RCL, ou seja, abaixo do limite máximo de 11,5% estabelecido no art. 7º, II da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

(Em R\$ milhares)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DESPESAS DA DÍVIDA PÚBLICA	630.095
Amortizações	402.342
Juros e Encargos da Dívida	227.753
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	16.789.901
LIMITE DEFINIDO P/RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (11,5% DA RCL)	1.930.839
% LIMITE APURADO DAS AMORTIZAÇÕES, JUROS E DEMAIS ENCARGOS DA DÍVIDA CONSOLIDADA	3,75

7.4. DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

As disponibilidades de caixa e os Restos a Pagar eram evidenciados em demonstrativos distintos. Com a 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, a Secretaria do Tesouro Nacional consolidou-os em único demonstrativo: Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar.

Esse demonstrativo objetiva dar transparência ao montante disponível para fins da inscrição de despesas não liquidadas em Restos a Pagar (RP) e possibilita a verificação do cumprimento do art. 42 da LRF, pelo confronto da coluna dos RP empenhados e não liquidados do exercício com a disponibilidade de caixa líquida, segregados por vinculação.

O limite de inscrição dos restos a pagar não processados, no último ano de mandato da gestão administrativo-financeira, é a disponibilidade de caixa líquida por vinculação de recursos. A disponibilidade de caixa líquida para cada um dos recursos vinculados permite que se avalie a inscrição em RP não processados também de forma individualizada.

Assim, ao assumir uma obrigação de despesa por meio de contrato, de convênio, de acordo, de ajuste ou de qualquer outra forma de contratação, o gestor deve verificar previamente se poderá pagá-la, valendo-se de um fluxo de caixa que levará em conta as despesas compromissadas até o final do exercício.

O mencionado demonstrativo apresenta informações sobre a disponibilidade de caixa bruta, as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa líquida para cada recurso vinculado, bem como dos não vinculados. São apresentadas também informações sobre os valores relativos ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores.

Além disso, evidenciará a inscrição em Restos a Pagar das despesas:

- a) liquidadas e não pagas;
- b) empenhadas e não liquidadas;
- c) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados.

O demonstrativo deve ser elaborado pelos Poderes e órgãos e também deve compor o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado, a ser elaborado e publicado pelo Poder Executivo até 30 dias após a divulgação do relatório do último quadrimestre do exercício.

Importante salientar que o controle dos saldos das fontes de recursos originou-se das disposições contidas na LRF, art. 8º, parágrafo único, ao estabelecer que “os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”.

Portanto, a apuração da disponibilidade de caixa líquida por fonte de recursos teve como base o saldo da conta contábil 8.2.1.1.1.00.00 (Disponibilidade por Fonte de Recursos), existente ao final do mês de dezembro de 2015, obtido por meio dos dados registrados no Siafem 2015, visto que reflete a disponibilidade por fonte de recursos do exercício financeiro.

As obrigações financeiras correspondem à somatória dos restos a pagar das despesas liquidadas e não pagas, os restos a pagar das despesas empenhadas e não liquidadas de exercícios anteriores e das demais obrigações financeiras (depósitos, valores diferidos e outras obrigações financeiras).

7.4.1. Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar Consolidados do Governo do Estado

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar consolidado do estado do Pará apresentou os valores corretamente segregados por destinação de recursos, assim como as obrigações financeiras, dentro dos padrões determinados no Manual de Demonstrativos Fiscais, 6ª edição.

O estado do Pará apresentou disponibilidade de caixa bruta de R\$5,7 bilhões e obrigações financeiras de R\$456,3 milhões, compostas pelo somatório dos restos a pagar processados do exercício de R\$98,1 milhões e das demais obrigações financeiras de R\$358,1 milhões, resultando em disponibilidade de caixa líquida de R\$5,2 bilhões, o que evidencia numerário suficiente para cobrir as despesas assumidas, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 7.9 – Demonstrativo Consolidado da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar 2015

(Em R\$ milhares)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			Restos a Pagar Empenhados e não Liquidados de Exercícios anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	DISPONIBILIDADE DE CX LÍQUIDA (ANTES DA INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a)-(b+c+d+e)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHADOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	DISPONIBILIDADE DE CX BRUTA (a)	Restos a pagar Liquidados e não pagos						
		De exercícios anteriores (b)	Do Exercício (c)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	4.792.856	-	31.762	-	228.999	4.532.095	-	-
2 EDUCACAO - RECURSOS ORDINARIOS	23.104	-	2.602	-	16.952	3.549	-	-
3 FES- RECURSOS ORDINARIOS	30.446	-	1.877	-	9.170	19.399	-	-
4 QUOTA PARTE DO SALARIO EDUCACAO QT. ESTADUAL	2.897	-	135	-	305	2.457	-	-
5 QUOTA PARTE DO SALARIO EDUCACAO QT. FEDERAL	1.179	-	-	-	183	996	-	-
6 REC.PROV.DE TRANSFERENCIAS-CONVENIOS E OUTROS	224.963	-	3.248	-	1.988	219.727	-	-
7 FUNDO ESTAD.ASSISTENCIA SOCIAL-REC ORDINARIOS	982	-	9	-	245	727	-	-
10 AJUSTE DE DISP FINANC POR FONTE DE RECURSOS	713	-	-	-	-	713	-	-
11 RECURSOS PROPRIOS FUNDO REAP. APERF. DO TCE	38	-	-	-	-	38	-	-
12 RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PODERES	88.458	-	1.129	-	119	87.210	-	-
13 RECURSOS DO TESOIRO VINCULADO AO FDE	185.488,38	-	-	-	-	185	-	-
14 RECURSOS PROPRIOS FUNDO DESENVOLVIM.ECO-NOMICO	14.813	-	-	-	1	14.812	-	-
15 RECURSOS PROPRIOS FUNDO DA DEFENSORIA PUBLICA	283	-	-	-	1	282	-	-
16 RECURSOS PROPRIOS DO FUNDO EST.MEIO AMBIENTE	63.455	-	3	-	122	63.330	-	-
17 REC.DO FUNDO EST. DE PROM.DAS ATIV. CULTURAIS	498	-	-	-	-	498	-	-
18 REC.PROP.DO FUNDO DE REAPARELH.DO JUDICIARIO	188.139	-	2.882	-	165.595	19.662	-	-
19 REC.PROP.DO FUNDO DE REAPARELH.DO MIN. PUBLICO	6.411	-	-	-	-	6.411	-	-
20 REC.PROP.DO FUNDO EST. DE DEFESA DOS DIR.DIFU	1.440	-	-	-	-	1.440	-	-
21 RECURSOS ORDINARIOS-CONTRAPART ESTADUAL	1.671	-	-	-	-	1.671	-	-
22 REC. DO TESOIRO VINCULADOS A FAPESPA	227	-	-	-	-	227	-	-
24 ROYALTIE MINERAL - 40%	2.483	-	4	-	127	2.352	-	-
25 ROYALTIE HIDRICO	1.501	-	2	-	4	1.495	-	-
26 ROYALTIE PETROLEO	1.348	-	-	-	80	1.268	-	-
27 APLIC. NO MERC.FINANC. SAL.EDUC./QUOTA ESTAD.	249	-	-	-	32	217	-	-
28 FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO EST.PARA	1.813	-	18	-	448	1.348	-	-
30 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	68.286	-	691	-	2.309	65.286	-	-
31 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	36.422	-	2.426	-	7	33.989	-	-
32 SUS/SERVICOS PRODUZIDOS	4.143	-	272	-	43	3.827	-	-
33 SUS/CONVENIOS	2.221	-	-	-	-	2.221	-	-
35 REC PROP FUNDO DE APOIO A CACAUI CULTURA	4.656	-	-	-	-	4.656	-	-
36 FES - TAXA DE FISCALIZACAO SANITARIA	506	-	-	-	-	506	-	-
38 REC.PROP.FUNDO EST.DIREITOS CRIANCA E ADOLES.	60	-	9	-	1	50	-	-
39 FEAS - REPASSE FUNDO A FUNDO	831	-	6	-	26	799	-	-
40 REC.PROP.FUNDO ESPECIAL PROCURADORIA GERAL ES	4.336	-	-	-	28	4.308	-	-
41 REC.PROP.DO FUNDO DE INVEST. DE SEG. PUBLICA	19.322	-	-	-	2	19.319	-	-
43 FUNDO MANUT.DESENV.EDUCACAO BASICA - FUNDEB	36.245	-	10.771	-	20.985	4.489	-	-
44 TAXAS DE SERVICOS FAZENDARIOS	4.904	-	-	-	5	4.899	-	-
45 REC.PROP.DO FUNDO ESTADUAL DE ESPORTE E LAZER	1.209	-	-	-	-	1.209	-	-

(Em R\$ milhares)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Restos a Pagar Empenhados e não Liquidados de Exercícios anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	DISPONIBILIDADE DE CX LÍQUIDA (ANTES DA INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a)-(b+c+d+e)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHADOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	DISPONIBILIDADE DE CX BRUTA (a)	Restos a pagar Liquidados e não pagos		De exercícios anteriores (b)					
		Do Exercício (c)							
46 RECURSOS DO TESOIRO VINCULADO AO FUNDO RURAL	18	-	-	-	-	18	-	-	
48 REC.TESOIRO VINC.FUNDO CRIANÇA E ADOLESCENTE	1.062	-	-	-	-	1.062	-	-	
49 FES - SUS/ FUNDO A FUNDO	85.232	-	27	-	1.742	83.463	-	-	
50 REC.PROPRIOS DO FUNDO DE SAUDE SERV. MILITAR	2.711	-	1	-	-	2.709	-	-	
51 REC.PROP.DO FUNDO DE ASS.SOCIAL DOS SERV.MIL.	17.389	-	9	-	1	17.378	-	-	
52 REC.PROV.TRANSFERENCIA UNIAO-PROGR.RECOMECO	6.192	-	13	-	-	6.179	-	-	
54 RECUR.PROP.FUNDO FINAN.PREV.EST.PARA-SERVIDOR	2.398.061	-	19	-	4.012	2.394.029	-	-	
55 RECUR PROP DO FUNDO ESTAD DOS DIR DA MULHER	1.817	-	-	-	-	1.817	-	-	
56 FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	11.216	-	227	-	589	10.400	-	-	
57 RECURSOS PROVENIENT.DE TRANSF.DA UNIAO-CIDE	1.066	-	-	-	-	1.066	-	-	
58 REC.PROP.FUNDO FINAN.PREV.EST.PARA-PATRONAL	1.302.097	-	-	-	2.372	1.299.725	-	-	
60 REC.PROV.TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS E OUTROS	90.579	-	1.002	-	299	89.278	-	-	
62 RECURSOS PROVENIENTES DO LABOR PRISIONAL	30	-	-	-	-	30	-	-	
63 REC.DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DOS DEPUTADOS	1.382	-	-	-	-	1.382	-	-	
69 SUS / SERVICOS PRODUZIDOS	19.617	-	3.748	-	1.144	14.726	-	-	
71 REC.PROP.FUNDO EST.HABIT.DE INTERESSE SOCIAL	2.961	-	-	-	1	2.960	-	-	
72 CONV.011/09-SICONV717465/09-INC	92	-	-	-	-	92	-	-	
75 FUNDO DE MODERNIZ.REAPAREL. E APREFEIC.TCM	423	-	-	-	-	423	-	-	
76 FUNDO INV. PERMAN.ADM. TRIBUTÁRIA	10.465	-	629	-	53	9.782	-	-	
OUTRAS DESTINAÇÕES VINCULADAS DE RECURSOS	2	-	-	-	2	-	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	928.505	-	66.406	-	129.197	732.901	-	-	
01 RECURSOS ORDINARIOS	667.353	-	63.545	-	123.388	480.420	-	-	
61 REC.PROP.DIRETAMENTE ARREC.PELA ADM.INDIRETA	261.151	-	2.862	-	5.809	252.481	-	-	
TOTAL (III) = (I + II)	5.721.361	-	98.168	-	358.197	5.264.996	-	-	

Fonte: Siafem 2015

7.4.2. Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar do RPPS

As disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social, ainda que vinculadas a fundos específicos previstos na Constituição, devem ficar depositadas em contas separadas das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância à legislação vigente e aos limites e condições de proteção e prudência financeira.

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a pagar do RPPS, apresentou disponibilidade de caixa bruta no montante de R\$3,7 bilhões, suficientes para cumprir com as obrigações financeiras assumidas no valor de R\$23,7 milhões, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 7.10 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar do RPPS

(Em R\$ milhares)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CX BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CX LÍQUIDA (ANTES DA INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHADOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a pagar Liquidados e não pagos		Restos a Pagar Empenhados e não Liquidados de Exercícios anteriores (d)				Demais Obrigações Financeiras (e)
		De exercícios anteriores (b)	Do Exercício (c)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.680.352	-	-	-	3.351	3.677.000	-	
54 RECUR.PROP.FUNDO FINAN.PREV.EST.PARA-SERVIDOR	2.395.131	-	-	-	2.996	2.392.135	-	
58 REC.PROP.FUNDO FINANC.PREV.EST.PARA-PATRONAL	1.285.219	-	-	-	356	1.284.863	-	
OUTRAS DESTINAÇÕES VINCULADAS DE RECURSOS	2	-	-	-	-	2	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	117.433	-	517	-	19.911	97.005	-	
01 RECURSOS ORDINARIOS	25.946	-	21	-	19.833	6.092	-	
61 REC.PROP.DIRETAMENTE ARREC.PELA ADM.INDIRETA	91.487	-	496	-	78	90.913	-	
TOTAL (III) = (I + II)	3.797.785	-	518	-	23.262	3.774.005	-	

Fonte: Siafem 2015

Nota: Detalhamento efetuado por fonte de recurso do Igeprev, Funprev e Finanprev, referente à gestão previdenciária.

7.4.3. Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar do Poder Executivo

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar do Poder Executivo apresenta corretamente os valores segregados por destinação de recursos, assim como as obrigações financeiras.

A disponibilidade de caixa bruta do Poder Executivo totalizou R\$5,2 bilhões e as obrigações financeiras R\$266,5 milhões, compostas pelo somatório dos restos a pagar processados (R\$80,9 milhões) e das demais obrigações financeiras (R\$185,6 milhões), resultando em disponibilidade de caixa líquida de R\$4,9 bilhões, o que evidencia numerário suficiente para cobrir as obrigações assumidas, demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 7.11–Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar do Poder Executivo – 2015

(Em R\$ milhares)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CX BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CX LÍQUIDA (ANTES DA INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHADOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a pagar Liquidados e não pagos		Restos a Pagar Empenhados e não Liquidados de Exercícios anteriores (d)				Demais Obrigações Financeiras (e)
		De exercícios anteriores (b)	Do Exercício (c)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	4.489.738	-	27.005	-	62.069	4.400.664	-	
2 EDUCACAO - RECURSOS ORDINARIOS	24.654	-	2.602	-	16.952	5.099	-	
3 FES- RECURSOS ORDINARIOS	30.446	-	1.877	-	9.170	19.399	-	
4 QUOTA PARTE DO SALARIO EDUCACAO QT. ESTADUAL	2.897	-	135	-	305	2.457	-	
5 QUOTA PARTE DO SALARIO EDUCACAO QT. FEDERAL	1.179	-	-	-	183	996	-	

(Em R\$ milhares)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CX BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CX LÍQUIDA (ANTES DA INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHADOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a pagar Liquidados e não pagos		Restos a Pagar Empenhados e não Liquidados de Exercícios anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De exercícios anteriores (b)	Do Exercício (c)						
6	REC.PROV.DE TRANSFERENCIAS-CONVENIOS E OUTROS	223.289	-	2.521	-	1.946	218.821	-	-
7	FUNDO ESTAD.ASSISTENCIA SOCIAL-REC ORDINARIOS	982	-	9	-	245	727	-	-
9	RECURSOS DO TESOIRO VINCULADO AO FEHIS	9	-	-	-	-	9	-	-
10	AJUSTE DE DISP FINANÇ POR FONTE DE RECURSOS	700	-	-	-	-	700	-	-
12	RECEITA PATRIMONIAL - OUTROS PODERES	-	-	-	-	-	-	-	-
13	RECURSOS DO TESOIRO VINCULADO AO FDE	185	-	-	-	-	185	-	-
14	RECURSOS PROPRIOS FUNDO DESENV. ECONOMICO	14.813	-	-	-	1	14.812	-	-
15	RECURSOS PROPRIOS FUNDO DA DEFENSORIA PUBLICA	283	-	-	-	1	282	-	-
16	RECURSOS PROPRIOS DO FUNDO EST. MEIO AMBIENTE	63.455	-	3	-	122	63.330	-	-
17	REC.DO FUNDO EST. DE PROM.DAS ATIV. CULTURAIS	498	-	-	-	-	498	-	-
18	REC.PROP.DO FUNDO DE REAPARELH.DO JUDICIARIO	5	-	-	-	-	5	-	-
20	REC.PROP.DO FUNDO EST. DE DEFESA DOS DIR.DIFU	1.378	-	-	-	-	1.378	-	-
21	RECURSOS ORDINARIOS-CONTRAPART ESTADUAL	1.671	-	-	-	-	1.671	-	-
22	REC. DO TESOIRO VINCULADOS A FAPESPA	29	-	-	-	-	29	-	-
24	ROYALTIE MINERAL - 40%	2.483	-	4	-	127	2.352	-	-
25	ROYALTIE HIDRICO	1.501	-	2	-	4	1.495	-	-
26	ROYALTIE PETROLEO	1.348	-	-	-	80	1.268	-	-
27	APLIC. NO MERC.FINANÇ. SAL.EDUC./QUOTA ESTAD.	249	-	-	-	32	217	-	-
28	FUNDO DE APOIO AO REGISTRO CIVIL DO EST.PARA	1.365	-	18	-	-	1.348	-	-
30	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	68.286	-	691	-	2.309	65.286	-	-
31	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	36.422	-	2.426	-	7	33.989	-	-
32	SUS/SERVICOS PRODUZIDOS	4.143	-	272	-	43	3.827	-	-
33	SUS/CONVENIOS	2.221	-	-	-	-	2.221	-	-
35	REC PROP FUNDO DE APOIO A CACAUCULTURA	4.656	-	-	-	-	4.656	-	-
36	FES - TAXA DE FISCALIZACAO SANITARIA	506	-	-	-	-	506	-	-
38	REC.PROP.FUNDO EST.DIREITOS CRIANCA E ADOLES.	60	-	9	-	-	51	-	-
39	FEAS - REPASSE FUNDO A FUNDO	831	-	6	-	26	799	-	-
40	REC.PROP.FUNDO ESP. PROCURADORIA GERAL ES	4.336	-	-	-	28	4.308	-	-
41	REC.PROP.DO FUNDO DE INVEST. DE SEG. PUBLICA	19.322	-	-	-	2	19.319	-	-
43	FUNDO MANUT.DESENV.EDUCACAO BASICA - FUNDEB	36.245	-	10.771	-	20.985	4.489	-	-
44	TAXAS DE SERVICOS FAZENDARIOS	4.904	-	-	-	5	4.899	-	-
45	REC.PROP.DO FUNDO ESTADUAL DE ESPORTE E LAZER	1.209	-	-	-	-	1.209	-	-
46	RECURSOS DO TESOIRO VINCULADO AO FUNDO RURAL	18	-	-	-	-	18	-	-
48	REC.TESOIRO VINC.FUNDO CRIANCA E ADOLESCENTE	1.062	-	-	-	-	1.062	-	-
49	FES - SUS/ FUNDO A FUNDO	85.232	-	27	-	1.742	83.463	-	-
50	REC.PROPRIOS DO FUNDO DE SAUDE SERV. MILITAR	2.711	-	1	-	-	2.709	-	-
51	REC.PROP.DO FUNDO DE ASS.SOCIAL DOS SERV.MIL.	17.389	-	9	-	1	17.378	-	-
52	REC.PROV.TRANSFERENCIA UNIAO-PROGR.RECOMECO	6.192	-	13	-	-	6.179	-	-
54	RECUR.PROP.FUNDO FINAN.PREV.EST.PARA-SERVIDOR	2.396.196	-	-	-	4.012	2.392.183	-	-

(Em R\$ milhares)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CX BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CX LÍQUIDA (ANTES DA INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHADOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a pagar Liquidados e não pagos		Restos a Pagar Empenhados e não Liquidados de Exercícios anteriores (d)				Demais Obrigações Financeiras (e)
		De exercícios anteriores (b)	Do Exercício (c)					
55 RECUR PROP DO FUNDO ESTAD DOS DIR DA MULHER	1.835	-	-	-	1.835	-	-	
56 FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	11.216	-	227	-	589	10.400	-	
57 RECURSOS PROVENIENT.DE TRANSF.DA UNIAO-CIDE	1.066	-	-	-	-	1.066	-	
58 REC.PROP.FUNDO FINANC.PREV.EST.PARA-PATRONAL	1.286.510	-	-	-	1.646	1.284.863	-	
60 REC.PROV.TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS E OUTROS	90.578	-	1.002	-	299	89.277	-	
62 RECURSOS PROVENIENTES DO LABOR PRISIONAL	30	-	-	-	-	30	-	
69 SUS / SERVICOS PRODUZIDOS	19.617	-	3.748	-	1.144	14.726	-	
71 REC.PROP.FUNDO EST.HABIT.DE INTERESSE SOCIAL	2.961	-	-	-	1	2.960	-	
72 FEAS - RECURSOS DE CONVENIOS	92	-	-	-	-	92	-	
76 FUNDO INV. PERMAN.	10.465	-	629	-	53	9.782	-	
OUTRAS DESTINAÇÕES VINCULADAS DE RECURSOS	2	-	-	-	2	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	735.013	-	53.945	-	123.579	557.489	-	
01 RECURSOS ORDINARIOS	473.885	-	51.084	-	117.770	305.031	-	
61 REC.PROP.DIRETAMENTE ARREC.PELA ADM.INDIRETA	261.128	-	2.862	-	5.809	252.458	-	
TOTAL (III) = (I + II)	5.224.751	-	80.950	-	185.648	4.958.153	-	

Fonte: Siafem 2015.

7.5. METAS FISCAIS

A LRF foi elaborada com a finalidade de estabelecer normas de finanças públicas voltada para a responsabilidade na gestão. Nesse contexto, a LDO adquiriu importância como instrumento de planejamento governamental, pois passou a estabelecer metas de Resultado Primário e de Resultado Nominal.

7.5.1. Resultado Primário

Resultado primário corresponde à diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, não considerando o pagamento do principal e dos juros da dívida, tampouco as receitas financeiras. A diferença positiva configura superávit primário, caso seja negativa, verifica-se déficit primário.

O superávit primário é uma indicação de quanto o governo economizou ao longo de um período com vistas ao pagamento de juros sobre a sua dívida. A apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da federação, indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação e avalia se o governo está contribuindo para redução ou elevação do endividamento do setor público. Portanto, quanto maior o resultado primário maior será a disponibilidade de recursos para amortizar dívidas ou realizar outros investimentos.

O demonstrativo do Resultado Primário foi elaborado de acordo com a Portaria nº 553, de 22 de setembro de 2014, da Secretaria do Tesouro nacional, que aprovou a 6ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

A tabela a seguir apresenta o Resultado Primário do governo do estado do Pará, referente ao exercício de 2015.

Tabela 7.12 - Resultado Primário - 2015

(Em R\$ milhares)	
RECEITAS REALIZADAS	2015
Receitas Correntes	20.977.689
(-) Aplicações Financeiras	507.301
Receita Primária Corrente Líquida (I)	20.470.389
Receita Capital	238.951
(-) Alienação de Bens	420
(-) Amortização de Empréstimos	7.364
(-) Operações de Crédito	178.927
Receita Primária de Capital (II)	52.240
Receita Primária Líquida (III)=(I+II)	20.522.628
DESPESAS EXECUTADAS	2015
Despesa Corrente	18.836.417
(-) Juros e Encargos da Dívida	227.753
Despesa Primária Corrente Líquida (IV)	18.608.664
Despesa de Capital	1.954.460
(-) Amortização de Empréstimos	402.342
(-) Concessão de Empréstimos	25.135
Despesa Primária de Capital Líquida (V)	1.526.982
Reserva de Contingência	-
Despesa Primária Total (VI)=(IV+V)	20.135.647
Resultado Primário (III-VI)	386.982

Fonte: Siafem 2015.

O Resultado Primário do estado do Pará apresentou superávit de R\$386,9 milhões, por conseguinte, possibilitou o pagamento de juros e encargos de R\$227,7 milhões e de parcela do principal da dívida no valor de R\$402,3 milhões, porém o mesmo não permitiu reduzir o estoque da dívida líquida, bem como não evitou o aumento do endividamento público.

Por fim, pode-se afirmar que foi cumprida a meta fiscal de resultado primário, no valor de R\$82 milhões, fixada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, já que o governo apresentou superávit de R\$386,9 milhões.

7.5.2. Resultado Nominal

O Resultado Nominal é obtido pela diferença entre o saldo da Dívida Fiscal Líquida acumulada até o final do exercício de referência e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior. Seu objetivo é medir o comportamento da Dívida Fiscal Líquida no exercício em análise.

A Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo da Dívida Consolidada Líquida somado às receitas de privatização, deduzidos os Passivos reconhecidos, decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores, enquanto que a Dívida Consolidada Líquida corresponde ao saldo da Dívida Consolidada, deduzida do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros, Líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Apresenta-se, a seguir, o Resultado Nominal do exercício de 2015, em comparação com a meta prevista na LDO para o mesmo exercício.

(Em R\$ milhares)

ESPECIFICAÇÃO	2014 (A)	2015 (B)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.562.718	3.777.692
DEDUÇÕES (II)	2.058.740	1.756.752
Ativo Disponível	1.994.430	1.671.629
Haveres Financeiros	197.219	182.773
(-) Restos a Pagar Processados	132.909	97.650
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I - II)	1.503.978	2.020.940
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	155.783	157.054
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	1.348.194	1.863.886
RESULTADO NOMINAL (B - A)		515.692
META ESTABELECIDNA NA LDO PARA O RESULTADO NOMINAL		277.719
DIFERENÇA EM RELAÇÃO À META DA LDO/2015		237.973
REGIME PREVIDENCIÁRIO		
ESPECIFICAÇÃO	2014 (C)	2015 (D)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (I)	2.702.432	2.765.545
DEDUÇÕES	3.007.827	3.797.267
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	(305.395)	(1.031.722)

A LDO estabeleceu, por meio do Anexo de Metas Fiscais, que o resultado nominal para 2015 deveria ser de R\$277,7 milhões, indicando que a dívida consolidada líquida poderia aumentar nesse montante.

Observa-se que o resultado nominal de R\$515,7 milhões foi superior ao previsto nas metas fiscais. Dessa forma, o aumento de 38,25% da dívida fiscal líquida gerou o endividamento público acima do limite previsto.

Segundo a Sefa, esse crescimento do Resultado Nominal, superior à meta prevista, decorreu não de crescimento propriamente dito do endividamento público estadual, uma vez que não houve novas operações no exercício de 2015 e os ingressos de valores já contratados de operações de crédito não foram significativos, mas decorreu, primeiramente, do reflexo da crise econômica nacional sobre os indexadores da dívida pública, onde a TJLP passou de 5% ao ano, em 2014, para 7% no final de 2015; a cotação do dólar sofreu elevação de 47% no período 2014-2015 e o IGP-DI passou de 3,78% para 10,68%.

Além disso, segundo a Sefa, houve redução das disponibilidades financeiras de caixa em decorrência da necessidade do Tesouro Estadual honrar compromissos financeiros de investimentos assumidos pelo governo do estado, por conta das operações de créditos previstas e não realizadas, levando ao descumprimento da meta fixada pela LDO.

A LRF, no art. 9º, determina que (in verbis):

“Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.”

Portanto, a meta do Resultado Nominal não foi cumprida pelo estado do Pará. Porém, em cumprimento ao art. 9º da LRF, o governo adotou medidas visando reverter a trajetória da meta de Resultado Nominal ao publicar a Lei nº 8.096/2015 e o Decreto nº 1.347/2015 para fins de redução de custos e racionalização da máquina pública.

No que se refere ao endividamento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), a Dívida Fiscal Líquida apurada foi negativa no valor de R\$1 bilhão, indicando que o Regime Previdenciário possui disponibilidades financeiras em níveis superiores à dívida consolidada, o que denota situação financeira positiva de liquidez.

7.6. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Previdência social consiste no programa de seguro público, de participação obrigatória, que oferece proteção ao trabalhador contra diversos riscos econômicos, como a perda de rendimentos devido a doença, velhice ou desemprego.

O objetivo desse programa é prover condições de subsistência ao trabalhador, caso este fique impossibilitado de trabalhar, mediante a concessão de benefícios a ele próprio ou à sua família, como proteção à maternidade e à gestante, desemprego involuntário, garantia de salário-família, dentre outros.

O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) tem com finalidade garantir a proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, e tem como visão ser reconhecido como patrimônio do trabalhador e sua família, pela sustentabilidade dos regimes previdenciários e pela excelência na gestão, cobertura e atendimento.

O Regime assegura exclusivamente aos servidores públicos de cargo efetivo, cujas normas básicas estão previstas no art. 40 da CF/1988 e na Lei nº 9.717/1998, sendo vedada a existência de mais de um RPPS para servidor público titular de cargo efetivo por ente federativo.

A gestão previdenciária, em 2015, pode ser demonstrada da seguinte forma:

TÍTULOS	Em R\$ milhares	%
Receitas Previdenciárias (I)	1.757.875	100,00
Receitas de Contribuições dos Servidores	633.029	36,01
Contribuição Patronal	799.083	45,46
Receitas Patrimoniais	455.334	25,90
Outras Receitas Correntes	4.884	0,28
(-) Deduções da Receita	134.455	7,65
Despesas Previdenciárias (II)	3.048.049	100,00
Administração Geral	34.685	1,14

TÍTULOS	Em R\$ milhares	%
Previdência Social	3.012.221	98,82
Outras Despesas Previdenciárias	-	-
Despesas Intraorçamentárias	1.143	0,04
Resultado Previdenciário (III)= I - II	(1.290.174)	
Aportes de Recursos ao RPPS	2.118.232	
Grau de Dependência	60,91%	

As receitas destinadas a custear o RPPS, em 2015, totalizaram R\$1,7 bilhão e foram formadas em maior parte (45,46%) pela contribuição patronal de R\$799 milhões e pela contribuição dos servidores R\$633 milhões (36,01%). As demais receitas perfizeram R\$460 milhões e corresponderam a 26,18% do bolo da arrecadação previdenciária.

No que tange às despesas previdenciárias, pode-se observar que aquelas voltadas para o custeio, isto é, despesas necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, perfizeram R\$34,6 milhões, o equivalente a 1,14% do total geral dos dispêndios.

Já as despesas de cunho previdenciário-social, ligadas às funções básicas de proteção do indivíduo e/ou sua família, abrangendo as previdenciárias propriamente ditas e as assistenciais, totalizaram R\$3 bilhões (98,82%) e responderam pela quase totalidade das despesas previdenciárias.

Do confronto entre as receitas e despesas previdenciárias resultou o déficit de R\$1,2 bilhão, ou seja, as despesas no período superaram as receitas. Consequentemente, o RPPS necessitou do aporte de capital dos cofres públicos na ordem de R\$2,1 bilhões para cobertura de suas despesas.

Por conseguinte, o grau de dependência financeira do RPPS em relação ao Tesouro Estadual chegou a 60,91%. Tendo em vista serem insuperáveis as causas determinantes dessa relação de dependência, somente após os benefícios começarem a cessar será possível vislumbrar menores aportes ao RPPS.

7.7. DAS ALIENAÇÕES DE ATIVO E DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS

A LRF dispõe no art. 44 que é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

Verificou-se, em 2015, receita de Alienação de Ativos no montante R\$419 mil, oriunda da alienação de bens móveis.

Quanto ao cumprimento do art. 44 da LRF, não foi possível verificar se os recursos advindos da receita de Alienação de Ativos foram aplicados em despesas do grupo Investimento, devido à ausência de mecanismo de controle no Siafem que proporcione essa informação, tornando, assim, a análise prejudicada quanto a este item.

**LIMITES LEGAIS
E CONSTITUCIONAIS**



COMPLEXO FELIZ LUSITÂNIA - CATEDRAL METROPOLITANA DE BELÉM (IGREJA DA SÉ)

Arquivo Agência Pará

Foto: Antonio Silva

8. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Em função das exigências constitucionais e legais, parte da receita pública deve ser destinada a ações governamentais específicas com vistas a garantir recursos para áreas consideradas prioritárias. O cumprimento desses limites mínimos de gastos é tratado a seguir.

8.1. MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) são todos os gastos que visam alcançar os objetivos básicos da educação nacional, como: despesas relacionadas à aquisição, manutenção e funcionamento das instalações e equipamentos necessários ao ensino, uso e manutenção de bens e serviços, remuneração e aperfeiçoamento dos profissionais da educação, aquisição de material didático, transporte escolar e outros.

De acordo com o art. 212 da CF/1988, os recursos a serem aplicados na MDE nos estados da federação não deverão ser inferiores a 25% da Receita Líquida Resultante de Impostos (RLRI), compreendidas as transferências constitucionais e legais.

A RLRI é a base de cálculo para aplicação do percentual mínimo dos gastos na MDE, como pode ser demonstrado:

Receitas	(Em R\$ milhares)
Receita de Impostos (I)	11.283.580
(-) Receita de Impostos Destinada à Formação do FUNDEB	1.514.512
(=) Receita de Impostos após Deduções p/ o FUNDEB	9.769.068
Receita de Transferências Constitucionais e Legais (II)	4.964.919
(-) Receita de Transferências Destinada à Formação do FUNDEB	977.795
(=) Receita de Transferências após Deduções p/ o FUNDEB	3.987.124
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios (III)	2.749.742
Receita Líquida Resultante de Impostos (IV)=(I+II-III)	13.498.757

A RLRI arrecadada no exercício financeiro de 2015 atingiu o montante de R\$13,4 bilhões. Aplicando-se o percentual de 25% sobre esse valor, obtém-se R\$3,3 bilhões, correspondente ao mínimo a ser aplicado na MDE.

O Estado do Pará aplicou R\$3,5 bilhões na manutenção e desenvolvimento do ensino, equivalentes a 26,39% da RLRI, portanto acima do limite mínimo estabelecido na Constituição Federal, art. 212, cumprindo, assim, a determinação constitucional.

Na tabela a seguir apresenta-se o comportamento da aplicação de recursos em MDE na série histórica 2013-2015.

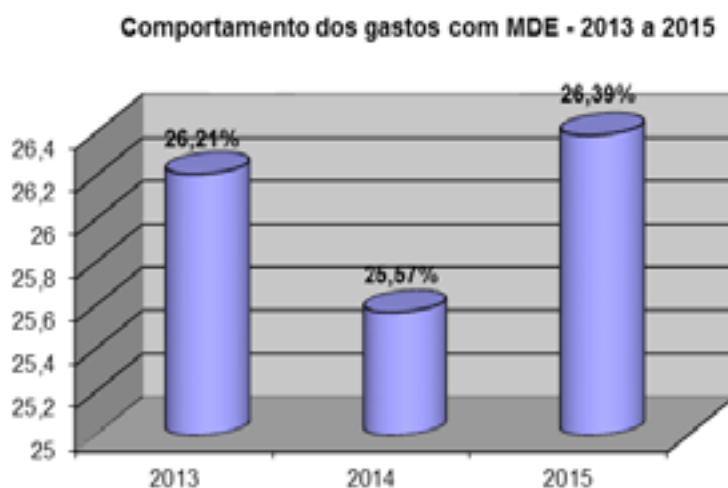
Tabela 8.1 – Gastos na manutenção e Desenvolvimento do Ensino 2013 a 2015

(Em R\$ milhares)			
Exercício	Base de cálculo	Valor Total Aplicado	%
2013	11.271.361	2.954.032	26,21
2014	10.344.208	2.611.215	25,56
2015	13.498.757	3.561.709	26,39

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Siafem 2013-2015.

Graficamente, demonstra-se o comportamento dos gastos com a MDE no Estado do Pará, em termos percentuais, nos últimos três anos:

Gráfico 8.1 – Gastos na manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em percentual da RLRI - 2013 a 2015



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Siafem 2013-2015.

8.2. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual, sendo 1 fundo por estado e Distrito Federal, totalizando 27 fundos. É formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal de 1988.

Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que no âmbito de cada estado o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

O Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006.

De acordo com as disposições da Lei Federal nº 11.494/2007, os recursos do Fundeb serão calculados sobre 20% das seguintes rubricas, incluídos multas, juros e dívida ativa e excluídas as transferências aos Municípios.

(Em R\$ milhares)

Contribuição ao Fundeb							
Impostos	Valor Arrecadado (a)	% (b)	Base de Cálculo (c)=(aXb)	% (d)	Valor Devido (e)=(cXd)	Transferido no exercício (f)	Saldo a Transferir em 2016 (g)=(e-f)
ICMS	9.736.929	75	7.302.697	20	1.460.501	1.442.390	18.111
IPVA	483.215	50	241.608	20	48.321	48.045	276
ITCD	28.100	100	28.100	20	5.690	5.379	311
Total	10.248.244		7.572.405		1.514.512	1.495.814	18.698

Conforme se demonstra, dos recursos arrecadados de impostos, calculou-se R\$1,5 bilhão devido ao Fundeb. Desse valor, R\$1,4 bilhão foi transferido ao Fundo no exercício da arrecadação, restando o montante de R\$18,6 milhões que foi registrado na conta Depósito de Terceiros para pagamento em 2016.

De acordo com o Siafem, exercícios 2015 e 2016, esse montante foi integralmente recolhido ao fundo, em cumprimento ao disposto no art. 17, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Dos recursos provenientes das transferências constitucionais recebidas da União, R\$977,7 milhões foram retidos para serem repassados ao Fundeb, conforme segue:

(Em R\$ milhares)

Transferências Constitucionais Recebidas	977.794
FPE	920.651
IPI	44.380
Desoneração ICMS/Exportações	12.764

Adicionando-se o valor decorrente da arrecadação dos impostos ao das transferências constitucionais, chega-se ao montante de R\$2,4 bilhões de contribuição do estado ao Fundeb, no exercício de 2015.

Entretanto, o estado do Pará recebeu desse Fundo R\$1,9 bilhão, provenientes de retorno e complementação da União, inclusive as receitas de aplicação financeira.

Constata-se, então, que a contribuição do estado ao Fundeb superou os valores recebidos desse Fundo, conforme assim demonstrado:

(Em R\$ milhares)

Total Transferido ao Fundeb (A):	2.492.307
- ICMS, ITCD e IPVA	1.514.512
- Transferências de impostos recebidos da União	977.795
Total Recebido do Fundeb (B):	1.919.507
- Valor do retorno do Fundeb	1.093.535
- Complementação recebida da União	816.255
- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do Fundeb	9.717
RESULTADO LÍQUIDO DO Fundeb (B-A)	572.800

Na distribuição dos recursos do Fundeb, no mínimo 60% devem ser destinados à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, conforme estabelece o artigo 22 da Lei Federal nº 11.494/2007.

Em 2015, esse limite correspondeu a R\$1,1 bilhão. Contudo, o estado do Pará aplicou R\$1,9 bilhão, ou seja, 99,78% do valor recebido do fundo, observando, portanto, o referido dispositivo legal.

8.3. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS

Em obediência ao disposto nos arts. 158 da Constituição Federal e 225 da Constituição Estadual, foi apurado o valor de R\$2,7 bilhões a título de transferência aos municípios no exercício de 2015. Desse total, R\$14,9 milhões deixaram de ser repassados, no mesmo exercício, tendo sido efetivamente transferidos em 2016, conforme Ordens Bancárias nºs 2016OB00107, 2016NL00109, 2016OB00111, e 2016NL00110, como demonstrado:

(Em R\$ milhares)

Incidência	Valor Devido (a)	Transferido no Exercício (b)	Transferido em 2016 e pago (c)=(a-b)
25% do ICMS	2.434.168	2.420.333	13.835
50% do IPVA	241.608	240.502	1.106
25% do IPI	73.966	73.966	-
25% da CIDE	3.567	3.567	-
TOTAL	2.753.309	2.738.368	14.941

8.4. RECURSOS DESTINADOS ÀS AÇÕES E A SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Segundo a Constituição Federal, art. 196, a saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde.

A Constituição Federal estabelece que os estados devem aplicar, em ações e serviços públicos de saúde, o valor mínimo correspondente a 12% do produto da arrecadação dos impostos, acrescido das transferências de recursos provenientes da União e deduzidos os valores transferidos aos municípios, relativos à participação desses nas receitas dos estados.

A Receita Líquida Resultante de Impostos (RLRI) é a base de cálculo para aplicação do percentual mínimo dos gastos nas ações e serviços públicos de saúde, conforme demonstrado abaixo:

RECEITAS	(Em R\$ milhares)
Receita Resultante de Impostos	11.283.580
(+) Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	4.964.919
(-) Transferências Constitucionais e Legais	2.749.742
= RECEITA LÍQUIDA RESULTANTE DE IMPOSTOS	13.498.757
Mínimo a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde (12%)	1.619.851
Valor aplicado pelo Governo (13,66%)	1.843.930

A receita líquida resultante de impostos arrecadada em 2015 atingiu o valor de R\$13,4 bilhões. O percentual mínimo a ser aplicando nessa receita é de 12%, chegando-se ao montante mínimo de R\$1,6 bilhão a ser despendido nas ações e serviços públicos de saúde no referido exercício.

O governo do estado demonstrou ter aplicado R\$1,8 bilhão em despesas próprias com saúde, correspondente a 13,66% da RLRI, consideradas somente as despesas que possuíam caráter universal. Esse percentual é superior ao mínimo de 12% estabelecido para aplicação, atendendo à determinação constitucional.

8.5. DESPESAS COM PUBLICIDADE

De acordo com o art. 22, § 2º da Constituição Estadual, a despesa com publicidade de cada Poder não excederá a 1% da respectiva dotação orçamentária.

O quadro, a seguir, apresenta as despesas com publicidade dos Poderes e do Ministério Público do Estado, em 2015, e revela que não houve descumprimento do mencionado dispositivo legal.

(Em R\$ milhares)

Poderes	Despesa Autorizada (a)	Despesa empenhada (b)	Participação % (b/a)
Legislativo	808.717	3.995	0,49
Judiciário	1.074.026	414	0,04
Ministério Público	478.077	-	-
Executivo	20.943.229	31.625	0,15
Total	23.304.049	36.034	0,15

A tabela seguinte demonstra os montantes despendidos nos anos de 2013, 2014 e 2015, em valores nominais, e os limites atingidos por cada Poder e órgão.

Tabela 8.2 – Despesas com publicidade 2013 a 2015

(Em R\$ milhares)

Poderes	2013		2014		2015	
	Despesa empenhada	%	Despesa empenhada	%	Despesa empenhada	%
Ministério Público	-	-	-	-	-	-
Executivo	38.376	0,22	34.114	0,18	31.625	0,15
Legislativo	3.260	0,49	3.699	0,50	3.995	0,49
Judiciário	32	0,00	488	0,05	414	0,04

Fonte: Siafem 2015

De acordo com a tabela, verifica-se que somente as despesas com publicidade do Poder Executivo apresentaram declínio ao longo da série: 0,22% (2013), 0,18% (2014), e 0,15% (2015). No mais, todos os Poderes e órgão situaram-se dentro do limite de 1% estabelecido pela Constituição do estado do Pará, no período analisado.

8.6. PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO

Instituído pela Lei Complementar nº 8/1970, o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) é regulamentado pelo Decreto nº 4.751/2003 e incide à alíquota mensal de 1% sobre o valor das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas por pessoas jurídicas de direito público.

Tem a finalidade de promover a participação dos servidores estaduais na receita dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual e municipal e das fundações.

Ressalta-se que, com a edição da Lei nº 12.810/2013, passou-se a admitir a dedução das Transferências de Convênios da base de cálculo do Pasep.

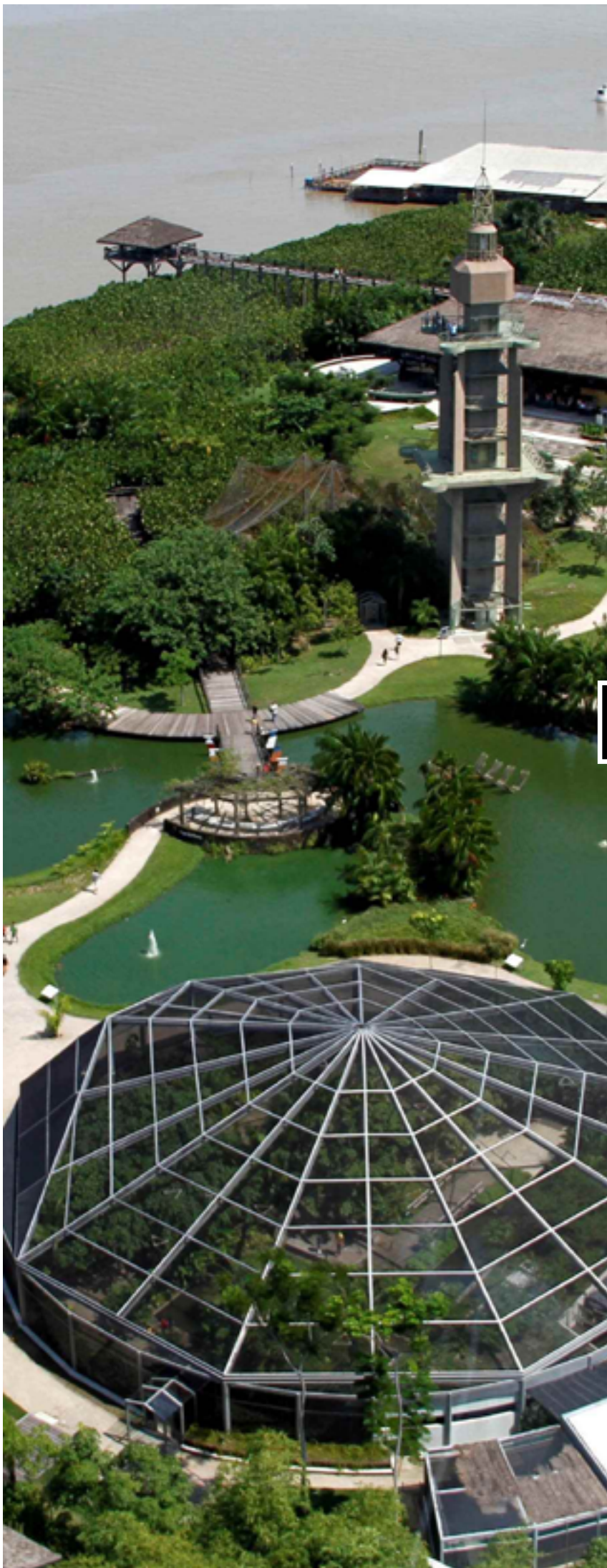
Na forma a seguir, estão demonstrados os cálculos da contribuição para o Pasep realizados pela Sefa e por esta Corte, bem como o recolhimento efetuado pelo Poder Executivo:

(Em R\$ milhares)

CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP - 2015	CÁLCULO TCE	CÁLCULO SEFA	DIFERENÇA
Receita Corrente Administração Direta (I)	20.222.000	20.222.000	-
Receita de Transferência de Capital Administração Direta (II)	52.239	52.239	-
Subtotal (III) = (I+II)	20.274.239	20.274.239	-
(-) Deduções da Base de Cálculo:(IV)	14.850.567	14.850.567	-
- Transf. aos Municípios	2.840.774	2.840.774	-
- Transf. Financeiras p/Administração Indireta	3.266.371	3.266.371	-
- Transf. a Outros Poderes	2.416.152	2.416.152	-
- Deduções por Retenção na Fonte do PASEP	5.180.851	5.180.851	-
- Receita Recebida do FUNDEB	1.093.534	1.093.534	-
- Transf. De Convênios ou Congêneres	52.883	52.883	-
Base de Cálculo (V) = (III-IV)	5.423.672	5.423.672	-
PASEP Devido (Vx1%)	54.236	54.236	-
PASEP Retido na Fonte pela União	51.808	51.808	-
Total da contribuição do Governo do Pará ao PASEP	106.045	106.045	-

DEMONSTRATIVO DO RECOLHIMENTO DO PASEP			
COMPOSIÇÃO	APURADO	REALIZADO	DIFERENÇA
Através de DARF	54.236.728,71	54.236.728,71	478,70
Por Retenção na Fonte pela União	51.808.511,79	51.808.511,79	-
TOTAL	106.045.240,50	106.044.761,80	478,70

Os dados apontam que o Poder Executivo deveria contribuir com R\$106.045.240,50 para a formação do Pasep. Constatou-se que, em 2015, o valor contribuído foi de R\$106.044.761,80. Portanto, restando recolher R\$478,70 para os cofres da União, o que deverá ocorrer em 2016, em atendimento aos preceitos legais que regem a matéria.



9

**MONITORAMENTO
DAS RECOMENDAÇÕES
ÀS CONTAS DE 2014**

MANGAL DAS GARÇAS

Arquivo Agência Pará

Foto: Cristino Martins

9. MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES ÀS CONTAS DE 2014

O Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em seu artigo 85, assim dispõe:

“Monitoramento é o instrumento de fiscalização utilizado para verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos, objetivando:

I - atestar o cumprimento das determinações feitas com fulcro no art. 116, inciso IX, da Constituição Estadual, nos casos em que o Tribunal tenha assinado prazo para adoção, por órgão ou entidade, de providências necessárias ao exato cumprimento da lei, nos casos de ilegalidade;

II - verificar a implementação das recomendações formuladas no curso de outros instrumentos de fiscalização;

III - avaliar o impacto da implementação ou da não implementação das deliberações no objeto fiscalizado.”

A Resolução desta Corte de Contas do Estado, nº 18.711, de 28 de maio de 2015, que aprovou o Parecer Prévio da prestação de contas do Poder Executivo, referente ao exercício de 2014, formulou recomendações para que fossem tomadas medidas saneadoras diante das ocorrências verificadas na referida prestação de contas e fixou o prazo de 180 dias para o encaminhamento de informações acerca das providências adotadas. Respeitando esse prazo, a Auditoria Geral do Estado encaminhou os ofícios de números: 788/2015-GAB (Fls.14 a 76 vol. 4), 884/2015-GAB (Fls.79 a 96 vol. 4), 947/2015-GAB (Fls.104 a 110 vol. 4), 022/2016-GAB (Fls.113 a 304 vol. 4).

As providências informadas pela AGE e outras complementares constam também do Balanço Geral do Estado do exercício de 2015.

A seguir, apresentam-se as recomendações formuladas, as providências adotadas pelo governo e suas respectivas análises técnicas. As recomendações estão organizadas pela natureza do assunto e identificadas como reiteradas (aquelas formuladas em exercícios anteriores à prestação de contas de 2014, mas não atendidas), e novas (aquelas formuladas em razão das ocorrências verificadas na prestação de contas do exercício de 2014).

9.1. MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

QUANTO AO MAPA DE EXCLUSÃO SOCIAL

9.1.1. Que seja realizada a efetiva coleta de dados, direta ou indiretamente, para fins de elaboração de indicadores que reflitam tempestivamente o quadro de Exclusão Social do Estado, com a devida desagregação geográfica, em atenção à Lei nº 6.836/2006. (Reiterada)

PROVIDÊNCIAS: A Fapespa reitera as justificativas anteriores sobre a impossibilidade de gerar os indicadores estabelecidos pela Lei nº 6.836/2006 com a temporalidade exigida e no nível de desagregação definido.

Segundo aquele Instituto, foi submetida à Assembleia Legislativa para análise e aprovação no dia 27 de outubro de 2015, Minuta do Projeto de Lei com propostas de alterações da Lei nº 6.836/2006, constando de

forma detalhada as inúmeras impossibilidades do efetivo cumprimento da mencionada Lei, conforme Mensagem N° 034/15-CG. (Anexo II.1)

ANÁLISE: A nova Lei n° 8.327, de 22 de dezembro de 2015, introduziu significativas alterações na Lei n° 6.836, de 13 de fevereiro de 2006, que instituiu o Mapa da Exclusão Social no Pará. Dentre as inovações destaca-se a exclusão do Mapa como parte integrante da Prestação de Contas anual do Chefe do Poder Executivo. Doravante, o diagnóstico da realidade social do estado será encaminhado anualmente pelo Governador ao Poder Legislativo, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual e, no mesmo prazo, será enviado ao TCE-PA. Com efeito, em face da inovação legislativa, a avaliação da **recomendação restou prejudicada**.

9.1.2. Que, em cumprimento ao que dispõe a Lei n° 6.836/2006, art. 5º, parágrafo único, faça constar, no Anexo de Metas Sociais integrante do Projeto de Lei Orçamentária Anual, a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior. (Reiterada)

PROVIDÊNCIAS: Segundo a Seplan, a avaliação do cumprimento das Metas Sociais será apresentada no “Quadro 10 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO ANO ANTERIOR”, que integrará a Lei Orçamentária Anual, exercício 2016.

Para a LOA 2016, a avaliação será apresentada em formato de texto. (Anexo ii.2)

ANÁLISE: O Projeto da LOA de 2016 apresentou no Quadro 10 a avaliação do cumprimento das metas dos indicadores previstos no Mapa da Exclusão Social, razão pela qual se reputa **atendida** a recomendação deste TCE-PA, quanto às disposições da Lei n° 6.836/2006 neste aspecto.

QUANTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

9.1.3. Que no Relatório de Avaliação dos Programas do Plano Plurianual constem todos os índices dos indicadores de desempenho relacionados aos programas finalísticos. (Reiterada)

PROVIDÊNCIAS: Segundo a Seplan, “o Relatório Anual de Avaliação dos Programas do Plano Plurianual, exercício 2014, encaminhado pela SEPLAN ao TCE em abril de 2015, apresenta 85% dos indicadores de desempenho dos Programas Finalísticos devidamente mensurados. Para os 15% restantes, não aferidos, foram apresentadas as devidas justificativas, dentre elas:

- Dependência de estatísticas oficiais que possuem temporalidades diversas do período de elaboração do Relatório Anual de Avaliação;

- Conclusão parcial de ações de alguns Programas Finalísticos, no exercício de 2014, cujos indicadores estavam vinculados à execução total, inviabilizando a apuração dos mesmos.” (Anexo II.2)

ANÁLISE: A informação foi fornecida pela Seplan no prazo estabelecido para apresentação de justificativas, até novembro/2015. Contudo, em consulta ao GP Pará, após esse prazo, observou-se que os 130 indica-

dores dos programas finalísticos sob a responsabilidade do Poder Executivo previstos no PPA, referência 2015, foram registrados e mensurados no sistema GP Pará. Logo, a recomendação foi **atendida**.

9.1.4. Que conste no Relatório Anual de Avaliação dos Programas do Plano Plurianual a avaliação de todas as metas das ações previstas por programas finalísticos. (Reiterada)

PROVIDÊNCIAS: Segundo a Seplan, “o Relatório Anual de Avaliação dos Programas do Plano Plurianual, exercício 2014, encaminhado ao TCE, em abril de 2015, atende integralmente a recomendação.” (Anexo II.2)

ANÁLISE: A recomendação **não foi atendida**, conforme análise do Relatório gerado pelo Sistema de Gestão dos Programas do Estado do Pará (GP Pará), exercício 2015, pois as 500 metas previstas não foram mensuradas em sua totalidade, não obstante apenas 7 metas físicas não terem sido avaliadas. Todavia, considerando o alto índice alcançado de mensuração das metas, a recomendação **não será reiterada**, no entanto poderá constituir objeto de análise das contas seguintes.

9.1.5. Que os órgãos gestores dos programas do Poder Executivo registrem no sistema GP Pará os índices dos indicadores de desempenho relacionados aos programas finalísticos. (Reiterada)

PROVIDÊNCIAS: A Seplan informa que disponibiliza senha para que todos os órgãos executores de ação no PPA possam alimentar as informações de metas físicas realizadas, bem como informações complementares (qualitativas) que possam dar mais elementos quanto à execução de tais ações e que, por meio de sua Diretoria de Planejamento, monitora a alimentação dessas informações, orientando os órgãos executores sobre a necessidade de que as mesmas sejam alimentadas tempestivamente. (Anexo II.2)

ANÁLISE: A recomendação foi **atendida**, pois conforme análise do Relatório gerado pelo sistema GP Pará, exercício 2015, todos os Indicadores dos programas finalísticos foram registrados e mensurados no referido sistema.

9.1.6. Que no cálculo da Margem Líquida de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, no Anexo de Metas Fiscais da LDO, não se incluam receitas e despesas que não atendam ao disposto na LRF, art. 17. (Reiterada)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Seplan, esse órgão “vem atendendo o que estabelece o art. 17 da LRF nos procedimentos de cálculo do Demonstrativo da Margem Líquida de Expansão.” (Anexo II.2)

ANÁLISE: A recomendação **não foi atendida**, pois na conta Aumento Permanente de Receita foram consideradas as estimativas de receitas que não são provenientes de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, como as receitas patrimoniais, transferências correntes e outras receitas correntes. Quanto à despesa, o valor previsto do saldo utilizado na Margem Bruta não apresentou o detalhamento das novas despesas obrigatórias de caráter continuado.

9.1.7. Que a memória de cálculo da Margem Líquida de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, do Anexo de Metas Fiscais da LDO, apresente o detalhamento da conta Outras Despesas. (Reiterada)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Seplan, “foi detalhado na LDO para 2016”. (Anexo II.2)

ANÁLISE: A recomendação **não foi atendida** no exercício de 2015. Constatou-se o atendimento à recomendação no exercício de 2016, por ocasião da elaboração da LDO/2016. Em vista disso, embora considerada não atendida, a recomendação **não será reiterada**, mas poderá constituir objeto de análise das contas seguintes.

9.1.8. Que os percentuais de limites da despesa total com pessoal para os Poderes e órgãos sejam estabelecidos na LDO em conformidade com os definidos pela LRF. (Reiterada)

PROVIDÊNCIAS: Segundo a Seplan, “foi corrigido na LDO para 2016.”. (Anexo II.2)

ANÁLISE: A recomendação foi avaliada como **não atendida**, conforme se observou na LDO/2016. Considerando que os limites tratados não se referem ao Poder Executivo, a questão será tratada nos processos de gestão fiscal dos órgãos envolvidos, e por isso a recomendação **não será reiterada**.

9.1.9. Que os valores correntes referentes aos três exercícios anteriores do Demonstrativo de Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, guardem conformidade com os apresentados nas LDO's dos referidos exercícios. (Reiterada)

PROVIDÊNCIAS: Segundo a Seplan/Sefa, “foi corrigido na LDO para 2016.”. (Anexo II.2)

ANÁLISE: A recomendação **não foi atendida** no exercício de 2015. Constatou-se o atendimento à recomendação no exercício de 2016, por ocasião da elaboração da LDO/2016. Em vista disso, embora considerada não atendida, a recomendação **não será reiterada**.

9.1.10. Que os valores constantes referentes aos três exercícios anteriores do Demonstrativo de Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, sejam atualizados com base nos valores correntes apresentados nas LDO's dos referidos exercícios. (Reiterada)

PROVIDÊNCIAS: Segundo a Seplan/Sefa, “será corrigido na LDO para 2017.”. (Anexo II.2)

ANÁLISE: A recomendação foi avaliada como **não atendida**, pois os valores a preços correntes previstos nos exercícios de 2013 e 2014 não guardam conformidade com os valores registrados nas LDOs dos referidos exercícios, conseqüentemente os valores a preços constantes apresentados também estão em desconformidade.

9.1.11. Que no cálculo do Demonstrativo da Margem Líquida de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, da LOA, não se incluam receitas e despesas que não atendam ao disposto na LRF, art. 17. (Reiterada)

PROVIDÊNCIAS: Segundo a Seplan, a Secretaria “vem atendendo o que estabelece o art. 17 da LRF nos procedimentos de cálculo do Demonstrativo da Margem Líquida de Expansão”. (Anexo II.2)

ANÁLISE: A recomendação foi avaliada como **não atendida**, pois na conta Aumento Permanente de Receita foram consideradas as estimativas de receitas que não são provenientes de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, como as receitas patrimoniais, transferências correntes e outras receitas correntes. Quanto à despesa, o valor previsto do saldo utilizado na Margem Bruta deve ser considerado somente para as novas despesas obrigatórias de caráter continuado e não para as existentes.

9.1.12. Que ao elaborar o PLOA considere a função “Encargos Especiais”, corretamente, a quando da classificação da despesa orçamentária. (Reiterada)

PROVIDÊNCIAS: Segundo a Seplan, “Foi corrigido no PLOA para 2016.” (Anexo II.2)

ANÁLISE: A recomendação foi avaliada como **não atendida**, pois novas ações com classificação incorreta ainda são apresentadas na LOA/2016, na Unidade Gestora do Igeprev.

9.1.13. Que, ao elaborar o PLDO e o PLOA, faça constar as operações intraorçamentárias, com vistas a evitar a dupla contagem dos valores financeiros correspondentes às operações realizadas entre Órgãos, Fundos e Entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. (Reiterada)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Seplan “Será corrigido na PLOA para 2016.” (Anexo II.2)

ANÁLISE: A recomendação foi analisada como **não atendida**, pois na LOA/2016, referente ao Orçamento Fiscal, as receitas intraorçamentárias não foram registradas.

9.1.14. Que o Demonstrativo de Metas Anuais, do Anexo de Metas Fiscais da LDO, apresente conformidade com o modelo estabelecido no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Seplan, como a LDO para 2016 já estava pronta, a correção será feita na LDO para 2017. (Anexo II.2)

ANÁLISE: A recomendação foi analisada como **não atendida**, em virtude do valor corrente não trazer os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO.

9.1.15. Que o Demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, do Anexo de Metas Fiscais da LDO, apresente conformidade com o modelo estabelecido no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Seplan, foi corrigido na LDO para 2016. (Anexo II.2)

ANÁLISE: A recomendação **não foi atendida** no exercício de 2015. Constatou-se o atendimento à recomendação no exercício de 2016, por ocasião da elaboração da LDO/2016. Em vista disso, embora considerada não atendida, a recomendação **não será reiterada**.

9.1.16. Que o valor referente a conta Dívida Consolidada Líquida, do Demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, do Anexo de Metas Fiscais da LDO, apresente conformidade com o apurado no exercício. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Seplan, a secretaria está aguardando informações da SEFA. (Anexo II.2)

ANÁLISE: A recomendação foi analisada como **não atendida**, pois na coluna das metas realizadas do item Dívida Consolidada Líquida, o valor de R\$1,2 bilhão corresponde à Dívida Fiscal Líquida, enquanto deveria totalizar R\$1,3 bilhão referente à dívida consolidada líquida.

9.1.17. Que o Demonstrativo de Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, do Anexo de Metas Fiscais da LDO, apresente conformidade com o modelo estabelecido no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Seplan, os valores correntes foram corrigidos na LDO para 2016 e os valores constantes serão corrigidos na PLDO para 2017. (Anexo II.2)

ANÁLISE: A recomendação foi analisada como **parcialmente atendida**, pois observou-se que os valores constantes ainda estão inconsistentes em virtude do valor corrente não trazer os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO.

9.1.18. Que as contas do Demonstrativo de Evolução do Patrimônio Líquido, do Anexo de Metas Fiscais da LDO, apresentem conformidade com as estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Sefa, esta recomendação foi atendida na LDO/2016 (Lei nº 8.232, de 15/07/2015). A Coordenadoria de Contabilidade (CCONT/DICONF/SEFA) em conjunto com a Coordenadoria Fiscal (CFIS/ DICONF/SEFA) adotaram as providências necessárias, procederam ao levantamento dos Valores do Demonstrativo de Evolução do Patrimônio Líquido, do Anexo Metas Fiscais da LDO, em total conformidade com o modelo estabelecido no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) – 6ª edição da STN. (Anexo II.3)

ANÁLISE: A recomendação **não foi atendida** no exercício de 2015. Constatou-se o atendimento à recomendação no exercício de 2016, por ocasião da elaboração da LDO/2016. Em vista disso, embora considerada não atendida, a recomendação **não será reiterada**.

9.1.19. Que o Demonstrativo de Avaliação da Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, do Anexo de Metas Fiscais da LDO, apresente conformidade com o modelo estabelecido no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Seplan, será corrigido para o PLDO para 2017. (Anexo II.2)

ANÁLISE: A recomendação analisada **não foi atendida**, em virtude da LDO/2015 apresentar o ano inicial das projeções de receitas e despesas de 2013, quando deveria ser o ano de 2014. Logo, o referido Demonstrativo está em desconformidade, pois não mostra o período de 75 anos para as devidas estimativas.

9.1.20. Que o Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, do Anexo de Metas Fiscais da LDO, apresente conformidade com o modelo estabelecido no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Sefa, A Diretoria de Arrecadações e Informações Fazendárias (DAIF/SEFA) adotará as providências necessárias para cumprir e atender de forma plena esta recomendação expedida pelo TCE.

ANÁLISE: A recomendação **não foi atendida**, devido ao Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita não apresentar as medidas a serem tomadas na compensação da renúncia de receita.

9.1.21. Que ao elaborar o Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, do Anexo de Metas Fiscais da LDO, não se incluam renúncias que não atendam ao disposto na LRF, art. 14. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Sefa, a Diretoria de Arrecadações e Informações Fazendárias (DAIF/SEFA) adotará as providências necessárias para cumprir e atender de forma plena esta recomendação expedida pelo TCE.

ANÁLISE: A recomendação **não foi atendida**, devido ao Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita apresentar as modalidades de renúncia de receita de caráter geral.

9.1.22. Que os passivos contingentes do Demonstrativo de Riscos e Providências, do Anexo de Riscos Fiscais da LDO, sejam agrupados nas categorias de riscos definidas no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Seplan, será corrigido no PLDO para 2017. (Anexo II.2)

ANÁLISE: A recomendação analisada **não foi atendida**, devido não constar na LDO/2015 o referido Demonstrativo de Riscos e Providências.

9.1.23. Que o Resultado Nominal e a Dívida sejam atualizados com base nos indicadores estabelecidos para a estimativa da receita e fixação da despesa, guardando no processo de atualização conformidade com o estabelecido na LDO. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Seplan, a Secretaria está aguardando informações da SEFA. (Anexo II.2)

ANÁLISE: A recomendação **não foi atendida**. O Demonstrativo de Metas Anuais (Anexo II) constante na LOA/2015 apresenta o valor referente ao Resultado Nominal incompatível com a meta estabelecida na LDO/2015, o que indica a necessidade de demonstrar a memória de cálculo do Resultado Nominal e da Dívida Consolidada Líquida.

9.1.24. Que o Demonstrativo Regionalizado do Efeito, sobre as Receitas e Despesas, decorrente de Isenções, Anistias, Remissões, Subsídios e Benefícios de Natureza Financeira, Tributária e Creditícia, apresente os percentuais de incidência de forma regionalizada. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Sefa, a Diretoria de Arrecadações e Informações Fazendárias (DAIF/SEFA) adotará as providências necessárias para cumprir e atender de forma plena a recomendação expedida pelo TCE.

ANÁLISE: A recomendação analisada **não foi atendida**, pois o Demonstrativo Regionalizado não apresenta os percentuais por região.

9.1.25. Que somente sejam apresentadas as medidas de compensação de renúncia de receita no caso de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária previstos no art. 14 da LRF. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Sefa, a Diretoria de Arrecadações e Informações Fazendárias (DAIF/SEFA) adotará as providências necessárias para cumprir e atender de forma plena esta recomendação expedida pelo TCE.

ANÁLISE: A recomendação analisada **não foi atendida**, pois o Demonstrativo não apresentou as medidas a serem tomadas na compensação da renúncia de receita. Porém, considerando que a recomendação é similar à formulada no item 9.1.20, a mesma não será reiterada.

9.1.26. Que a Reserva de Contingência, fixada junto ao Orçamento Fiscal obedeça a codificação no nível de projeto/atividade/operação especial conforme estabelecido na LDO. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Seplan, foi corrigido na PLOA para 2016. (Anexo II.2)

ANÁLISE: A recomendação **não foi atendida** no exercício de 2015. Constatou-se o atendimento à recomendação, no exercício de 2016, por ocasião da elaboração da LDO/2016. Em vista disso, embora considerada não atendida, a recomendação **não será reiterada**.

QUANTO À GESTÃO PATRIMONIAL

9.1.27. Que as ações referentes à gestão patrimonial relacionada à elaboração do inventário de bens imóveis do estado sejam concluídas. (Reiterada)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Sead, “serão concluídas em dezembro de 2015 as ações de identificação, avaliação e registro dos imóveis próprios estaduais, localizados na região sudoeste do Pará que se encontram vinculados aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, cujos registros patrimoniais não constavam do cadastro patrimonial do Estado.” (Anexo II.4)

ANÁLISE: A recomendação foi **atendida**, com base no item 4.6 do BGE 2015, nas notas explicativas gerais subitem 18 e conforme Relatório de Atividades – Conclusão do Cadastramento Imobiliário do Sudoeste do Pará, elaborado pela SEAD, cuja cópia foi enviada para esta Egrégia Corte como aditamento ao Ofício AGE nº 788/2015 – GAB.

QUANTO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

9.1.28. Que no momento da realização da análise de balanço, os valores referentes ao exercício anterior sejam atualizados monetariamente a fim de se mitigar distorções e aproximar ao máximo da realidade o resultado dos coeficientes. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: A recomendação trata do item “5 - Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e análises”, incluído no Balanço Geral do Estado (BGE) do exercício de 2014, mais especificamente o item “5.3 -Análise das Demonstrações Contábeis”. Segundo a Sefa, a finalidade principal da inclusão desse item no BGE foi possibilitar que as informações produzidas nos balanços e demonstrativos fossem úteis, oportunas e acessíveis aos diversos interessados da administração pública, agentes econômicos e a sociedade em geral.

Contudo, informou sobre as providências para o atendimento às recomendações.

ANÁLISE: A recomendação foi **atendida**, conforme item 5.3 do BGE 2015 e notas explicativas ao ser verificado que o estado utilizou o índice IPCA para fins de atualização monetária de valores.

9.1.29. Que no momento da realização da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL sejam apresentadas todas as informações pertinentes às mutações do patrimônio líquido extraídas dos registros e dos documentos que integram o sistema contábil estadual, e em complemento, notas explicativas acerca dos efeitos das alterações nas políticas contábeis e de correção de erros; os critérios utilizados na sua elaboração; bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes na mesma. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Sefa, “o anexo n°19 (*Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL*) foi atualizado por meio da Portaria STN n° 665, de 30 de novembro de 2010. No artigo 4° dessa Portaria ficou definido que o anexo n°19 será obrigatório apenas nas empresas estatais dependentes e para os entes que incorporarem-no processo de consolidação das contas. Na Portaria n°733, de 26 de dezembro de 2014, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), tornou de observância facultativa, no exercício de 2014, a DMPL e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)”.

Informou, ainda, que “mesmo sendo facultada a elaboração e divulgação da DMPL em 2014, o Governo do Estado elaborou e incluiu no BGE de 2014 a referida demonstração. Para a sua elaboração no referido exercício seguimos as regras definidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASO) 5ª edição. Para exercício de 2015 seguiremos as orientações previstas no MCASP 6ª edição aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF N°1, de 10 de dezembro de 2014 e a Portaria STN n° 700, de 10 de dezembro de 2014.”

ANÁLISE: A recomendação foi **atendida**, conforme evidencia a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, elaborada nos padrões do MCASP.

9.1.30. Que sejam mantidos os esforços para adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais que não puderam ser observados em 2014, tais como: reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência; reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis em suas totalidades; registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão; reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura; e implementação do sistema de custos. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: Com a instituição do Sistema Integrado de Governança do Estado do Pará (SIGOV) e com o projeto de integração do Siafem com o Simas, Sispat Web e SIGIRH, por meio da Portaria Conjunta (SEAD, SEFA e AGE) n° 631 de 18/12/2015, o governo do estado iniciou o cumprimento de alguns prazos previstos no plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais contidos na Portaria n° 548/2015 da STN, principalmente quanto aos registros (reconhecimento, mensuração e evidenciação) dos bens patrimoniais (móveis e imóveis).

Quanto aos procedimentos de convergências a nível patrimonial, segundo a Sefa, o governo vai atuar, em 2016, em outras frentes, tais como: no reconhecimento pelo regime de competência dos créditos tributários a receber; na reavaliação patrimonial relativas aos bens móveis, imóveis e intangíveis; no reconhecimento de ativos de infraestrutura; no aperfeiçoamento das notas explicativas; e no sistema de custos.

ANÁLISE: A recomendação tem por base os prazos anteriormente publicados pela STN, porém no decorrer do exercício de 2015, por meio da Portaria STN nº 548, foram estabelecidos novos prazos, conforme o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), adiando-se as obrigações para 2016, até 2021. Dessa forma, a recomendação foi **atendida**, considerando que foram cumpridas as exigências para 2015 quanto aos procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis.

9.1.31. Que a Contabilidade Geral do Estado realize os ajustes necessários referentes à participação acionária da Cazbar, com objetivo de demonstrar a realidade estadual de participação societária sobre o patrimônio líquido ajustado da empresa. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: A Sefa efetuou o registro de ajuste do valor de R\$130 mil no Siafem, por meio da 2015NL00779, na UG nº 700201 Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará.

ANÁLISE: Verificou-se no Siafem, por meio da 2015NL00779, na UG nº 700201 (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará), o registro contábil de ajuste, referente à participação acionária da Cazbar, em razão das divergências encontradas no saldo do Patrimônio Líquido apresentado no BGE/2014 com o saldo do Patrimônio Líquido constante do Balanço Patrimonial da Cazbar/2014. Dessa forma, considera-se **atendida** a recomendação.

9.1.32. Quanto à Cazbar, adote medidas de controle das ações de encerramento do exercício, em tempo de encaminhar demonstrativos ajustados e definitivos para compor a Prestação de Contas do Governo do Estado, obedecendo às normas emanadas pelo próprio governo para levantamento do Balanço Geral do Estado. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Sefa, a administração da Companhia adotou as medidas necessárias e implementou ações a fim de viabilizar a antecipação dos prazos de elaboração de suas Demonstrações Contábeis para atender a Lei nº 6.404/76 e o cronograma de encerramento do Balanço Geral do Estado” (Anexo II.5)

ANÁLISE: Não foram encontradas divergências entre o valor do Patrimônio Líquido da Cazbar apresentado na Demonstração das Participações Societárias do exercício de 2015, às fls.121, Vol.I, do BGE, e o saldo do Patrimônio Líquido dessa empresa, apresentado no Balanço Patrimonial encaminhado a este Tribunal em 03-03-2016, por meio do Ofício nº 142/2016 de 02-03-2016. Portanto, considera-se **atendida** a recomendação.

QUANTO À GESTÃO FISCAL

9.1.33. Que os demonstrativos da disponibilidade de caixa e restos a pagar constantes do BGE sejam publicados por fontes detalhadas de recursos, conforme padronização do Manual dos Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: A Sefa inseriu no BGE volume I, anexo V, o demonstrativo de disponibilidade de caixa e restos a pagar por fonte de recursos detalhadas do Poder Executivo e Consolidado.

ANÁLISE: A recomendação foi **atendida**, pois no BGE consta o demonstrativo de disponibilidade de caixa e restos a pagar por fonte de recursos, conforme solicitado.

QUANTO AOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

9.1.34. Que o Poder Executivo proceda ao recolhimento de R\$1,04 milhão aos cofres da União, decorrente da diferença verificada na apuração da base de cálculo das contribuições ao Pasep. (Nova)

PROVIDÊNCIAS: De acordo com a Sefra, a Coordenadoria Financeira (COFI/DITES/SEFA) procedeu ao recolhimento da diferença da contribuição do PASEP referente ao exercício financeiro de 2014, no valor principal de R\$ 1.052.998,96, além de multa de R\$ 210.599,79 e juros R\$ 40.119,26, perfazendo um total recolhido de R\$ 1.303.718,01, em conformidade com a recomendação exarada pelo TCE.

O Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) foi autenticado no Banpará em 14/05/2015. Os registros foram realizados no Siafem, por meio dos seguintes documentos: 2015NE00515; 2015NE00516; 2015NE00517; 2015NL00654 e; 2015OB00532, na UG nº 170102 – Encargos Gerais S/A Superv. da SEFA. (Anexo II.3)

ANÁLISE: A recomendação foi **atendida**, pois conforme consulta no Siafem 2015, foi detectado o respectivo pagamento através da Ordem de Pagamento nº. 00532 no valor de R\$1,3 bilhão, conforme recomendação exarada pelo TCE.

9.2. RESULTADO DO MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

Após a análise das providências adotadas pelo governo verifica-se que 01 recomendação, inerente ao Mapa da Exclusão Social, não pode ser avaliada, em razão da nova Lei nº 8.327/2015 que modificou a data de encaminhamento desse relatório ao TCE-PA. Então, das 33 recomendações avaliadas, 11 foram consideradas atendidas, 21 não atendidas e 01 atendida parcialmente, correspondentes a 33%, 64% e 3%, respectivamente.

Algumas recomendações foram avaliadas como não atendidas, porque no exercício sob exame as constatações permaneceram. Entretanto, tendo sido verificado que no exercício seguinte, 2016, foram adotadas as medidas corretivas, as respectivas recomendações não estão reiteradas no capítulo próprio deste relatório. Isso evidencia o esforço do Poder Executivo em atender 7 recomendações além das 11 mencionadas anteriormente, elevando-se o percentual de atendimento de 33% para 54%.

As recomendações ainda não atendidas ou parcialmente atendidas encontram-se reiteradas neste relatório e serão objeto de monitoramento até a sua implementação.



10

RECOMENDAÇÕES

GINÁSIO POLIESPORTIVO DO MANGUEIRÃO (aérea)

Arquivo Agência Pará

Foto: Antonio Silva

GINÁSIO POLIESPORTIVO DO MANGUEIRÃO (interna)

Arquivo Agência Pará

Foto: Rodolfo Oliveira

10. RECOMENDAÇÕES

Ao formular recomendações, o Tribunal de Contas cumpre o seu papel orientador, contribuindo para que o jurisdicionado atue com eficiência e eficácia, observando os princípios da Administração Pública consagrados na Constituição Federal.

As recomendações, a seguir, estão classificadas como reiteradas (aquelas formuladas em exercício anterior à prestação de contas de 2015, mas não atendidas ou atendidas parcialmente) e novas (aquelas formuladas em razão das ocorrências verificadas na prestação de contas do exercício de 2015), sendo, portanto formuladas 14 reiteradas e 15 novas, totalizando 29 recomendações direcionadas ao Poder Executivo Estadual.

QUANTO AOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE

1	Que seja implementado efetivamente o controle de obras públicas a cargo do Poder Executivo, mediante sistema informatizado, envolvendo todos os atos praticados, desde a fase preliminar da licitação até à fase posterior à conclusão do objeto, registrando-os e consolidando-os, de modo que proporcione melhoria na gestão dos recursos públicos aplicados e garanta o exercício dos controles externo e social ao divulgar as informações. Além disso, que seja designado órgão gestor do sistema.	Nova
2	Que seja implementado efetivamente o controle de transferências voluntárias efetuadas pelo Poder Executivo, mediante sistema informatizado, envolvendo todos os atos praticados, desde a fase preliminar à concessão até à apresentação da prestação de contas, registrando-os e consolidando-os, de modo que proporcione melhoria na gestão dos recursos públicos aplicados e garanta o exercício dos controles externo e social ao divulgar as informações. Além disso, seja designado órgão gestor do sistema.	Nova
3	Que seja instituído cadastro Informativo dos créditos não quitados, mediante sistema informatizado, com a expedição de norma que obrigue consulta prévia pelos órgãos e entidades estaduais, evitando-se a celebração de atos com agentes inadimplentes.	Nova

QUANTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

4	Que no Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado da LDO, na conta Aumento Permanente de Receita, não se incluam receitas que não são provenientes de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, de acordo ao disposto na LRF, art. 17;	Reiterada
5	Que os valores constantes, referentes aos três exercícios anteriores do Demonstrativo de Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores da LDO, sejam atualizados com base nos valores correntes apresentados nas LDOs dos referidos exercícios;	Reiterada
6	Que no Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, da LOA, na conta Aumento Permanente de Receita, não se incluam receitas que não sejam provenientes de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição; bem como conste no cálculo da Margem Líquida de Expansão apenas as novas despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o disposto na LRF, art. 17;	Reiterada
7	Que a função "Encargos Especiais" da LOA seja apresentada corretamente quanto à classificação da despesa orçamentária, na Unidade Gestora Igeprev, referente aos Encargos com a Previdência Social dos Servidores;	Reiterada

RECOMENDAÇÕES

8	Que constem as operações intraorçamentárias, no orçamento fiscal da LOA, com vistas a evitar a dupla contagem dos valores financeiros correspondentes às operações realizadas entre Órgãos, Fundos e Entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;	Reiterada
9	Que o Demonstrativo de Metas Anuais da LDO apresente os valores a preços constantes, conforme os valores praticados a preços correntes no ano anterior ao ano de referência da LDO, de acordo com modelo do manual no Manual de Demonstrativos Fiscais;	Reiterada
10	Que o Demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior da LDO apresente o valor da Dívida Consolidada Líquida para o exercício, em vez de apresentar o valor da Dívida Fiscal Líquida;	Reiterada
11	Que, de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, no Demonstrativo de Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores da LDO: 1. constem os 03 exercícios anteriores ao ano de referência da LDOs; 2. os valores a preços correntes guardem conformidade com os registrados nas LDO's; 3. apresente os valores a preços constantes, conforme os valores praticados a preços correntes no ano anterior ao ano de referência da LDO.	Reiterada
12	Que o Demonstrativo de Avaliação da Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores da LDO evidencie pelo menos 75 anos de projeções de receitas e despesas previdenciárias, tendo como ano inicial o ano anterior ao de referência da LDO, em conformidade com o modelo estabelecido no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional;	Reiterada
13	Que o Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita da LDO apresente as medidas de compensação de renúncia de receita a serem tomadas, conforme modelo estabelecido no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional;	Reiterada
14	Que, no Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita da LDO, não sejam incluídas modalidades de concessão de renúncia de receita de caráter geral, conforme o disposto na LRF, art. 14;	Reiterada
15	Que os passivos contingentes do Anexo de Riscos Fiscais da LDO sejam agrupados nas categorias de riscos, conforme modelo definido no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional;	Reiterada
16	Que, no Demonstrativo de Compatibilidade da Programação dos Orçamentos na LOA, o Resultado Nominal e a Dívida sejam atualizados com base nos indicadores estabelecidos para a estimativa da receita e a fixação da despesa, guardando compatibilidade de atualização, conforme o estabelecido na LDO;	Reiterada
17	Que, no Demonstrativo Regionalizado do Efeito, sobre as Receitas e Despesas, decorrente de Isenções, Anistias, Remissões, Subsídios e Benefícios de Natureza Financeira, Tributária e Creditícia da LOA, sejam apresentados os percentuais de incidência de forma regionalizada;	Reiterada
18	Que o Demonstrativo de Avaliação da Situação Financeira do Regime Próprio de Previdência dos Servidores da LDO apresente as receitas intraorçamentárias do segundo ao quarto anos anteriores ao ano de referência da LDO, conforme Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional;	Nova
19	Que o Demonstrativo de Metas Anuais da LDO apresente a Memória e a Metodologia de Cálculo das principais fontes de Receitas, das Despesas, dos Resultados Primário e Nominal e do Montante da Dívida Pública, conforme Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional;	Nova
20	Que, no Anexo de Riscos Fiscais da LDO, conste o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, o qual não deve incluir precatórios como passivos contingentes, conforme orienta o Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional;	Nova

21	Que, na memória de cálculo do Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado da LDO, seja apresentado o detalhamento da conta Novas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.	Nova
----	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------

QUANTO À EXECUÇÃO DA RECEITA

22	Que os recursos de transferências de instituições privadas, decorrentes de celebração de termos de compromisso, sejam vinculados ao objeto pactuado e contabilizados como tal, garantindo a transparência da destinação desses recursos, sobretudo se destinados à infraestrutura, cujos investimentos devem obedecer ao previsto no PPA e LOA vigentes;	Nova
----	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------

QUANTO À EXECUÇÃO DA DESPESA

23	Que somente sejam registradas, na função Encargos Especiais, despesas relativas às suas subfunções típicas, conforme determina a Portaria nº 42/1999 do Ministério de Orçamento e Gestão, art. 1º, § 2º, combinado com o disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 6ª Edição;	Nova
24	Que seja identificado o ano de competência da despesa contabilizada como Despesas de Exercícios anteriores, em campo específico do Siafem.	Nova

QUANTO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

25	Que as demonstrações contábeis atendam às orientações do MPCASP quanto à consolidação das contas, de modo a desconsiderar os valores intragovernamentais do montante dos ingressos e desembolsos;	Nova
26	Que as demonstrações contábeis atendam, por analogia, ao disposto no art. 176, § 2º da Lei nº 6.404/1976 sobre o agrupamento de contas semelhantes, cujos pequenos saldos agregados, desde que indicada a sua natureza, não ultrapassem 0,01 (um décimo) do respectivo grupo de contas;	Nova
27	Que sejam concluídos os estudos e implantação de sistema de registro de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, conforme artigo 50, § 3º da LRF, considerando os critérios de transparência e controle social;	Nova
28	Que as Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista apresentem as respectivas demonstrações contábeis com base nos registros efetuados no sistema único de contabilidade (Siafem), que se encontra ajustado ao novo PCASP, abstendo-se de utilizar sistemas paralelos que divirjam do Siafem;	Nova

QUANTO AOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

29	Que seja implementado mecanismo de controle de aplicação de recursos, de modo que seja possível identificar a destinação das receitas de alienação de ativos.	Nova
----	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------



CONCLUSÕES

PORTAL DE MOSQUEIRO

Arquivo Agência Pará

Foto: Sidney Oliveira

11. CONCLUSÕES

11.1. CENÁRIO SOCIOECONÔMICO

- O estado do Pará sofreu os influxos da retração econômica brasileira, porém manteve relativa estabilidade em comparação a outras unidades federativas. Não foram divulgados os dados do PIB do Pará para 2015 pelas fontes oficiais, prejudicando a avaliação da atividade econômica do período;
- Em 2015 observou-se superávit da balança comercial paraense da ordem de U\$ 9,3 bilhões, porém, inferior ao de 2014, de U\$ 13,2 bilhões;
- Registrou-se a perda total de 37.828 vínculos de empregos formais no Pará em 2015, como consequência da conjuntura nacional desfavorável e do fim dos ciclos da construção civil, pela conclusão de grandes projetos hidrelétricos e habitacionais.
- Com a publicação da Lei Estadual nº 8.327, de 22 de dezembro de 2015, o Mapa da Exclusão Social deixa de ser parte integrante da Prestação de Contas anual do Poder Executivo e, em contrapartida, impõe-se ao Chefe do Poder Executivo o dever de encaminhá-lo anualmente ao Poder Legislativo juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) e, no mesmo prazo, ao TCE-PA;
- Excepcionalmente em relação ao exercício de 2015, 1 Mapa da Exclusão Social foi elaborado e encaminhado a este TCE-PA como parte integrante da prestação de contas do exercício sob análise e o outro será encaminhado ao TCE-PA até 31 de agosto de 2016;
- O Mapa encaminhado apresenta as limitações observadas nos anos anteriores, como o emprego de indicadores alternativos aos previstos na Lei nº 6.386/2006 e a exposição de informações intempestivas.
- No período de 2010 a 2013 houve crescimento do PIB per capita no Pará, de R\$ 10.876 para R\$ 15.176. Em 2015 o PIB per capita nacional foi de R\$28.876, observando-se que regiões de integração como Guamá (R\$9.704), Tapajós (R\$9.702), Rio Caeté (R\$7.638) e Marajó (R\$5.772) apresentam indicadores muito inferiores, em 2013;
- O Pará registrou sucessivos decréscimos no percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza, por grupos de mil habitantes, de 30,60%, em 2009, para 22,77% em 2014. O indicador para o Brasil no mesmo ano era de 11,50%;
- Em 2015 houve a perda de aproximadamente 38 mil vagas de trabalho no Pará. No ano de 2014 a taxa de desemprego foi de 7,3%;
- A taxa de alfabetização da população acima dos 15 anos atingiu 90% em 2014, e a média entre a taxa de alfabetização e a taxa combinada de matrícula registrou 1,05, aproximando-se, ambas, dos indicadores nacionais, de 91,73% e 1,06, respectivamente;
- Em 2015 observou-se estagnação do número de centros e postos de saúde por grupos de dez mil habitantes (2,44) e pequenas reduções dos quantitativos de leitos hospitalares (2,18 para 2,08) e de agentes de saúde (1,82 para 1,81) para grupos de mil pessoas;

- A taxa de mortalidade infantil registra tendência de redução, passando de 18,39 óbitos infantis para cada mil nascidos em 2009 para 15,34 em 2015. O referencial brasileiro para 2015 é de 13,82;
- Em 2013, 49,90% dos domicílios paraenses eram servidos por água derivada da rede geral de abastecimento. Em 2014 houve uma evolução para 52,52%. Entretanto, o percentual está aquém do indicador nacional de 85,40%. Além disso, o nível de saneamento básico sofreu expressiva redução em termos de domicílios com esgotamento sanitário, de 57,33%, em 2013, para 50,31% no ano seguinte, observando-se, ainda, queda no percentual de domicílios com coleta de lixo, de 75,05% para 74,78, no mesmo período;
- No geral, a segurança pública registrou avanços no período de 2014 para 2015, com a redução do número absoluto de registros de ocorrências policiais (575.118 para 555.507) e per capita para grupos de cem mil habitantes (7.120 para 6.769). Percebeu-se, todavia, elevação desses indicadores no interior do estado. Em relação aos crimes classificados como reativos, o Pará apresentou significativas reduções: 0,84% em crimes contra o patrimônio; 4,39% em crimes contra a pessoa; 7,48% em crimes contra a dignidade sexual e 2,16% em contravenções penais. Contudo, quanto aos crimes proativos, entre eles os enquadrados na Lei de Entorpecente e na Lei de Armas, houve forte aumento nos indicadores do interior, 10,57% e 11,14%, e no estado, 8,62% e 8,28%, respectivamente;
- De 2013 para 2014 os indicadores de inclusão digital do Pará registram decréscimos de 25,7% para 22,6% de domicílios com computadores e de 20% para 17% de domicílios com acesso à internet via telefonia fixa. Não há pesquisas disponíveis sobre os níveis de acesso à internet por meio de telefonia móvel, a mais acessível e disseminada no Brasil;
- Os indicadores ratificam a necessidade de mais investimentos e ações sobre a área social, de modo a assegurar à população paraense atingida por vulnerabilidades o acesso a serviços essenciais e a uma qualidade de vida que observe padrões mínimos em termos de saúde, alimentação, educação, emprego, renda, moradia, segurança e outras garantias elementares previstas na Constituição Federal.

11.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO GOVERNO DO ESTADO

- No exercício de 2015, no âmbito do Poder Executivo, foi instituída a Fundação Propaz (Lei nº 8.097/2015), alterou-se a denominação e a redefinição das competências da CDI (Lei nº 8.098/2015), extinguiu-se a Paratur (Lei nº 8.093/2014), reestruturou-se a Fapespa com a incorporação do Idesp (Lei Complementar nº 098/2015) e a alteração de sua denominação.
- A reestrutura organizacional do Poder executivo resultou na extinção 11 (onze) órgãos/entidades, na alteração de denominação de 13 (treze) órgãos/entidades, na absorção de competências de 08 (oito) órgãos/entidades e na criação de 02 (dois) órgãos.
- Em 2015, o governo do estado do Pará foi composto por 73 órgãos pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social e 04 Sociedades de Economia Mista não Dependentes, totalizando 77 órgãos.

11.3. CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

- Inexiste um sistema informatizado para gestão integrada das obras públicas. O controle de obras públicas instituído demonstrou-se inadequado, uma vez que não é capaz de gerir e controlar o volume de recursos utilizado, a quantidade de obras e a multiplicidade de pessoas, atos e documentos que participam do processo, assim como não disponibiliza informações suficientes e atualizadas aos órgãos fiscalizadores e ao público geral, dificultando o exercício do controle externo e social.
- O controle das transferências voluntárias utilizado demonstrou-se insuficiente, tanto por não ser capaz de fornecer as informações necessárias para a gestão e controle dos recursos repassados, quanto por não ter sido aperfeiçoado para atender à evolução normativa, que estabeleceu controles mais rígidos e detalhados.
- A forma de controle de inadimplentes adotada apresenta-se incipiente, pois não impede que pessoas físicas e jurídicas, que seriam consideradas inadimplentes em outros entes federados, participem ou se beneficiem de operações que envolvam a utilização de recursos públicos do estado do Pará.

11.4. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

- O Plano Plurianual 2012-2015, denominado “Pacto pelo Pará” e instituído pela Lei nº 7.595, de 28-12-2011, foi revisado para 2013, pela Lei nº 7.689/2012, para o ano de 2014, nos termos da Lei nº 7.763/2013, e para 2015, pela Lei nº 8.094/2014, todas disponibilizadas no sítio eletrônico www.seplan.pa.gov.br;
- A Revisão para o ano base 2015 (Lei nº 8.094/2014) foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 32.796/2014 e está em conformidade quanto à sua composição e conteúdo em atendimento às determinações da Lei nº 7.595/2011, art. 10, § 2º, I e II e § 5º;
- O PPA/2015 encontra-se constituído por 67 programas, sendo 66 programas finalísticos e 1 de manutenção da gestão;
- Após a revisão PPA/2015, foram totalizadas 651 ações, sendo que 637 pertencem aos 66 programas finalísticos e 14 ações ao programa manutenção da gestão. Não foram estabelecidas ações da agenda mínima como prioritárias do Governo para esse exercício;
- O Poder Executivo contemplou 51 programas finalísticos, correspondendo ao conjunto de 500 ações, divididos nas áreas de governo: Proteção e Desenvolvimento Social (12); Promoção Social (07); Defesa Social e Segurança Pública (05); Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção (07); Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável (11) e Gestão (09);
- No PPA/ 2015, os programas finalísticos, sob a responsabilidade do Poder Executivo, são compostos por 130 indicadores e 500 ações com as respectivas metas físicas. Do total de indicadores, 45 alcançaram o índice da meta programada, o equivalente a 35%, e em relação às ações, 07 não foram mensuradas, 177 atingiram a meta física planejada e 316 não alcançaram as metas físicas;

- A área de Defesa Social e Segurança Pública foi a única que ultrapassou a 50% da meta dos indicadores estabelecidos no PPA;
- Com relação ao processo de gestão do PPA 2012-2015, observou-se que o texto atualizado da Lei, anexos e os Relatórios Anuais de Avaliação dos Programas do PPA, foram disponibilizados no sítio eletrônico da Secretaria de Planejamento do Estado do Pará em cumprimento à Lei nº 7.595/2011, art. 16 e 17, incisos I e II;
- Os instrumentos de planejamento e de orçamento estão compatíveis quanto aos programas, ações, objetivos e produtos, porém os recursos fixados na LOA/2015 (R\$13,5 bilhões) foram abaixo do programado no PPA 2015 (14,7 bilhões), correspondendo a 91,89%. Não se incluem nesses valores os montantes referentes à reserva de contingência e dívida pública, porque não se constituem programas, uma vez que não geram bens e serviços públicos;
- A Lei nº 8.031/2014 instituiu as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, com seus anexos de metas e riscos fiscais, e foi publicada no DOE nº 32.696, de 31-07-2014, bem como disponibilizada no site da Seplan (<http://www.seplan.pa.gov.br>);
- Foi realizada audiência pública no dia 16-04-2014 para debate referente à elaboração da LDO/2015 conforme determina o art. 48, parágrafo único da LRF. Também foi disponibilizada a referida lei no site da Secretaria de Planejamento (Seplan) no endereço eletrônico: <http://www.seplan.pa.gov.br>;
- A LDO/2015 cumpriu as exigências previstas na Constituição Estadual e nas demais legislações que disciplinam a matéria quanto à conformidade da composição e ao conteúdo, pois as prioridades e metas relativas à programação de trabalho dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das Empresas para 2015, estão de acordo com o Anexo I - Metas Programáticas da Administração Pública Estadual;
- Da análise dos limites de gastos totais com pessoal constatou-se que a LDO instituiu outros percentuais para a Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas dos Municípios e Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em desconformidade com o estabelecido na LRF, art. 20, § 1º;
- O Anexo de Metas Fiscais da LDO/2015 contemplou os 09 (nove) Demonstrativos exigidos pela LRF. Entretanto, apenas 01 (um) Demonstrativo está em conformidade com o que estabelece a lei e o Manual de Demonstrativos Fiscais;
- O Demonstrativo das Metas Anuais apresentou, segundo o art. 4º § 1º da LRF, os valores correntes e constantes, relativo às receitas, despesas, Resultados Nominal e Primário e o montante da dívida pública, para o exercício a que se referem a LDO e para os dois seguintes;
- O Demonstrativo de Riscos e Providências não integrou o anexo de riscos fiscais na LDO/2015, conforme estabelecido no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF);
- A Lei nº 8.095, de 30/12/2014, aprovou o Orçamento Geral do Estado do Pará (OGE) para o exercício de 2015, estimando a receita e fixando a despesa da Administração Pública Estadual, no montante de R\$21,1 bilhões, abrangendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Empresas;

- Foram realizadas audiências públicas, no processo de elaboração e discussão da LOA para o exercício de 2015, cumprindo a determinação contida na LRF;
- Do total consignado no OGE, o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social estimaram receitas e fixaram despesas no montante de R\$20,8 bilhões, excluído desse valor a contribuição de Estado ao Fundeb (R\$2,4 bilhões) e o Orçamento de Investimento no valor de R\$266 milhões;
- O Orçamento Fiscal apresentou superávit presumível de R\$3,2 bilhões e o Orçamento da Seguridade Social déficit presumível de R\$3,9 bilhões. A diferença entre esses dois orçamentos gerou déficit presumível de R\$713 milhões que será financiado pelas fontes de recursos Operações de Crédito (R\$698 milhões) e pela Alienação de Bens (R\$14 milhões);
- O Orçamento de Investimento contemplou as empresas: Cosanpa, Gás do Pará, CAZBAR e Banpará. A maior beneficiada com recursos do Tesouro Estadual foi a Cosanpa (R\$215,2 milhões) que concentrou 80,88% do total desse Orçamento;
- As receitas correntes intraorçamentárias do Orçamento Fiscal não foram computadas e deveriam estar registradas na LOA/2015 com o código 7000.00.00, conforme orientações da Portaria nº 338/2006 da STN/SOF;
- A classificação funcional das despesas, referente à função 28 (Encargos Especiais) apresentou desconformidade com a Portaria MOG nº42/99 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- A Reserva de Contingência constante do Orçamento Fiscal na LOA/2015 se encontra com a codificação no nível projeto/atividade/operação especial, em desconformidade com o estabelecido pela LDO, art. 23, § 4º;
- A LOA/2015 apresentou 71 fontes de recursos, das quais 03 (0101, 0102 e 0103) apresentaram inconsistências entre os valores de receita previstos na LOA e os registrados no Siafem. A classificação da lei orçamentária por Fonte/Destinação de recursos visa identificar as origens de recursos que irão financiar os gastos públicos;
- Com relação à conformidade do conteúdo dos demonstrativos que devem constituir o Orçamento Geral do Estado por força da LRF, art. 5º, incisos I e II, e da LDO, art.13, incisos V e X, constatou-se inconsistência em 03 demonstrativos: Demonstrativo de Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com os Objetivos e Metas Fiscais, Demonstrativo Regionalizado do Efeito, sobre as Receitas e Despesas, decorrente de Isenções, Anistias, Remissões, Subsídios e Benefícios de Natureza Financeira, Tributária e Creditícia e Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

11.5. EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

- O governo do estado promoveu abertura de créditos suplementares no valor de R\$4,9 bilhões, que, deduzidas às anulações de R\$2,5 bilhões, perfizeram o montante de R\$2,4 bilhões, correspondendo ao reajuste 11,63%, tanto para as receitas quanto para as despesas, resultando os orçamentos fiscal e da seguridade social em R\$23,3 bilhões;

- A LOA estabeleceu o limite de 25% da despesa fixada para fins de abertura de créditos suplementares. Do total bruto de créditos suplementares abertos (R\$4,9 bilhões), excluídas as composições previstas na Lei nº 8.095/2014, arts. 6º e 7º (R\$2,1 bilhões), o percentual líquido de créditos abertos alcançou R\$2,7 bilhões, equivalente a 13,30%, atendendo ao disposto na norma legal;
- A Receita Bruta arrecadada pelo estado do Pará, constituída de Receitas Correntes (R\$22,8 bilhões), Receitas de Capital (R\$238,9 milhões) e Receitas Intraorçamentárias (R\$799 milhões), em 2015, alcançou o montante de R\$23,8 bilhões. Uma vez deduzidas às restituições e a contribuição ao Fundeb (R\$2,6 bilhões), resultou em Receita Orçamentária de R\$21,2 bilhões, ou seja, 88,98%, dos recursos efetivamente arrecadados.
- A Receita Orçamentária realizada (R\$ 21,2 bilhões) apresentou frustração de 8,9% em relação à previsão atualizada (R\$23,3 bilhões). Essa frustração foi superior em 3,5 p.p comparada a 2014, porém inferior em 1,54 p.p comparada ao exercício de 2013;
- As Receitas Correntes (R\$20,1 bilhões), Capital (R\$238,9 milhões) e Intraorçamentária no valor de R\$799 milhões, foram responsáveis por 95,11%, 1,13% e 3,77% da Receita Orçamentária realizada e apresentaram variação negativa de 5,86% e 79,92%, para as receitas Correntes e de Capital, e positiva de 17,70% para as Receitas Intraorçamentárias, se comparadas às suas previsões atualizadas;
- A Receita Tributária se destacou dentre as origens de receita pela arrecadação de R\$10,1 bilhões, equivalente a 48,08% do total arrecadado no exercício, porém com variação negativa de 3,17% comparada à sua previsão;
- O ICMS realizado no valor de R\$8 bilhões representou a parcela mais significativa da receita estadual, com participação 38,15% do total da receita efetivamente arrecadada, mas apresentou decréscimo de 6,36% em relação à sua previsão. Ressalta-se que não foram acrescidos os juros e multas e a dívida ativa pertinentes a esse imposto;
- As Transferências Correntes, no montante de R\$6,9 bilhões, representaram 32,93% do total arrecadado e foram superiores a 1,5% ao valor previsto atualizado. Contribuíram para esse resultado positivo, as Transferências de Instituições Privadas, oriundas do Termo de Compromisso firmado entre a Setran e a Vale do Rio Doce (R\$250 milhões), do Contrato entre a ARQ Digital e o Detran (R\$5,3 milhões), da Transferências de Convênios dos Municípios e suas Entidades (R\$1 milhão), bem como das Transferências de Convênio de Instituições Privadas no valor de R\$8,5 milhões;
- A Receita de Contribuições, composta pelas Contribuições Sociais (R\$633 milhões) e Outras Contribuições Sociais (R\$ 569 milhões), configura-se no terceiro maior grupo de arrecadação do estado (R\$1,2 bilhão), não inclusas nessas as Receitas Intraorçamentárias. Essa arrecadação foi 3,21% inferior ao valor atualizado, com 5,66% da receita total realizada;
- As Operações de Crédito, no montante de R\$178,9 milhões, representaram 0,84% da receita total realizada e 74,88% do montante das Receitas de Capital (R\$238,9 milhões), as quais foram realizadas em 20,08% de seu valor previsto.

- A Receita Própria, inclusas as Receitas Introrçamentárias, totalizou R\$13,9 bilhões, com realização de 91,76% em relação à receita estimada atualizada para o exercício, apresentando incremento positivo de 3,25% em relação a 2014, porém inferior em 1,24% quando comparado ao período 2014 -2013;
- Da Receita Própria, a Receita Tributária foi a que teve maior desempenho. Porém, tendo sido arrecadada em R\$10,1 bilhões, ficou aquém da expectativa gerada para o exercício (R\$10,5 bilhões);
- Em 2015, a Receita Orçamentária arrecadada (R\$21,2 bilhões), apresentou, em valores reais, decréscimo de 5,42% comparado a 2014, contrariamente ao ocorrido em 2014 em relação a 2013, cuja variação foi positiva em 7,27%;
- A Despesa do governo do estado do Pará foi inicialmente fixada em R\$20,8 bilhões, sendo R\$14,3 bilhões originários do Orçamento Fiscal e R\$6,4 bilhões decorrentes do Orçamento da Seguridade Social;
- Do montante autorizado de R\$23,3 bilhões, foram executadas despesas no montante de R\$20,7 bilhões, originando economia orçamentária de R\$2,5 bilhões. Verificou-se também superávit orçamentário de R\$425,7 milhões, decorrente do confronto da receita arrecadada de R\$21,2 bilhões com a despesa executada de R\$20,7 bilhões;
- Da despesa executada no exercício, R\$9,4 bilhões foram aplicados na área social, na qual se destacaram, em volume de gastos, as funções Educação (R\$2,9 bilhões), Previdência Social (R\$3 bilhões) e Saúde (R\$2,1 bilhões), representando 39,48% do total das despesas estaduais. Das funções da área típica de estado, Segurança Pública (R\$2,1 bilhão) consumiu 10,22% da despesa total executada;
- A Função Saneamento apresentou a menor compatibilidade entre o planejado e o executado: apenas 41,86% de realização do seu valor orçado. Isso ocorreu da frustração de operacionalização e de transferências de convênios e operações de crédito, cujos recursos compunham grande parte do orçamento destinado a esta função;
- A função Encargos Especiais apresentou execução de despesas em subfunções atípicas, sendo classificados R\$412 milhões na subfunção 331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador, contrariando dispositivos da Portaria n° 42/1999 combinados com o disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 6ª Edição.
- Os programas Finalísticos de governo do estado que se destacaram em relação ao valor total executado foram: Educação Pública de Qualidade, (32,95%), Média e Alta Complexidade na Saúde (14,65%) e Caminhos para o Desenvolvimento (8,90%), que juntos representaram 56,50% do valor executado dos programas finalísticos;
- Observou-se que as alterações orçamentárias ocorridas nos programas finalísticos incrementaram sua dotação em 19,78%, porém, sua execução alcançou apenas 80,90%. Alguns dos programas cuja dotação fora suplementada apresentaram execução muito aquém do orçado, o que demonstrou descompasso entre o planejamento e a execução;

- A não concretização de receitas de transferências de recursos, mediante convênio, e de operações de crédito, nos montantes previstos, frustraram a execução de programas e ações governamentais planejados. Assim, as despesas custeadas por transferências de convênios e operações de crédito representaram 21,18% e 27,44% dos seus respectivos valores orçados.
- As despesas do estado foram menores em 2,18% comparadas a 2014, contrastando com o crescimento de despesas de 5,88% observado no período 2013-2014;
- As Despesas Correntes apresentaram redução de 0,68%, em 2015, comparadas ao exercício anterior. As Despesas de Capital sofreram decréscimo de 14,55% em 2015;
- No que se refere a Despesas Correntes, o grupo Pessoal e Encargos Sociais (R\$11,4 bilhões) representou 55,05% do total despendido no exercício, constituindo-se no maior volume de recursos em relação à dotação orçamentária executada global (R\$20,7 bilhões);
- Os ingressos dos recursos livres de destinação (recursos não vinculados) perfizeram, no exercício de 2015, R\$13,3 bilhões, e as despesas realizadas por essa fonte totalizaram R\$13,6 bilhões, resultando em déficit de R\$290,6 milhões, que foi coberto pelo saldo superavitário acumulado de exercícios anteriores. Quanto aos ingressos de recursos com destinação vinculada, houve superávit de R\$716,4 milhões, demonstrando que o saldo superavitário do exercício, na ordem de R\$425,7 milhões, trata-se integralmente de recursos vinculados, que não são de livre alocação pelo Estado;
- No cômputo do superávit orçamentário de R\$425,7 milhões, provenientes do saldo positivo dos recursos vinculados, não foram considerados valores que deixaram de ser registrados como despesas orçamentárias no Siafem, uma vez que foram escriturados como ajustes contábeis realizados no exercício financeiro.
- As despesas empenhadas como Despesas de Exercícios Anteriores totalizaram R\$1,4 bilhão, representando acréscimo de R\$499,9 milhões (52,79%) em relação ao exercício anterior, o que denotou aumento no comprometimento orçamentário do exercício em análise. O Poder Executivo teve participação de 94,39% naquele total.
- Dentre as despesas do Poder Executivo classificadas como DEA, 43,44% pertencem ao grupo Outras Despesas Correntes e 39,94% ao grupo Investimentos.
- O montante de despesas inscritas como DEA no exercício de 2015 (R\$1,4 bilhão) foi influenciado pela disponibilidade de caixa líquida, do exercício de 2014, insuficiente na fonte de recursos ordinários, para cobrir tais despesas.
- A Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM, gerou receita arrecadada no montante de R\$413,9 milhões e despesa realizada de R\$492,6 milhões, gerando déficit orçamentário de R\$78,7 milhões no exercício de 2015, coberto pelo saldo superavitário acumulado de exercícios anteriores.

11.6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

- O orçamento corrente apresentou superávit de R\$2,1 bilhões e o orçamento de capital evidenciou déficit de R\$1,7 bilhão. Logo, o resultado orçamentário positivo de R\$425,7 milhões é proveniente do esforço orçamentário corrente, indicando uma capitalização de recursos, ou seja, a utilização de recursos correntes na formação ou aquisição de bens de capital.
- A arrecadação da receita apresentou insuficiência de R\$2,1 bilhões, já que realizadas em montante abaixo de sua previsão, havendo frustração de 9,01%.
- A arrecadação estadual, por meio de recursos próprios, foi superior à soma das transferências recebidas e operações de crédito. Os recursos próprios do estado conseguiram arcar com 63% do total das despesas orçamentárias, isso demonstrou que o estado utilizou as fontes de terceiros (transferências ou operações de créditos) para custear 37% de suas despesas.
- Entres os exercícios de 2013 a 2015, o governo estadual apresentou resultados orçamentários superavitários, ou seja, nesses exercícios as receitas arrecadadas foram maiores que as despesas empenhadas, no qual o melhor resultado (superávit orçamentário) foi observado no ano de 2014 alcançando o volume de R\$1 bilhão. No exercício de 2015 esse resultado foi de R\$425,7 milhões.

BALANÇO FINANCEIRO

- Nos últimos três exercícios financeiros se verificou que o resultado consolidado do estado no exercício de 2013 foi negativo em R\$97,3 milhões. Já em 2014 ocorreu um superávit equivalente a R\$404,6 milhões. Ao se comparar os resultados financeiros do exercício de 2015 com 2014, notou-se a ocorrência de variação negativa equivalente a 142,48%.

BALANÇO PATRIMONIAL

- O superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial no exercício 2015 foi de R\$5,2 bilhões.
- O patrimônio bruto do estado (ativo) estava formado, em sua maior parcela, pelos bens e direitos a longo prazo, como dívida ativa tributária e bens móveis. Quanto às obrigações, 40% delas pertenciam ao subgrupo não circulante.
- Em comparação com o exercício anterior se verificou que: em relação ao grupo ativo, o “ativo circulante” teve uma diminuição de 1,32% enquanto que o “ativo não circulante” reduziu-se 13,79%, o que ocasionou uma diminuição do ativo total do estado de aproximadamente 9,52%. Em relação ao grupo passivo, o “passivo circulante” aumentou em 110,70% enquanto verificou-se uma redução percentual nos demais subgrupos, destacando-se o patrimônio líquido do estado que reduziu 14,82%.

- Ainda sobre o Ativo não circulante, destaca-se que o valor de ajuste de perdas de créditos a longo prazo (ajuste de perdas de dívida ativa tributária a longo prazo) de R\$10,5 bilhões, demonstra a ineficiência do estado quanto à capacidade de arrecadação de tributos de exercícios anteriores que lhes são devidos, suprimindo assim a expectativa de seus recebimentos.
- Quanto às origens de recursos, 54% são próprias (patrimônio líquido) e apenas 6% foram registradas como exigíveis a curto prazo, como as contas de empréstimos e financiamentos.
- Com relação aos índices de liquidez imediata, corrente e seca, observou-se que, no exercício de 2015, continuaram indicando uma situação financeira favorável para o estado, todavia, destaca-se que, em comparação com o exercício anterior, verificaram-se variações negativas desses índices acima de 50%.
- Em uma análise comparativa com o exercício anterior, o índice endividamento geral aumentou 72%, sendo que no exercício de 2015, o passivo exigível do estado representou 73% do ativo total. Quanto ao índice de solvência: verificou-se uma redução deste em 42%; no entanto, esse índice demonstrou que o investimento total (ativo) do estado representou 137% do valor das suas dívidas (passivo exigível). Sobre o índice de liquidez geral constatou-se uma variação negativa de 14%, este índice sinalizou que os recursos realizáveis a curto e longo prazo do estado já não são capazes de suportar todas as obrigações existentes.
- Quanto à composição do endividamento, o estado demonstrou que a concentração maior das suas dívidas se encontra no longo prazo, visto que 13% das dívidas estão no curto prazo, todavia, constatou-se em comparação com exercício anterior que esse índice apresentou aumento de 116%.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

- Os bens permanentes do estado corresponderam a R\$10,1 bilhões, formado em sua maior parcela pelo ativo imobilizado (bens móveis e imóveis do estado).
- Em comparação com o exercício anterior, verificou-se uma redução de 13,79% do grupo do ativo não circulante (bens e direitos a longo prazo), com diminuição de valores em todos os seus subgrupos com exceção do Imobilizado que apresentou uma evolução de 4% dos bens imóveis. O ativo imobilizado representou 79% de todo ativo não circulante e 49% do ativo total.

DÍVIDA ATIVA

- O estoque da dívida ativa aumentou 15%, ou seja, acresceu em R\$1,3 bilhão, o que resultou no saldo final de R\$10,9 bilhões. Desse montante, R\$10,1 bilhões referem-se à dívida ativa tributária (93%) enquanto que o restante (7%) corresponde à dívida ativa não tributária, R\$784,4 milhões.
- Do valor do estoque da dívida (R\$10,9 bilhões) o estado registrou, a título de provisão para perdas com dívida ativa, o valor de R\$10,5 bilhões, o que corresponde a uma provisão de 96% do valor total.

PASSIVO EXIGÍVEL

- Comparado ao exercício de 2014, o passivo exigível reduziu 2%, no entanto, o passivo circulante teve uma elevação de 111%, pelo surgimento das contas de “empréstimos e financiamentos”, “obrigações de repartição a outros entes” e do significativo aumento de 93% da conta “obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar” e de 29% da conta “demais obrigações”.
- No que se refere ao passivo circulante, a conta “empréstimos e financiamento” concentrou 47% desse subgrupo e a conta “demais obrigações” correspondeu a 35% do subgrupo mencionado. A conta “fornecedores” apresentou saldo corresponde a 5% dos valores totais do subgrupo, a conta “obrigações trabalhistas, prev. e ass. a pagar” correspondeu a 9%.
- Tratando-se do passivo não circulante, verificou-se que este teve uma redução de 10% em razão da redução das contas desse subgrupo, com ressalva da conta “demais obrigações” a qual apresentou um aumento de 453%. As contas que apresentaram maior representatividade percentual na composição do passivo não circulante foram “empréstimos e financiamentos” com 47%, e provisões com 41%.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

- O resultado patrimonial do exercício em análise, 2015, correspondeu a aproximadamente R\$36 milhões. Em uma análise comparativa com o resultado patrimonial apurado nos exercícios de 2013, 2014 e 2015, verificou-se declínio do superávit patrimonial de 30% em 2014, comparado a 2013, chegando à queda de 98% em 2015, comparado a 2014.
- Observou-se que aproximadamente R\$6 milhões do montante contabilizado como variações patrimoniais aumentativas equivalem aos cancelamentos de restos a pagar processados que, não sejam por mero erro contábil ou por prescrição do direito do credor, demonstrará uma situação patrimonial fictícia no exercício do cancelamento se ainda persistir a obrigação com o credor.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

- O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais evidenciou saldo positivo de R\$ 1,3 milhão. Porém, o fluxo de caixa das atividades de investimento e de financiamento apresentaram resultados negativos de aproximadamente R\$1,4 bilhão e R\$223,4 milhões, respectivamente.
- Em relação a outros ingressos e outros desembolsos operacionais, a diferença entre eles resultou em déficit equivalente a R\$861,5 milhões, o que ocasionou aumento da dívida fluante e, por conseguinte, redução do saldo positivo do fluxo de caixa líquido das atividades das operações.
- A geração de caixa final do exercício, que consiste no somatório dos fluxos de caixas líquido das três atividades apresentadas na DFC (operacional, investimento e financiamento), apresentou uma queda, em relação ao exercício anterior, de 183,42%, ocasionando valor negativo de aproximadamente R\$337,5 milhões.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- Comparado o patrimônio líquido atual do estado com o do exercício anterior, pôde-se observar uma redução de 14,82%.
- A conta “resultado do exercício” evidenciou o valor de R\$35,5 milhões, que foi o superávit patrimonial apurado no exercício em razão das variações patrimoniais aumentativas (VPA) terem superado as variações patrimoniais diminutivas (VPD).

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS CONTROLADAS

- No cumprimento da programação do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo estado do Pará aprovado para o exercício de 2015, foram transferidos recursos no montante de R\$153,6 milhões ao programa Saneamento é Vida, vinculado à Cosanpa. Em relação à execução da despesa referente ao programa Energia no Pará realizado pela Companhia de Gás do Pará, o valor empenhado foi de R\$369 mil. Quanto à realização do Programa Pará Competitivo efetuado pela Cazbar, a despesa empenhada atingiu o montante de R\$400 mil.
- Para os Programas Manutenção da Gestão e Pará Competitivo a serem desenvolvidos pelo Banpará, não houve execução orçamentária com recursos do Governo, pois a previsão de R\$44,8 milhões no Orçamento de Investimento era de recursos próprios.
- O BGE-2015 evidencia Investimentos no montante de R\$1,7 bilhão de participação do governo do estado em Sociedades Controladas, integrantes da Administração Indireta Estadual - Dependentes e não Dependentes; e do Governo Federal, das quais é controlador e titular de direitos de sócio. A participação societária nas empresas, considerada relevante, conforme dispõe o parágrafo único do art. 247 da Lei 6.404/76, ocorreu com investimentos na Cosanpa, pois o saldo da participação societária no montante de R\$1 bilhão é superior a 10% do valor de R\$9 bilhões do patrimônio líquido do investidor, e corresponde a 58,85% do saldo total da participação estatal em conjunto, que foi de R\$1,7 bilhão.
- O Patrimônio Líquido (PL) das empresas Controladas apresentou o saldo no exercício de 2015 de R\$1,5 bilhão, e equivale a 23,16% do montante do Passivo. A Cosanpa apresentou o PL de maior relevância no Balanço Patrimonial, com saldo de R\$870,8 milhões.
- O resultado líquido consolidado apurado no exercício de 2015 foi negativo, demonstrando o prejuízo de R\$28,1 milhões, que comparado ao saldo positivo (lucro) do exercício de 2014 (R\$76,5 milhões), revela decréscimo de 136,75%, decorrente do crescimento do prejuízo (155,71%) na Cosanpa, embora o Banpará tenha apresentado lucro e as empresas Gás do Pará e Cazbar tenham seus prejuízos reduzidos no exercício de 2015.

11.7. GESTÃO FISCAL

- O Poder Executivo divulgou os relatórios de Gestão Fiscal e Execução Orçamentária em seu sítio eletrônico (www.sefa.pa.gov.br) e publicou-os no Diário Oficial do Estado, atendendo ao princípio da transparência e da publicidade estabelecida na LRF, art. 48.
- O estado realizou despesas com pessoal no valor equivalente a 50,15% da RCL, apurado com base na Resolução TCE nº 16.769/2003, cumprindo-se os limites estabelecidos na LRF, art. 19.
- O Poder Executivo efetuou gastos com pessoal no montante de R\$7,2 bilhões, representando 42,65% da RCL, inferior ao limite legal de 48,60% e ao prudencial de 46,17%.
- A dívida consolidada Líquida do governo do estado atingiu o índice de 12,04%, em relação à RCL, portanto abaixo do limite de 200% para endividamento definido pela Resolução do Senado Federal nº 40/01.
- A dívida consolidada líquida previdenciária do estado apresentou situação favorável no montante de R\$2 bilhões, suficiente para cobrir o seu passivo atuarial.
- Quanto às garantias concedidas em 2015, o governo do estado do Pará utilizou apenas 0,88% da RCL, substancialmente abaixo do limite de 22% estabelecido pelo Senado Federal na da Resolução nº43/2001.
- As operações de crédito atingiram 1,07% da RCL, situando-se abaixo do limite de 16% estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º, inc. I. Não houve contratação de operações de crédito por antecipação da receita.
- As operações de crédito, no montante de R\$178,9 milhões, foram inferiores às despesas de capital que somaram R\$2 bilhões, cumprindo-se, assim, a chamada Regra de Ouro e, portanto, os dispositivos constitucional e legal.
- A despesa com a dívida pública correspondeu a 3,75% da RCL, inferior ao percentual máximo de 11,5% estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º, inc. II.
- A disponibilidade de caixa e dos restos a pagar consolidado do estado demonstrou situação de equilíbrio financeiro, tendo em vista que a disponibilidade de caixa bruta na ordem R\$5,7 bilhões em confronto às obrigações financeiras no montante de R\$456,3 milhões gerou disponibilidade de caixa líquida de R\$5,2 bilhões em todas as fontes de recursos.
- A disponibilidade de caixa do RPPS apresentou R\$3,7 bilhões de disponibilidade de caixa bruta suficiente para cumprir com as obrigações financeiras de R\$23,7 milhões, gerando disponibilidade de caixa líquida de R\$3,7 bilhões. Ressalta-se que a disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
- A disponibilidade de caixa e dos restos a pagar consolidado do Poder Executivo demonstrou situação de equilíbrio financeiro, tendo em vista que a disponibilidade de caixa bruta na ordem R\$5,2 bilhões em confronto às obrigações financeiras no montante de R\$266,5 milhões gerou disponibilidade de caixa líquida de R\$4,9 bilhões em todas as fontes de recursos.

11.8. LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

- O estado do Pará aplicou recursos no montante de R\$3,5 bilhões destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, equivalente a 26,39% da receita líquida resultante de impostos, ultrapassando o limite mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal/88;
- Em cumprimento à Constituição Federal/88, ADCT, art. 60, inc. II e § 5º, alínea “a”, o governo do estado do Pará destinou R\$2,4 bilhões para a formação do Fundeb, dos quais R\$ 18,6 milhões somente em 2016 foram transferidos ao fundo.
- Os recursos provenientes do Fundeb, acrescidos da receita de aplicação financeira, somaram R\$1,9 bilhão, dos quais 99,78% foram aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, atendendo ao preceito contido na Lei Federal nº 11.494/2007, art. 22;
- Do montante de R\$2,7 bilhões devido aos municípios, em 2015, a título de transferências constitucionais, R\$14,9 milhões foram transferidos em 2016;
- O estado do Pará aplicou recursos no montante de R\$1,8 bilhões destinados a ações e serviços públicos de saúde, equivalente a 13,66% da receita líquida resultante de impostos, ultrapassando o limite mínimo de 12% estabelecido pela Constituição Federal/88;
- Os gastos do Poder Executivo com publicidade totalizaram R\$36 milhões, correspondente a 0,15% da despesa autorizada, situando-se abaixo do limite de 1% das respectivas dotações orçamentárias estabelecido na Constituição Estadual, art. 22, § 2º;

11.9. MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

- Em razão da nova Lei nº 8.327/2015 que modificou a data de encaminhamento do Mapa da Exclusão Social ao TCE-PA, 01 recomendação de avaliação desse relatório não pôde ser avaliada. Então, das 33 recomendações avaliadas, 11 foram consideradas atendidas, 21 não atendidas e 01 atendida parcialmente, correspondentes a 33%, 64% e 3%, respectivamente.
- Sete recomendações avaliadas como não atendidas no exercício de 2015 não foram reiteradas neste relatório, considerando a adoção de medidas saneadoras no exercício de 2016, elevando-se, assim, o percentual de recomendações atendidas, de 33% para 54%.

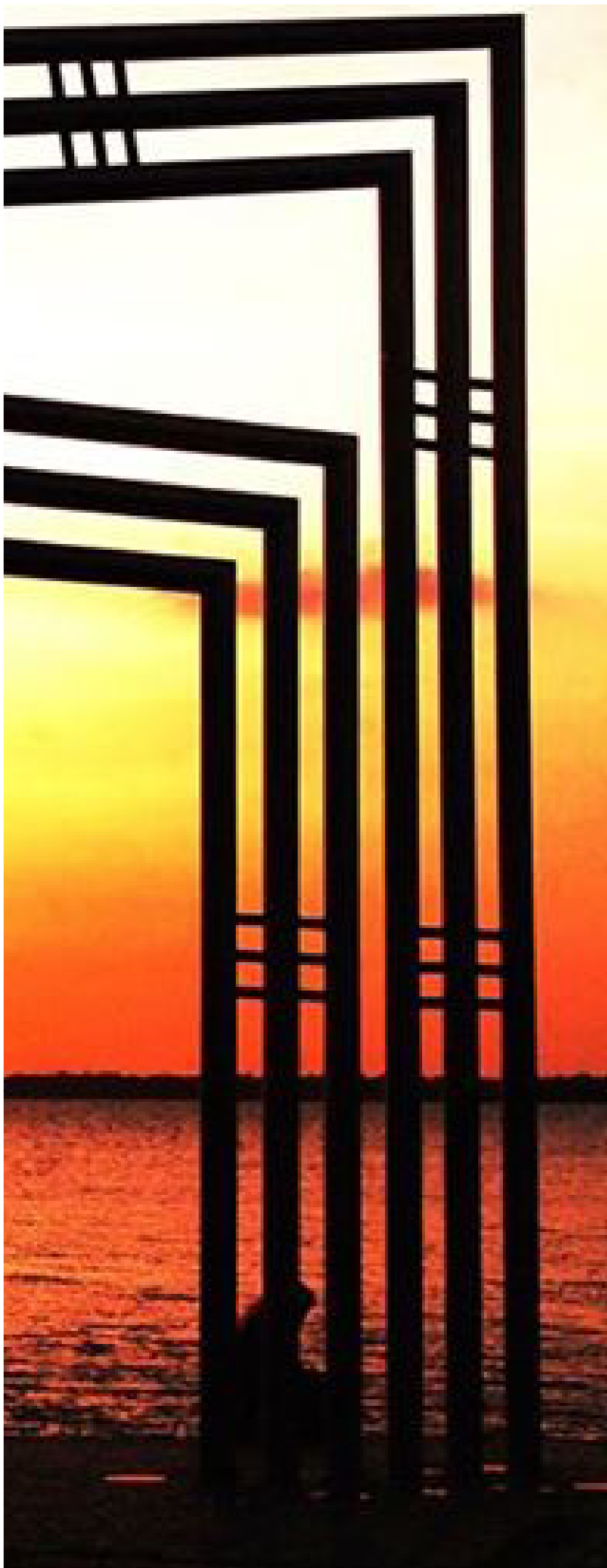
É o relatório.

Belém, 10 de maio de 2016.

Reinaldo dos Santos Valino
Coordenador

Ana Paula Cruz Maciel
Membro

Sônia Abreu da Silva Elias
Membro



12

ANEXOS

PORTAL DA AMAZÔNIA

Foto: Rodrigo Lima

12. ANEXOS

12.1 DOCUMENTOS EMITIDOS

REFERÊNCIA	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	JUNTADO AO PROCESSO 2016/50520-6
Ofício nº 2015/03696-ACG-2015	AGE	Controle sobre Obras Públicas.	Fls. 97 a 98, vol.4
Ofício nº 2015/03697-ACG-2015	AGE	Controle sobre pessoas inadimplentes com o estado.	Fls. 99 a 100, vol.4
Ofício nº 2015/03698-ACG-2015	AGE	Controle sobre as transferências voluntárias de recursos via Convênios.	Fls. 101 a 102, vol.4
Ofício nº 2016/00463-ACG- 2015	Cosanpa	Demonstrações Contábeis.	Fls. 305, vol.4
Ofício nº 2016/00464-ACG- 2015	Banpará	Demonstrações Contábeis.	Fls. 307 vol.4
Ofício nº 2016/00465-ACG- 2015	CIA GÁS	Demonstrações Contábeis.	Fls. 308, vol.4
Ofício nº 2016/00485-ACG- 2015	Codec	Demonstrações Contábeis.	Fls. 309, vol.4
Ofício nº 2016/00770-ACG- 2015	Sefa	Cópia do Termo de Compromisso pactuado entre o governo do estado do Pará, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes e a Empresa Vale S.A e lançamentos contábeis.	Fls. 397, vol.4
Ofício nº 2016/00960-ACG- 2015	Ceasa	Divergências entre os valores das Demonstrações Contábeis e os registrados no SIAFEM.	Fls. 1 a 8, vol.5
Ofício nº 2016/00961-ACG- 2015	Codec	Divergências entre os valores das Demonstrações Contábeis e os registrados no SIAFEM.	Fls. 9 a 12, vol.5
Ofício nº 2016/00963-ACG- 2015	Cohab	Divergências entre os valores das Demonstrações Contábeis e os registrados no SIAFEM.	Fls. 13 a 15, vol.5
Ofício nº 2016/00964-ACG- 2015	CPH	Divergências entre os valores das Demonstrações Contábeis e os registrados no SIAFEM.	Fls. 16 a 18, vol.5
Ofício nº 2016/00966-ACG- 2015	Emater	Divergências entre os valores das Demonstrações Contábeis e os registrados no SIAFEM.	Fls. 19 a 21, vol.5
Ofício nº 2016/00967-ACG- 2015	Paratur	Divergências entre os valores das Demonstrações Contábeis e os registrados no SIAFEM.	Fls. 22 a 24, vol.5
Ofício nº 2016/00968-ACG- 2015	Prodepa	Divergências entre os valores das Demonstrações Contábeis e os registrados no SIAFEM.	Fls. 25 a 28, vol.5
Ofício nº 2016/00988-ACG- 2015	Sefa	Divergências entre os valores das Demonstrações Contábeis e os registrados no SIAFEM.	Fls. 29 a 40, vol.5
Ofício nº 2016/01046-ACG- 2015	Igprev	Justificativas sobre o crescimento na arrecadação das Contribuições para Assistência Médica do servidor Vinculado ao RPPS e a redução da contribuição patronal do servidor ativo vinculado RPPS.	Fl. 41, vol.5
Ofício nº 2016/01047-ACG- 2015	Iasep	Justificativa sobre a redução na arrecadação da contribuição patronal ao Plano de Assistência Médica do servidor – PAS.	Fl. 42, vol.5
Ofício nº 2016/01049-ACG- 2015	Alepa	Justificativa sobre o crescimento na arrecadação das Contribuições dos Segurados, aposentados e Pensionistas e a redução na contribuição patronal do Ipalep.	Fl. 43, vol.5
Ofício nº 2016/01063-ACG- 2015	Sefa	Informações/esclarecimentos questionados nos Anexos I, II, III e IV do Ofício.	Fls. 44 a 51, vol.5

12.2 DOCUMENTOS RECEBIDOS

REFERÊNCIA	ASSUNTO	SITUAÇÃO: JUNTADO AO PROCESSO 2016/50520-6
Ofício AGE Nº 788/2015-GAB AGE Expediente-2015/11823-7	Reporta-se à Resolução nº 18.711/2014.	Fls.14 a 76 vol. 4.
Ofício AGE Nº 884/2015-GAB AGE Expediente-2015/12941-5	Complementa o Ofício AGE Nº 788/2015-GAB.	Fls.79 a 96 vol. 4.

REFERÊNCIA	ASSUNTO	SITUAÇÃO: JUNTADO AO PROCESSO 2016/50520-6
Ofício AGE Nº 947/2015-GAB AGE Expediente-2016/00145-0	Complementa o Ofício AGE Nº 788/2015-GAB.	Fls.104 a 110 vol. 4.
Ofício AGE Nº 022/2016-GAB AGE Expediente-2016/00298-5	Reporta-se aos Ofícios Nº 2015/03696-ACG-2015; Nº 2015/03697; Nº 2015/03698.	Fls.113 a 304 vol. 4.
Ofício nº 011/2016-GAB/PRES Banpará Expediente-2016/02050-2	Reporta-se ao Ofício nº 2016/00464-ACG-2015.	Fls.311 a 344 vol. 4.
Ofício nº 042/2016-DAF Codec/PA Expediente-2016/02142-5	Reporta-se ao Ofício nº 2016/00485-ACG-2015.	Fls.346 a 363 vol. 4.
Ofício nº 117-P/2016 Cosanpa Expediente-2016/02124-3	Reporta-se ao Ofício nº 2016/00463-ACG-2015.	Fls.365 a 371 vol. 4.
Ofício nº 004/2016-GP/PA Cia de Gás do Pará Expediente-2016/02148-0	Reporta-se ao Ofício nº 2016/00465-ACG-2015.	Fls.373 a 389 vol. 4.
Ofício nº 135-P/2016 Cosanpa Expediente-2016/02587-8	Complementa o Ofício nº 117-P/2016.	Fls.391 a 396 vol. 4.
Ofício nº 202/2016-/GS/Sefa Sefa Expediente-2016/03432-5	Reporta-se ao Ofício nº 2016/00770-ACG-2015.	Fls.401 a 405 vol. 4.
Ofício nº 072/2016-GP CPH Expediente-2016/04153-5	Reporta-se ao Ofício nº 2016/00964-ACG-2015.	Fls. 53 a 67 vol. 5
Ofício nº 061/2016DAFI/Setur Paratur Expediente-2016/04154-6	Reporta-se ao Ofício nº 2016/00967-ACG2015 e solicita prorrogação de prazo.	Fls. 69 vol. 5
Ofício nº 0336/2016-PRESI Cohab Expediente-2016/04202-8	Reporta-se ao Ofício nº 2016/00963-ACG-2015.	Fls. 72 a 74 vol. 5
Ofício nº 461/2016-GP/ Igeprev Expediente-2016/04209-4	Reporta-se ao Ofício nº 2016/01046-ACG-2015.	Fls. 76 vol. 5
Ofício nº 056/2016 Ceasa/PA Expediente-2016/04210-8	Reporta-se ao Ofício nº 2016/00960-ACG-2015.	Fls. 80 a 82 vol. 5
Ofício nº 187/2016-GAB PRES Prodepa Expediente-2016/04214-1	Reporta-se ao Ofício nº 2016/00968-ACG-2015.	Fls. 84 a 87 vol. 5
Ofício PRESI nº 288/2016 Emater Expediente-2016/04215-2	Reporta-se ao Ofício nº 2016/00966-ACG-2015, e solicita prorrogação de prazo.	Fls. 89 a 105 vol. 5
Ofício nº 094/2016-DAF- Codec Expediente-2016/04217-4	Reporta-se ao Ofício nº 2016/00961-ACG-2015.	Fls. 107 a 109 vol. 5
Ofício nº 253/2016-/GS/Sefa Sefa Expediente-2016/04263-0	Reporta-se ao Ofício nº 2016/00988-ACG-2015.	Fls. 111 a 118 vol. 5
Ofício nº 00602/2016-/Ga. Pres Iasep Expediente-2016/04272-0	Reporta-se ao Ofício nº 2016/01047-ACG-2015.	Fls. 120 vol. 5
Ofício nº 066/2016DAFI/Setur Paratur Expediente-2016/04332-6	Reporta-se ao Ofício nº 2016/00967-ACG-2015.	Fls. 122 vol. 5
Ofício nº 0024/2016 Cosepar/Alepa Expediente-2016/04342-8	Reporta-se ao Ofício nº 2016/01049-ACG-2015, e solicita prorrogação de prazo.	Fls. 124 vol. 5
Ofício nº 470/2016-GP/ Igeprev Expediente-2016/04344-0	Reporta-se ao Ofício nº 2016/01046-ACG-2015.	Fls. 126 a 130 vol. 5

REFERÊNCIA	ASSUNTO	SITUAÇÃO: JUNTADO AO PROCESSO 2016/50520-6
Ofício nº 487/2016-GP/ Igeprev Expediente-2016/04380-3	Reporta-se ao Ofício nº 2016/01046-ACG-2015.	Fls. 132 vol. 5
Ofício nº 263/2016-/GS/Sefa Sefa Expediente-2016/04433-0	Reporta-se ao Ofício nº 2016/001063-ACG-2015.	Fls. 134 a 136 vol. 5
Ofício PRESI nº 325/2016 Emater Expediente-2016/04538-7	Reporta-se ao Ofício nº 2016/00966-ACG-2015.	Fls. 138 a 139 vol. 5
Ofício nº 125/2016-GP Alepa Expediente-2016/04605-1	Reporta-se ao Ofício nº 2016/01049-ACG-2015.	Fls. 141 a 150 vol. 5

12.3. SIGLAS E ABREVIATURAS

SIGLA / ABREVIATURA	DENOMINAÇÃO
AC	Ativo Circulante
ACG	Análise das Contas do Governo
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
Adepará	Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
Adin	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AGE	Auditoria Geral do Estado
AH	Análise Horizontal
Alepa	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
AMF	Anexo de Metas Fiscais
Arcon	Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará
ARF	Anexo de Riscos Fiscais
ARO	Antecipação de Receita Orçamentária
Art.	Artigo
Asipag	Ação Social Integrada do Palácio do Governo
AV	Análise Vertical
Bacen	Banco Central do Brasil
Banpará	Banco do Estado do Pará S/A
BGE	Balanço Geral do Estado
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BO	Business Objects
Caged	Cadastro Geral de Emprego e Desemprego
Cazbar	Companhia Administrativa da Zona de Processamento de Exportação - Barcarena
CBM	Corpo de Bombeiros Militar
CDI	Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará
CE	Constituição Estadual
Ceasa	Centrais de Abastecimento do Pará S/A.
CF	Constituição Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFE	Coefficiente Financeiro Extraorçamentário

SIGLA / ABREVIATURA	DENOMINAÇÃO
CFFO/ALEPA	Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentário da Assembleia Legislativa do Estado do Pará
CFO	Coeficiente Financeiro Orçamentário
CGE	Consultoria Geral do Estado
CGP	Companhia de Gás do Pará
Cia	Companhia
Cide	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Codec	Companhia de Desenvolvimento Econômico
Cofins	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
Cohab	Companhia de Habitação do Estado do Pará
Confaz	Conselho Nacional de Política Fazendária
Cosanpa	Companhia de Saneamento do Pará
CPC	Centro de Perícias Científicas Renato Chaves
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPH	Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará
CMN	Conselho Monetário Nacional
Credpará	Programa de Microcrédito Solidário do Governo do Pará
CTN	Código Tributário Nacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DAB	Departamento de Atenção Básica
Datusus	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DC	Dívida Consolidada
DCASP	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DCL	Dívida Consolidada Líquida
DEA	Despesas de Exercícios Anteriores
Detran	Departamento de Trânsito do Estado do Pará
DF	Dívida Fundada
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
Disp	Disponibilidade
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOCC	Despesa Obrigatória de Caráter Continuado
DOE	Diário Oficial do Estado
DP	Defensoria Pública
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DP	Defensoria Pública
DTP	Despesa Total com Pessoal
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
EGPA	Escola de Governo do Estado do Pará
EGPA	Escola de Governança Pública do Estado do Pará
ELP	Exigível a Longo Prazo
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
Estoq.	Estoque
Fapespa	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa
Fasepa	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará
FASPM	Fundo de Assistência Social da Polícia Militar
FCG	Fundação Carlos Gomes
FCPTN	Fundação Cultural do Pará "Tancredo Neves"
FCP	Fundação Cultural do Estado Pará
FCV	Fundação Curro Velho
FDE	Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado

SIGLA / ABREVIATURA	DENOMINAÇÃO
Feas	Fundo Estadual de Assistência Social
Fehis	Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social
FES	Fundo Estadual de Saúde
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHCGV	Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas "Gaspar Vianna"
Fisp	Fundo de Investimento de Segurança Pública
FSCMP	Fundação da Santa Casa de Misericórdia do Pará
FJP	Fundação João Pinheiro
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPE	Fundo de Participação dos Estados
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Funsau	Fundo de Saúde da Polícia Militar
Funtelpa	Fundação Paraense de Radiodifusão
Gás do Pará	Companhia de Gás do Pará
GI	Grau de Imobilização
GP	Gestão de Programas
GP Pará	Sistema de Gestão de Programas do Estado do Pará
GS	Gabinete da Secretária
Hemopa	Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará
HOL	Hospital Ophir Loyola
IAP	Instituto de Artes do Pará
IARP	Índice de Autossuficiência da Receita Própria
Iasep	Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto S/ Oper. Rel à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
Ideflor Bio	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
Idesp	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
Iduso	Identificador de uso
Igeprev	Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
Imetro	Instituto de Metrologia do Estado do Pará
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social
IOE	Imprensa Oficial do Estado
Ipalep	Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa do Pará
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPL	Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRNC	Índice de Imobilização dos Recursos Não Correntes
IRP	Índice de Receita Própria
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ITCMD	Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos
Iterpa	Instituto de Terras do Estado do Pará
JME	Justiça Militar do Estado do Pará
Jucepa	Junta Comercial do Estado do Pará
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIQ.	Líquida
LOA	Lei Orçamentária Anual
Loterpa	Loteria do Estado do Pará

SIGLA / ABREVIATURA	DENOMINAÇÃO
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MAP	Monitoramento e Avaliação de Programas
Mcasp	Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MDF	Manual de Demonstrativos Fiscais
MDIC/Secex	Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEP	Método de Equivalência Patrimonial
MOG	Ministério do Estado de Orçamento e Gestão
MP	Ministério Público
MPC-PA	Ministério Público de Contas do Estado do Pará
MPCM-PA	Ministério Público de Contas dos Municípios do Pará
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAC	Núcleo de Articulação e Cidadania
NAF	Núcleo Administrativo e Financeiro
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NBCT	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica
NGPM	Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito
NGPR	Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural
NGTM	Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano
NL	Nota de Lançamento
OGE	Orçamento Geral do Estado
PAS	Plano de Assistência a Saúde
Paratur	Companhia Paraense de Turismo
Pasep	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
Pass.	Passivo
PC	Passivo Circulante
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCE	Procedimentos Contábeis Específicos
PCP	Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PEA	População Economicamente Ativa
Petrobrás	Petróleo Brasileiro S/A
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PL	Patrimônio Líquido
PLDO	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PM/PA	Polícia Militar do Estado do Pará
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar
POC	População Ocupada
PPA	Plano Plurianual de Ação Governamental
Prodepa	Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará
QAO	Quociente da Atividade Operacional
QCAD	Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida
QED	Quociente da Execução da Despesa
QFL	Quociente do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais em Relação ao Resultado Patrimonial
QRO	Quociente do Resultado Orçamentário
QRVP	Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais
QSF	Quociente da Situação Financeira

SIGLA / ABREVIATURA	DENOMINAÇÃO
RCL	Receita Corrente Líquida
RES. OPER.	Resultado Operacional
RI	Região de Integração
Risp	Regiões Integradas de Segurança Pública e Defesa Social
RGF	Relatório de Gestão Fiscal
RLP	Realizável a Longo Prazo
RLRI	Receita Líquida Resultante de Impostos
RMB	Região Metropolitana de Belém
RPPS	Regime Próprio de Previdência do Servidor
RREO	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Sagri	Secretaria de Estado de Agricultura
Sead	Secretaria de Estado de Administração
Seaster	Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
Secex	Secretaria de Controle Externo
Secom	Secretaria de Estado de Comunicação
Sectet	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica
Secult	Secretaria de Estado de Cultura
Sedap	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca
Sedeme	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia
Sedop	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas
Seduc	Secretaria de Estado de Educação
Seel	Secretaria de Estado de Esporte e Lazer
Sefa	Secretaria de Estado da Fazenda
Segup	Secretaria de Estado de Segurança Pública
Seinfra	Secretaria Especial de Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável
Sejudh	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
Semas	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEO	Sistema de Execução Orçamentária
Seop	Secretaria de Estado de Obras Públicas
Sepaq	Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura
Seplan	Secretaria de Estado de Planejamento
Sepof	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
Sespa	Secretaria de Estado de Saúde Pública
Seter	Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda
Setran	Secretaria de Estado de Transportes
Setur	Secretaria de Estado de Turismo
Siafem	Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios
Siconp	Sistema de Controle Preventivo
Siconp-MAP	Metodologia do Sistema de Controle Preventivo
Sieds	Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social
Simas	Sistema Integrado de Materiais e Serviços
Sinase	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
Sisp	Sistema Integrado de Segurança Pública
STF	Supremo Tribunal Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
Susipe	Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará

SIGLA / ABREVIATURA	DENOMINAÇÃO
S/A	Sociedade Anônima
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCM	Tribunal de Contas dos Municípios
TCU	Tribunal de Contas da União
TFRM	Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários
TJE	Tribunal de Justiça do Estado
Uepa	Universidade do Estado do Pará
UG	Unidade Gestora
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VA	Valor Adicionado
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas
Var.	Variação

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1 – Dados Gerais do Estado do Pará – 2015	23
Tabela 1.2 – Composição do PIB do Pará sob a Ótica da Produção 2010-2013.....	24
Tabela 1.3 - PIB per Capita dos Estados da Região Norte - 2013	25
Tabela 1.4 - Participação dos Setores Econômicos no Valor Adicionado Estadual 2013	26
Tabela 1.5 – Ranking dos municípios com maiores participação no PIB estadual – 2012-2013	26
Tabela 1.6 - Balança Comercial do Estado do Pará - 2011-2015.....	27
Tabela 1.7 – Saldo de Empregos no Brasil, Região Norte e no Pará – 2015	28
Tabela 1.8 – Movimento do Mercado de Trabalho no Pará, por setores 2014-2015	28
Tabela 1.9 - Expectativa de vida dos indivíduos menores de 1 ano de idade no Pará e nas suas Regiões de Integração – 2014 e 2015.....	33
Tabela 1.10 – PIB per capita, a Preços de Mercado Corrente, segundo RI do Pará, 2010-2013.....	34
Tabela 1.11 – Coeficiente de Gini do PIB para o Estado do Pará e Região de Integração, 2010 – 2013.....	35
Tabela 1.12 – Número de Pessoas Abaixo da Linha de Pobreza (em 1.000 pessoas) para o Brasil, Região Norte, Pará e Região Metropolitana, 2011 - 2014.....	36
Tabela 1.13 - Percentual da PEA desocupada (Taxa de Desocupação) no Brasil, Região Norte, Pará e Região Metropolitana de Belém, 2012-2014 (em 1.000 pessoas)	37
Tabela 1.14 – Taxa de Alfabetização, Matrícula Combinada e Média entre as taxas, 2011-2014	38
Tabela 1.15 – Indicadores de Saúde previstos pela Lei 6.836/2006 (2014 – 2015)	40
Tabela 1.16 – Percentual de domicílios com abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo para o Brasil, Região Norte, Pará e Região Metropolitana de Belém nos anos de 2009 e 2011 a 2014.	42
Tabela 1.17 – Estimativa dos Componentes do Déficit Habitacional 2009 - 2014	44
Tabela 1.18 – Percentual de Pessoas Vivendo em Domicílios Improvisados, 2007-2014	46
Tabela 1.19 - Total de registros e ocorrências per capita (para grupos de 100.000 hab.)	47
Tabela 1.20 - Comparativo e variação percentual de Crimes Reativos na RMB (1ª e 2ª Risp)	48
Tabela 1.21 – Comparativo e variação percentual de Crimes Reativos no interior (3ª à 15ª Risp)	48
Tabela 1.22 – Comparativo e variação percentual de Crimes Reativos no estado do Pará	48
Tabela 1.23 - Comparativo e variação percentual de crimes proativos na RMB (1ª e 2ª Risp)	49
Tabela 1.24 - Comparativo e variação percentual de crimes proativos no interior (3ª a 15ª Risp)	49
Tabela 1.25 – Comparativo e variação percentual de crimes proativos no estado do Pará	49
Tabela 1.26 – Percentual de domicílios particulares permanentes com posse de computador e acesso à internet – Brasil, Norte, Pará e RMB, 2007 – 2014.....	50
Tabela 4.1 - Revisão do PPA 2012-2015 - ano-base 2015, por Poder e Área de Governo	82
Tabela 4.2 - Comparativo do PPA 2012-2015 original com a Revisão ano-base 2015.	83

Tabela 4.3 Percentual dos Indicadores das metas alcançadas e não alcançadas, por área de governo - 2015	84
Tabela 4.4 - Percentual das metas alcançadas e não alcançadas das ações dos programas do PPA, por área de governo – 2015	85
Tabela 4.5 - Comparativo de valores do PPA 2012-2015, ano-base 2015, e da LOA/2015, por Poder	86
Tabela 4.6 - Comparativo entre o PPA 2012-2015, ano-base 2015, e a LOA/2015, por programa e área de governo do Poder Executivo.	87
Tabela 4.7 - Audiências Públicas Realizadas para elaboração da LOA/2015.....	94
Tabela 4.8 - Receita e Despesa por tipo de Orçamento - 2015.....	95
Tabela 4.9 - Programação da Receita LOA x Siafem - 2015	99
Tabela 4.10 - Orçamento por Fonte de Recursos- 2015	100
Tabela 4.11 - Superávit e Déficit Presumível - 2015.....	100
Tabela 4.12 - Demonstrativo da Receita e Despesa por Natureza - 2015	101
Tabela 4.13. Receita estimada por Categoria Econômica – 2015	102
Tabela 4.14 - Demonstrativo do Grupo de Despesa por tipo de Administração - 2015	102
Tabela 4.15 - Orçamentos de Investimentos por Empresa e Fonte de recursos - 2015	103
Tabela 5.1 - Créditos Adicionais, Acréscimos e Reduções dos Poderes e do MP – 2015.....	108
Tabela 5.2 - Limite de Abertura de Créditos Suplementares - 2015	108
Tabela 5.3 - Receita Bruta realizada e Deduções – 2015	110
Tabela 5.4 - Receita Prevista x Realizada - 2013 a 2015.....	111
Tabela 5.5 – Receitas Orçamentárias Previstas e Realizadas por Categoria Econômica e Origem - 2015	112
Tabela 5.6 - Receita Tributária – 2015.....	113
Tabela 5.7 – Receita de Transferências Correntes - 2015	114
Tabela 5.8 – Receita de Contribuições – 2015.....	117
Tabela 5.9 – Receita de Operações de Crédito - 2015	119
Tabela 5.10 – Receita por Tipo de Administração – 2015	120
Tabela 5.11 – Receita Própria do Estado – 2015	121
Tabela 5.12 - Comportamento da Receita Própria – 2013 a 2015	122
Tabela 5.13 – Evolução da Receita Arrecadada – 2013 a 2015	123
Tabela 5.14 - Despesas por Função.....	125
Tabela 5.15 - Detalhamento da função Saneamento	127
Tabela 5.16 - Despesas por Função - Detalhamento Despesas Intraorçamentárias	128
Tabela 5.17 - Despesas por Programa.....	129
Tabela 5.18 - Programas Finalísticos do Poder Executivo 2015.....	130
Tabela 5.19 - Programas Finalísticos de menor desempenho orçamentário - 2015.....	132
Tabela 5.20 - Saneamento: Programas e Ações.....	133

Tabela 5.21 - Ações não realizadas.....	135
Tabela 5.22 - Ações sem Programas.....	137
Tabela 5.23 - Outros Encargos.....	138
Tabela 5.24 - Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza - Consolidado	138
Tabela 5.25 - Despesas por Categoria Econômica e Grupo de Natureza - Poder Executivo – 2013 a 2015	139
Tabela 5.26 - Despesas por Categoria Econômica e Grupo de Natureza do Poder Executivo - 2015	140
Tabela 5.27 - Receitas x Despesas por Fonte de Recursos	141
Tabela 5.28 - Despesas por Fonte de Recursos	142
Tabela 5.29 - Detalhamento Receitas x Despesas por Fonte de Recursos -2015.....	142
Tabela 5.30 - Diferenças apuradas entre Superávit Orçamentário x Superávit Financeiro	143
Tabela 5.31 - Despesas Custeadas por Operações de Crédito	146
Tabela 5.32 - Despesas Custeadas por Operações de Crédito Externas.....	146
Tabela 5.33 Programas Afetados pela Não Realização de Operações de Crédito Externas.....	147
Tabela 5.34 - Despesas Custeadas por Operações de Crédito Internas	148
Tabela 5.35 - Programas Afetados pela Não Realização de Operações de Crédito Internas.....	149
Tabela 5.36 - Despesas do Poder Executivo Custeadas por Transferências de Convênios - 2015	150
Tabela 5.37 - Detalhamento da Fonte Transferências Recebidas, mediante convênio celebrado pelo Poder Executivo – 2015.....	151
Tabela 5.38 - Programas afetados pela não realização de Receitas de Transferências de Convênios	151
Tabela 5.39 - Despesas de Exercícios Anteriores por Poder – 2013 a 2015	153
Tabela 5.40 - Execução Orçamentária de DEA – 2013 a 2015.....	153
Tabela 5.41 - Despesas de Exercícios Anteriores – Poder Executivo.....	154
Tabela 5.42 - Composição Orçamentária de DEA do Poder Executivo – 2015	155
Tabela 5.43 - Fixações Orçamentárias de DEA do Poder Executivo - 2015	155
Tabela 5.44 – Disponibilidade Financeira em 2014 e DEA em 2015	156
Tabela 5.45 - DEA por Unidades Gestoras	157
Tabela 5.46 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos.....	161
Tabela 5.47 - Transferências do Poder Executivo a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 2013-2015	161
Tabela 5.48 - Transferências a Instituições Privadas 2015	163
Tabela 5.49 - Transferências a Municípios por Modalidade de Aplicação e Categoria Econômica	165
Tabela 5.50 - Transferências a Municípios (40) - Despesas Correntes.....	166
Tabela 5.51 - Transferências a Municípios (40) - Despesas de Capital	167
Tabela 5.52 - Transferências a Municípios Fundo a Fundo (41).....	168
Tabela 5.53 - Execução Delegada aos Municípios (42).....	169
Arrecadação de Receitas - TFRM.....	170
Tabela 5.54 - Execução de Despesas com recursos da TFRM	170

Tabela 5.55 - Ações realizadas com recursos da TFRM	171
Tabela 5.56 – Orçamento de Investimento das Empresas Controladas – 2015	172
Tabela 5.57 – Execução do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas - 2015.	173
Tabela 6.1 – Balanço Financeiro - Consolidado	183
Tabela 6.2 - Fluxo de Caixa Real	184
Tabela 6.3 - Formação da Dívida Ativa Tributária - 2013-2015	197
Tabela 6.4 - Participação Societária do Estado nas Empresas Controladas	198
Tabela 6.5 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – 2015	209
Tabela 6.6 - Balanço Patrimonial Consolidado Das Empresas Controladas – 2014 e 2015.....	211
Tabela 6.7 - Resultado Consolidado do Exercício das Empresas Controladas 2014 e 2015	213
Tabela 6.8 - Gestão Econômica e Financeira das Empresas Controladas - 2014-2015.....	214
Tabela 6.9 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	216
Tabela 6.10 - Coeficientes das Empresas Controladas 2013 – 2015.....	217
Tabela 7.1 - Receita Corrente Líquida - 2015	225
Tabela 7.2 - Despesa com Pessoal Consolidado do Governo do Estado - 2015	227
Tabela 7.3 - Despesa Com Pessoal Poder Executivo - 2015	228
Tabela 7.4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida 2015	229
Tabela 7.5 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do RPPS 2015	230
Tabela 7.6 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores – 2015	231
Tabela 7.7 - Demonstrativo das Operações de Crédito 2015.....	232
Tabela 7.8 – Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital - 2015 ..	233
Tabela 7.9 – Demonstrativo Consolidado da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar 2015	235
Tabela 7.10 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar do RPPS	237
Tabela 7.11–Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar do Poder Executivo – 2015	237
Tabela 7.12 - Resultado Primário - 2015.....	240
Tabela 8.1 – Gastos na manutenção e Desenvolvimento do Ensino 2013 a 2015	247
Tabela 8.2 – Despesas com publicidade 2013 a 2015	251

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1 - Participação dos Estados no PIB Região Norte – 2012-2013.....	24
Gráfico 1.2 - Saldo de Empregos Paraenses de Janeiro a Dezembro - 2015	29
Gráfico 4.1 – Compatibilidade entre PPA 2015 e LOA 2015, por área de governo.....	86
Gráfico 4.2 - Receita e Despesa por tipo de Orçamento - 2015	96
Gráfico 5.1 – Evolução de DEA em relação às demais despesas – 2013 a 2015	155
Gráfico 5.2 – DEA por Unidades Gestoras Agrupadas – 2015	159
Gráfico 6.1 – Execução Orçamentária das Receitas e Despesas - 2015	178
Gráfico 6.2 - Resultados Orçamentários Consolidados 2013-2015	180
Gráfico 6.3 - Evolução do IRP e IARP - 2013-2015	182
Gráfico 6.4 - Apuração do resultado financeiro do orçamento por fonte.....	184
Gráfico 6.5 - Análise vertical dos subgrupos do Ativo e do Passivo.....	188
Gráfico 6.6 - Análise horizontal dos subgrupos do Ativo	189
Gráfico 6.7 - Análise horizontal dos subgrupos do Passivo	190
Gráfico 6.8 - Análise horizontal dos itens patrimoniais sobre a ótica orçamentária	192
Gráfico 6.9 - Evolução do Saldo da Dívida Ativa 2013 a 2015.....	196
Gráfico 6.10 - Demonstração das Variações Patrimoniais Resumida – 2013 a 2015.....	202
Gráfico 6.11 - Resultado Patrimonial Consolidado 2013 – 2015.....	203
Gráfico 6.12 - Fluxo de Caixa Líquido por Atividade	207
Gráfico 8.1 – Gastos na manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em percentual da RLRI - 2013 a 2015	248

**APRECIÇÃO DO
PARECER PRÉVIO**

RELATÓRIO DAS CONTAS ANUAIS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ- EXERCÍCIO DE 2015

O Tribunal de Contas do Estado do Pará realiza hoje, em sessão extraordinária, a apreciação das contas do chefe do Poder Executivo, pertinentes ao exercício financeiro de 2015, cumprindo com sua competência estabelecida na Constituição Estadual, art. 116, inciso I, ao emitir Parecer Prévio, cujo caráter é opinativo, já que o julgamento compete à douta Casa Legislativa deste Estado.

Em obediência ao art. 15, inciso XLII do Regimento Interno desta Corte de Contas, foi-me atribuída a competência para relatar o processo de prestação de contas do governo de 2015, de responsabilidade do Exceletíssimo Senhor Governador SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE.

As contas de governo foram prestadas neste Tribunal no dia 04 de abril de 2016, portanto dentro do prazo previsto na Constituição do Estado do Pará, art. 135, inciso XIX, haja vista que a Lei Complementar nº 81/2012, art. 30, § 3º, dispõe que o prazo será considerado cumprido com a remessa das contas ao Tribunal de Contas do Estado.

O Processo está em ordem, teve tramitação regular e contém os elementos exigidos pelo Regimento Interno, art. 98, destacando-se, entre eles, o Balanço Geral do Estado e relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

Destaco que a análise realizada nas contas de governo não alcança as contas dos ordenadores de despesa dos órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública do Estado, as quais serão matérias de exame e julgamento próprios nesta Corte.

A análise das contas do governador foi efetuada por Comissão, com o apoio de grupo de trabalho, ambos designados por meio da Portaria nº 30.918, de 31 de março de 2016, cuja atribuição principal foi a elaboração do relatório de natureza técnica e informativa, constante das fls. 01 a 152 do volume VI.

Neste ano, especialmente quando se comemora os 400 anos de Belém, que carinhosamente é conhecida como “Cidade das Mangueiras” ou “Cidade Morena”, homenageamos a nossa querida capital paraense com a ilustração de obras que representam pontos turísticos na capa do relatório, bem como a edição de texto na contracapa.

Mas, a homenagem precípua desta Corte de Contas à Metrópole da Amazônia é exercer com rigor e excelência o papel que a Constituição Federal lhe atribui, zelando pela correta e regular gestão dos recursos públicos aplicados em serviços e obras para a melhoria da vida de todos os belenenses.

O relatório apresenta análises sobre a elaboração dos balanços; a observância das normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos estaduais, além da realização do monitoramento das recomendações feitas na prestação de contas referente ao exercício anterior. Neste último, cabe destacar o esforço demonstrado pelo governo do estado, que por intermédio de sua equipe técnica, diversas vezes reuniram-se com os técnicos deste Tribunal, para discutir ponto a ponto cada recomendação.

As análises sintetizadas serão apresentadas a seguir, destacando tópicos importantes constantes do relatório ora submetido ao Pleno deste Tribunal.

CENÁRIO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ

As principais informações econômicas e sociais foram extraídas dos dados publicados pelo IBGE e pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (Fapespa), bem como os dados do Relatório do Mapa da Exclusão Social, o qual, embora desobrigado de compor a prestação de contas, conforme alterações da Lei nº 6.836/2006, foi encaminhado pelo Chefe de governo.

Em 2015 observou-se superávit da balança comercial paraense da ordem de U\$ 9,3 bilhões, porém, inferior ao de 2014, de U\$ 13,2 bilhões;

Registrou-se a perda de aproximadamente 38 mil vínculos de empregos formais no Pará em 2015, como consequência da conjuntura nacional desfavorável e do fim dos ciclos da construção civil, pela conclusão de grandes projetos hidrelétricos e habitacionais.

Os indicadores avaliados no Mapa de Exclusão Social revelam resultados favoráveis e desfavoráveis e, em geral, ratificam a necessidade de mais investimentos e ações, de modo a assegurar à população paraense atingida por vulnerabilidades o acesso a serviços essenciais e a uma qualidade de vida que observe padrões mínimos em termos de saúde, alimentação, educação, emprego, renda, moradia, segurança e outras garantias elementares previstas na Constituição Federal.

CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

A abordagem sobre o controle interno do Poder Executivo focou principalmente nos instrumentos de controle disponíveis, capazes de corrigir erros e evitar desperdícios, voltados à gestão de obras, transferências de recursos voluntários e inadimplentes, bem como a disponibilidade deles quanto à viabilização do exercício do controle externo e do controle social.

Ao final das análises, constatou-se que inexistente um sistema informatizado para gestão integrada das obras públicas do Poder Executivo. O controle instituído demonstrou-se inadequado, uma vez que não é capaz de gerir e controlar o volume de recursos utilizado, a quantidade de obras e a multiplicidade de pessoas, atos e documentos que participam do processo, assim como não disponibiliza informações suficientes e atualizadas aos órgãos fiscalizadores e ao público geral, dificultando o exercício do controle externo e social.

O controle das transferências voluntárias utilizado demonstrou-se insuficiente, tanto por não ser capaz de fornecer as informações necessárias para a gestão e controle dos recursos repassados, quanto por não ter sido aperfeiçoado para atender à evolução normativa, que estabeleceu controles mais rígidos e detalhados.

A forma de controle de inadimplentes adotada apresenta-se incipiente, pois não impede que pessoas físicas e jurídicas, consideradas devedoras no Estado e fora dele, participem ou se beneficiem de operações que envolvam a utilização de recursos públicos do estado do Pará.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

O Plano Plurianual 2012-2015 revisado para o exercício de 2015, por meio da Lei nº 8.094/2014, contemplou 651 ações, das quais 637 pertencem a 66 programas finalísticos e 14 ações pertencem a 1 programa de

manutenção da gestão. A revisão não estabeleceu as ações da agenda mínima como prioritárias do Governo para esse exercício.

Os programas finalísticos são compostos por 130 indicadores e 500 ações. Desses, 45 indicadores alcançaram o índice de meta programada e 177 ações atingiram a meta física planejada.

Foram realizadas audiências públicas, no processo de elaboração e discussão da LOA para o exercício de 2015, cumprindo a determinação contida na LRF. Em relação à conformidade do conteúdo dos demonstrativos que devem constituir o Orçamento Geral do Estado por força da LRF, art. 5º, incisos I e II, e da LDO, art. 13, incisos V e X, constatou-se inconsistência em 03 demonstrativos.

Ressalta-se que o Anexo de Metas Fiscais da LDO, contemplou os 09 Demonstrativos exigidos pela LRF, porém apenas 01 Demonstrativo está em conformidade com o que estabelece a lei e o Manual de Demonstrativos Fiscais, da STN.

EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

O orçamento do Estado foi aprovado inicialmente em R\$20,8 bilhões. Após a abertura de créditos suplementares, acréscimos e reduções, a dotação autorizada totalizou R\$23,3 bilhões.

A Receita arrecadada no exercício (R\$ 21,2 bilhões) apresentou frustração de 8,9% em relação à previsão atualizada (R\$23,3 bilhões). Essa frustração foi superior em 3,5 p.p comparada a 2014, porém inferior em 1,54 p.p comparada ao exercício de 2013.

Da Receita Própria, a Receita Tributária foi a que teve maior desempenho. Porém, tendo sido arrecadada em R\$10,1 bilhões, ficou aquém da expectativa gerada para o exercício (R\$10,5 bilhões);

O ICMS realizado no valor de R\$8 bilhões representou a parcela mais significativa da receita estadual, com participação 38,15% do total da receita efetivamente arrecadada, mas apresentou decréscimo de 6,36% em relação à sua previsão.

Os programas Finalísticos de governo do estado que se destacaram em relação ao valor total executado foram: Educação Pública de Qualidade, (32,95%), Média e Alta Complexidade na Saúde (14,65%) e Caminhos para o Desenvolvimento (8,90%), que juntos representaram 56,50% do valor executado dos programas finalísticos.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Balanço Orçamentário evidenciou insuficiência de arrecadação no montante de R\$2,1 bilhões, já que as receitas arrecadadas (R\$21,2 bilhões) ocorreram em montante abaixo ao de sua previsão atualizada (R\$23,3 bilhões).

Do montante autorizado de R\$23,3 bilhões para as despesas, foram gastos R\$20,7 bilhões, originando economia orçamentária de R\$2,5 bilhões.

Da conjugação da receita arrecadada com a despesa realizada, apurou-se superávit orçamentário de R\$425,7 milhões.

O Balanço Financeiro apresentou déficit de R\$171,9 milhões, obtido da diferença entre o saldo inicial e final do exercício de 2015.

Tratando-se da análise da disponibilidade de recursos em caixa, verifica-se que o resultado deficitário de R\$171,9 milhões, somado com os depósitos restituíveis e valores vinculados para o exercício seguinte, conjugado com os depósitos restituíveis e valores vinculados do exercício anterior, ocasionaram redução de 15% nas disponibilidades de recursos em caixa fechando o exercício financeiro de 2015 em R\$1,9 bilhão.

O superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial no exercício 2015 foi de R\$5,2 bilhões.

O estoque da dívida ativa aumentou 15%, ou seja, acresceu em R\$1,3 bilhão, o que resultou no saldo final de R\$10,9 bilhões. Desse montante, R\$10,1 bilhões referem-se à dívida ativa tributária (93%) enquanto que o restante (7%) corresponde à dívida ativa não tributária, R\$784,4 milhões.

Do valor do estoque da dívida (R\$10,9 bilhões) o estado registrou, a título de provisão para perdas com dívida ativa, o valor de R\$10,5 bilhões, o que corresponde a uma provisão de 96% do valor total.

GESTÃO FISCAL

O Poder Executivo efetuou gastos com pessoal no montante de R\$7,2 bilhões, representando 42,65% da Receita Corrente Líquida (RCL), inferior ao limite legal de 48,60% e ao prudencial de 46,17%.

A dívida consolidada Líquida do governo do estado atingiu o índice de 12,04%, em relação à RCL, portanto abaixo do limite de 200% para endividamento definido pela Resolução do Senado Federal nº 40/01.

Quanto às garantias concedidas em 2015, o governo do estado do Pará utilizou apenas 0,88% da RCL, substancialmente abaixo do limite de 22% estabelecido pelo Senado Federal na da Resolução nº43/2001.

As operações de crédito, no montante de R\$178,9 milhões, foram inferiores às despesas de capital que somaram R\$2 bilhões, cumprindo-se, assim, a chamada Regra de Ouro e, portanto, os dispositivos constitucional e legal. As operações de crédito atingiram 1,07% da RCL, atendendo ao limite de 16% estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

A dívida pública do estado correspondeu a 3,75% da RCL, inferior ao percentual máximo de 11,5% estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

A disponibilidade de caixa e dos restos a pagar consolidado do Poder Executivo demonstrou situação de equilíbrio financeiro, tendo em vista que a disponibilidade de caixa bruta na ordem R\$5,2 bilhões em confronto às obrigações financeiras no montante de R\$266,5 milhões gerou disponibilidade de caixa líquida de R\$4,9 bilhões em todas as fontes de recursos.

LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

O governo aplicou R\$3,5 bilhões de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, equivalentes a 26,39% da receita líquida resultante de impostos, ultrapassando o limite mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Ainda em atendimento à Constituição Federal/88, ADCT, art. 60, inc. II e § 5º, alínea “a”, o governo destinou R\$2,4 bilhões para a formação do Fundeb, dos quais R\$18,6 milhões foram transferidos ao fundo em 2016.

Os recursos provenientes do Fundeb, acrescidos da receita de aplicação financeira, somaram R\$1,9 bilhão, dos quais 99,78% foram aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, atendendo ao preceito contido na Lei Federal nº 11.494/2007.

Do montante de R\$2,7 bilhões devido aos municípios, em 2015, a título de transferências constitucionais, R\$14,9 milhões foram transferidos em 2016.

Foi aplicado R\$1,8 bilhão de recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, equivalente a 13,66% da receita líquida resultante de impostos, ultrapassando o limite mínimo de 12% estabelecido pela Constituição Federal.

Os gastos do Poder Executivo com publicidade totalizaram R\$36 milhões, correspondentes a 0,15% da despesa autorizada, situando-se abaixo do limite de 1% das respectivas dotações orçamentárias estabelecido na Constituição Estadual, art. 22, § 2º.

MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES AS CONTAS DE GOVERNO DE 2014

Nas contas de 2014 foram elaboradas 34 recomendações ao Poder Executivo. Em razão da nova Lei nº 8.327/2015 que modificou a data de encaminhamento do Mapa da Exclusão Social ao TCE-PA, 01 recomendação não pôde ser avaliada. Assim, das 33 recomendações avaliadas, 11 foram consideradas atendidas, 21 não atendidas e 01 atendida parcialmente, correspondentes a 33%, 64% e 3%, respectivamente.

Sete recomendações avaliadas como não atendidas no exercício de 2015 não foram reiteradas neste relatório, considerando a adoção de medidas saneadoras no exercício de 2016, elevando-se, assim, o percentual de recomendações atendidas, de 33% para 54%.

As recomendações cujo atendimento não foi providenciado pelo Poder Executivo encontram-se reiteradas no presente Relatório e serão objetos de acompanhamento por este TCE até a sua real efetivação. A elas foram adicionadas novas recomendações formuladas a partir das análises e constatações inerentes à prestação de contas do exercício em exame.

RECOMENDAÇÕES REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2015

As recomendações estão classificadas como reiteradas (aquelas formuladas em exercício anterior à prestação de contas de 2015, mas não atendidas ou atendidas parcialmente) e novas (aquelas formuladas em razão

das ocorrências verificadas na prestação de contas do exercício de 2015). Ao Poder Executivo foram formuladas 29 recomendações, sendo 14 reiteradas e 15 novas.

O Ministério Público de Contas, em sua manifestação minuciosa e detalhada destaca a observância dos limites constitucionais dos gastos com saúde, educação, operações de crédito e pessoal. Sobre este último, o MPC-PA discorre sobre a utilização da Resolução TCE-PA nº 16.769/2003 no cômputo das despesas com pessoal do Estado, acrescentando a necessidade de emissão de alerta ao Poder Executivo pelo descumprimento do limite prudencial de gastos com pessoal.

Ao final, o MPC opina pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação, pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, da prestação de contas Excelentíssimo Senhor Governador Simão Robison Oliveira Jatene, referente ao exercício de 2015, uma vez que atendeu, no essencial, ao disposto na Constituição e nas leis que disciplinam a gestão fiscal do Estado, reiterando as 29 recomendações indicadas pela unidade técnica deste Tribunal.

É o Relatório.

Belém, 23 de maio de 2016.

Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA
Relator

PARECER

PRÉVIO

PARECER PRÉVIO

Senhora Presidente, Senhores Conselheiros, Senhor representante do Ministério Público de Contas, o Relatório Técnico emitido pela Comissão de Análise das Contas de Governo, apresenta os resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, econômica e fiscal do governo do estado do Pará, do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

O Relatório Técnico não evidenciou desequilíbrio das contas governamentais, demonstrando responsabilidade na condução da administração da coisa pública. No entanto, alguns aspectos abordados e que redundaram em recomendações, merecem reparo por parte do Poder Executivo. Embora tais recomendações não sejam vetores capazes de macular a presente Prestação de Contas, elas contribuem para o aprimoramento da Gestão Pública.

Não vislumbro a necessidade de emissão de alerta ao Poder Executivo, considerando que os limites de gastos com pessoal foram cumpridos, em observância à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Resolução TCE-PA nº 16.769/2003, em vigência no estado do Pará.

Portanto, diante do exposto no Relatório Técnico, da manifestação do Ministério Público de Contas, e de tudo mais que dos autos constam, **VOTO** da seguinte forma:

1. Pela **EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação, pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, das Contas do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE**, referentes ao exercício financeiro de 2015;

2. Pela fixação do **prazo de 180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data da publicação do Parecer Prévio, para que o Poder Executivo encaminhe informações a esta Corte de Contas acerca das providências adotadas em relação às **RECOMENDAÇÕES** formuladas, subsidiando a plena fiscalização deste Tribunal de Contas mediante monitoramento;

3. Pela remessa dos presentes autos, incluindo o **Parecer Prévio** desta Corte de Contas, à **Assembleia Legislativa do Estado**, em atendimento ao prazo constitucional, até o próximo dia 03 junho de 2016, considerando que o julgamento político-administrativo compete àquele Parlamento.

É o voto.

Belém, 23 de maio de 2016.

Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

Relator

RESOLUÇÃO
5

RESOLUÇÃO Nº. 18.820

(Processo nº. 2016/50520-6)

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais,

Considerando o disposto no art. 116, inciso I, da Constituição do Estado, combinado com o art. 30 da Lei Complementar n. 081, de 26 de abril de 2012 (Lei Orgânica do TCE-PA) e com as normas constantes da Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

Considerando o disposto no art. 102 do Regimento do Tribunal de Contas do Estado do Pará;

Considerando o que consta do Processo 2016/50520-6;

Considerando os votos dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros (Anexo II);

RESOLVE, por unanimidade, **aprovar** o Parecer Prévio (Anexo I), apresentado pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro Luis da Cunha Teixeira, o qual, conclusivamente, assim dispõe:

1. Pela **EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação, pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, das Contas do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE**, referentes ao exercício financeiro de 2015;

2. Pela fixação do **prazo de 180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data da publicação do Parecer Prévio, para que o Poder Executivo encaminhe informações a esta Corte de Contas acerca das providências adotadas em relação às **RECOMENDAÇÕES** formuladas, subsidiando a plena fiscalização deste Tribunal de Contas mediante **monitoramento**;

3. Pela **remessa** dos presentes autos, incluindo o **Parecer Prévio** desta Corte de Contas, à **Assembleia Legislativa do Estado**, em atendimento ao prazo constitucional, até o próximo dia 03 junho de 2016, considerando que o julgamento político-administrativo compete àquele Parlamento.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em Sessão Extraordinária de 23 de maio de 2016.

MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

Presidente em exercício

LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

Relator

NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR

ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

ODILON INÁCIO TEIXEIRA

ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

Presente à sessão o Procurador Geral do Ministério Público de Contas, Dr. FELIPE ROSA CRUZ.

Belém, 400 anos de obras para uma grande cidade

Qualquer turista que chega a Belém, atraído pelos encantos que a Metrópole da Amazônia oferece, talvez comece a viagem perguntando sobre as razões de alguns títulos como “Cidade Morena” ou “Cidade das Mangueiras”. Caso ele percorresse algumas das ruas do centro, provavelmente descobriria por si só o porquê dos “apelidos” dados à maior cidade do norte do Brasil. Os tons, sons, cores e sabores do Pará, sua gente e suas frutas, especialmente as deliciosas mangas, ou o nosso “hors-concours” açaí, cativam e prendem quem chega nesta bela cidade que há pouco completou 400 anos de história.

E se esse turista pudesse voltar ao período em que a cidade surgiu como fruto da decisão da Coroa Portuguesa em guardar das invasões estrangeiras o território colonial, a partir do litoral norte, talvez também questionasse a presença de canhões em um local chamado Forte do Presépio. Sua razão talvez julgasse impróprio haver ali objetos que aludiam a um cenário de guerra e não à cena de paz em que o pai e a mãe de Jesus O contemplavam logo após o nascimento.

Se no contexto da origem da capital do Pará houvesse um guia turístico, é provável que ele respondesse ao viajante que o nome “presépio” para o Forte foi escolhido porque no dia 25 de dezembro de 1615, em pleno Natal, Francisco Caldeira Castelo Branco, partia de São Luís, aqui chegando já em 1616. Hoje, o Forte se chama Castelo, em homenagem ao fundador de Belém, o mesmo nome da cidade onde nasceu Jesus. E ali, a partir daquela fortificação, nascia o nosso primeiro bairro, hoje chamado de Cidade Velha, por razões evidentes.

O Forte do Castelo, a primeira obra pública feita em solo paraense deve ter sido planejada tendo em vista sua funcionalidade, ou seja, a efetividade quando em uso para atingir os objetivos para os quais foi construída, pois do contrário teria sido um imenso desperdício de tempo e dinheiro, um gasto público ineficiente e prejudicial às finanças da Coroa Portuguesa.



E, então, quatro séculos depois, a história desses 400 anos de Belém pode muito bem ser contada a partir das grandes obras executadas no processo de expansão e crescimento da cidade.

Começando pela “Feliz Lusitânia”, nome do conjunto inicial de construções em torno da Praça D. Frei Caetano: obras como o Forte do Presépio, Palacete das Onze Janelas, Museu de Arte Sacra e Catedral Metropolitana de Belém, Palácio Antônio Lemos, Palácio Lauro Sodré (atual Museu do Estado), Mercado Ver-o-Peso, Teatro da Paz, Museu Emílio Goeldi, todas centenárias.

Em tempos mais recentes, o Centur, a revitalização da Doca de Souza Franco, o novo aeroporto de Val-de-Cans, a Estação das Docas, o Mangal das Garças, o Hangar, o complexo Ver-o-Rio e o Portal da Amazônia, são obras que transformaram o aspecto urbano de Belém, tornando a capital paraense um dos pontos turísticos com maior potencial de crescimento, principalmente quando outros fatores, como a culinária local, conferem proeminência nacional à cidade.

Todas essas grandes obras, bem como as de menor porte, sejam de responsabilidade do estado ou do município, são realizadas com recursos públicos. E, como órgão fiscalizador dos gastos públicos estaduais, o Tribunal de Contas do Estado do Pará não apenas contribuiu fisicamente para o incremento do aspecto urbano de Belém, com a construção de sua sede em 1970, como também, no exercício de sua missão constitucional, acompanha as obras realizadas pelo governo do Estado, incluindo as da capital.

Nesse sentido, o TCE realizou um estudo em 2012, levantando obras estaduais cujos contratos foram assinados no período de 2005 a 2011. Ao final do levantamento, o tribunal constatou que havia 648 obras paralisadas em território paraense, cujo valor global de investimentos era de 1 bilhão de reais à época. Muitas dessas obras estavam localizadas em Belém e região metropolitana. O estudo foi encaminhado ao Governo do Estado para as devidas providências.

A melhor e mais significativa homenagem deste TCE a Belém no ano dos 400 anos da capital paraense, não é dar ao seu edifício sede o nome do ilustre paraense Serzedello Correa, nascido aqui em 1858, responsável pela instalação do TCU em 1893, que também empresta o nome a uma das mais importantes avenidas da cidade; a homenagem da Corte de Contas à Metrópole da Amazônia é exercer com rigor e excelência o papel que a Constituição Federal lhe atribui, zelando pela correta e regular aplicação dos recursos públicos estaduais, em serviços e obras para a melhoria da vida de todos os cidadãos paraenses, incluindo os mais de 1 milhão que moram na grande Santa Maria de Belém do Grão Pará!